Allianz

ALLIANZ PORTUGAL

Relatório e Contas 2020

ÍNDICE

A_Contas Cosolidadas

5 Órgão Sociais

6 Assembleia Geral Anual

7 Relatório de Gestão

24 Demonstrações Financeiras Consolidadas

31 Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

89 Títulos e Participações

97 Relatório do Conselho Fiscal

101 Certificação Legal

B_Contas Separadas

110 Relatório de Gestão

127 Demonstrações Financeiras Separadas

134 Anexo às Demonstrações Financeiras Separadas

190 Inventário de Títulos e Participações

198 Relatório do Conselho Fiscal

201 Certificação

A

CONTAS CONSOLIDADAS

Companhia de Seguros Allianz Portugal

A Contas Consolidadas

Índice

5 Órgão Sociais
6 Assembleia Geral Anual

Relatório de Gestão
8 Enquadramento macroeconómico
9 Mercado segurador português
10 Enquadramento institucional
11 Atividade do Grupo
14 Gestão financeira
15 Análise de cobertura das provisões técnicas
15 Evolução dos capitais próprios
16 Solvência II
16 Política de remuneração dos membros dos orgãos sociais de administração e fiscalização
17 Perspetivas para 2021
18 Informação não financeira 2020

Demonstrações Financeiras Consolidadas
25 Demonstração da posição financeira consolidada (Ativo)
26 Demonstração da posição financeira consolidada (Passivo e Capital Próprio)
27 Conta de ganhos e perdas consolidada
28 Demonstração de variações do capital próprio consolidada
29 Demonstração do rendimento integral consolidada
30 Demonstração dos fluxos de caixa consolidada

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas
32 Informações gerais
32 Políticas contabilísticas
50 Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem
50 Empresas do Grupo e transações ocorridas no período
51 Instrumentos financeiros
53 Terrenos e edifícios
55 Afetação dos investimentos e outros ativos
56 Outros ativos tangíveis ativos sob direito de uso e passivos de locações
57 Outros ativos intangíveis
58 Provisões técnicas de resseguro cedido
59 Outros devedores por operações de seguro direto e outras operações
60 Impostos e taxas
62 Acréscimos e diferimentos (Ativo)
62 Provisões técnicas
64 Passivos financeiros da componente de depósitos de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento
65 Outros passivos financeiros
65 Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo
68 Outros credores por operações de seguros e outras operações
68 Acréscimos e diferimentos (Passivo)
69 Outras provisões
69 Capital
69 Reservas
70 Prémios de contratos de seguro
73 Comissões e outros proveitos
73 Custos com sinistros líquidos de resseguro
74 Gastos diversos por função e natureza
76 Gastos com pessoal
76 Rendimentos
77 Ganhos e perdas realizados em investimentos
77 Ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos
77 Resultados por ação
78 Dividendos
78 Saldos e transações entre partes relacionadas
79 Elementos extrapatrimoniais
80 Informação por segmentos
82 Gestão de riscos na Allianz Portugal
88 Acontecimentos após a data do balanço não descritos em pontos anteriores

Inventário de Títulos e Participações Financeiras
90 Anexo I

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
98 Relatório e parecer do Conselho Fiscal sobre as contas concolidadas

Certificação Legal das Contas
102 Relatório da Certificação das Contas Consolidadas

Orgãos Sociais

Corpos sociais da Allianz Portugal no Exercício de 2020

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Vicente Tardio Barutel
Presidente

Teresa Paula Lan Brantuas Silva
Administradora-Delegada

Carla Bambulo
Administradora

Ivan José de La Sota Duñabeitia
Administrador

José Alberto Ferreira Pena do Amaral
Administrador

Tomás Muniesa Arantegui
Administrador

João Pedro Tenreiro Lucas de Oliveira e Costa
Administrador

CONSELHO FISCAL

José Vaz Serra de Moura
Presidente

Diogo Inácio Vadre Castelino e Alvim
Vogal

Isaque Lameiras Ramos
Vogal

Aguinaldo João Trindade Nave
Membro Suplente

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

PricewaterhouseCoopers & Associados Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por Carlos Manuel Sim Sim Maia
Revisor Oficial de Contas

Carlos José Figueiredo Rodrigues
Suplente

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

João José de Brito
Presidente

Luís Carlos Melo Antunes Ferreira
Secretário

Assembleia Geral Anual

Convocatória

São convocados os Acionistas da Companhia de Seguros ALLIANZ PORTUGAL, S.A., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa com o capital social de €39.545.400, titular do cartão de pessoa coletiva n.º 500.069.514, para reunir em Assembleia Geral Anual, na Rua Andrade Corvo, n.º 32, no dia 30 de Março de 2021, pelas 12:30 horas, com a seguinte Ordem dos Trabalhos:

1. Deliberar sobre o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço e as Contas da Sociedade, tudo relativo ao Exercício de 2020, bem como sobre o respetivo relatório e parecer dos Órgãos de Fiscalização;

2. Deliberar sobre o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço e os demais documentos de prestação de contas consolidadas do Exercício de 2020, bem como sobre o respetivo relatório e parecer dos Órgãos de Fiscalização;

3. Deliberar sobre a proposta de aplicação dos resultados;

4. Eleição dos Corpos Sociais, do Secretário da Sociedade e da Comissão a que se refere o artigo 20º dos estatutos, para o triénio 2021/2023;

5. Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade.

Ficam à disposição dos Senhores Acionistas, a partir do 15º dia anterior à data da Assembleia, os elementos de informação previstos no artigo 289º do Código das Sociedades Comerciais.

Podem participar na Assembleia todos os Acionistas possuidores de pelo menos 100 ações que, até dez dias antes da data designada para a Assembleia, as tenham registadas em seu nome, ou depositadas quer na sede da Companhia, quer em Instituição de crédito. Cada 100 ações dão direito a um voto.

Os Acionistas podem fazer-se representar por outro Acionista ou pelo cônjuge, ascendente ou descendente, ou por um membro do Conselho de Administração.

Lisboa, 25 de fevereiro de 2021

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Dr. João José Brito

A

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Companhia de Seguros Allianz Portugal

Relatório Consolidado
do Conselho de Administração

Caros Senhores Acionistas,

Nos termos legais e estatutários, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório e as Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas ao exercício de 2020 da Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A. ("Allianz Portugal", "Companhia" ou "Grupo") .

O perímetro de consolidação abrange as seguintes empresas:

i) Empresa-mãe: Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.
A Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A., tem por objeto o exercício da atividade seguradora, sendo a informação financeira separada relativa aos anos de 2020 e 2019 a seguinte:

2020				2019			
Ativos	Passivos	Capital Próprio	Resultado Líquido	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Resultado Líquido
1.464.965.651	1.242.755.580	222.210.071	36.570.543	1.395.042.004	1.191.105.994	203.936.010	40.603.792

ii) Subsidiária Allianz – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (detida em 88,6%)

A Allianz - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., tem por objeto o exercício da atividade de gestão, administração e representação de Fundos de Pensões, sendo a informação financeira separada relativa aos anos de 2020 e 2019 a seguinte esa incluída: Allianz- Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. A inclusão é feita pelo método de integração global.

2020				2019			
Ativos	Passivos	Capital Próprio	Resultado Líquido	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Resultado Líquido
1.194.460	108.112	1.086.348	(6.672)	1.194.079	101.059	1.093.020	1.544

1 - ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

O Exercício de 2020 foi marcado pela Pandemia Covid-19, com efeitos económicos profundamente negativos a nível nacional e global. A recente aprovação das vacinas deu algum animo e otimismo aos agentes económicos, mas a realidade dos principais indicadores é globalmente preocupante e a par do controlo pandémico, a recuperação económica é o principal desafio futuro para as economias mundiais.

A incidência de contágios, pressão nos sistemas nacionais de saúde e o número de óbitos obrigou a que muitos países tenham entrado na primavera e no final do ano em confinamentos restritos com a consequente redução de atividade económica.
A maior ou menor velocidade de aplicação das vacinas vai contribuir de forma crucial para a ritmo de recuperação económica de cada país.

De acordo com as últimas previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia Europeia contraiu fortemente em 2020 cerca 8,3%. O PIB subiu 12,1% no terceiro trimestre sendo previsível que os números do quarto trimestre sejam novamente negativos devido à segunda vaga do Covid-19 com mais restrições de mobilidade.

Em 2020, o FMI estima que a economia norte-americana tenha caído 4,3%, possivelmente a maior contração desde a II Guerra Mundial. Depois de um segundo trimestre de forte queda do PIB (9%), no terceiro trimestre a economia teve uma expansão histórica de 7,5%.

De acordo com os mais recentes dados do INE, o PIB nacional caiu 7,6% em 2020 e o Banco de Portugal prevê nas suas estimativas um crescimento de 3,9% em 2021, assim como um aumento da taxa de desemprego de 6,5% em 2019 para 7,2% em 2020. A inflação acaba o ano a -0,2%, prevendo-se 0,3% em 2021. O pacote de estímulos implementado pelo governo português representa um esforço orçamental substancial de 2,7% do PIB em 2020. O consumo privado cai 6,8% em 2020, com crescimentos de 3,9%, 3,3% e 1,9% no período de 2021 a 2023. Verificou-se um aumento forçado da poupança causado pelos constrangimentos das medidas de contenção e pela maior incerteza.

Ao contrário de outras crises anteriores, os Bancos Centrais agiram com grande celeridade perante a pandemia do COVID-19. O Banco Central Europeu (BCE) aprovou logo em março de 2020, um programa de compra de ativos denominado PEPP (Pandemic Emergency Purchase Program), no valor de 750.000 milhões de euros e que inclui todos os ativos que eram já elegíveis no APP (Asset Purchase Program). Foi aprovado um Plano de Recuperação Económica para a União Europeia financiado através da emissão de obrigações canalizadas mediante os governos com um híbrido entre transferências diretas de 500.000 milhões de euros e empréstimos reembolsáveis a 30 anos no valor de 250.000 milhões de euros. Em dezembro, o BCE aumentou em 500.000 milhões de euros o PEPP estendendo-o até março de 2022, garantindo desta forma o financiamento barato. Diferentes países da zona euro aprovaram pacotes de ajuda para fazer face aos efeitos negativos da pandemia, pacotes esses que supõem entre 10% a 20% do PIB.

Por seu lado, a Reserva Federal dos Estados Unidos aprovou em março um programa de compra de ativos ilimitado para fazer face aos efeitos do COVID-19, reduzindo também a taxa de juro de referência em 150 pontos básicos. Esta instituição vai continuar com uma política monetária expansiva durante algum tempo, não subindo taxas até 2024. Em dezembro, a Reserva Federal deu luz verde a um novo pacote de ajudas de 900.000 milhões dólares. O país adotou igualmente um plano de ajudas fiscais no valor de 10% do PIB.

Em maio, existiram novos confrontos comerciais entre a China e os Estados Unidos da América depois da aprovação por parte da China da lei da segurança nacional. No final do ano, as relações entre estes países voltaram a captar a atenção depois do Congresso Norte Americano ter aprovado uma lei que obriga as empresas chinesas a cumprir com as normas contabilísticas dos Estados Unidos e exigindo a acesso a contas auditadas.

As eleições dos Estados Unidos da América, em novembro, terminaram com a derrota de Donald Trump e a vitória do candidato democrata Joe Biden. Apesar da alteração presidencial, cabe destacar a ausência de rotatividade nas Camaras, ao manter os Republicanos com a maioria no Senado, enquanto os democratas controlam a Camara de representantes. Esta divisão torna mais difícil a implementação de medidas extremas como a subidas de impostos das empresas prometida pelo candidato democrata na sua campanha.

Depois de praticamente um ano em difíceis negociações, o Brexit ocorreu no dia 1 de janeiro de 2021 implicando a separação do reino unido tanto do mercado único como da união aduaneira.

2 - MERCADO SEGURADOR PORTUGUÊS

Em 2020, a produção de seguro direto em Portugal superou os 9,9 mil milhões de Euros, representando um decréscimo de 18,7% face ao verificado em 2019 e a atividade no estrangeiro diminui 48,5% ascendendo a 138 milhões de euros. Entre os segmentos de Vida e Não vida verificaram-se tendências distintas.
A situação pandémica afetou de forma mais significativa o segmento Não Vida, cuja evolução se encontra mais correlacionados com a evolução da atividade económica sendo também mais impactado pela implementação de mecanismos extraordinários de moratórias e ajustamentos a prémios de seguros, sejam eles de natureza legal (DL 20-F/2020) ou de iniciativas comercias de apoio aos clientes por parte das seguradoras nacionais.
Embora o volume de prémios Não Vida tenha registado um crescimento homólogo de cerca de 3,0% (para perto de 5,4 mil milhões de euros), é de salientar que até final de fevereiro (pré-pandemia) este segmento registava um crescimento de 7,3% em consistência com o crescimento registado em 2019 (7,9%) e com as expectativas existentes à data.

A evolução ao longo de 2020 afeta transversalmente a generalidade dos ramos Não Vida, sendo bastante mais evidente em "Acidentes de Trabalho", modalidade que em fevereiro registava um crescimento homólogo de 14,7% terminando no final de 2020 com um crescimento de apenas 1,2%, com volume de prémios de aproximadamente 906 milhões de euros.
O ramo "Automóvel" continua a ser o ramo mais representativo do segmento Não Vida, com uma produção em 2020 de 1,9 mil milhões de euros e crescimento homólogo de apenas 2,1%. De referir que este ramo apresentava um crescimento de 6,7% antes do impacto da pandemia.

O ramo "Doença", manteve praticamente inalterado o seu crescimento entre fevereiro (8,9%) e dezembro (8,2%).
O ramo "Múltiplos Riscos" registou uma evolução positiva registando um crescimento em fevereiro de 3,8% chegando ao final de 2020 com um crescimento de 5,0% face a 2019.

Relativamente ao segmento Vida, em paralelo com os desafios associados à pandemia, continua a enfrentar dificuldades ao seu desenvolvimento do seu negócio fruto do cenário de baixas taxas de juro que anula a criação de produtos comercialmente atrativos ao investimento. Na sequência da tendência negativa de 2019 (decréscimo de 13,9%) e os impactos da situação pandémica, o segmento vida registou no final do ano de 2020 a uma quebra substancial da produção (34,8%) que ainda assim é inferior à evolução do crescimento homólogo registado em finais de fevereiro de 2020 (40,7%).
(Fonte: Produção de Seguro Direto 2020 – APS)

3 - ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

Durante o ano de 2020 foram introduzidas algumas iniciativas legislativas mais relevantes para a atividade seguradora, nomeadamente:

- Decreto nº 2-A/2020 de 20 de março: Procede à execução da declaração do estado de emergência efetuada pelo Decreto do Presidente da República nº 14-A/ 2020 de 18 de março, que obriga à adoção do regime de teletrabalho, sempre que seja possível e permite que os mediadores de seguros e/ou seguradores se mantenham abertas;

- Lei 1-A/2020 de 19 de março: Procede à implementação de medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocado pela Pandemia Covid-19, nomeadamente a suspensão dos prazos judiciais, de ações de despejo e denúncia de contrato de arrendamento não habitacional efetuadas pelo senhorio;

- Lei 4-C/2020 de 6 de abril: Aprova um regime excecional para as situações de mora no pagamento da renda nos contratos de arrendamento habitacional e não habitacional no âmbito da Pandemia Covid-19;

- Lei 7/2020 de 10 de abril (Resgate PPR): Estabelece várias medidas de caráter excecional e temporário, em resposta à Pandemia Covid-19, referente à admissibilidade do Resgate PPR;

- Decreto-Lei 20-F/2020 de 12 de maio: estabelece um regime excecional e temporário relativo aos contratos de seguro;

- Decreto-Lei 79-A/2020 de 2 de outubro: Estabelece um regime excecional e transitório de reorganização do trabalho e de minimização de riscos de transmissão da infeção da doença COVID-19 no âmbito das relações laborais;

- Decreto-Lei 28-B/2020: Estabelece o regime contraordenacional no âmbito da situação de calamidade, contingência e alerta;

- Decreto-Lei 53/2020: Diferimento de prazos para apresentação e troca de informação no domínio da fiscalidade devido à pandemia da doença Covid-19;

- Lei 2/2020: Orçamento de Estado para 2020;

- ACT Seguros 2020: Novo ACT aplicável a todos os colaboradores da AZP;

- Lei 24/2020: Procede à alteração do CIRC, transpondo parcialmente a Diretiva (EU) 2016/1164 do Conselho, de 12 de julho;

- Lei 26/2020: Estabelece a obrigação de comunicação à AT de determinados mecanismos internos ou transfronteiriços com relevância fiscal, transpondo a Diretiva (EU) 2018/822 do Conselho, de 25 de maio e revoga o DL 29/2008 de 25 de fevereiro;

- Lei 27/2020: Novo Regime Jurídico Fundo Pensões;

- Lei 47/2020: Altera o Código do IVA no âmbito do comércio eletrónico;

- Lei 58/2020: Alteração ao regime de combate ao branqueamento de capitais;

- Portaria 309-A/2020 de 31 de dezembro: Retira Andorra da Lista de paraísos fiscais;

- Lei 75-B/2020 de 31 de dezembro: Orçamento de Estado para 2021.

Citam-se também alguns dos documentos normativos mais importantes, emitidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões:

- Norma Regulamentar 10/2020: Altera a NR 8/2016 e regulamenta a prestação de informação a prestar pelas entidades supervisionadas pela ASF para efeitos do exercício das respetivas competências de supervisão;

- Norma Regulamentar 13/2020: Deveres decorrentes da lei de distribuição de seguros;

- Circular ASF 2/2020: Recomendações transversais à atividade das Empresas de seguros;

- Circular 3/2020 de 1 de abril: Medidas de flexibilização e recomendações no âmbito da situação excecional relacionada com a Pandemia Covid-19;

- Norma Regulamentar 8/2020-R de 23 de junho: Densifica os deveres dos seguradores previstos no DL 20-F/2020 de 12 de maio;

- Circular 4/2020 de 21 de dezembro: Recomendações relativamente a distribuições de dividendos ou outras medidas que afetem os fundos próprios no âmbito da situação excecional relacionada com a pandemia Covid-19;

4 - ATIVIDADE DO GRUPO

A 31 de Dezembro de 2020 os órgãos sociais da Empresa Mãe eram constituídos da seguinte forma:

Mesa da Assembleia Geral
João José de Brito - Presidente
Luís Carlos de Melo Antunes Ferreira - Secretário

Conselho de Administração
Vicente Tardio Barutel - Presidente
Teresa Paula Lan Brantuas Silva - Administradora-delegada

Vogais
Helga Jung
Ivan José de la Sota Duñabeitia
José Pena do Amaral
João Pedro Oliveira e Costa
Tomás Muniesa
Carla Sofia Pereira Bambulo

Vogais
Helga Jung
Ivan José de la Sota Duñabeitia
José Pena do Amaral
João Pedro Oliveira e Costa
Tomás Muniesa
Carla Sofia Pereira Bambulo

Conselho Fiscal
José Vaz Serra de Moura
Presidente

Diogo Inácio Vadre Castelino Alvim
Vogal

Isaque Marcos Lameiras Ramos
Vogal

Aguinaldo João Trindde Nave
Suplente

Revisor Oficial de Contas
PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda - Representada por
Carlos Manuel Maia
Carlos José Figueiredo Rodrigues

4.2 - Resultado do Exercício

O resultado líquido do Exercício de 2020 ascende a 36.564.632 Euros o que representa um decréscimo de cerca de 4.040.528 Euros (10%) face ao período homólogo. A evolução negativa dos resultados é consequência do reconhecimento de um gasto extraordinário não técnico de 9,4 Milhões de Euros relativo ao reconhecimento de uma provisão para reestruturação.

De referir que apesar da diminuição do resultado financeiro em 2020, os resultados operacionais foram substancialmente superiores aos de 2019, o que permitiria um incremente de 13% nos resultados globais da Allianz Portugal se expurgado o efeito do custo extraordinário acima referido.

4.3 - Volume e estrutura de vendas

4.3.1 - Comparação com o período homólogo

Face ao período homólogo, o nível de prémios e depósitos de contratos de investimento teve a seguinte evolução:

(Valores em Euros)

	2020		2019		
RAMOS/GRUPOS RAMOS	Prémios Brutos Emitidos	%	Prémios Brutos Emitos	%	Variação 2020/2019
SEGURO DIRETO					
ACIDENTES E DOENÇA	199.955 .756	**35%**	**196.805.076**	**34%**	**2%**
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	105.177.289	**18%**	**97.637.239**	**17%**	**8%**
AUTOMÓVEL					
Responsabilidade Civil	85.532.553	15%	**84.699.677**	15%	1%
Outras coberturas	62.902.147	11%	**59.620.119**	10%	6%
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	5.062.245	1%	**4.605.921**	**1%**	**10%**
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	15.080.558	3%	**15.264.370**	3%	**-1%**
CRÉDITO E CAUÇÃO	22.002	0%	33.266	0%	-34%
ASSISTÊNCIA	-	0%	-	0%	
DIVERSOS	197.444	0%	**233.067**	0%	-15%
Total	**473.929.995**	**83%**	**458.898.735**	**80%**	**3%**
RESSEGURO ACEITE	**192.383**	**0%**	**91.690**	**0%**	**110%**
TOTAL GERAL	**474.122.378**	**83%**	**458.990.425**	**80%**	**3%**
Vida	**97.969.426**	**17%**	**112.513.340**	**20%**	**-13%**
Total Vida e Não Vida	**572.091.804**	**100%**	**571.503.765**	**100%**	**0%**
Contratos de Investimento	**78.574.969**		**70.698.985**		**11%**
Total Vida e Não Vida e Contratos de Investimento	650.666.773		642.202.750		1%

No ramo Não Vida verificou-se um crescimento dos prémios de 3% face ao ano anterior. A evolução do volume de prémios é essencialmente explicada pelo crescimento no ramo de Incêndio e Outros Danos, Automóvel e Acidentes e Doença.
No ramo Vida verificou-se um decréscimo dos prémios de 13%.

4.3.1 - Comparação com o mercado

O crescimento do volume dos prémios do grupo foi superior em 1,3% à verificada no mercado cuja diminuição foi de 18,8%. O crescimento global do volume de prémios resulta de um acréscimo de 3,3% em Não Vida e um decréscimo de 3,6% no ramo Vida. O crescimento nos ramos Não Vida ficou acima do mercado que cresceu 3,1%, enquanto que em Vida o decréscimo foi inferior ao mercado que diminuiu 34,8%.

A evolução do posicionamento da Allianz Portugal face ao mercado foi a seguinte:

QUOTA DE MERCADO	VIDA	NÃO VIDA	TOTAL
2020*	3,9%	8,8%	6,6%
2019*	2,6%	8,8%	5,3%

(*) Atividade em Portugal (informação APS), incluindo os instrumentos financeiros.

Relativamente aos canais de distribuição, a Allianz Portugal decresceu no canal bancário (embora menos que o mercado), crescendo acima do mercado no canal de mediadores.

No que diz respeito ao volume de prémios distribuídos através do nosso parceiro estratégico BPI, verificou-se uma diminuição de 2% no total. No ramo Não Vida obteve-se um decréscimo de 3,1%, contrastando como o aumento verificado no mercado de 3,2%. No segmento Vida verificou-se um decréscimo de 0,8%, no entanto este decréscimo foi inferior ao decréscimo verificado no mercado de 39%.

No canal de mediadores verificou-se um crescimento total de 2,6% acima do mercado que teve um decréscimo de 1,4%. Nos ramos Não Vida a Allianz Portugal obteve um crescimento de 4,9% acima do mercado que cresceu 3,1%. Em Vida registou-se um decréscimo neste canal de 6,3%, ainda assim melhor que o mercado que decresceu 16,3%.

No que se refere ao stock de apólices, a Allianz Portugal teve um decréscimo de 0,7% em comparação com 2019. Assim, no final do ano o número de apólices chegou aos 1.773.812. O decréscimo em Vida foi de 7,9% enquanto que em Não Vida verificou-se um aumento de 1,6%.

O número de clientes registou um crescimento de 1,0% face ao ano anterior, atingindo os 969.902 no final de 2020.
A evolução do número de agentes ativos registou um decréscimo de 7%, ficando nos 4.727 no final do ano.

4.4 - Estrutura de custos e proveitos

Os rácios da atividade Não Vida da Allianz Portugal são apresentados como se segue:

	Não Vida	
	2020	2019
Rácio de Sinistralidade	67,1%	67,4%
Custos de Aquisição	20,0%	19,8%
Custos Administrativos	2,4%	3,3%
Rácio de Sinistralidade	22,4%	23,1%
Rácio Combinado	**89,5%**	**90,5%**

Nota: Rácios apurados em função de prémios adquiridos, excluindo resseguro.

O peso relativo do resultado do Exercício face aos prémios adquiridos teve uma variação negativa de 0,8%, comparativamente ao ano anterior.

	2020		2019	
	Vida	Não Vida	Vida	Não Vida
Prémios adquiridos	97.701.793	461.702.969	109.950.254	444.583.080
Resultado Ano	36.570.543		40.603.792	
% Resultado/PA	**6,5%**		**7,3%**	

5 - GESTÃO FINANCEIRA

5.1 - Gestão de ativos

Em termos de gestão de ativos e decisões de investimento, as principais alterações face ao período homólogo podem resumir-se da seguinte forma:

- O plano de investimento inicial foi alterado devido à volatilidade nos mercados financeiros causada pela situação pandémica da Covid-19. Neste sentido, a compra para Não Vida de um fundo de obrigações global da PIMCO foi adiada para 2021, mantendo-se um nível de liquidez mais elevado.

- No final do ano foi proposto um novo Strategic Asset Alocation (SAA) com um ligeiro aumento em Governos de países core e subsequente redução em divida pública portuguesa e espanhola.

- No portfolio afeto ao ramo Vida, existiu um investimento em obrigações corporativas europeias, obrigações do governo espanhol e de países core europeus. Foi selecionado um novo fundo ligado à sustentabilidade na gama de oferta Unit

(Valores em Euros)

	2020	%	2019	%
Ativos financeiros detidos para negociação				
Opções	966.863	0%	943.421	0%
Sub-total	**966.863**	0%	**943.421**	3%
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas				
Dívida pública	37.1693	0%	379.843	0%
Obrigações e outros emissores	0	0%	0	0%
Instrumentos de capital e unidades de participação	79.474.323	6%	29.003.468	2%
Sub-total	**79.846.016**	6%	**29.383.311**	3%
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Dívida pública	621.492.324	49%	609.764.335	52%
Obrigações de outros emissores	490.044.629	38%	430.573.572	37%
Ações	692.171	0%	1.581.172	0%
Outros instrumentos de capital e unidades de participação	20.206.303	2%	20.449.457	2%
Sub-total	**1.132.435.428**	89%	**1.062.368.536**	91%
Caixa equivalentes e depósitos à ordem				
Caixa equivalentes e depósitos à odem		0%		0%
Depósitos à ordem	13.874.432	1%	25.300.950	2%
Sub-total	**13.874.432**	1%	**25.300.950**	2%
Empréstimos e contas a receber				
Empréstimos concedidos	850.233	0%	992.752	0%
Sub-total	**850.233**	0%	**992.752**	0%
Terrenos e edifícios				
Terrenos e edifícios de uso próprio	18.043.138	1%	18.662.915	2%
Terrenos e edifícios de rendimento	30.485.668	2%	31.279.684	3%
Sub-total	**48.528.806**	4%	**49.942.599**	4%
Total	**1.276.501.778**	**100%**	**1.168.931.569**	**100%**

5.2 - Resultados financeiros

Os resultados financeiros diminuíram em 37% em comparação com o ano anterior, por via do decréscimo dos juros dos ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas, em resultado do decréscimo das taxas de juro e pela diminuição dos ganhos líquidas nos ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor no montante de Euros 2.345.717.

(Valores em Euros)

	2020	2019
Juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	16.439.824	22.157.773
Juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-496.585	-1.049.997
Outros	1.285.936	1.367.784
Rendimentos	**17.229.175**	**22.475.560**
Gastos Financeiros	-3.020.252	-2.572.196
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor	105.516	2.451.232
Perdas/Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor	-2.138	225.775
Perdas de imparidade (líquidas de reversão), excluindo contas a receber e outros	-27.514	-26.469
Total	14.284.786	22.553.902

6 - ANÁLISE DE COBERTURAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

A evolução das responsabilidades e dos ativos no ano de 2020, foi a seguinte:

	2020	2019
Ativos (1)	1.326.501.559	1.210.702.850
Provisões técnicas e passivos por contratos de investimento	1.129.189.606	1.082.506.071
Excedente - valor absoluto	197.311.953	128.196.779
Excedente - valor relativo	117,5%	111,8%

(1) Inclui valores livres e permitidos pela Portaria 299/99.

O rácio de cobertura das provisões técnicas de 2020 manteve-se estável em relação ao valor registado em 2019.
Tanto os Ativos que compõem este rácio, como as Provisões técnicas e passivos por contratos de investimento, subiram 5,7%.

7 - EVULOUÇÃO DOS CAPITAIS PRÓPRIOS

A evolução dos capitais próprios é a seguinte:

	2020	2019
Capital	39.545.400	39.545.400
Reservas de reavaliação	79.934.140	68.687.545
Reservas por impostos diferidos	-22.615.635	-19.461.661
Outras reservas	77.484.626	77.257.011
Reservas trasitadas	11.354.905	-2.634.398
Resultados do exercício	36.564.633	40.605.160
Total Capital Próprio	**222.268.068**	**203.999.057**
Interesses minoritários	127.239	127.889
Total Capital Próprio e Interesses Minoritários	**222.395.307**	**204.126.946**

Os Capitais Próprios totalizam o montante de 222.395.307 Euros, apresentando um aumento de 18.268.361 Euros face ao ano anterior, justificado essencialmente pelo aumento registado nas Reservas de Reavaliação devido à evolução favorável dos mercados financeiros e da aplicação de parte do resultado de 2019 em resultados transitados.

8 - SOLVÊNCIA II

Após a entrada em vigor do atual regime de Solvência a 1 de janeiro de 2016, o sector segurador enfrentou as novas exigências ao nível da gestão de risco, controlo interno e prestação de informação ao mercado e às entidades de Supervisão. Tal como em 2019, durante o ano de 2020, e relativamente a 31 de dezembro de 2019, foi efetuado o reporte individual de Solvência II às entidades de Supervisão e ao mercado, bem como a Certificação Anual pelo Atuário Responsável e Revisor Oficial de Contas.

No final do ano de 2019, o rácio de cobertura da Allianz Portugal, com base nos princípios do regime de Solvência, foi de 131,6% (2018: 118,6%). A subida de 13%. no valor do rácio de solvência em relação ao ano anterior resulta de um aumento nos Fundos Próprios disponíveis e uma diminuição do Requisito de Capital de Solvência.

O aumento dos Fundos Próprios disponíveis deveu-se essencialmente ao aumento de Investimentos em Fundos Monetários proveniente da estratégia de De-Risking. Aliado ao aumento de Ativos, houve também uma diminuição no lado dos Passivos pelas Provisões Técnicas de Vida. No que se refere ao Requisito de Capital de Solvência, a variação do mesmo foi influenciada principalmente, pela diminuição do Risco de Mercado, dada a estratégia de Investimento da Allianz Portugal.

Considerando a monitorização e estimativas efetuadas ao longo do exercício de 2020, estima-se um reforço da posição de Solvência da Allianz Portugal por referência a 31 de dezembro de 2020 face ao ano anterior (efetuado ao nível individual). rácio de solvência em 31 de dezembro de 2020 será apresentado no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado ao nível individual pela Allianz Portugal durante o mês de abril de 2021.

9 - POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Esta declaração expressa os princípios gerais que regem a estrutura de remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas da empresa mãe.
Relativamente ao Conselho de Administração, apenas são remunerados a Administradora-Delegada e o Presidente do Conselho, sendo essa remuneração definida pelo Comité de Compensações do Grupo Allianz.

A remuneração da Administradora-Delegada é fixada tendo em conta a necessidade de a mesma ser competitiva face à atividade da Sociedade e ao mercado onde esta se encontra inserida, sempre com o objetivo de permitir que a Sociedade possa beneficiar dos serviços de profissionais da mais elevada qualidade.

A remuneração da Administradora-Delegada é composta por uma remuneração fixa e uma remuneração variável.
A remuneração variável é definida anualmente tendo em conta as políticas e guidelines dos Allianz Global Executives e é sustentada pelo sistema de avaliação de desempenho. Um conjunto de objetivos são previamente fixados no início do período em avaliação, divididos em objetivos financeiros da própria sociedade e objetivos individuais do administrador (quantitativos e qualitativos). No final do período anual, é avaliada qual a percentagem de cumprimento dos objetivos fixados e, com base no resultado dessa avaliação, é determinada a remuneração variável a pagar. Para 2020 o valor máximo a pagar é de 150% do target da remuneração variável e o mínimo de 80%.

Parte da remuneração variável é atribuída a longo prazo, com pagamento diferido no tempo por um período de 4 anos, sob a forma de RSU`s (restricted stock units), vinculadas ao preço das ações da Allianz, no momento da atribuição e do pagamento. Após o período de carência é efetuada uma avaliação de sustentabilidade pelos órgãos competentes da societária para determinar o valor a pagar.

Os mecanismos existentes relativamente à ligação da remuneração variável ao desempenho da empresa estão refletidos no próprio sistema que, conforme foi referido acima, está sempre dependente do cumprimento de objetivos económicos e financeiros da sociedade, pelo que caso o desempenho da sociedade não seja adequado, a remuneração variável sofrerá a respetiva redução ou mesmo anulação.

Para, além disso, o sistema de remuneração variável prevê ainda que qualquer violação do Código de Conduta da empresa ou de qualquer regra de Compliance da mesma é motivo de redução ou anulação daquela remuneração.

A remuneração do Presidente do Conselho é uma remuneração fixa, definida pelo acionista maioritário como forma de reconhecimento pelo exercício da função, ainda que sem poderes executivos.

O Conselho Fiscal da Sociedade é composto por três membros que recebem uma remuneração fixa anual definida tendo em conta as obrigações inerentes às funções desempenhadas e à responsabilidade das mesmas.

10 - PERSPETIVAS PARA 2021

11.1. Evolução macroeconómica

O ano 2020 foi marcado pela pandemia de Covid-19, obrigando a diversas medidas de contenção da crise de saúde pública o que afetou negativamente a economia mundial e em particular a portuguesa, registando uma queda, sem precedentes, do produto interno bruto de 7,6%.

Existe a expectativa do levantamento das restrições serão gradualmente retiradas a partir do primeiro trimestre de 2021, embora a atividade fique condicionada até ao início de 2022, altura em que atingiremos a imunidade de grupo em resultado do plano de vacinação em curso. A ação das políticas monetárias, orçamentais e prudenciais foi decisiva na mitigação da crise, e continuará a desempenhar um papel fundamental na dinâmica de recuperação.

Neste enquadramento, o Banco de Portugal prevê uma recuperação do PIB, com um crescimento de 3,9% já em 2021, 4,5% em 2022 e 2,4% em 2023. A atividade retomará o nível pré-pandemia no final de 2022. A recuperação da atividade económica permitirá a diminuição da taxa de desemprego a partir de meados de 2021.
A recuperação da economia Portuguesa depende naturalmente do controlo da situação pandémica e está dependente da eficácia do plano de vacinação em curso e nas incertezas que o plano acarreta.

Após a queda de 9,4% no primeiro semestre de 2020 face ao final de 2019, a atividade económica mundial recuperou durante os meses de verão. No terceiro trimestre, o PIB mundial cresceu acima do esperado (7,3% em cadeia).
O ressurgimento do número de casos de COVID-19, em particular nas economias avançadas, conduziu à reintrodução de medidas de contenção, condicionando fortemente a atividade económica do quarto trimestre de 2020.

O comércio mundial diminui 9,5% em 2020 existindo uma previsão de crescimento de 7,1% em 2021 e 4,0% em média nos dois anos seguintes. A recuperação do comércio deverá ser condicionada pelos fluxos internacionais de turismo e de transportes, e por uma reorganização das cadeias de produção globais. A procura externa dirigida a Portugal diminui 12,6% em 2020 e cresce 7,1% em 2021 e 4,7% em média no período 2022-23. Assume-se que, a partir de 2021, o comércio entre a UE e o Reino Unido passará a reger-se segundo as condições da cláusula da nação mais favorecida estabelecida no âmbito da Organização Mundial do Comércio, o que implica maiores barreiras ao comércio entre as duas regiões e contribui para a revisão em baixa da procura externa dirigida a Portugal.

(Fonte: Banco de Portugal)

11.2 - Estratégia Allianz Portugal

A estratégia futura da Allianz assenta num modelo de negócio de simplicidade e foco no cliente em todas as áreas de atuação, Produtos, Vendas, Sinistros e Operações. A Allianz Portugal tem vindo a preparar um caminho de crescimento, transformação e equilíbrio com o objetivo de ser a referência no setor segurador em termos de satisfação dos nossos clientes. A necessidade de transformar existe para que a Allianz Portugal possa ser mais ágil, mais rápida na execução e mais rápida na implementação e tomada de decisões. O conhecimento das necessidades dos nossos clientes vai facilitar e potenciar o trabalho da nossa rede comercial.

Pretendemos transformar o nosso modelo de negócio com base nos seguintes pontos:

- Aumento da ligação ao cliente (conhecer, servir, cuidar e comunicar)
- Otimizar a relação custo/benefício entre cliente e Companhia
- Investimento na digitalização e automatização
- Harmonização e simplificação de processos
- Otimização de funções e processos
- Aposta na excelência técnica para melhorar a rentabilidade
- Foco no crescimento melhorando a produtividade dos agentes
- Preparação contínua dos colaboradores para o futuro.

Tendo sempre presente que o cliente como principal foco, a estratégia será crescer com uma base sólida de rentabilidade. Em consequência da situação pandémica, o exercício de 2020 gerou resultados relativamente atípicos em algumas linhas de negócio que é importante monitorizar. Em 2021 o principal objetivo será consolidar a rentabilidade operacional em todas as linhas de negócio, desenvolvendo ações de incremento de rendibilidade, das quais destacamos:

- Seleção de risco & disciplina na subscrição
- Limpeza de carteira
- Certificação técnica
- Ajuste segmentado de preço.

Para o período de 2021 a 2023, Allianz Portugal tem por objetivo aumentar a quota de mercado, atingir os rácios combinados pretendidos através de ganhos de produtividade e aumento da excelência na experiência cliente. Assim a estratégia de transformação do modelo da Allianz Portugal terá por objetivo aumentar a eficiência e a produtividade, tendo por base as seguintes ações:

- Aceleração do processo de digitalização
- Impulsionar o modelo de distribuição (agência digital, modelo de vendas e modelo comissões)
- Reforço de talentos e competências.

A ambição da Allianz é ser líder de mercado no serviço ao cliente. Para que isso seja possível será necessário ser uma referência para agentes e corretores, ser líder na excelência técnica do mercado segurador, focalização no digital e ter o cliente sempre em primeiro lugar.

12 - INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA 2020

12.1 - O Grupo Allianz Portugal

O Grupo Allianz Portugal é composto pela Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A. (empresa mãe) e pela Allianz, SGFP, S.A, ambas com sede em Portugal fazendo parte integrante do Grupo Financeiro Internacional Allianz.

A empresa mãe do grupo, tem a sua sede em Lisboa e escritórios comerciais em todo o território nacional e ilhas, trabalhando em Vida e em Não Vida e assentando o seu modelo de negócio na venda através de intermediários e nos princípios da focalização no cliente, da roximidade aos seus parceiros de negócio, da meritocracia inclusiva, da excelência técnica, da inovação e da qualidade de serviço.

Sendo uma empresa de seguros, a Confiança é o valor fundamental da Allianz Portugal, bem como do Grupo Allianz onde se integra. Para o sucesso empresarial na área dos serviços financeiros e em particular na atividade seguradora, a Allianz entende que a Confiança de todos aqueles com quem se relaciona é um fator verdadeiramente indispensável.

E essa Confiança ganha-se e mantém-se através de uma forma de atuar e de fazer negócio baseada na ética e na integridade e através de um conjunto de princípios e de políticas que devem concretizar esses mesmos valores éticos.

12.2. Recursos humanos

12.2.1. Política geral e clima interno

A gestão dos Recursos Humanos do Grupo assenta numa Política de Meritocracia Inclusiva. Isso significa que não conta apenas a performance de cada um, mas também a forma como essa performance é alcançada. Se é importante que os colaboradores da Allianz atinjam os objetivos que estão definidos, tão ou mais importante é a forma como os mesmos se atingem, os princípios que há que respeitar bem como as características que cada empregado deve revelar na sua atividade profissional. Meritocracia porque se quer uma Cultura de Recursos Humanos baseada no mérito das pessoas, reconhecendo mais aqueles que mais se esforçam e que mais aportam à empresa, mas inclusiva porque não se quer deixar ninguém de fora, porque se quer uma politica de inclusão e não de discriminação, porque se quer um ambiente de ética e de confiança.

E a Meritocracia Inclusiva foi concretizada em quatro Atributos que deverão constituir o ADN dos colaboradores Allianz. Esses Atributos são:

- A Liderança Participativa, que implica envolver as pessoas e dar-lhes orientação e objetivos, desenvolvê-las e dar-lhes feedback continuo e colaborar transversalmente, partilhando as boas práticas.
- O Empreendedorismo, que implica correr riscos de forma profissional, promovendo uma cultura onde os erros são permitidos, desenvolver o espírito de iniciativa individual e coletivo e assumir as responsabilidades das suas decisões.
- A Excelência face ao Cliente e ao Mercado, que implica criar um ambiente que promova a inovação e o desenvolvimento de soluções simples, centradas no cliente, ser excelente em todos os pontos de contacto com o cliente e continuamente comparar com os melhores do mercado.
- A Confiança, que significa garantir que a Diversidade e a Inclusão são promovidas, que a Integridade é a base de atuação, honrando os compromissos assumidos e sendo verdadeiros, e atuando sempre com transparência comunicando de forma abrangente.

É, pois com base nestas características que se desenvolvem os Planos de Formação da Companhia, mas também as avaliações de desempenho e os próprios processos de recrutamento.

Todos os anos é realizado um Questionário de Clima Organizacional, anónimo, através de meios eletrónicos e conduzido por uma empresa externa e independente. Tal questionário é comum a todo o grupo Allianz e procura medir o ambiente que se vive nas empresas ao nível dos Recursos Humanos, através de três Índices Principais: o Índice de Empenho e Compromisso, o Índice de Meritocracia e o Índice de "Work Well" (condições de equilíbrio da vida profissional e pessoal). Adicionalmente o Questionário integra ainda um conjunto muito alargado de questões divididas por Dimensões tais como a Colaboração e Comunicação Interna, a Inovação, o Superior Hierárquico, a Focalização no Cliente, a Orientação Estratégica e Gestão de Topo, a Diversidade e Integridade, a Função e os Processos, a Aprendizagem e Desenvolvimento e a própria Compensação.

Em termos de participação, a Allianz Portugal atingiu em 2020 uma taxa de 98%, subindo 2 pontos relativamente ao ano anterior e superior em 13 pontos face à média do Grupo Allianz, de 85%.

Quanto aos principais Índices, no Índice de Meritocracia, a Allianz Portugal atingiu 81%, subindo 5 pontos face a 2019, e 3 pontos acima da média do Grupo, que obteve 78%.

No Índice de "Work Well", a Allianz Portugal atingiu 75%, sete pontos acima do resultado do ano anterior e mais cinco pontos do que a média do Grupo que atingiu 70%.

E no Índice de Empenho e Compromisso, a Allianz Portugal atingiu 85%, subindo 10 pontos face ao ano anterior, superando em sete pontos a média do Grupo Allianz, que se atingiu 78%.

A subida dos resultados nos Índices de Meritocracia, Work Well e Empenho são motivo de grande satisfação e revelam que os planos de Ação implementados tiveram sucesso nestas areas e que a preocupação da empresa com as condições de trabalho dos colaboradores tem sido reconhecida pela grande maioria. Os três Índices revelaram valores acima da média do Grupo Allianz, o que é um sinal muito positivo.

Como em anos anteriores, os Planos de Ação para o ano seguinte continuam a focar-se nos pontos onde os resultados foram menos bons para procurar implementar ações que possam reverter essa situação.

12.2.2 - Diversidade

A Allianz Portugal tem uma estrita política de não discriminação, seja de género seja de qualquer outro tipo, aplicando a igualdade no tratamento de homens e mulheres.
Como melhor indicador o facto de o cargo de topo da empresa ser ocupado por uma mulher, a única Administradora-Delegada da atividade seguradora em Portugal.

Adicionalmente, o Grupo Allianz impõe como objetivo que cada empresa tenha no seu Comité Executivo uma percentagem de 20% de mulheres. A Allianz Portugal já tem hoje 33% do seu Comité Executivo constituído por mulheres.

Ao nível dos Diretores executivos de primeira e segunda linha da empresa, 57% são mulheres e no total dos colaboradores, 55,5% são do género feminino.

Todas as Políticas de Recursos Humanos são por isso totalmente neutras em termos de género, sendo o critério base o do mérito, seja para os recrutamentos, seja para as promoções ou evoluções salariais.

12.2.3 - Indicadores

A Allianz Portugal terminou o ano de 2020 com 633 colaboradores, mais 9 do que em 31 de Dezembro de 2019. Este aumento deve-se essencialmente à constituição de uma Direção Financeira local, integrando nos seus quadros funções chave para a Allianz Portugal.

Os colaboradores apresentam no final do ano uma média etária de 45,5 anos e a média de antiguidade na empresa é de 17,2 anos.

Em termos de habilitações literárias, 61% dos colaboradores possuem cursos superiores ou graduações mais elevadas, 2% possuem um bacharelato, 30% possuem o ensino secundário e 7% possuem habilitações académicas inferiores ao ensino secundário.

12.2.4 - Formação

Durante o ano de 2020 registaram-se 2.971 participações em ações de formação, uma descida face ao ano anterior devido à brusca mudança de formato de aulas presenciais para formato virtual. No total foram realizadas 10.015 horas de Formação, uma descida substancial face a 2019 e que resulta numa média de 16 horas de formação por colaborador.

Do total de horas, 9.153 foram realizadas em Formação Interna, e 862 horas representam formação externa.

O Grupo Allianz mantém o acordo com o Linkedin Learning desde o início do ano de 2018, que permite a todos os colaboradores das suas empresas terem acesso gratuito a mais de 20.000 cursos de formação da mais variada natureza, desde a técnica á área comportamental. Em 2020 41% dos colaboradores da Allianz Portugal encontram-se registados nesta plataforma, tendo realizado cerca de 110 cursos de formação. Trata-se de uma possibilidade que é dada a todos os colaboradores de poderem escolher as Formações que mais lhe interessam e realizá-las ao seu ritmo, da forma que mais lhes seja adequada, num sistema online que facilita muito este tipo de ações.

Ainda muito importantes as participações de 60 dos nossos Colaboradores que obtiveram a Certificação Técnica na P&C e L&H Academy.

12.2.5 Equilibrio da vida pessoal e profissional

A Allianz Portugal desenvolve todos os anos o seu Programa de "Work Well" que procura promover um melhor equilíbrio entre a vida pessoal e profissional. Como forma de ajudar os colaboradores nas épocas de férias dos seus filhos, realizou-se no Verão 1 Colónia de Férias para cerca de 24 crianças.

Manteve-se o número de parcerias com ginásios e acordos com empresas de prestação de serviços das mais diversas áreas, que pretendem promover a vida saudável e facilitar a vida dos colaboradores Allianz a preços especiais.

A Allianz aproveita ainda alguns dos seus patrocínios para proporcionar aos seus colaboradores a oportunidade de assistirem a eventos de uma forma gratuita, e em família. É o caso do Futebol, do Surf, dos espetáculos da Companhia Nacional de Bailado Contemporâneo ou do Festival Indie de Cinema. No ano de 2020 não foi possível realizar, como habitualmente, o Jantar de Natal da Allianz, onde os colaboradores de todo o país se juntam para confraternizar. Contudo, os anos de carreira dos nossos Colaboradores foram comemorados com uma mensagem especial e um presente comemorativo. De forma a sinalizar esta época e pelos constrangimentos inerentes, foi enviado a todos os Colaboradores um Cabaz de Natal com produtos portugueses.

12.2.6 - Saúde e segurança no trabalho

Para além dos serviços de Medicina do Trabalho obrigatórios por Lei, a Allianz Portugal realiza ainda ações de saúde e bem-estar aos seus colaboradores, habitualmente duas vezes por ano, nas instalações da Empresa, são efetuados diversos rastreios e atividades relacionadas com a saúde e bem-estar, como sejam, workshops de nutrição, de relaxamento corporal, de gestão de stress, vacina da gripe, entre outras atividades. Apesar da forte adesão dos Colaboradores a estas iniciativas, em 2020 devido à pandemia Covid 19 não foi possível concretizar estas atividades presencialmente nas instalações da Empresa.

Ainda durante o ano de 2020, 129 colaboradores realizaram ações de Formação na área da Segurança e Higiene no Trabalho.

Adicionalmente, os Serviços de Segurança e Higiene realizam as suas inspeções às instalações da Allianz Portugal todos os anos, para análise das condições de higiene e de segurança, mas também das próprias condições de trabalho como a iluminação natural e artificial, o equipamento e o espaço de trabalho.

12.3 - SUSTENTABILIDADE

12.3.1 Responsabilidade social

A Allianz Portugal continua a desenvolver a sua Política de Responsabilidade Social com o objetivo de desempenhar um papel ativo e positivo do ponto de vista social, económico e ambiental na sociedade, contribuindo desta forma para um futuro mais sustentável e inclusivo. A prossecução dos objetivos é levada a cabo contando com a participação e envolvimento de todos os colaboradores nas mais diversas ações e atividades realizadas junto da sociedade, nomeadamente ações de voluntariado e de apoio às gerações futuras, com empenho e forte sentido de espírito de equipa e cooperação entre todos.

Em 2020, a Allianz Portugal, continuando a dar corpo ao que acredita ser a sua responsabilidade de dar suporte ao desenvolvimento das próximas gerações, juntou-se a mais uma iniciativa global – Allianz World Run – em que os km percorridos pelos seus colaboradores foram convertidos em donativos para as Aldeias S.O.S. Crianças em cinco países fortemente impactados pelo contexto da pandemia COVID-19 e pelas alterações climáticas: Ruanda, Zâmbia, Etiópia, Uganda e Nigéria. Em relação às Aldeias S.O.S em Portugal, foram levadas a cabo outras ações como o donativo de computadores portáteis, para facilitar o acesso ao conhecimento dos jovens que aí residam. Paralelamente, foram também distribuídos a todos os jovens que residem nesta instituição um presente de Natal, oferta dos nossos colaboradores, e um cabaz de Natal às 18 residências integrantes desta instituição.

Também, com a continuidade na ligação da Allianz Portugal à Associação EPIS (Empresários Pela Inclusão Social), continuámos a apoiar financeiramente este projeto que visa, nomeadamente, a promoção do sucesso escolar e formação de jovens que necessitam de maior apoio. Adicionalmente, também foi possível, com a cooperação de diversos colaboradores e do seu espírito de iniciativa solidária social, realizar diversas ações como aulas de literacia financeira, idas acompanhadas a sessões de cinema, entre outras. Permitindo, deste modo, que os jovens apoiados pela EPIS possam aceder a outros tipos de conhecimento e de cultura, enquanto parte do seu desenvolvimento pessoal e académico.

Num ano em que a pandemia de COVID 19 afetou toda a nossa sociedade e aumentou o nível de carência de muitas famílias, a Allianz e os seus colaboradores procuraram dar o seu contributo com diversas ações neste âmbito. Doámos mais de 600 refeições quentes que foram distribuídas por instituições como a Refood e a Comunidade Vida e Paz. Lançámos ainda uma nova iniciativa – Hope Boxes Allianz – que, com os donativos de alimentos dos nossos colaboradores e da própria Allianz, permitiram apoiar mais de 1.300 famílias por todo o país.

A parceria de longo prazo entre a Allianz e a UNICEF Portugal, através da entrega de 70% da rentabilidade obtida com a venda do seguro Allianz Proteção Infantil, dá suporte a um projeto em São Tomé que assenta em áreas como a "Proteção Infantil" e a "Prevenção da gravidez precoce e comportamentos de risco em adolescentes".

Durante 2020 decorreram iniciativas como a Doação de Sangue e de Medula Óssea por mais de 30 doadores, doação de bens e rações a instituições de proteção a animais, ou a doação de computadores portáteis a instituições como a Casa do Caminho, Centro Social e Paroquial da Ramada ou a Universidade de Coimbra. Oferecemos 2.500 árvores para continuar a dar suporte à reflorestação em Portugal, nomeadamente nos concelhos de orres Vedras e Seia. Foram ainda angariadas mais 6.000 árvores, no âmbito da Allianz Cup 19-20, árvores essas que serão plantadas em 2021.

12.3.2 - Políticas ambientais

Na Allianz Portugal vigora uma política de responsabilidade ambiental que passa pela adoção de uma estratégia e de ações que lhe dão corpo, no sentido de contribuir de forma positiva para um meio-ambiente mais equilibrado e sustentável a médio e longo-prazo. Deste modo, e em linha com o compromisso do Grupo Allianz a que pertence, continuou o seu caminho para assegurar o seu contributo para o objetivo de manter o aquecimento global abaixo dos 2º C, como definido pelo Acordo Climático de Paris.

Em termos de sensibilização e promoção de boas práticas ambientais, em 2020 demos corpo internamente a iniciativas como a "ECOWEEK" em que durante uma semana os colaboradores, através de gestos individuais (ter plantas, não utilizar transportes poluentes nas suas deslocações, entre outros), puderam aumentar o seu compromisso com este tema.
Em termos de objetivos de redução de consumos e minimização de desperdícios, seja de papel, água, energia, entre outros, a Allianz e os seus colaboradores têm vindo a manifestar um desempenho bastante consistente.

Ao nível do consumo de água, quer da rede de distribuição quer engarrafada, a redução foi de 31%, ou seja, em 2020 consumiram-se, por cada colaborador, 2.818 m3, quando em 2019 este valor se havia fixado nos 4.107 m3.

No consumo total de energia registou-se um decréscimo de 15%. Por outro lado, a Allianz Portugal garantiu junto do seu fornecedor um certificado de que a energia utilizada é 100% com origem em fontes renováveis, dando assim mais um passo em direção ao objetivo maior de redução de emissões de carbono da sociedade.

Em termos da gestão de resíduos ou lixo produzidos na Allianz Portugal está implementada uma prática de separação e posterior reciclagem desse mesmo lixo. E, simultaneamente, há uma preocupação em produzir cada vez menos lixo em termos totais e por cada colaborador. Neste sentido, a quantidade de lixo enviada para reciclagem continuou a sua trajetória descendente em 39%, com um total de 1.990 kg em 2020 em comparação com os 3.263 kg de lixo reciclado em 2019.

A forte aposta numa estratégia digital continuou a dar frutos em 2020. A substituição do papel por meios eletrónicos de comunicação com os nossos clientes e parceiros, o desenvolvimento de novas ferramentas que têm permitido acelerar a digitalização das várias áreas de suporte ao negócio, a introdução de inovação e tecnologia, bem como a consciencialização de todos os envolvidos nos mais diversos processos e operações da empresa para esta necessidade, têm contribuído para uma sustentada redução do consumo de papel. Em termos objetivos, verificou-se uma redução do consumo total de papel de mais de 3 toneladas face ao ano transato.

Em síntese, a Política Ambiental da Allianz Portugal encontra-se em contínua evolução e desempenho positivo, cumprindo assim o seu papel como impulsionador de um mundo melhor para as atuais e futuras gerações.

12.4 - Direitos humanos e políticas de integridade

A Allianz Portugal tem como documento base da sua atuação o seu Código de Conduta, uma verdadeira Constituição com os valores e princípios fundamentais que regem a atividade da empresa e o desempenho dos seus colaboradores.

Cada colaborador tem o Código de Conduta anexo ao seu Contrato de Trabalho e regularmente são efetuadas ações de formação e de sensibilização referentes ao Código de Conduta.

Este Código de Conduta integra o Pacto Global das Nações Unidas e os seus dez Princípios Básicos.
Desta forma, a empresa deve:

1 - A Apoiar e respeitar a proteção internacional e nacional dos direitos humanos na sua esfera de influência;
2 - Garantir que os seus serviços não são cúmplices com abusos dos direitos humanos;
3 - Apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento do direito à negociação coletiva;
4 - Apoiar a eliminação de todas as formas de trabalho forçado;
5 - Apoiar a efetiva abolição do trabalho infantil;
6 - Apoiar a eliminação da discriminação relativamente ao emprego e ocupação;
7 - Apoiar uma abordagem de prevenção relativamente aos desafios ambientais;
8 - Promover iniciativas que promovam uma responsabilidade ambiental cada vez maior;
9 - Encorajar o desenvolvimento de tecnologias ambientais favoráveis;
10 - Trabalhar contra todo o tipo de corrupção, incluindo a extorsão e o suborno;

Ao longo do seu texto, o Código de Conduta da Allianz Portugal determina ainda um conjunto de princípios básicos que são de cumprimento obrigatório para todos os colaboradores e que incluem:

- O cumprimento de toda a legislação e regulamentação aplicáveis;
- Uma atuação assente na honestidade, integridade e dignidade;
- A não discriminação por qualquer critério;
- A Confidencialidade dos Dados Pessoais dos seus clientes, parceiros de negócio ou quaisquer outros terceiros com quem se relacione;
- A cooperação com as autoridades publica e de supervisão;
- A exigência de exatidão, compreensibilidade e abrangência da informação fornecida ao público e à comunicação social;
- O respeito pela independência da comunicação social e a recusa em remunerar qualquer tipo de conteúdo editorial;
- A prestação de informações o mais corretas e completas aos clientes, para que possam tomar uma decisão fundamentada;
- Regras de identificação de potenciais Conflitos de Interesses e formas de resolução dos mesmos;
- A exigência de prontidão e integridade no tratamento das reclamações dos clientes ou terceiros;
- A proibição estrita da corrupção e do suborno;
- A exigência de uma politica estrita de prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo;
- A proteção dos recursos naturais.

Através destas regras, e conforme referido na introdução, a Allianz Portugal quer ser uma referência de ética e integridade na sua atuação e no respeito pelos Direitos Humanos. O Código de Conduta é assim um documento de conteúdo obrigatório e cujo incumprimento sujeita os colaboradores a procedimento disciplinar.

Adicionalmente, a Allianz Portugal tem incluídas no seu sistema informático as listas de entidades sancionadas emitidas pela Organização das Nações Unidas e pela União Europeia, que permitem controlar e evitar qualquer pagamento a essas entidades ou pessoas e controlar se as mesmas são ou não clientes da empresa.

Se o Código de Conduta é a pedra base do normativo interno da empresa, este é constituído por vários outros documentos.

Neste âmbito importa destacar as Políticas de Combate à Corrupção e Suborno, de Combate à Fraude e de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo.
A Allianz Portugal, através do seu Programa de Compliance, tem publicadas políticas sobre estas matérias, desenvolve ações de Formação regular sobre as mesmas e mantém uma constante sensibilização dos colaboradores para estes temas através de uma página específica da sua Intranet.

A Política de Combate à Corrupção determina como regra base a estrita proibição de qualquer forma de corrupção ou suborno. Mas adicionalmente explicita um conjunto de situações que podem levantar dúvidas e impõe um conjunto de regras para evitar qualquer tipo de potenciais problemas.

Desta forma estabelecem-se regras estritas sobre a aceitação de ofertas ou outros benefícios por parte de clientes, parceiros de negócio ou outros, definindo-se claramente o que pode ser entendido como cortesias comerciais habituais e outras práticas de mercado, sobre as ofertas que podem ser feitas pela Allianz, sobre a participação em quaisquer tipos de eventos, sejam técnicos sejam de entretenimento a convite de terceiros e o especial cuidado a ter no relacionamento com quaisquer organismos públicos e representantes estatais, para evitar qualquer tipo de situações eventualmente dúbias.

Todos os pagamentos efetuados pela Allianz Portugal são por transferência bancária ou cheque, através de regras claramente definidas sobre poderes de autorização e sempre sujeitas à regra do "Duplo Visto" para evitar que qualquer colaborador possa sozinho efetuar pagamentos.

Importa destacar dentro da Política de Combate à Corrupção o Programa de Controlo de Integridade dos Prestadores (CIP). Através deste Programa do Compliance, qualquer prestador de serviços contratado pela Allianz Portugal passa por um processo de Controlo de Integridade, com o preenchimento de determinados questionários e recolha de determinada informação, do que resulta um resultado global que permite ou não a contratação do mesmo.

No âmbito do Combate à Fraude a Política da Allianz Portugal assenta na regra "Tolerância Zero" e inclui um conjunto de regras de prevenção, de controlo e de deteção. O sistema faz monitorizações continuas para analisar dados e controlar quaisquer situações suspeitas e provocar os alertas necessários.

Lisboa, 24 de fevereiro de 2021

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Vicente Tardio Rautel
Presidente

Teresa Paula Lan Brantuas Silva
Administradora-delegada

Helga Jung
Ivan de la Sota Duñabeitia

Carla Sofia Pereira
José Pena do Amaral
Tomás Muniesa
João Pedro Oliveira e Costa

A

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Companhia de Seguros Allianz Portugal

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

ATIVO	Notas	2020			2019
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3	13.874.432	-	13.874.432	25.300.950
Ativos financeiros detidos para negociação	5.1	966.863	-	966.863	943.421
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	5.2	79.846.016	-	79.746.016	29.383.312
Ativos financeiros disponíveis para venda	5.3	1.132.435.428	-	1.132.435.428	1.062.368.535
Empréstimos concedidos e contas a receber	5.4	850.233	-	850.233	992.752
Empréstimos concedidos		850.233	-	850.233	992.752
Terrenos e edifícios	6	53.804.255	5.275.449	48.528.806	49.942.599
Terrenos e edifícios de uso próprio		23.318.587	5.275.449	18.043.138	18.662.915
Terrenos e edifícios de rendimento		30.485.668	-	30.485.668	31.279.684
Outros ativos tangíveis	8	35.663.896	24.134.157	11.529.739	11.395.929
Ativos sob direito de uso	8	1.890.877	-	1.890.877	2.096.214
Outros ativos intangíveis	9	16.868.635	12.491.907	4.376.728	4.166.364
Provisões técnicas de resseguro cedido	10	41.993.142	10.514.158	31.478.984	28.278.214
Provisão para sinistros		16.884.381	-	16.884.381	14.803.757
Provisão para prémios não adquiridos		25.108.761	10.514.158	14.594.603	13.474.457
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	11	141.962.429	6.898.356	135.064.073	178.219.930
Contas a receber por operações de seguro direto		32.187.449	2.218.336	29.969.113	28.117.606
Contas a receber por operações de resseguro		1.609.950	-	1.609.950	844.926
Contas a receber por outras operações		108.165.030	4.680.020	103.485.010	149.257.398
Ativos por impostos e taxas	12	4.183.104	-	4.183.104	2.144.929
Ativos por impostos (e taxas) correntes		2.269	-	2.269	2.150
Ativos por impostos diferidos		4.180.835	-	4.180.835	2.142.779
Acréscimos e diferimentos	13	188.393	-	188.393	53.801
TOTAL ATIVO		1.524.527.702	59.314.027	1.465.213.676	1.395.286.950

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2020	2019
PASSIVO			
Provisões técnicas	14	744.085.906	721.838.534
Provisão para prémios não adquiridos		110.236.135	102.698.719
Provisão matemática do ramo Vida		150.772.137	180.626.910
Provisão para sinistros			
De Vida		21.657.415	19.919.211
De Acidentes de Trabalho		230.161.363	204.891.804
De outros ramos		185.432.018	172.671.392
Provisão para participação nos resultados		27.542.368	22.818.081
Provisão para estabilização de carteira		216.362	487.341
Provisão para desvios de sinistralidade		17.830.893	16.854.061
Provisão para riscos em curso		237.215	871.015
Passivos financeiros da componente de depósitos de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	15	346.677.370	327.373.872
Outros passivos financeiros	16	451.600	464.708
Depósitos recebidos de resseguradoras		451.600	464.708
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	17	1.863.920	1.988.846
Outros credores por operações de seguros e outras operações	18	57.910.666	56.413.470
Contas a pagar por operações de seguro direto		31.514.107	3.626.364
Contas a pagar por operações operações de resseguro		3.059.440	3.086.045
Contas a pagar por outras operações		23.436.119	49.701.061
Passivos por impostos e taxas	12	51.970.232	50.963.760
Passivos por impostos (e taxas) correntes		29.349.786	31.630.973
Passivos por impostos diferidos		22.620.447	19.332.787
Passivos de locações	8	1.894.710	2.095.984
Acréscimos e diferimentos	19	26.253.876	25.819.721
Outras provisões	20	11.710.088	4.201.109
TOTAL PASSIVO		1.242.818.369	1.191.160.004
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	21	39.545.400	39.545.400
Reservas de reavaliação	22	79.934.140	68.687.545
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		79.836.135	68.589.540
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		98.005	98.005
Reserva por imposto diferidos	22	(22.615.635)	(19.461.661)
Outras reservas	22	77.484.626	77.257.011
Resultados transitados		11.354.905	(2.634.398)
Resultado líquido do exercício	31	36.564.633	40.605.160
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS DA COMPANHIA		222.268.068	203.999.057
Interesses minoritários		127.239	127.889
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E INTERESSES MINORITÁRIOS		222.395.307	204.126.946
TOTAL PASSIVO, INTERESSES MINORITÁRIOS E CAPITAL PRÓPRIO		1.465.213.676	1.395.286.950

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Conta de ganhos e perdas consolidada para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

Conta de ganhos e perdas	Notas	2020				2019
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	**23**	**95.535.367**	**419.407.956**	**-**	**514.943.324**	**511.411.661**
Prémios brutos emitidos		97.969.426	474.122.378	-	572.091.804	571.503.765
Prémios de resseguro cedido		(2.173.223)	(43.408.362)-	-	(45.581.584)	(44.460.339)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		(267.634)	(12.419.409)	-	(12.687.043)	(16.970.432)
Provisão para prémios não adquiridos, parte reseguradores (variação)		6.797	1.113.349	-	1.120.146	1.338.667
Comissão de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	**24**	**590.432**	**-**	**-**	**590.432**	**373.326**
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	**25**	**(56.833.586)**	**(293.959.561)**	**-**	**(350.793.147)**	**(383.184.608)**
Montantes pagos		**(55.038.862)**	**(258.339.384)**	**-**	**(313.378.246)**	**(352.160.601)**
Montantes brutos		(55.251.295)	(272.461.731)	-	(327.713.027)	(364.252.163)
Parte dos resseguradores		212.434	14.122.347	-	14.334.781	12.091.562
Provisão para sinistros (variação)		**(1.794.725)**	**(35.620.177)**	**-**	**(37.414.902)**	**(31.024.007)**
Montante bruto		(1.738.204)	(37.757.322)	-	(39.495.525)	(22.912.020)
Parte dos resseguradores		(56.521)	2.137.145	-	2.080.624	(8.111.987)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)		**270.979**	**(343.032)**	**-**	**(72.053)**	**3.313.564**
Provisão matemática do ramo Vida, líquida de resseguro (variação)	**14**	**29.871.734**	**-**	**-**	**29.871.734**	**40.196.907**
Montante bruto		29.871.734	-	-	29.871.734	40.196.907
Participação nos resultados, líquida de resseguro	14	**(4.816.438)**	**(506.328)**	**-**	**(5.322.766)**	**(2.817.433)**
Custos e gastos de exploração líquidos	26	**(53.811.760)**	**(97.018.181)**	**-**	**(150.829.942)**	**(140.889.060)**
Custos de aquisição		(46.557.030)	(97.089.071)	-	(143.646.101)	(130.897.822)
Custos de aquisição diferidos (variação)		467.805	4.664.861	-	5.132.666	4.018.438
Gastos administrativos		(8.120.944)	(11.084.968)	-	(19.205.912)	(22.362.642)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		398.409	6.490.997	-	6.889.405	8.352.966
Rendimentos	28	**12.341.375**	**13.249.013**	**17.418**	**25.607.806**	**22.475.560**
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		12.837.960	11.970.675	9.820	24.818.455	22.157.773
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		(496.585)	-	-	(496.585)	(1.049.997)
Outros		-	1.278.338	7.598	1.285.936	1.367.784
Ganhos financeiros	26	**(6.015.822)**	**(5.383.061)**	**-**	**(11.398.883)**	**(2.572.195)**
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		(3.999.643)	(4.378.988)		(8.378.631)	-
Outros		(2.016.179)	(1.004.073)	-	(3.020.252)	(2.572.195)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	**29**	**(85.951)**	**75.428**	**-**	**(10.523)**	**2.451.232**
De ativos disponíveis para venda		(85.951)	75.428	-	(10.523)	2.451.232
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	**30**	**-**	**-**	**(2.138)**	**(2.138)**	**225.775**
De ativos e passivos financeiros detidos para negociação		-	-	(2.138)	(2.138)	225.775
Diferenças de câmbio		**-**	**-**	**(2.073)**	**(2.073)**	**(6.125)**
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	6	**-**	**(698.816)**	**16.375**	**(682.440)**	**4.628.114**
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)		**(74.432)**	**(27.514)**	**(1.170.207)**	**(1.272.153)**	**656.234**
De ativos disponíveis para venda		(74.432)	(27.514)-	-	(101.946)	(26.469)
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	11	-	-	(1.170.207)	(1.170.207)	704.526
De outros		-	-	-	-	(21.823)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		**-**	**394.594**	**-**	**394.594**	**489.037**
Outras provisões (variação)		**-**	**-**	**27.786**	**27.786**	**(336.894)**
Outros rendimentos/gastos		**-**	**-**	**738.281**	**738.281**	**(744.757)**
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS E INTERESSES MINORITÁRIOS		**16.971.898**	**35.190.498**	**(374.588)**	**51.787.838**	**55.670.338**
Imposto sobre o rendimento do Exercício - Impostos correntes	**12**	**-**	**-**	**(17.247.206)**	**(17.247.206)**	**(12.943.459)**
Imposto sobre o rendimento do Exercício - Impostos diferidos	**12**	**-**	**-**	**2.023.239**	**2.023.239**	**(2.121.542)**
RESULTADO APÓS IMPOSTOS E ANTES DE INTERESSES MINORITÁRIOS		**16.971.898**	**35.190.498**	**(15.598.525)**	**36.563.872**	**40.605.336**
Interesses minoritários	**4**				**761**	**(176)**
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**16.971.898**	**35.190.498**	**(15.598.525)**	**36.564.633**	**40.605.160**

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Notas do anexo	Demonstração de Variações do Capital Próprio	Capital	Reservas de reavaliação		Reserva por impostos diferidos e correntes	Outras reservas			Resultados transacio-nados	Resultado do exercício	Subtotal	Intereses que não controlam	TOTAL
			Por ajustamen-tos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		Reserva legal	Prémios de emissão	Outras reservas					
	Demonstração da posição financeira a 31 de dezembro de 2018	**39.545.400**	**46.651.601**	**98.005**	**(13.314.321)**	**39.029.506**	**31.004.878**	**7.598.106**	**29.897**	**(2.664.295)**	**147.978.777**	**125.274**	**148.104.051**
	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	-	-	-	(2.664.295)	2.664.295	-	-	-
	Distribuição dos resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outro rendimento integral do exercício	-	21.937.939	-	(6.147.340)	-	-	(375.479)	-	-	15.415.120	2.439	15.417.559
	Reconhecimento dos desvios atuariais (líquido de impostos)	-	-	-	-	-	-	(375.479)	-	-	(375.479)	-	(375.479)
22	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda (líquidos de shadow)	-	21.937.939	-	-	-	-	-	-	-	21.937.939	3.147	21.941.086
22	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	-	-	-	(6.147.340)	-	-	-	-	-	(6.147.340)	(708)	(6.148.048)
	Transações com interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
31	Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-		-	40.605.160	40.605.160	176	40.605.336
	Total do rendimento integral do exercício, líquido de impostos	-	21.937.939	-	(6.147.340)	-	-	(375.479)	-	40.605.160	50.020.280	2.615	56.022.895
	Total das variações do capital próprio	-	21.937.939	-	(6.147.340)	-	-	(375.479)	(2.664.295)	40.605.160	56.020.280	2.615	56.022.895
	Demonstração da posição financeira a 31 de dezembro de 2019	**39.545.400**	**68.589.540**	**98.005**	**(19.461.661)**	**39.029.506**	**31.004.878**	**7.222.627**	**(2.634.398)**	**40.605.160**	**203.999.057**	**127.889**	**204.126.946**
	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	515.894	-	-	40.089.267	(40.605.160)	-	-	-
	Distribuição de resultados	-	-	-	-	-	-	-	(26.099.964)	-	(26.099.964)	-	(26.099.964)
	Outro rendimento integral do exercício	-	11.246.594	-	(3.153.947)	-	-	(288.278)	-	-	7.804.342	-	7.804.342
	Reconhecimento dos desvios atuariais (líquido de impostos)	-	-	-	-	-	-	(288.278)	-	-	(288.278)	-	(288.278)
22	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda (líquidos de shadow)	-	11.246.594	-	-	-	-	-	-	-	11.246.594	111	11.246.705
22	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	-	-	-	(3.153.974)	-	-	-	-	-	(3.153.974)	-	(3.153.974)
	Transações com interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outros ganhos/ perdas reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
31	Resultado líquido do período									36.564.633	36.564.633	(761)	36.563.872
	Total do rendimento integral do exercício, líquido de impostos	-	11.246.594	-	(3.153.974)	-	-	(288.278)	-	36.564.633	44.368.975	(650)	44.368.325
	Total das variações do capital próprio	-	11.246.594	-	(3.153.974)	515.894	-	(288.278)	13.989.303	36.564.633	58.874.171	(650)	58.873.521
	Demonstração da posição financeira a 31 de dezembro de 2020	**39.545.400**	**79.836.134**	**98.005**	**(22.615.635)**	**39.545.400**	**31.004.878**	**6.934.349**	**11.354.905**	**36.564.633**	**222.268.068**	**127.239**	**222.395.307**

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADA PARA O EXERCÍCIO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Notas de anexo	Demonstração do rendimento integral consolidada	2020	2019
	Resultado líquido do exercício	**36.563.872**	**40.605.337**
31	Atribuível aos acionistas da Companhia	36.564.633	40.605.160
4	Atribuível aos interesses que não controlam	(761)	176
	Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados	**8.092.620**	**15.793.038**
22	Alterações da reserva de justo valor - Ativos disponíveis para venda	11.246.594	21.941.086
22	Impostos diferidos e correntes	(3.153.974)	(6.148.048)
	Itens que não irão ser classificados para a demonstração de resultados	**(288.278)**	**(375.479)**
22	Reconhecimento dos desvios atuariais	(418.287)	(542.215)
22	Impostos sobre desvios atuariais	130.009	166.736
	Outro rendimento integral	**7.804.342**	**15.417.559**
	Rendimento integral do exercício	**44.368.325**	**56.022.896**
	Atribuível aos acionistas da Companhia	44.368.975	56.020.280
	Atribuível aos interesses que não controlam	(650)	2.615
	Total rendimento integral do exercício	**44.368.325**	**56.022.895**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores em Euros)

	2020	2019
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	36.564.633	40.605.160
Depreciações e amortizações do exercício-	2.604.000	3.198.212
Variação das provisões técnicas de seguro direto	22.247.372	(5.077.821)
Variação das provisões técnicas de resseguro cedido	(3.200.770)	6.773.322
Variação de passivos por contratos de investimento	19.303.498	16.745.487
Variação de justo valor dos imóveis de rendimento e imparidade uso próprio	727.016	(4.175.144)
Variação de outras provisões	7.508.979	(2.325.179)
Variação de ativos de negociação	(23.442)	(297.331)
Variação de empréstimos e contas a receber	142.519	162.362
Variação de devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	43.155.857	(69.843.317)
Variação de outros ativos e passivos por impostos	(4.185.677)	19.933.065
Variação de outros ativos e passivos	(122.685)	3.791.629
Variação de credores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	1.512.615	13.532.238
	126.233.914	**23.022.683**
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Variação nos ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	(50.462.704)	(13.729.105)
Variação nos ativos financeiros disponíveis para venda	(58.835.718)	(4.042.956)
(Aquisições)/Alienações de ativos tangíveis e inatangíveis	(2.537.247)	(4.403.038)
(Aquisições)/Alienações de terrenos e edifícios	275.850	993.132
	(111.559.819)	**(21.181.967)**
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos	(26.099.964)	-
Transações com interesses que não controlam	111	2.439
Interesses que não controlam	(761)	176
	(26.100.614)	**2.615**
Variação líquida em caixa e equivalentes	(11.426.519)	1.843.331
Caixa e equivalentes no início do período	25.300.950	23.457.619
Caixa e equivalente no fim do período	**13.874.432**	**25.300.950**

A

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Companhia de Seguros Allianz Portugal

Exercício de 2020

1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A., ("Allianz Portugal", "Companhia" ou "Grupo") com sede na Rua Andrade Corvo, nº. 32, 1069-014 Lisboa, é a empresa mãe do Grupo Allianz em Portugal. A Companhia resultou da fusão por incorporação na Portugal Previdente - Companhia de Seguros, S.A., da Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., constituída por escritura pública de 27 de setembro de 1999. Esta fusão teve, em termos contabilísticos, efeitos retroativos a 1 de janeiro de 1999.

A Companhia tem como objeto social o exercício das atividades de seguro e resseguro dos ramos Vida e Não Vida, nos termos do respetivo estatuto que rege a sua atividade.

A Companhia é detida em 35% pelo Banco Português de Investimento, S.A. (BPI) e em 64,85% pela Allianz Europe, B.V., sendo a Allianz SE o "ultimate parent" da Allianz Portugal.

As entidades que compõem o Grupo em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 são:

- Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A (Empresa mãe);

- Allianz - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (subsidiária), detida em 88,60%.

As demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2021.

2 - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1.1 Bases de apresentação e princípios das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas, agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela norma n.º 3/2018-R, de 29 de março, da ASF, e com as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo. Este normativo corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de dezembro e pelo Decreto-Lei nº 237/2008, de 15 de dezembro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – "Contratos de seguros" da qual apenas vigora os critérios de classificação contabilística dos contratos de seguros.

As IAS/IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e as interpretações emitidas pelo Internacional Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC"), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Em 2020 a Allianz Portugal adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2020. Essas normas apresentam-se discriminadas na nota 2.16. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados os valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Allianz Portugal na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2020, são consistentes com os exercícios anteriores. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros, arredondados à unidade.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente investimentos ativos e passivos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Allianz Portugal efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizadas estimativas e pressupostos significativos na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas na nota 2.14 abaixo.

2.1.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos, proveitos e custos do Grupo.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

A consolidação das contas das entidades que integram o Grupo foi efetuada pelo método da consolidação integral.
As transações e os saldos significativos entre as empresas objeto de consolidação foram eliminados, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas. Adicionalmente, quando aplicável, são efetuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas subsidiárias é apresentado na rubrica "Interesses minoritários", do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos da Allianz Portugal e da subsidiária, após harmonização das respetivas políticas contabilísticas, na proporção da respetiva participação efetiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos e de mais e menos-valias geradas em transações entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

2.2. Concentração de atividades empresariais

As aquisições de subsidiárias são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos ativos entregues e passivos incorridos ou assumidos em contrapartida da obtenção do controlo sobre a entidade adquirida, acrescido de custos incorridos diretamente atribuíveis à operação. Na data de aquisição, que corresponde ao momento em que o Grupo obtém o controlo sobre a subsidiária, os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na IFRS 3 – "Concentrações de atividades empresariais" são registados pelo respetivo justo valor

2.3. Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio na data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

2.4. Instrumentos financeiros

2.4.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor. No caso de ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos diretamente atribuíveis à transação são registados nas rubricas "Gastos de investimentos diretos" e em "Comissões por operações de títulos e investimentos". Nas restantes situações, estes custos são acrescidos ao valor do ativo.

A última emenda à IFRS4 veio permitir ao sector segurador, mediante determinados requisitos, o diferimento da aplicação da IFRS9 até à entrada em vigor da nova norma dos contratos de seguros - IFRS17. Assim, a Companhia continua a aplicar a IAS 39 no tratamento contabilístico dos Instrumentos Financeiros.

A Allianz Portugal classifica os seus ativos financeiros no início de cada transação considerando a intenção que lhes está subjacente de acordo com as seguintes categorias:

i. Ativos Financeiros classificados no momento inicial ao justo valor através de resultados, que inclui:

- Os ativos financeiros de negociação, que são os adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo a preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura;

- Os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos em resultados do exercício, na rubrica "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas".

ii. Ativos financeiros disponíveis para venda. Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Ativos que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Ativos que não se enquadrem nas categorias restantes.

Os ativos disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capitais próprios, nas "Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas" ou "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)", respetivamente.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efetiva, sendo reconhecidos em "Rendimentos", da demonstração de ganhos e perdas. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica "Rendimentos", quando é estabelecido o direito ao seu recebimento.

iii. Ativos financeiros detidos até à maturidade

Nesta categoria são reconhecidos ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros.

Estes ativos financeiros encontram-se registados pelo custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. De acordo com este método, o valor do instrumento financeiro em cada data de balanço corresponde ao seu custo inicial, deduzido de reembolsos de capital efetuados e de perdas por imparidade e ajustado pela amortização, com base no método da taxa efetiva, de qualquer diferença entre o custo inicial e o valor de reembolso.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a Companhia a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e a Companhia ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria.

iv. Empréstimos concedidos e contas a receber

Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

a) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

As aquisições e alienações de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, de ativos financeiros disponíveis para venda e de ativos financeiros detidos até à maturidade, são reconhecidas na data da negociação ("trade date"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa quando:

- a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou, não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção;
- a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

b) Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

c) Justo valor

Conforme descrito anteriormente, os ativos financeiros registados nas categorias de "Ativos financeiros ao justo valor através de resultados" e "Ativos disponíveis para venda" são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração. Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando:

- Metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizadas de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento; e
- Pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição, deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

d) Transferências entre categorias

As regras de reclassificação da IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros permitem que uma entidade transfira instrumentos financeiros de Ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de Ativos financeiros disponíveis para venda, Crédito a clientes - Crédito titulado ou para Ativos financeiros detidos até à maturidade ("Held-to-maturity"), desde que sejam verificados os requisitos enunciados na norma para o efeito, nomeadamente:

• Se um ativo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo; ou

• Quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma rara circunstância.

As transferências de ativos financeiros reconhecidas na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes - Crédito titulado e Ativos financeiros detidos até à maturidade são permitidas em determinadas circunstâncias.

São proibidas as transferências de e para outros Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados (*"Fair Value Option"*).

e) Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

De acordo com a IAS 39, um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do devedor;
- Incumprimentos de cláusulas contratuais, tais como atrasos nos pagamentos de juros ou de capital;
- Reestruturação de operações em resultado de dificuldades financeiras do devedor ou do emissor da dívida;
- Probabilidade de o devedor entrar em situação de falência ou dificuldades financeiras;
- Desaparecimento de um mercado ativo para esse ativo financeiro como resultado de dificuldades financeiras do emissor;
- Alterações adversas nas condições do setor.

A Allianz Portugal utiliza os seguintes critérios para a realização do teste de imparidade para os ativos financeiros disponíveis para venda:

Títulos de rendimento variável (ações e fundos)

- Decréscimo prolongado do justo valor: um ativo cujo justo valor esteja abaixo do seu valor de custo durante 9 meses consecutivos, ou;
- Decréscimo significativo do justo valor: um ativo cujo justo valor, na data do reporte, esteja pelo menos 20% abaixo do seu valor de custo.

Títulos de rendimento fixo (obrigações) - Quando há uma deterioração do nível de crédito do emitente ou dificuldades financeiras, terá de ser analisada a ocorrência de alguns fatores:

- Dificuldades financeiras significativas do emitente;
- Default no pagamento dos juros ou do principal;
- Grande probabilidade de falência;
- Desaparecimento de um mercado ativo devido a dificuldades financeiras.

Critérios adicionais:

Se um ou mais, dos fatores mencionados, se verificarem, existem alguns fatores adicionais que terão de ser analisados:

- Queda do justo valor devido à falta de liquidez (desaparecimento de um mercado ativo) ou alargamento de spreads (deterioração da qualidade do crédito);
- Permanência do justo valor 20% abaixo do valor amortizado por 6 meses consecutivos;
- "Downgrades" significativos por parte de uma ou mais Agências de rating;
- Recomendações de compra/venda dos analistas.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

2.4.2. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados:

- inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos; e
- subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

2.4.3. Passivos financeiros

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação *("trade date")*, pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa *("discounted cash flows")* e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

2.5. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Esta rubrica engloba os valores registados no balanço cuja maturidade é inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

2.6. Terrenos e edifícios

Os terrenos e edifícios detidos pela Companhia são valorizados pelo modelo do custo no caso dos imóveis de serviço próprio, de acordo com a opção prevista pela IAS 16, e pelo modelo de justo valor no caso dos imóveis de rendimento, de acordo com o tratamento previsto pela IAS 40.

Independentemente do modelo de valorimetria são efetuadas avaliações regulares, com periodicidade anual, a todos os imóveis. As avaliações dos terrenos e edifícios, são efetuadas tendo em vista a obtenção do presumível valor de transação, normalmente o valor de mercado (justo valor), isto é, o preço pelo qual o terreno ou edifício poderia ser vendido, à data da avaliação, por contrato privado entre um vendedor e um comprador interessados e independentes, entendendo-se que o bem é objeto de uma oferta pública no mercado, que as condições deste permitem uma venda regular e ordenada, e que se dispõe de um prazo normal para negociar a venda, tendo em conta a natureza do bem.

Estas avaliações são efetuadas através da ponderação combinada dos métodos de avaliação "Comparativo de Mercado" e "Rendimento", e os valores respetivos conduzem às alterações de justo valor nas propriedades de investimento (imóveis de rendimento) e servem para efeitos de teste de imparidade nos ativos tangíveis (imóveis de serviço próprio). O método "Comparativo de Mercado" é sempre utilizado, sendo o mesmo suportado em evidências de mercado, onde é efetuada uma prospeção de mercado de imóveis que sejam comparáveis ao imóvel objeto de avaliação, fundamentando-se os valores pela análise de transações de propriedades análogas.

O método do "Rendimento" consiste no apuramento do valor do terreno ou edifício mediante o quociente entre a renda anual efetiva e uma taxa de capitalização adequada. No caso dos imóveis de rendimento que sejam transferidos para Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas, ao abrigo do IFRS 5, os mesmos são avaliados pelo seu justo valor à data da transferência com base em avaliações de peritos independentes ou de acordo com os valores descritos nos contratos promessa de compra e venda deduzidos de eventuais custos de alienação.

Conforme previsto pela Norma IFRS 13 – Justo valor, as avaliações dos terrenos e edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado. No entanto, uma vez que a generalidade das avaliações considera também dados não observáveis, o justo valor dos terrenos e edifícios da Companhia encontra-se classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor definida pela IFRS 13.

Métodos de avaliação
As avaliações dos terrenos e edifícios, são efetuadas tendo em vista a obtenção do presumível valor de transação, normalmente o valor de mercado (justo valor), isto é, o preço pelo qual o terreno ou edifício poderia ser vendido, à data da avaliação, por contrato privado entre um vendedor e um comprador interessados e independentes, entendendo-se que o bem é objeto de uma oferta pública no mercado, que as condições deste permitem uma venda regular e ordenada, e que se dispõe de um prazo normal para negociar a venda, tendo em conta a natureza do bem. Nos casos de existência de contratos de arrendamento a determinação do presumível valor de transação tem em consideração o valor baseado no rendimento.

As técnicas de avaliação, normalmente, utilizadas são:

i. Abordagem de mercado: consiste na avaliação do terreno ou edifício por comparação, ou seja, em função de transações e/ou propostas efetivas de aquisição em relação a terrenos ou edifícios que possuam idênticas características físicas e funcionais, e cuja localização se insira numa mesma área do mercado imobiliário;

ii. Abordagem do custo: consiste na determinação do valor do edifício através da soma do valor de mercado do terreno e de todos os custos necessários à construção de um edifício de iguais características físicas e funcionais, depreciados em função da sua antiguidade, estado de conservação e estimativa de vida útil e acrescidos das margens de lucro requeridas. Alternativamente, esta abordagem pode basear-se no justo valor do bem imóvel no seu estado atual, retirando ao referido valor, após conclusão das obras, todos os custos e margens associadas, ainda não executados;

iii. Abordagem do rendimento: consiste no apuramento do valor do terreno ou edifício mediante o quociente entre a renda anual efetiva e uma taxa de capitalização adequada.

Terrenos e edifícios de uso próprio
Os edifícios de uso próprio são amortizados ao longo da respetiva vida útil definida em cada avaliação.

2.7. Outros ativos tangíveis

Os ativos tangíveis são contabilizados ao respetivo custo de aquisição líquido das amortizações e deduzido de perdas de imparidade.

Os custos subsequentes são capitalizados se for provável que fluirão para a empresa benefícios económicos futuros, que excedam o nível de desempenho originalmente avaliado do ativo existente.

Os custos de assistência não são capitalizados, visto terem, por objetivo, a reparação e manutenção do ativo existente com vista ao seu normal funcionamento e não o aumento dos benefícios económicos futuros. Este tipo de custos é registado em gastos quando incorrido.

As amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes para que o valor dos imobilizados seja amortizado durante a sua vida útil estimada:

	Nº de Anos
Imóveis de uso próprio	25 a 54
Equipamento administrativo	8
Máquinas, aparelhos e ferramentas	4 a 8
Equipamento informático	4
Instalações interiores	3 a 10
Material de transporte	4
Outras imobilizações corpóreas	3 a 8

É avaliado em cada data de reporte, se existem indícios de imparidade. É considerada a existência de imparidade se o valor contabilístico do ativo for superior ao maior valor entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de venda (valor recuperável). A imparidade é reconhecida na demonstração de resultados.

A estimativa do período de vida útil do ativo segue critérios económicos (estimativa dos fluxos dos benefícios económicos futuros). O período de vida útil é estimado na compra do ativo e revisto no final de cada data de reporte.

São considerados imóveis para uso próprio, aqueles que se destinam a serem usados pela Companhia no exercício da sua atividade.

2.8. Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos (4 a 6 anos).

Os custos diretamente relacionados com a produção de produtos informáticos desenvolvidos pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os custos com desenvolvimento de software informático, reconhecidos como ativos são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.9. Locações

A IFRS 16 estabelece os princípios aplicáveis ao reconhecimento, à mensuração, à apresentação e à divulgação de contratos de locações. De acordo com a IFRS 16 as locações de todos os ativos, com algumas exceções, é definida como um contrato, ou parte de um contrato, que transfere o direito de uso de um bem (o ativo subjacente) por um período de tempo em troca de um valor. As locações são classificadas como operacionais quando não são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e direitos associados ao ativo.

Como locatário

Na data de início de uma locação, o locatário reconhece um passivo pela obrigação de efetuar pagamentos ao locatário e um ativo que representa o direito de uso do ativo subjacente durante o prazo da locação. Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente os juros sobre o passivo de arrendamento e a depreciação sobre o ativo de direito de uso.

À data de entrada em vigor da norma o locatário deve mensurar o passivo da locação pelo valor presente dos pagamentos de locação que não estejam liquidados nessa data. A taxa de desconto dos pagamentos será determinada como a taxa implícita no contrato de locação, ou seja, a taxa que faz com que o valor atualizado dos pagamentos de locação e o valor residual não garantido seja igual ao justo valor do ativo subjacente acrescido dos custos diretos suportados pelo locador. Se a taxa implícita na locação não for facilmente determinável, irá ser usada a taxa incremental de financiamento, isto é, uma taxa de desconto que é possível obter para conseguir, com a mesma maturidade e garantia semelhante, os fundos necessários para a aquisição do ativo subjacente.

A norma prevê duas isenções de reconhecimento para locatários - locações de ativos de "valor baixo" e locações de curto prazo, ou seja, arrendamentos com um prazo de arrendamento de menor ou igual a 12 meses.

Com base nas exceções previstas na norma contabilística, a Companhia não reconhece no seu balanço o direito de uso e a correspondente responsabilidade de locações de bens de baixo valor (abaixo de 5.000 Euros).

A Companhia classifica as operações de locação como locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos na IFRS 16 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são substancialmente transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

A Companhia elegeu ainda a opção de separar as locações das componentes que não são locação (serviço) e considerar apenas a componente de locação na aplicação desta norma.

2.10. Benefícios aos empregados

Plano de benefício definido – Responsabilidades com pensões e encargos com saúde
A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos estabelecidos no Contrato Coletivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT). Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT).

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pela Companhia, individualmente para cada plano.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar substancialmente um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

Anualmente, o Contrato Coletivo de Trabalho é revisto, mas tem sido mantido os principais termos e condições da alteração de 2011.

As principais alterações decorrentes do Contrato Coletivo de Trabalho de 2011 resumem-se da seguinte forma: (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativos admitidos até 22 de junho de 1995 deixam de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal a pagar em 2012 por perda de benefícios e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Allianz Portugal.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com a IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade *("settlement")*.

A responsabilidade líquida da Companhia relativa ao plano de pensões de benefício definido (beneficiários não abrangidos pelas alterações do Acordo Coletivo de trabalho de 2011) e outros benefícios é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de Companhias com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado pela Companhia multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

A Companhia reconhece na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir a idade de reforma.

O plano dos benefícios a cargo do Grupo é financiado anualmente com contribuições da Allianz Portugal para cobrir responsabilidades projetadas com pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspetiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Plano de contribuição definida (com garantia de Capital)
Com a alteração do Contrato Coletivo de Trabalho em 23 de dezembro de 2011, o valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma ('PIR').
O plano individual de reforma deve prever a garantia de capital, tanto no que diz respeito aos valores transferidos do plano anterior, como das entregas subsequentes efetuadas pelo Grupo.
O contrato constitutivo do Fundo de Pensões AZP III, onde se encontram os planos individuais de reforma dos colaboradores, refere que "para a garantia de capital responde em primeiro lugar a conta reserva com a titularidade da associada, e se nesta conta se verificar insuficiência, a associada efetuará as contribuições extraordinárias necessárias".

Como a responsabilidade com a garantia de capital recai sobre a Companhia enquanto entidade empregadora., continua a existir uma obrigação legal e construtiva, o que, de acordo com o definido na IAS 19, faz com que o PIR deva ser classificado como um plano de benefício definido.

Prémio de permanência
O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Allianz Portugal. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Benefícios de saúde
A Allianz Portugal concede um benefício de assistência médica discricionária a reformados entre os 65 e os 70 anos, e os pré-reformados desde a data da pré-reforma, e a reformados por invalidez desde a data da invalidez até aos 70 anos.

O cálculo e registo destas obrigações são efetuados de forma semelhante aos das responsabilidades com pensões.

Bónus
As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.11. Contratos de seguro e contratos de investimento

O registo das transações associadas aos contratos de seguro e de resseguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pela Companhia é efetuado de acordo com o normativo da ASF. Conforme referido acima, o PCES incorpora os princípios de classificação de contratos estabelecidos pela IFRS 4 – "Contratos de seguro", no âmbito dos quais os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos da IAS 39.

Adicionalmente, conforme previsto na IFRS 4, os contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária continuam a ser classificados como contratos de seguro, continuando, portanto, a ser valorizados de acordo com as normas da ASF.

Ao nível de mensuração dos contratos associados a contratos de seguro é tratado por normas específicas emitidas pela ASF.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respetivas condições contratuais preveem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato;
- Cujo montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discrição do emissor; e
- Estejam dependentes da performance de um determinada Companhia de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados ativos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos ativos afetos a seguros com participação nos resultados e que se prevê virem a ser atribuídas aos segurados são refletidas na provisão para participação nos resultados a atribuir.

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados são registadas na rubrica contabilística de provisões técnicas. As provisões técnicas relativas aos produtos vida foram determinadas tendo por base pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado.

Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem a provisão matemática de contratos vida, a provisão para participação nos resultados atribuída e a atribuir, a provisão para prémios não adquiridos, a provisão para riscos em curso, a provisão para estabilização de carteira, o teste de adequação das responsabilidades e a provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

As provisões não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

A mensuração dos contratos de seguro é feita de acordo com os princípios seguintes:

Reconhecimento de custos e proveitos
Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Os prémios de contratos de seguro e resseguro não vida, de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são registados, quando devidos, na rubrica "Prémios adquiridos líquidos de resseguro", da demonstração de ganhos e perdas.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro e resseguro não vida e os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática do ramo vida, sendo o custo refletido no mesmo momento em que são registados os proveitos associados aos prémios emitidos.

Custos de aquisição diferidos
Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

Provisão para prémios não adquiridos
A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efetuada mediante a aplicação do método "Pro-rata temporis", por cada contrato em vigor. De acordo com o ponto 4.2.1 da Norma Regulamentar nº 3/2018-R de 29 de março da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, o método "Pro-rata temporis" é aplicado sobre os prémios brutos emitidos, deduzidos dos respetivos custos de aquisição.

Provisão para sinistros
A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício. As provisões para sinistros não são descontadas.

As reservas matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas mediante tabelas e fórmulas atuariais, estabelecidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, por referência a métodos atuariais reconhecidos e legislação laboral vigente.

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo do valor atual das pensões de Acidentes de Trabalho detalham-se como segue:

	2020	
	Pensões Não Remíveis	Pensões Remíveis
Tábua de mortalidade	85% (35% GMF95+65%GKM95)	TD 88/90
Taxa de desconto	3%, ocorridos antes de 01/01/2015 2%, ocorridos após 01/01/2015 (inclisive) 0.6%, ocorridos após 01/01/2019 (inclusive)	5,25%
Encargos de gestão	2,00%	-

	2019	
	Pensões Não Remíveis	Pensões Remíveis
Tábua de mortalidade	35% GMF95+65% GKM95	TD 88/90
Taxa de desconto	3%, ocorridos antes de 01/01/2015 2%, ocorridos após 01/01/2015 (inclusive) 0,6%, ocorridos após 01/01/2019 (inclusive)	5,25%
Encargos de gestão	2,00%	-

A Allianz Portugal suporta ainda 0,85% sobre o capital de remição das pensões em pagamento à data de 31 de dezembro de cada ano relativo a contratos de seguro de Acidentes de Trabalho, bem como sobre o valor da provisão matemática das prestações suplementares por assistência de terceira pessoa, em pagamento a 31 de dezembro de cada ano. Este valor é assim entregue ao Estado para que faça a gestão do Fundo Acidentes de Trabalho (FAT). É ainda constituída uma Provisão FAT, para fazer face às contribuições futuras até à extinção das responsabilidades das pensões em pagamento a 31 de dezembro de cada ano.

A análise à suficiência das provisões para os diversos ramos é avaliada/validada através da realização de estudos atuariais ao longo do ano.

As análises realizadas contemplam responsabilidades diretas com os segurados (sinistros declarados ou não), e ainda encargos a pagar no futuro, nomeadamente o FAT.

As estimativas efetuadas assentam, maioritariamente, em triângulos de pagamentos e custos com sinistros, que utilizam quer modelos determinísticos, quer modelos estocásticos.

O valor atual desta responsabilidade é registado nas demonstrações financeiras no momento da determinação das pensões.

Provisão matemática
As provisões matemáticas referentes ao ramo Vida, têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras da Allianz Portugal relativamente às apólices emitidas e são calculadas com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor.

A Provisão matemática do ramo vida tem como objetivo, registar o valor atual das responsabilidades futuras da Allianz Portugal, conforme os pressupostos previstos nas respetivas apólices, como segue:

Modalidade	Taxa de Mortalidade	Taxa Técnica
Carteira antiga (anterior a 1984)		
1. Seguros em caso de morte	AF e PM 60/64	3,25% / 4%
2. Seguros em caso de vida	RF	3,25%
Carteira nova (posterior a 1984)		
1. Seguros em caso de morte Individuais Grupo	 PM 60/64 e GKM 80 PM 60/64 e GKM 80	 4% 4%
2. Seguros em caso de vida Individuais Grupo	 PF 60/64: TV 73/77 PF 60/64: TV 73/77	 4% / 3% 4%
3. Complemento Opcional de Reforma	PF 60/64: TV73/77; GRM 80	6% / 4% / 3,5% / 5% / 3%

Sendo os seguintes valores correspondentes ao ano de 2019:

Modalidade	Taxa de Mortalidade	Taxa Técnica
Carteira antiga (anterior a 1984)		
1. Seguros em caso de morte	AF e PM 60/64	3,25% / 4%
2. Seguros em caso de vida	RF	3,25
Carteira nova (posterior a 1984)		
1. Seguros em caso de morte Individuais Grupo	 PM 60/64 e GKM 80 PM 60/64 e GKM 80	 4% 4%
2. Seguros em caso de vida Individuais Grupo	 PF 60/64: TV 73/77 PF 60/64: TV 73/77	 4% / 3% 4%
3. Complemento Opcional de Reforma	PF 60/64: TV73/77; GRM 80	6% / 4% / 3,5% / 5% / 3%

Provisão para estabilização da carteira
A provisão de estabilização de carteira deve ser constituída relativamente aos contratos de seguro de grupo, anuais renováveis, garantindo como cobertura principal o risco de morte, com vista a fazer face ao agravamento do risco inerente à progressão da média etária do grupo seguro, sempre que aqueles sejam tarifados com base numa taxa única, a qual, por compromisso contratual, se deva manter por um certo prazo.
A referida provisão é igualmente constituída relativamente aos riscos complementares em idênticas circunstâncias. Nessa base foi constituída provisão para a carteira de seguros do Crédito à Habitação – Taxa fixa.

Provisão para participação nos resultados
A provisão para participação de resultados, corresponde aos montantes destinados aos segurados ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação de resultados, desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos, nomeadamente mediante a inclusão nas provisões matemáticas.

A provisão para participação nos resultados é dotada, anualmente, com base nas contas de resultados das modalidades que preveem a sua constituição. O seu cálculo é efetuado de acordo com o plano de participação nos resultados de cada modalidade.

Para as apólices que beneficiam de uma participação nos resultados, conforme estabelecido nas condições gerais da apólice, é afetada uma participação no termo de cada ano civil relativamente aos contratos que se encontram em vigor. A distribuição desta participação é efetuada em 1 de janeiro ou na data aniversaria seguinte (a 1 de janeiro ou 1 de julho consoante as modalidades).

Provisão para participação nos resultados a atribuir
Os ganhos e perdas não realizados de ativos financeiros que se encontrem afetos a contratos de seguros e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro no pressuposto de que efetivamente lhe serão distribuídos aquando da sua realização.

Provisão para Compromissos de taxa
A Allianz Portugal testa a adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. Esta avaliação é efetuada tendo por base a projeção dos cash flows futuros associados a cada contrato. O desconto dos cash flows é feito com base na curva de rendimentos financeiros gerada pela carteira de ativos afeta a cada portfolio. Esta avaliação é efetuada por produto ou de forma agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Na eventualidade de existir uma deficiência, esta é registada em resultados por contrapartida da rubrica provisão matemática.

2.12. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros resultam do imposto corrente e do imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que serão também registados por contrapartida em capitais próprios.

Os impostos correntes são apurados de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

2.13. Provisões e passivos contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As "Outras provisões" destinam-se a fazer face a contingências judiciais, fiscais e outras resultantes da atividade do Companhia.

2.14. Estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

A aplicação das políticas contabilísticas requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Allianz Portugal são analisadas como se segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Allianz Portugal e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Allianz Portugal poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Allianz Portugal e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade de ativos financeiros
As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.4.1. e). Deste modo, a determinação da imparidade tem em conta as conclusões resultantes da avaliação específica efetuada pela Companhia com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão.

A Companhia considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de ativos financeiros, tendo em conta as regras definidas pela IAS 39.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos
De acordo com a IAS 39, a Companhia valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.4.1 c). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Valorização de terrenos e edifícios de uso próprio e de rendimento
Conforme referido na nota 2.6 os terrenos e edifícios são avaliadas a cada data de balanço, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor.

As avaliações dos terrenos e edifícios, são efetuadas tendo em vista a obtenção do presumível valor de transação, normalmente o valor de mercado (justo valor). Nos casos de existência de contratos de arrendamento a determinação do presumível valor de transação tem em consideração o valor baseado no rendimento. As técnicas de avaliação normalmente utilizadas são a abordagem de comparativo de mercado e a abordagem do rendimento, conforme descritas na nota 2.6.

A Companhia considera que as valorizações obtidas com base nestas metodologias correspondem à melhor estimativa do justo valor destes ativos na data do balanço.

Provisões e passivos contingentes
Conforme referido na nota 2.13, procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

A decisão quanto ao reconhecimento de provisões e respetiva mensuração tem em conta a avaliação realizada pela

Companhia quantos aos riscos e incertezas associados aos processos em curso e expectativa de concretização do dispêndio de recursos, tendo por referência a melhor informação que se encontre disponível à data de encerramento das demonstrações financeiras.

Determinação dos passivos por contratos de seguros e de resseguros
A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros e resseguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.11. Estes passivos refletem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas da Allianz Portugal, efetuada com base em pressupostos atuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no setor.

Face à natureza da atividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros e de resseguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas.

No entanto, a Companhia considera que os passivos por contratos de seguros e de resseguros refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pela Companhia.

Impostos sobre os lucros
A Companhia encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia, durante um período de quatro anos, exceto quando são apurados prejuízos fiscais em que o período é de cinco anos para os exercícios de 2017 a 2019 e de doze anos para o exercício de 2020. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Allianz Portugal, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados
A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

2.15. Adoção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB) e interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretation Commitee" (IFRIC), conforme adotadas pela União Europeia stimativas e julgamentos

2.15.1. Normas adotadas (Novas ou Revistas)
No decorrer do Exercício de 2020 a Companhia adotou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respetivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2020. As alterações com relevância para a Companhia foram as seguintes:

a) **IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7** (alteração), 'Reforma das taxas de juro de referência – fase 1'. Estas alterações fazem parte da primeira fase do projeto 'IBOR reform' do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do benchmark para as taxas de juro de referência. As isenções referem-se à contabilidade de cobertura, em termos de: i) componentes de risco; ii) requisito 'altamente provável'; iii) avaliação prospetiva; iv) teste de eficácia retrospetivo (para adotantes da IAS 39); e v) reciclagem da reserva de cobertura de fluxo de caixa, e têm como objetivo que a reforma das taxas de juro de referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura. No entanto, qualquer ineficácia de cobertura apurada deve continuar a ser reconhecida na demonstração dos resultados;

b) AS 1 e IAS 8 (alteração), 'Definição de material'. Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de"material" e clarifica que a menção a informações pouco claras refere-se a situações cujo efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, devendo a entidade avaliar a materialidade considerando as demonstrações financeiras como um todo. São ainda efetuadas clarificações quanto ao significado de "principais utilizadores das demonstrações financeiras", sendo estes definidos como 'atuais e futuros investidores, financiadores e credores' que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam;

c) Estrutura concetual, 'Alterações na referência a outras IFRS'. Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceptual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospetiva, exceto se impraticáveis.

Estas alterações não tiverem impactos materiais nas Demonstrações Financeiras da Allianz Portugal.

2.15.2. Normas, Interpretações, Emendas e Revisões que irão entrar em vigor em Exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em Exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas *(endorsed)* pela União Europeia:

a) IFRS 16 (alteração), "Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de junho de 2020). Esta alteração introduz um expediente prático para os locatários (mas não para os locadores), que os isenta de avaliar se as bonificações atribuídas pelos locadores no âmbito da COVID-19, qualificam como "modificações" quando estejam cumpridos cumulativamente três critérios: i) a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração; ii) qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos em, ou até 30 de junho de 2021; e iii) não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação. Os locatários que optem pela aplicação desta isenção, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas, como rendas variáveis de locação no(s) período(s) no(s) qual(ais) o evento ou condição que aciona a redução de pagamento ocorre. Esta alteração é aplicada retrospetivamente com os impactos refletidos como um ajustamento nos resultados transitados (ou noutra componente de capital próprio, conforme apropriado) no início do período de relato anual em que o locatário aplica a alteração pela primeira vez;

b) FRS 4 (alteração), 'Contratos de seguro – diferimento da aplicação da IFRS 9' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de junho de 2021). Esta alteração refere-se às consequências contabilísticas temporárias que resultam da diferença entre a data de entrada em vigor da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e da futura IFRS 17 – Contratos de Seguro. Em especial, a alteração efetuada à IFRS 4 adia até 2023 a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 a fim de alinhar a data efetiva desta última com a da nova IFRS 17.

Com base na análise das alterações futuras acima referidas, não são estimados impactos futuros materiais nas Demonstrações Financeiras da Allianz Portugal.

2.15.3. Normas, Interpretações, Emendas e Revisões ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em Exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (endorsed) pela União Europeia:

a) IAS 1 (alteração) 'Apresentação das demonstrações financeiras - classificação de passivos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato. A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um "covenant". Esta alteração inclui ainda uma nova definição de "liquidação" de um passivo. Esta alteração é de aplicação retrospetiva;

b) IAS 16 (alteração) 'Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. Esta alteração é de aplicação retrospetiva, sem reexpressão dos comparativos;

c) IAS 37 (alteração) 'Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo;

d) Melhorias às normas 2018 – 2020 (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias altera os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41;

e) IFRS 3 (alteração) 'Referências à Estrutura conceptual' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de junho de 2022). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, incorridos separadamente versus incluídos numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospetiva;

f) IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 (alterações) 'Reforma das taxas de juro de referência - fase 2' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Estas alterações tratam de questões que surgem durante a reforma de uma taxa de juro de referência, incluindo a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa, permitindo a adoção de isenções como: i) alterações na designação e documentação de cobertura; ii) valores acumulados na reserva de cobertura de fluxo de caixa; iii) avaliação retrospetiva da eficácia de uma relação de cobertura no âmbito da IAS 39; iv) alterações nas relações de cobertura para grupos de itens; v) presunção de que uma taxa de referência alternativa, designada como uma componente de risco não especificada contratualmente, é identificável separadamente e qualifica como um risco coberto; e vi) atualizar a taxa de juro efetiva, sem reconhecer ganho ou perda, para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado com variações nos fluxos de caixa contratuais em consequência da reforma da IBOR, incluindo locações que são indexadas a uma IBOR;

g) IFRS 17 (nova), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, as quais são reavaliadas a cada data de relato. A mensuração corrente pode ser efetuada pela aplicação do modelo completo ("building block approach") ou simplificado ("premium allocation approach").

O modelo completo baseia-se em cenários de fluxos de caixa descontados ponderados pela probabilidade de ocorrência e ajustados pelo risco, e uma margem de serviço contratual, a qual representa a estimativa do lucro futuro do contrato. Alterações subsequentes dos fluxos de caixa estimados são ajustados contra a margem de serviço contratual, exceto se esta se tornar negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospetiva com algumas isenções na data da transição;

h) FRS 17 (alteração), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração compreende alterações específicas em oito áreas da IFRS 17, tais como: i) âmbito; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desreconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações. Esta alteração também inclui clarificações, que têm como objetivo simplificar alguns dos requisitos desta norma e agilizar a sua implementação.

A Allianz Portugal encontra-se a avaliar os impactos futuros nas Demonstrações Financeiras da possível adoção futura pela União Europeia dos normativos acima descritos.

3 - CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Nesta rubrica estão englobados os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses.
Em 31 de dezembro de 2020 as rubricas de caixa e depósitos à ordem, totalizavam 13.824.968 Euros, como segue:

	2020	2019
Caixa e equivalentes	374	374
Depósitos à ordem	13.874.058	25.300.576
	13.874.432	**25.300.950**

4 - EMPRESAS DO GRUPO E TRANSAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍODO

A estrutura do Grupo ao nível das empresas subsidiárias e os respetivos dados financeiros retirados das suas contas estatutárias individuais em 31 de dezembro de 2020 e 2019, podem ser resumidos da seguinte forma:

A Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A., tem por objeto o exercício da atividade seguradora, sendo a informação financeira separada relativa aos anos de 2020 e 2019 a seguinte:

2020			
Ativos	Passivos	Capital Próprio	Resultado Líquido
1.464.965.651	1.242.755.580	222.210.071	36.570.543

2019			
Ativos	Passivos	Capital Próprio	Resultado Líquido
1.395.042.004	1.191.105.994	203.936.010	40.603.792

A Allianz - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., tem por objeto o exercício da atividade de gestão, administração e representação de Fundos de Pensões, sendo a informação financeira separada relativa aos anos de 2020 e 2019 a seguinte:

2020			
Ativos	Passivos	Capital Próprio	Resultado Líquido
1.194.460	108.112	1.086.348	(6.672)

2019			
Ativos	Passivos	Capital Próprio	Resultado Líquido
1.194.079	101.059	1.093.020	1.544

5 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

5.1. Ativos financeiros detidos para negociação

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2020		2019	
	Justo Valor	Valor Nocianla	Justo Valor	Valor Nocional
Derivados				
Opções	966.863	966.863	943.421	943.421
	966.863	**966.863**	**943.421**	**943.421**
Dos quais:				
Nível 1	-	-	-	-
Nível 2	966.863	966.863	943.421	943.421
Nível 3	-	-	-	-
Custo de aquisição	-	-	-	-
	966.863	**966.863**	**943.421**	**943.421**

5.2. Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2020			
	Custo Aquisição	Valias Não Realizadas	Juro	Valor de Balanço
Dívida pública	370.858	(667)	1.502	371.693
Instrumentos de capital e unidades de participação	77.242.077	2.232.246	-	79.474.323
TOTAL	**77.612.936**	**2.231.579**	**1.502**	**79.846.016**

Com o detalhe pelos diferentes níveis:

	2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Dívida pública	371.693	-	-	371.693
Instrumentos de capital e unidades de participação	79.474.323	-	-	79.474.323
TOTAL	**79.846.016**	-	-	**79.846.016**

Relativamente ao ano anterior:

	2019			
	Custo Aquisição	Valias Não Realizadas	Juro	Valor de Balanço
Dívida pública	374.120	3.124	2.599	379.843
Instrumentos de capital e unidades de participação	27.117.795	1.885.674	-	29.003.469
TOTAL	**27.491.915**	**1.888.798**	**2.599**	**29.383.312**

Com o detalhe pelos diferentes níveis:

	2019			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Dívida pública	379.843	-	-	379.843
Instrumentos de capital e unidades de participação	29.003.469	-	-	29.003.469
TOTAL	**29.383.312**	-	-	**29.383.312**

5.3. Ativos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de dezembro de 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2020					
	Custo Aquisi-ção Ajustado	Resrva Justo Valor		Imparidade	Juro	Valor Balanço
		Positiva	Negativa			
Títulos de dívida						
De dívida pública	546.131.925	67.805.582		-	7.554.817	621.492.324
De outros emissores	470.445.911	14.315.921	(53.088)	-	5.335.886	490.044.629
	1.016.577.835	82.121.503	(53.088)	-	12.890.703	1.111.536.953
Ações	691.511	661	-	-	-	692.171
Outros instrumentos de capital e unidades de participação	20.198.146	18.769	-	(10.611)	-	20.206.303
TOTAL	**1.037.467.491**	**82.140.933**	**(53.088)**	**(10.611)**	**12.890.703**	**1.132.435.428**

Com o detalhe pelos diferentes níveis:

	2020			
	Level 1	Level 2	Level 3	Total
Títulos de dívida				
De dívida pública	602.326.573	19.165.751	-	621.492.324
De outos emissores	485.025.463	5.019.167	-	490.044.629
	1.087.352.036	**24.184.917**	**-**	**1.111.536.953**
Ações	-	-	692.171	**692.171**
Outros instrumentos de capital e unidades de participação	19.896.461	-	309.843	**20.206.303**
TOTAL	**1.107.248.497**	**24.184.917**	**1.002.014**	**1.132.435.428**

Relativamente ao ano anterior:

	2019					
	Custo Aquisição Ajustado	Resrva Justo Valor		Imparidade	Juro	Valor Balanço
		Positiva	Negativa			
Títulos de dívida						
De dívida pública	547.918.264	54.322.308	(330.685)	-	7.854.447	609.764.334
De outros emissores	408.506.995	15.644.706	(88.338)	-	6.510.209	430.573.572
	956.425.259	69.967.014	(419.023)	-	14.364.657	1.040.337.906
Ações	691.511	889.661	-		-	1.581.172
Outros instrumentos de capital e unidades de participação	20.432.948	49.169	(32.661)		-	20.449.457
TOTAL	**977.549.718**	**70.905.845**	**(451.684)**	**-**	**14.364.657**	**1.062.368.535**

Com o detalhe pelos difrentes níveis:

	2019			
	Level 1	Level 2	Level 3	Total
Títulos de dívida				
De dívida pública	592.576.020	17.188.315	-	**609.764.334**
De outos emissores	428.551.623	2.021.949	-	**430.573.572**
	1.021.127.643	**19.210.264**	**-**	**1.040.337.907**
Ações	-	-	**1.581.172**	**1.581.172**
Outros instrumentos de capital e unidades de participação	19.963.827	-	485.630	**20.449.457**
TOTAL	**1.041.091.470**	**19.210.264**	**2.066.802**	**1.062.368.535**

De acordo com os requisitos da IFRS 13, estão mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:
Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados com base em preços executáveis publicados por fontes externas;
Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização considerando maioritariamente dados observáveis de mercado;
Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

5.4. Empréstimos concedidos e contas a receber

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2020	2019
Empréstimos concedidios		
Empréstimos hipotecários	798.506	929.818
Empréstimos sobre apólices	51.727	62.934
	850.233	**992.752**

6 - TERRENOS E EDIFÍCIOS

Os movimentos ocorridos no Exercício de 2020 relativamente aos terrenos e edifícios são detalhados como segue:

i) Nas rubricas do balanço

	2020							
	Saldo Inicial	Amortizações e Imparidades Iniciais	Aquisições	Amortizações	Reforços/Re-versões de Imparidade	Alterações de Justo valor	Alienações	Saldo Final
Terrenos e edifícios								
De uso próprio	23.590.096	(4.927.181)	-	(410.927)		-	(208.850)	18.043.138
De rendimento	31.279.684	-	-	-	-	(727.016)	(67.000)	30.485.668
	54.869.780	**(4.927.181)**	**-**	**(410.927)**	**-**	**(727.016)**	**(275.850)**	**48.528.806**

ii) E nas rubricas de ganhos e perdas

	2020				
	Rendimentos de Rendas	Gastos	Amortizações	Regularizações	Alterações de Justo Valor
De uso próprio	-	1.272.108	410.927	-	-
	-	1.272.108	410.927	-	-
De rendimento					
Com rendimentos no ano	1.285.936	110.022	-	-	337.773
Sem rendimentos no ano	-	106.689	-	-	(1.064.789)
	1.285.936	216.711	-	-	(727.016)
	1.285.936	**1.488.818**	**410.927**	**-**	**(727.016)**

Os movimentos ocorridos no Exercício de 2019, detalham-se da seguinte forma:

i) Nas rubricas do balanço

	2019							
	Saldo Inicial	Amortizações e Imparidades Iniciais	Aquisições	Amortizações	Reforços/Re-versões de Imparidade	Alterações de Justo valor	Alienações	Saldo Final
Terrenos e edifícios								
De uso próprio	24.597.348	(4.501.361)	-	(418.117)	(21.824)	-	(993.132)	18.662.915
De rendimento	27.082.718	-	-	-	-	4.196.966		31.279.684
	51.680.066	**(4.501.361)**	**-**	**(418.117)**	**(21.824)**	**4.196.966**	**(993.132)**	**49.942.599**

ii) E nas rubricas de ganhos e perdas:

	2019				
	Rendimentos de Rendas	Gastos	Amortizações	Regularizações	Alterações de Justo Valor
De uso próprio	-	1.169.084	418.117	-	(21.822)
	-	1.169.084	418.117	-	(21.822)
De rendimento					
Com rendimentos no ano	1.367.784	92.642	-	-	1.839.400
Sem rendimentos no ano	-	64.789	-	-	2.357.566
	1.367.784	157.431	-	-	4.196.966
	1.367.784	**1.326.515**	**418.117**	**-**	**4.175.144**

Conforme referido na Nota 2.6, os terrenos e edifícios de uso próprio são contabilizados pelo custo de aquisição líquido das amortizações e deduzido de perdas de imparidade.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas compreendem as alterações de justo valor nos terrenos e edifícios, nos montantes de (727.016) Euros e 4.196.966 Euros, respetivamente. Em 2020, nesta rubrica estão incluídas as vendas de imóveis no montante de 28.200 Euros (431.148 Euros em 2019) e as vendas de Ativos Fixos Tangíveis no montante de 16.375 Euros.

Os terrenos e edifícios de rendimento encontram-se também valorizados ao justo valor, de acordo com o tratamento previsto na IAS 40.

Os terrenos e edifícios são avaliados de acordo com o tratamento referido na Nota 2.6, por peritos avaliadores habilitados para o efeito.

No caso dos terrenos e edifícios de uso próprio, os respetivos ganhos e perdas são contabilizados por contrapartida da rubrica de capitais próprios "Reservas de reavaliação - Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio", desde que:

- O valor acumulado das reservas de revalorização após o ajustamento seja positivo; ou
- A revalorização seja positiva e exceda o valor das eventuais revalorizações negativas que tenham sido contabilizadas em períodos anteriores por contrapartida de resultados do exercício.

Os ganhos e perdas resultantes da reavaliação de terrenos e edifícios de rendimento são registados por contrapartida de ganhos e perdas do Exercício.
Em 31 de dezembro de 2020, as reservas de justo valor associadas a terrenos e edifícios de uso próprio ascendem a 98.005 Euros (Nota 22).

7 - AFETAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E OUTROS ATIVOS

De acordo com as disposições legais vigentes para as empresas de seguros, a Allianz Portugal é obrigada a afetar investimentos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Em 31 de dezembro de 2020, a afetação de investimentos é como segue:

	2020				
	Seguros de Vida com participação nos resultados	Seguros de Vida sem participação	Seguros Não Vida	Não afetos	Total
Caixa e equivalentes	30.000	9.097.964	4.697.004	49.464	13.874.432
Terrenos e edifícios			41.716.320	6.812.486	48.528.806
Ativos financeiros detidos para negociação				966.863	966.863
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		79.846.016			79.846.016
Investimentos disponíveis para venda	45.441.016	464.663.792	620.774.825	1.555.794	1.132.435.428
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos			-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-
Empréstimos concedidos e contas a receber	850.233				850.233
Outros ativos tangíveis			-	11.529.739	11.529.739
Outros ativos financeiros	6.000.000			89.803.524	95.803.524
Total	52.321.249	553.607.772	667.188.150	110.717.871	1.383.835.041
Provisões técnicas e passivos por contratos de investimento	51.798.874	500.034.263	538.930.138	-	1.090.763.275
Excesso / (insuficiência)	522.375	53.573.509	128.258.011	110.717.871	293.071.766

Os outros ativos não se encontram afetos a provisões técnicas e passivos por contratos de investimento.
A afetação de investimentos no Exercício de 2019:

	2019				
	Seguros de Vida com participação nos resultados	Seguros de Vida sem participação	Seguros Não Vida	Não afetos	Total
Caixa e equivalentes	-	10.495.024	14.730.794	75.133	25.300.950
Terrenos e edifícios	-	-	42.969.923	6.972.676	49.942.599
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	943.421	943.421
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	29.383.312	-	-	29.383.312
Investimentos disponíveis para venda	52.095.429	480.471.499	527.950.065	1.851.543	1.062.368.535
Empréstimos concedidos e contas a receber	992.752	-	-	-	992.752
Outros ativos tangíveis	-	-	-	11.395.929	11.395.929
Total	53.088.181	520.349.835	585.650.781	21.238.701	1.180.327.498
Provisões técnicas e passivos por contratos de investimento	55.510.949	501.040.461	492.660.996	-	1.049.212.406
Excesso / (insuficiência)	(2.422.767)	19.309.373	92.989.785	21.238.701	131.115.092

8 - OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS, ATIVOS SOB DIREITO DE USO E PASSIVOS DE LOCAÇÕES

Os movimentos ocorridos no exercício de 2020 relativos a ativos tangíveis detalham-se como segue:

	2020									
	SALDO INICIAL		Aquisições	Transferên-cias e Abates	Alienações	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO		Valor Bruto	SALDO FINAL	Valor Líquido
	Valor Bruto	Amortizações				Reforço	Regularizações		Amortizações	
Ativos Fixos Tangíveis										
Equipamento administrativo	4.892.174	4.324.580	45.541	-	-	142.783	-	4.937.715	4.467.363	470.353
Máquinas e ferramentas	5.031.740	4.502.374	174.414	10.362	-	171.107	-	5.216.516	4.673.481	543.035
Equipamento informático	5.191.066	4.810.532	583.808	-	(699.554)	249.730	(697.112)	5.075.320	4.363.615	712.170
Instalações interiores	11.850.814	6.157.224	3.063	268.150	-	965.391	-	12.122.027	7.122.615	4.999.412
Material de transporte	55.221	55.221	-	-	(31.749)	-	(31.749)	23.472	23.472	-
Equipamento hospitalar	831	831	-	-	-	-	-	831	831	-
Outras imobilizações corpóreas	4.441.326	3.227.029	180.376	-	-	256.217	-	4.621.702	3.483.246	1.138.456
Imobilizações em curso	3.010.548	-	934.277	(278.512)	-	-	-	3.666.313	-	3.666.313
Adiantamentos por conta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	34.473.720	23.077.791	1.921.479	-	(731.303)	1.785.228	(728.861)	35.663.896	24.134.158	11.529.739
Ativos em locação operacional										
Imóveis	1.748.728	-	51.440	-	-	349.478	-	1.450.690	-	1.450.690
Veículos	347.486	-	289.005	-	-	196.304	-	440.186	-	440.186
	2.096.214	-	340.445	-	-	545.782	-	1.890.877	-	1.890.877

Os valores apresentados em ativos em locação operacional, dizem respeito aos ativos abrangidos pela IFRS 16.

Os valores reconhecidos na conta de ganhos e perdas relativo a locações detalham-se como segue:

	2020	2019
Amortizações de Direitos de Uso	545.782	595.551
Juros de Locações	18.667	19.411
Despesas com Locaçoes de baixo valor	-	-
Outras despesas com locações	133.871	163.741
	698.320	778.703

Relativamente aos movimentos ocorridos no Exercício de 2019:

	2019									
	SALDO INICIAL		Aquisições	Transferên-cias e Abates	Alienações	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO		Valor Bruto	SALDO FINAL	Valor Líquido
	Valor Bruto	Amortizações				Reforço	Regularizações		Amortizações	
Ativos Fixos Tangíveis										
Equipamento administrativo	4.850.716	4.175.846	41.458	-	-	148.734	-	4.892.174	4.324.580	567.594
Máquinas e ferramentas	4.987.614	4.319.733	44.125	-	-	182.640	-	5.031.740	4.502.374	529.366
Equipamento informático	5.042.324	4.514.874	148.742	-	-	295.658	-	5.191.066	4.810.532	380.534
Instalações interiores	12.104.244	5.458.486	-	204.870	(458.300)	981.357	(282.620)	11.850.814	6.157.224	5.693.590
Material de transporte	55.221	55.221	-	-	-	-	-	55.221	55.221	-
Equipamento hospitalar	831	831	-	-	-	-	-	831	831	-
Outras imobilizações corpóreas	4.250.983	2.976.085	190.343	-	-	250.943	-	4.441.326	3.227.029	1.214.297
Imobilizações em curso	412.627	-	2.802.781	(204.870)	-	-	-	3.010.548	-	3.010.548
Adiantamentos por conta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	31.704.560	21.501.076	3.227.449	-	(458.300)	1.859.332	(282.620)	34.473.720	23.077.791	11.395.929
Ativos em locação operacional										
Imóveis	-	-	2.128.203	-	-	397.475	-	1.748.728	-	1.748.728
Veículos	-	-	563.562	-	-	216.076	-	347.486	-	347.486
	-	-	2.691.765	-	-	595.551	-	2.096.214	-	2.096.214

Os passivos de locação apresentam o seguinte detalhe:

	2020	2019
Terrenos e Edifícios	1.456.393	1.752.970
Material de transporte	438.317	343.014
	1.894.710	2.095.984

Os movimentos ocorridos no Exercício de 2020 relativos aos passivos das locações detalham-se como segue:

Valor em 1 de janeiro de 2020	2.095.984
Incremento do período	**359.372**
Adições	340.445
Juros	18.667
Outros	260
Decréscimo do Período	**(560.645)**
Pagamentos	(560.645)
Valor em 31 de dezembro de 2020	1.894.710

9 - OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos no Exercício de 2020 relativos a ativos intangíveis resumem-se como segue:

	2020									
	SALDO INICIAL		Aquisições	Transferên-cias e Abates	Alienações	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO		SALDO FINAL		
	Valor Bruto	Amortizações				Reforço	Regularizações	Valor Bruto	Amortizações	Valor Líquido
Programas informáticos	15.521.565	11.355.201	1.347.070	-	-	1.136.707	-	16.868.635	12.491.907	4.376.728
Programa sinformáticos (imobilizações em curso)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	15.521.565	11.355.201	1.347.070	-	-	1.136.707	-	16.868.635	12.491.907	4.376.728

Relativamente aos movimentos ocorridos no Exercício de 2019:

	2019									
	SALDO INICIAL		Aquisições	Transferên-cias e Abates	Alienações	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO		SALDO FINAL		
	Valor Bruto	Amortizações				Reforço	Regularizações	Valor Bruto	Amortizações	Valor Líquido
Programas informáticos	13.427.449	10.151.817	1.070.463	1.023.653	-	1.203.383	-	15.521.565	11.355.201	4.166.364
Programa sinformáticos (imobilizações em curso)	918.528		105.125	(1.023.653)	-	-	-	-	-	-
	14.345.977	10.151.817	1.175.588	-	-	1.203.383	-	15.521.565	11.355.201	4.166.364

10 - PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as provisões técnicas de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

	2020			2019		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
Resseguro Cedido						
Provisão para prémios não adquiridos	127.766	14.466.837	14.594.603	120.969	13.353.487	13.474.456
Provisão para sinistros	514.948	16.369.432	16.884.381	571.469	14.232.288	14.803.757
Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-	-	-
Total	642.714	30.836.270	31.478.984	692.438	27.585.775	28.278.213

As provisões técnicas de resseguro cedido do segmento Não Vida por ramo, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, são detalhadas como segue:

	2020						
	Não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Marítimo, Aéreo e Transportes	Responsabilida-de Civil Geral	Diversos
Resseguro Cedido							
Provisão para prémios não adquiridos	14.466.837	7.817.366	737.195	4.847.362	736.349	221.257	107.309
Provisão para sinistros	16.369.432	2.441.124	6.824.812	4.003.906	934.408	1.600.112	565.071
Total	30.836.270	10.258.489	7.562.007	8.851.267	1.670.758	1.821.369	672.380

	2019						
	Não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Marítimo, Aéreo e Transportes	Responsabilida-de Civil Geral	Diversos
Resseguro Cedido							
Provisão para prémios não adquiridos	13.353.487	7.082.020	691.151	4.701.094	570.928	209.966	98.328
Provisão para sinistros	14.232.288	2.966.991	7.125.298	2.793.362	1.155.404	187.710	3.523
Total	27.585.775	10.049.011	7.816.449	7.494.456	1.726.332	397.676	101.851

11 - OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS DIRETO E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica apresenta a a seguinte composição:

	2020	2019
Devedores por operações de seguro direto	32.187.449	28.696.498
Resseguradores	1.609.950	844.926
Outros devedores	108.165.030	154.406.655
	141.962.429	183.948.079
Imparidade	(6.898.356)	(5.728.149)
	135.064.073	178.219.930

A evolução da rúbrica "Outros devedores" respeita sobretudo às contas de cash pool no valor de 95.803.524 Euros, sendo que em 2019 tinha o valor de 139.775.369 Euros.

O ajustamento para créditos de cobrança duvidosa destina-se a reduzir o montante dos saldos a receber, resultantes de operações de seguro direto, de resseguro ou outras.

A evolução dos movimentos ocorridos no Exercício relativamente a estes ajustamentos é analisada como segue:

	2020			
	Saldo Final	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Perdas por imparidade em ativos ao custo amortizado				
Devedores por operações de seguro direto	578.892	1.664.057	(24.613)	2.218.337
Devedores por outras operações	5.149.257	722.684	(1.191.922)	4.680.019
	5.728.149	2.386.741	(1.216.535)	6.898.356

	2019			
	Saldo Final	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Perdas por imparidade em ativos ao custo amortizado				
Devedores por operações de seguro direto	828.788	88.455	(338.351)	578.892
Devedores por outras operações	5.603.887	1.250.403	(1.705.033)	5.149.257
	6.432.675	1.338.858	(2.043.384)	5.728.149

O valor dos ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa, sem os ajustamentos de recibos por cobrar, são analisadas como segue:

	2020	2019
Contas a receber por operações de seguro direto	6.680	10.753
Contas a receber por outras operações	4.680.020	5.149.257
	4.686.700	5.160.010

O cálculo dos ajustamentos de recibos por cobrar é efetuado com base na probabilidade de cobrança dos recibos de prémios por cobrar no final do ano e em conformidade com os critérios estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

	2020	2019
Contas a receber por operações de seguro direto	2.211.656	568.139
	2.211.656	**568.139**

12 - IMPOSTOS E TAXAS

O cálculo do imposto diferido no final do Exercício de 2020 foi apurado pela Allianz Portugal com base numa taxa média de 28,17%. Esta taxa foi apurada com base na taxa nominal de imposto e derramas que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias e que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quanto a exercícios de utilização de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é o do exercício do direito de reporte. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração de que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Os impostos e taxas incluídos em várias rubricas do balanço detalham-se como segue:

	2020	2019
IRC - Imposto a pagar/a recuperar	(7.563.410)	(11.089.393)
IRC - Imposto a recuperar	2.269	2.150
IVA	(483.395)	(1.014.687)
FAT	(12.196.171)	(11.514.701)
FGA	(575.682)	(519.390)
Selo Apólice	(4.126.162)	(3.516.313)
FPR	(91.669)	(82.081)
ASF	(619.664)	(616.662)
INEM	(1.227.442)	(1.102.104)
ANPC	(798.953)	(709.400)
Segurança Social	(623.276)	(536.497)
Retenções IRS/IRC	(847.002)	(761.537)
Outros	(196.959)	(168.208)
Ativos por impostos correntes	**2.269**	**2.150**
Passivos por impostos correntes	**(29.349.786)**	**(31.630.973)**

No Exercício de 2020 deduziu-se no IRC – Imposto a pagar, o montante de 124.130 Euros relativo ao incentivo fiscal do CFEI II – Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento, de acordo com o previsto na Lei 27-A-2020 de 24 de julho.

A rubrica FAT inclui uma estimativa do valor atual das contribuições futuras para o Fundo de Acidentes de Trabalho de acordo com política contabilística definida na nota 2.11.

Os ativos e passivos por impostos diferidos apresentam o seguinte detalhe em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	ATIVOS		PASSIVOS		LÍQUIDO	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros	41.151	26.372	22.620.447	19.332.787	(22.579.296)	(19.306.415)
Provisões não técnicas	3.727.778	1.719.318	-	-	3.727.778	1.719.318
Responsabilidades com Pensões	411.906	397.089	-	-	411.906	397.089
Prejuízos Fiscais	-	-	-	-	-	-
Imposto diferido ativo/(passivo)	**4.180.835**	**2.142.779**	**22.620.447**	**19.332.787**	**(18.439.612)**	**(17.190.008)**

Os impostos diferidos foram reconhecidos como segue:

	2020			2019		
	Reservas	Resultados	Total	Reservas	Resultado	Total
Ativos financeiros	(3.287.660)	14.779	(3.272.881)	(6.443.101)	(946.314)	(7.389.415)
Impacto por alteração da taxa	-	-	-	-	-	-
Provisões não técnicas	-	2.008.460	2.008.460	-	(760.874)	(760.874)
Impacto por alteração da taxa	-	-	-	-	-	-
Responsabilidades com Pensões	14.817	-	14.817	34.364	-	34.364
Impacto por alteração da taxa	-	-	-	-	-	-
Prejuízos Fiscais	-	-	-	(380.044)	(414.354)	(794.398)
	(3.272.843)	**2.023.239**	**(1.249.604)**	**(6.788.781)**	**(2.121.542)**	**(8.910.323)**

Os impostos reconhecidos em reservas detalham-se como segue:

	2020	2019
Impostos diferidos	(22.620.138)	(19.332.510)
Impostos correntes	4.503	(129.151)
Reservas de Reavaliação	**(22.615.635)**	**(19.461.661)**
Impostos diferidos	411.906	397.089
Impostos correntes	(248.882)	(364.074)
Outras Reservas	**163.024**	**33.015**
Total	(22.452.611)	(19.428.646)

A reconciliação da taxa de imposto é detalhada como segue:

	2020	2019
Resultados antes de impostos	51.787.838	55.670.338
Taxa(s) de imposto	31,5%	31,5%
Imposto do exercício	**16.313.169**	**17.536.156**
Tributações autónomas	328.407	500.659
CFE II - Crédito fiscal extraordinário ao investimento	(124.130)	-
Outras diferenças permanentes	**(1.293.479)**	**(2.971.814)**
Outras diferenças nos resultados	**15.223.967**	**15.065.001**
Total	29,4%	27,1%

13 - ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS (ATIVO)

A rubrica de acréscimos e diferimentos no ativo detalha-se da seguinte forma:

	2020	2019
Juros	137.981	-
Pensões AT	43.461	53.079
Rendas e alugueres	4.075	(478)
Outros acréscimos e diferimentos	2.877	1.200
	188.394	53.801

14 - PROVISÕES TÉCNICAS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as provisões técnicas de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

	2020			2019		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
Seguro Direto						
Provisão para pémios não adquiridos	5.296.044	104.940.091	110.236.135	5.513.176	97.185.543	102.698.719
Provisão matemática	150.772.137	-	150.772.137	180.626.910	-	180.626.910
Provisão para sinistros	21.657.415	415.593.381	437.250.796	19.919.211	377.563.196	397.482.407
Provisão para desvios de sinistralidade	-	17.830.893	17.830.893	-	16.854.061	16.854.061
Provisão para riscos em curso	-	237.215	237.215	-	871.015	871.015
Provisão para estabilização de carteira	216.362	-	216.362	487.341	-	487.341
Provisão para participação nos resultados	27.213.810	328.558	27.542.368	22.630.900	187.182	22.818.082
Total	205.155.767	538.930.138	744.085.906	229.177.538	492.523.791	721.701.329

A provisão para prémios não adquiridos de Não Vida encontra-se líquida de custos de aquisição diferidos no montante de 37.612.071 Euros (2019: 32.947.210 Euros).

Na sequência das orientações da ASF sobre o cálculo das Provisões Técnicas no âmbito da situação pandémica de COVID-19, a Companhia considerou no cálculo da Provisão para Riscos em Curso um agravamento do rácio de sinistralidade nos ramos que registaram, em 2020, uma sinistralidade atípica em resultado da situação pandémica e das medidas implementadas para o seu controlo. Os ajustamentos efetuados tiveram por base um expert judgment (apreciação crítica de peritos) que efetuaram a normalização dos custos com sinistros a considerar no cálculo da referida provisão, no sentido de melhor refletir a expectativa de sinistralidade no período de risco futuro relativa aos contratos em vigor em 31 de dezembro de 2020.

As provisões técnicas do segmento não vida por ramo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são detalhadas como segue:

	2020						
	Não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Marítimo, Aéreo e Transportes	Responsabilida-de Civil Geral	Diversos
Seguro Direto							
Provisão para prémios não adquiridos	104.940.091	27.118.981	26.526.086	46.175.495	1.060.999	3.953.770	104.760
Provisão para sinistros	415.593.381	240.645.068	42.873.059	119.921.148	2.454.547	9.114.989	584.571
Provisão para desvios de sinistralidade	17.830.893	-	17.432.273	-	-	-	398.620
Provisão para riscos em curso	237.215	-	159.207	-	6.598	-	71.410
Provisão para participação nos resultados	328.558	123.114	-	-	86.000	119.444	-
Total	538.930.138	267.887.163	86.990.625	166.096.643	3.608.144	13.188.203	1.159.360

	2019						
	Não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Marítimo, Aéreo e Transportes	Responsabilida-de Civil Geral	Diversos
Seguro Direto							
Provisão para prémios não adquiridos	97.185.543	25.374.300	24.589.436	41.735.115	1.190.319	4.131.428	164.944
Provisão para sinistros	377.563.195	214.611.799	32.787.023	119.243.834	2.850.660	8.069.733	147
Provisão para desvios de sinistralidade	16.854.061	-	16.465.993	-	-	-	388.069
Provisão para riscos em curso	871.015	-	-	863.487	7.528	-	-
Provisão para participação nos resultados	187.182	49.682	-	-	75.000	62.500	-
Total	492.660.996	240.035.781	73.842.452	161.842.436	4.123.507	12.263.661	553.160

Em 31 de dezembro de 2020, a provisão matemática e a provisão para participação nos resultados do ramo Vida de seguro direto e resseguro aceite, apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

Provisão Matemática

Modalidades	Provisão Matemática 2020		Provisão Matemática 2019	
	No início do Exercício	No final do Exercício	No início do Exercício	No final do Exercício
1. Vida Individual - Cor Longo Prazo	259.406	205.986	390.605	259.406
2. Vida Individual - Cor PPR	2.023.781	1.780.071	2.661.526	2.023.781
3. Vida Grupo - PLUS	2.492.163	941.151	2.644.149	2.492.163
4. Vida - Seguros. Não Temporários	9.916.873	9.030.155	11.002.035	9.916.873
5. Vida - Seguros Temporários	58.943	47.266	62.040	58.943
7. Vida - Plano Poupança AS	225.876	-	246.159	225.876
8. Vida - PPR AS	478.695	375.557	681.726	478.695
9. Vida - Grupo Temporários Anuais Renováveis	-	-	-	-
10. Allianz PPR 3%	7.309.669	6.898.927	7.938.323	7.309.669
11. Allianz Plano Poupança 3%	4.222.652	4.130.270	4.457.622	4.222.652
12. Rendas Vitalícias + Capitais Diferidos SPS	-	-	-	-
13. Plano 2000	207.713	140.301	238.775	207.713
14. Capital Diferido a Prémios Únicos Sucessivos SPS 4%	1.977.481	-	2.505.330	1.977.481
15. Plano Poupança SPS - PPR	3.168.125	2.552.926	4.208.080	3.168.125
16. Rendas Vitalícias em Fundo Autonomo SPS	37.448	27.262	46.231	37.448
17. UniversAll Plano Poupança (2%)	1.057.372	1.011.064	1.166.729	1.057.372
18. UniversAll PPR (2%)	4.649.871	4.339.438	4.992.095	4.649.871
19. UniversAll Total (2%)	2.563.174	2.506.287	2.538.024	2.563.174
20. Plano Poupança Grupo - 2%	14.861.708	15.788.161	14.177.148	14.861.708
21. Allianz Renda Mais	-	-	147.927.215	112.614.170
22. Crédito Habitação - Taxa Fixa	29.215	35.056	-	29.215
23. Financeiros Taxa Renovável sem participação	4.728.146	4.514.159	5.001.052	4.728.146
24. Outros sem participação	120.358.600	96.448.098	7.920.827	7.482.844
Total	180.626.910	150.772.137	220.805.691	180.365.323

Provisão para participação nos resultados

Modalidades	2020	2019
Crédito Habitação - Taxa Fixa	19.532.049	15.219.189
Vida - Seguros Temporários	1.043.376	1.026.046
Vida Individual - Cor Longo Prazo	1.678.793	1.568.344
Vida Individual - Cor PPR	3.589.350	3.345.253
Outros Produtos Vida	1.370.243	1.472.067
Outros Pordutos Não Vida	328.558	187.182
Total	27.542.368	22.818.082

Em 31 de dezembro de 2020, a provisão para participação nos resultados a atribuir ascendia a 2.036.110 Euros (1.815.532 Euros em 2019) e a provisão para participação nos resultados atribuída ascendia a 25.506.258 Euros (21.002.550 Euros em 2019).

A Provisão para participação nos resultados teve seguinte atribuição:

Modalidades	Participação nos Resultados 2020		Participação nos Resultados 2019	
	Atribuido ao Exercício	Distribuida no Exercício	Atribuida ao Exercício	Distribuida no Exercício
Crédio Habitação - Taxa Fixa	4.315.399		1.900.000	
Vida - seguros Temporários	420.953	454.105	420.953	401.684
Vida Individual - Cor Longo Prazo	14.403		77.614	
Vida Individual - Cor PPR	43.258		233.110	
Outros Produtos Vida	22.426		43.574	
Outros Produtos Não Vida	506.328		142.182	
Total	5.322.766	454.105	2.817.433	401.684

15 - PASSIVOS FINANCEIROS DA COMPONENTE DE DEPÓSITOS DE CONTRATOS DE SEGURO E DE CONTRATOS DE SEGURO E OPERAÇÕES CONSIDERADAS PARA EFEITOS CONTABILÍSTICOS COMO CONTRATOS DE INVESTIMENTO

A rubrica relativa aos passivos por contratos de investimento detalha-se como segue:

	2020	2019
Contratos de investimento ao justo valor de resultados	85.023.980	39.678.062
Contratos de investimentos ao custo amortizado	261.653.390	287.695.810
Total Passivos por Contratos de Investimento	346.677.370	327.373.872

A movimentação dos passivos por contratos de investimento apresenta o seguinte detalhe:

Contratos ao justo valor através de resultados	2020	2019
Saldo a 1 de janeiro	39.678.062	17.780.721
Depósitos	56.651.045	25.097.290
Benefícios	(11.744.830)	(5.334.442)
Valorizações/Desvalorizações	439.703	2.134.493
Saldo a 31 de dezembro	85.023.980	39.678.062

Contratos ao custo amortizado	2020	2019
Saldo a 1 de janeiro	287.695.810	292.847.668
Depósitos	21.835.879	45.529.356
Benefícios	(48.374.884)	(51.731.211)
Juro Técnico	496.585	1.049.997
Saldo a 31 de dezembro	261.653.390	287.695.810

16 - OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Os depósitos recebidos de resseguradores representam o valor das cauções prestadas por resseguradores, em consequência da aceitação de riscos e do recebimento de prémios de operações originadas pelo negócio de resseguro cedido. A sua posição em 31 de dezembro de 2020 representa 451.600 Euros (2019: 464.708 Euros).

17 - PASSIVOS POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO E OUTROS BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO

17.1 - Responsabilidades com Planos Individuais de Reforma

Conforme referido nas políticas contabilísticas, a Allianz Portugal tinha até 31 de dezembro de 2011 assumido a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos estabelecidos no Contrato Coletivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT). Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT) para os colaboradores admitidos até 22 de junho de 1995.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, deixando estes colaboradores de estarem abrangidos por um plano de benefício definido para passarem a ter um plano de contribuição definida com garantia de capital.

Em 31 de dezembro de 2011, relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19.

Em junho de 2014 foi aprovada pelo ASF a constituição do Fundo de Pensões AZP III, um plano de contribuição definida de acordo com as regras constantes do novo contrato coletivo de trabalho.

De acordo com o referido CCT e atualizações seguintes, a Allianz Portugal passou a garantir, como mínimo, a poupança inicial que resultou da transferência das responsabilidades por serviços passados para as contas individuais, bem como as contribuições anuais seguintes.

À data de 31 de dezembro de 2020 a responsabilidade ascende a 5.518.697 Euros e o valor do fundo de pensões (AZPIII) a cobrir esta responsabilidade ascende ao mesmo montante de 5.518.967 Euros. A contribuição para o PIR em 2020 ascendeu a 333.171 Euros (2019: 299.706 Euros)

17.2 - Responsabilidades com Planos de benefícios definidos

Estas responsabilidades respeitam a trabalhadores admitidos até 22 de junho de 1995, estando em situação de reforma ou pré-reforma em 31 de dezembro de 2011 (data de alteração do contrato coletivo de trabalho) Os pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades relativas às obrigações com benefícios definidos dos empregados são os seguintes:

	2020	2019
Taxa de desconto	0,50%	0,90%
Taxa de crescimento salarial	na	na
Taxa de rendimento esperado do fundo	0,30%	0,30%
Taxa de crescimento das pensões	0,30%	0,30%
Taxa de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EKV 80	EKV 80
Método atuarial	Unidade de Crédito Projetada	Unidade de Crédito Projetada

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

	2020	2019
Reformados	379	401

Os ativos e responsabilidades líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2020 e 2019 apresentam o seguinte detalhe:

	2020			2019		
Ativos (responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Responsabilidades em 31 de dezembro						
Pensionistas	(10.903.533)	(1.869.823)	(12.773.356)	(11.771.175)	(1.992.570)	(13.763.745)
Saldo do fundo em 31 de dezembro	10.909.436	-	10.909.436	11.774.899	-	11.774.899
Ativos (responsabilidades) líquidas em balanço em 31 de dezembro	5.903	(1.869.823)	(1.863.920)	3.724	(1.992.570)	(1.988.846)

As outras responsabilidades dizem respeito à responsabilidade associada à segurança social dos pré-reformados e a benefícios de saúde atribuídos e outros benefícios pós-emprego.
Este plano de benefícios é financiado pelos fundos AZP e AZP II e por apólices de rendas vitalícias subscritas junto de uma entidade externa.

A Allianz Portugal transferiu em anos anteriores, parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro cujo valor de responsabilidades (integralmente financiadas) ascende a 1.233.597 Euros em 31 de dezembro de 2020 (1.390.173 Euros em 2019).

O acréscimo das responsabilidades em 31 de dezembro de 2020 e 2019 apresenta o seguinte detalhe:

	2020			2019		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Responsabilidades em 1 de janeiro	(11.771.175)	(1.992.570)	(13.763.745)	(12.186.925)	(1.901.247)	(14.088.172)
Com dos juros	(96.523)	(15.947)	(112.470)	(177.150)	(26.928)	(204.078)
Ganhos e (perdas) atuariais nas responsabilidades	(301.807)	(52.598)	(354.405)	(482.867)	(121.987)	(604.854)
Benefícios pagos	2.092.739	441.340	2.534.079	2.230.062	436.468	2.666.530
Reformas antecipadas	(826.767)	(250.048)	(1.076.815)	(1.154.295)	(378.876)	(1.533.171)
Responsabilidades em 31 de dezembro	(10.903.533)	(1.869.823)	(12.773.356)	(11.771.175)	(1.992.570)	(13.763.745)

A variação dos fundos (AZP e AZP II) em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é detalha-se como segue:

	2020	2019
Saldo do fundo em 1 de janeiro	11.774.899	12.214.925
Rendimento esperado	101.908	189.898
Ganhos e (perdas) atuariais	(63.882)	62.638
Contribuições	1.189.250	1.537.500
Benefícios pagos	(2.092.739)	(2.230.062)
Saldo do fundo em 31 de dezembro	10.909.436	11.774.899

Os ganhos e perdas atuariais registados nas reservas em 2020 e 2019 são detalhados como segue:

	2020			2019		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Desvios reconhecidos nas reservas em 1 de janeiro	**(1.373.751)**	**1.409.619**	**35.868**	**(1.793.980)**	**1.287.632**	**(506.348)**
(Ganhos) e perdas atuariais						
- nas responsabilidades	301.807	52.598	354.405	482.867	121.987	604.854
- nos ativos do plano	63.882	-	63.882	(62.638)	-	(62.638)
Desvios reconhecidos nas reservas em 31 de dezembro	**(1.008.062)**	**1.462.217**	**454.155**	**(1.373.751)**	**1.409.619**	**35.868**

Os ganhos e perdas atuariais relativos aos colaboradores não abrangidos pelo PIR reconhecidos em resultados o ano de 2020 e 2019 é o seguinte:

	2020	2019
Ganhos e perdas atuariais nos resultados		
- por alteração de pressupostos financeiros	233.963	421.327
- por experiência	67.844	61.540
Total	**301.807**	**482.867**

A variação das responsabilidades líquidas relativas a responsabilidades com pensões detalham-se como segue:

	2020			2019		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
(Ativos)/Passivos a receber ou entregar em 1 de janeiro	**(3.724)**	**1.992.570**	**1.988.846**	**(28.000)**	**1.901.247**	**1.873.247**
Ganhos e perdas atuariais das responsabilidades	301.807	52.598	354.405	482.867	121.987	604.854
Ganhos e perdas atuariais dos fundos	63.882	-	63.882	(62.638)	-	(62.638)
Encargos do ano						
- Custo dos juros	96.523	15.947	112.470	177.150	26.928	204.078
- Rendimento esperado do fundo	(101.908)	-	(101.908)	(189.898)	-	(189.898)
- Reformas antecipadas	826.767	250.048	1.076.815	1.154.295	378.876	1.533.171
Contribuições efetuadas no ano e benefícios pagos	(1.189.250)	(441.340)	(1.630.590)	(1.537.500)	(436.468)	(1.973.968)
(Ativos)/Passivos a receber ou entregar em 31 de dezembro	**(5.903)**	**1.869.823**	**1.863.920**	**(3.724)**	**1.992.570**	**1.988.846**

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, são como segue:

	2020			2019		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Custo dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	(5.385)	15.947	10.562	(12.748)	26.928	14.180
Reformas antecipadas	826.767	250.048	1.076.815	1.154.295	378.876	1.533.171
Custos do Exercício	**821.382**	**265.995**	**1.087.377**	**1.141.547**	**405.804**	**1.547.351**

Os ativos dos fundos de pensões (AZP e AZP II) são decompostos da seguinte forma:

	2020	2019
Ações e outros títulos de rendimento variável	43.852	66.602
Títulos de rendimento fixo	9.481.890	10.037.151
Depósitos em instituições de crédito	1.402.732	1.691.817
Valor a transferir	(19.039)	(20.671)
Saldo do fundo em 31 de dezembro	**10.909.436**	**11.774.899**

Os títulos de rendimento fixo incluem juros decorridos.
A análise de sensibilidade à variação de pressupostos, com referência a 31 de dezembro de 2020, é a seguinte:

	2020		2019	
	Impacto das alterações dos pressupostos financeiros		Impacto das alterações dos pressupostos financeiros	
	-0,25%	+0,25%	-0,25%	+0,25%
Taxa de crescimento dos salários	na	na	na	na
Taxa de crescimento das pensões	(140.359)	142.371	(152.041)	157.856
Taxa de desconto	304.014	(287.999)	334.137	(313.719)

	Impacto das alterações dos pressupostos demográficos	Impacto das alterações dos pressupostos demográficos
	+ 1 ano	+ 1 ano
Alteração da tábua de mortalidade	446.958	458.394

18 - OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2020	2019
Credores por operações de seguro direto	31.415.107	3.626.364
Reseguradores	3.059.440	3.086.045
Outros credores	23.436.119	49.701.061
	57.910.667	56.413.470

Com referência a 31 de dezembro de 2020, na rúbrica Credores por operações de seguro direto está incluído o montante de 26.485.993 Euros relativo a comissões extraordinárias de longo prazo a pagar à rede comercial, que em 2019 (22.529.085 Euros) estava apresentado na rubrica de Outros Credores.

19 - ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS (PASSIVO)

A rubrica de acréscimos e diferimentos de passivo detalha-se da seguinte forma:

	2020	2019
Férias e subsídios de férias	5.186.289	4.907.226
Distribuição de resultados	5.164.275	4.639.935
Comissões e rede comercial	14.415.601	14.751.009
Auditoria e Consultoria	1.042.752	1.235.247
Outros acréscimos de custo	356.589	171.787
Proveitos diferidos	88.370	114.518
	26.253.876	25.819.722

A rubrica de outros acréscimos de custos inclui valores relativos a protocolos com mediadores, consultadorias, auditoria, custódia de títulos e faturação ainda não rececionada.

20 - OUTRAS PROVISÕES

A rubrica de outras provisões é detalha-se como segue:

	2020			
	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Outras provisões	4.201.109	9.462.853	(1.953.874)	11.710.088
	4.201.109	**9.462.853**	**(1.953.874)**	**11.710.088**

	2019			
	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Outras provisões	6.526.288	336.912	(2.662.091)	4.201.109
	6.526.288	**336.912**	**(2.662.091)**	**4.201.109**

A Companhia encontra-se num processo de reestruturação interna que resultará numa alteração das competências dos seus recursos humanos e na redução do seu número de efetivos. O custo estimado ascende a 9,4 milhões de euros, tendo sido reconhecido nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. O referido processo foi anunciado aos colaboradores em 2020 e decorrerá entre 2021 e 2023.

21 - CAPITAL

O Capital da Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A., de 39.545.400 Euros, representado por 7.909.080 ações de valor nominal de 5 Euros cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

Nos termos da legislação portuguesa a Allianz Portugal deverá constituir uma reserva legal formada pela afetação de 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício, até à concorrência do capital social.

Os detentores de capital com uma posição superior a 10% estão detalhados na nota 1 acima e não apresentam alterações face ao exercício anterior.

22 - RESERVAS

Reservas de reavaliação

Reconhecem-se nesta rubrica os ajustamentos decorrentes da aplicação do justo valor aos ativos classificados como ativos disponíveis para venda e a revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio.

As reservas de reavaliação são detalhadas como segue:

	2020	2019
Custos de amortização de investimentos disponíveis para venda	1.037.467.491	977.549.718
Imparidade	(10.611)	-
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda líquido de imparidade	1.037.456.880	977.549.718
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	1.119.544.725	1.048.003.878
Reserva de justo valor de títulos reclassificados para investimentos a deter até à maturidade	214.230	47.861
Reserva de justo valor	81.873.615	70.406.299
Provisão para participação nos resultados a atribuir	(2.036.110)	(1.815.532)
Interesses que não controlam	(1.370)	(1.227)
Reserva de justo valor de ativos financeiros	79.836.135	68.589.540
Revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	98.005	98.005
Impostos diferidos e correntes	(22.615.635)	(19.461.661)
Reserva de reavaliação líquida de impostos	57.318.504	49.225.884

Reserva por impostos diferidos e correntes

Reconhece-se nesta rubrica o imposto sobre diferenças temporárias, registadas na situação líquida, entre o resultado contabilístico e o resultado fiscalmente aceite para efeitos de tributação em Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC), na medida em que exista uma probabilidade razoável de que tal imposto venha a ser recuperado ou pago no futuro. Reconhece-se adicionalmente o imposto corrente, decorrente das variações patrimoniais dos instrumentos financeiros a cobrir responsabilidades do ramo Vida com participação nos resultados.

Outras reservas

Incluem a Reserva legal calculada de acordo com disposições legais e são distribuídas da seguinte forma:

	2020	2019
Reserva Legal	39.545.400	39.029.506
Prémios de Emissão	31.004.878	31.004.878
Reservas - Outras	6.934.348	7.222.627
	77.484.626	**77.257.011**

23 - PRÉMIOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro detalham-se da seguinte forma:

	2020	2019
Prémios Brutos Emitidos - Vida	97.969.426	112.513.340
Prémios Brutos Emitifos - Não Vida	474.122.378	458.990.425
Prémios Brutos Emitidos	**572.091.804**	**571.503.765**
Prémios de Resseguro Cedido - Vida	(2.173.223)	(1.319.944)
Prémios de Resseguro Cedidio - Não Vida	(43.408.362)	(43.140.395)
Prémios de Resseguro Cedido	**(45.581.584)**	**(44.460.339)**
Variação de Prémios Brutos Não Adquiridos - Vida	(267.634)	(2.563.086)
Variação de Prémios Brutos Não Adquiridos - Não Vida	(12.419.409)	(14.407.346)
Variação de Prémios Brutos Não Adquiridos	**(12.687.043)**	**(16.970.432)**
Variação de Prémios Não Adquiridos de Resseguro Cedido - Vida	6.797	(7.580)
Variação de Prémios Não Adquiridos de Resseguro Cedido - Não Vida	1.113.349	1.346.247
Variação de Prémios Não Adquiridos de Resseguro Cedido	**1.120.146**	**1.338.667**
Variação de Prémios Não Adquiridos	**(11.566.897)**	**(15.631.765)**
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro - Vida	95.535.367	108.622.730
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro - Não Vida	419.407.956	402.788.931
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro	**514.943.324**	**511.411.661**

Os prémios brutos emitidos do ramo Vida, são analisados como segue:

	2020	2019
Relativos a contratos individuais	15.470.403	28.996.731
Relativos a contratos grupo	82.499.024	83.516.609
	97.969.426	112.513.340
Periódicos	95.668.036	96.102.943
Não Periódicos	2.301.390	16.410.397
	97.969.426	112.513.340
De contratos sem participação nos resultados	92.923.306	107.660.428
De contratos com participação nos resultados	5.046.120	4.852.912
Prémios Brutos Emitidos - Vida	**97.969.426**	**112.513.340**

O segmento Não Vida apresenta o seguinte detalhe:

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	2020				
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Saldo de resseguro
Seguro Direto					
Acidentes e Doença	199.955.756	195.073.329	142.863.132	40.734.756	(2.478.297)
Incêndio e Outros Danos	105.177.289	102.879.588	68.417.280	26.123.396	(7.165.512)
Automóvel					
Responsabilidade Civil	85.532.553	83.037.718	58.312.712	18.262.643	(293.709)
Outras Coberturas	62.902.147	60.527.483	33.108.583	13.000.589	(9.413.397)
Marítimo, Aéreo e Transportes	5.062.245	5.041.078	2.059.253	1.093.773	(1.032.515)
Responsabilidade Civil Geral	15.080.558	14.683.573	4.902.234	4.226.604	471.118
Crédito e Caução	22.002	61.687	829	7.716	(101.219)
Assistência	-	-	-	-	-
Diversos	197.444	212.771	609.101	43.389	469.007
Total	473.929.995	461.517.227	310.273.124	103.492.867	(19.544.524)
Resseguro aceite	192.383	185.742	(54.071)	-	-
Total geral	474.122.378	461.702.969	310.219.053	103.492.867	(19.544.524)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	2019				
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Saldo de resseguro
Seguro Direto					
Acidentes e Doença	196.805.076	188.589.237	139.624.952	40.492.484	(3.976.322)
Incêndio e Outros Danos	97.637.239	93.511.548	48.267.758	23.716.222	(15.096.083)
Automóvel					
Responsabilidade Civil	84.699.677	84.286.604	66.681.839	19.818.753	381.590
Outras Coberturas	59.620.119	58.865.755	36.829.913	13.655.290	(9.983.197)
Marítimo, Aéreo e Transportes	4.605.921	4.477.577	2.853.756	909.634	(107.291)
Responsabilidade Civil Geral	15.264.370	14.453.398	5.187.413	4.114.598	(1.145.346)
Crédito e Caução	33.266	65.274	(20.851)	10.768	(65.828)
Assistência	-	-	-	-	-
Diversos	233.067	241.696	45.474	34.935	(68.829)
Total	458.898.735	444.491.389	299.470.254	102.753.048	(30.061.306)
Resseguro aceite	91.690	91.690	139.356	-	-
Total geral	458.990.425	444.583.079	299.609.610	102.753.048	(30.061.306)

O segmento Não Vida, relativamente ao resseguro cedido, tem o seguinte detalhe:

	2020				
RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Prémios	Variação prémios adquiridos	Custos com sinistros	Comissão e participação nos resultados	Saldo de resseguro
Resseguro Cedido					
Acidentes e Doença	9.716.306	735.345	(1.644.497)	4.858.166	(2.478.297)
Incêndio e Outros Danos	17.378.077	46.044	(9.544.638)	621.883	(7.165.512)
Automóvel					
Responsabilidade Civil	223.959	111.807	181.556	-	(293.709)
Outras Coberturas	11.611.249	34.461	(2.118.260)	45.131	(9.413.397)
Marítimo, Aéreo e Transportes	2.648.767	165.421	(771.328)	679.504	(1.032.515)
Responsabilidade Civil Geral	1.570.355	11.291	(1.799.222)	230.960	471.118
Crédito e Caução	141.658	4.320	(704)	35.415	(101.219)
Assistência	-	-	-	-	-
Diversos	117.990	4.660	(562.398)	19.939	469.007
Total	43.408.362	1.113.349	(16.259.492)	6.490.997	(19.544.524)
Resseguro aceite	-	-	-	-	-
Total geral	43.408.362	1.113.349	(16.259.492)	6.490.997	(19.544.524)

	2019				
RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Prémios	Variação prémios adquiridos	Custos com sinistros	Comissão e participação nos resultados	Saldo de resseguro
Resseguro Cedido					
Acidentes e Doença	13.029.402	(1.761.209)	544.337	6.747.534	3.976.322
Incêndio e Outros Danos	16.378.552	62.896	676.496	668.871	15.096.081
Automóvel					
Responsabilidade Civil	23.012	313	404.914	-	(381.589)
Outras Coberturas	10.624.483	367.410	1.008.697	-	9.983.196
Marítimo, Aéreo e Transportes	1.447.586	(6.483)	973.706	360.106	107.291
Responsabilidade Civil Geral	1.518.691	(35.228)	130.507	207.610	1.145.346
Crédito e Caução	16.026	41.340	(12.469)	4.006	65.829
Assistência	-	-	-	-	-
Diversos	102.643	(15.286)	(100)	18.627	68.830
Total	43.140.395	(1.346.247)	3.726.088	8.006.754	30.061.306
Resseguro aceite	-	-	-	-	-
Total geral	43.140.395	(1.346.247)	3.726.088	8.006.754	30.061.306

24 - COMISSÕES E OUTROS PROVEITOS

Esta rubrica inclui as comissões de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento no montante de 590.432 Euros (2019: 373.326 Euros), sendo calculadas fundo a fundo, de acordo com as condições gerais de cada produto.

25 - CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os custos com sinistros por ramos detalham-se como segue:

	2020			
RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montantes pagos Prestações	Montantes pagos Custos de gestão de sinistros imputados	Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
Seguro Direto				
Acidentes e Doença	106.092.497	10.733.193	26.037.443	142.863.132
Incêndio e Outros Danos	54.828.934	3.325.168	10.236.178	68.417.280
Automóvel				
Responsabilidade Civil	57.604.370	3.864.838	(3.156.496)	58.312.712
Outras Coberturas	26.810.923	2.748.076	3.549.584	33.108.583
Marítimo, Aéreo e Transportes	2.451.315	128.085	(520.148)	2.059.253
Responsabilidade Civil Geral	3.257.613	529.954	1.114.668	4.902.234
Crédito e Caução	1.829	-	(1.000)	829
Diversos	18.444	5.232	585.424	609.101
Total	251.065.925	21.334.547	37.872.652	310.273.124
Resseguro aceite	61.260	-	(115.330)	(54.071)
Total geral	251.127.184	21.334.547	37.757.322	310.219.053

	2019			
RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montantes pagos Prestações	Montantes pagos Custos de gestão de sinistros imputados	Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
Seguro Direto				
Acidentes e Doença	112.894.128	9.081.886	17.648.938	139.624.952
Incêndio e Outros Danos	47.045.529	2.950.363	(1.728.135)	48.267.757
Automóvel				
Responsabilidade Civil	63.846.681	3.408.645	(573.488)	66.681.838
Outras Coberturas	30.736.377	2.436.792	3.656.745	36.829.914
Marítimo, Aéreo e Transportes	1.816.706	17.749	1.019.301	2.853.756
Responsabilidade Civil Geral	3.345.875	214.879	1.626.659	5.187.413
Crédito e Caução	81	-	(20.932)	(20.851)
Diversos	68.738.	474	(23.737)	45.475
Total	259.754.115	18.110.788	21.605.351	299.470.254
Resseguro aceite	94.691	-	44.666	139.357
Total geral	259.848.806	18.110.788	21.650.017	299.609.611

Os custos com sinistros e variação de outras provisões, detalham-se como segue:

	2020			2019		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
Seguro Direto						
Sinistros pagos	55.251.295	272.461.731	327.713.027	86.292.570	277.959.593	364.252.164
Variação da provisão para sinistros	1.738.204	37.757.322	39.495.525	1.262.003	21.650.016	22.912.019
Provisão matemática	(29.871.734)	-	(29.871.734)	(40.196.907)	-	(40.196.907)
Provisão para participação nos resultados	4.816.438	506.328	5.322.766	2.675.251	142.182	2.817.433
Outras provisões técnicas	(270.979)	343.032	72.053	(22.313)	(3.291.251)	(3.313.564)
	31.663.224	311.068.413	342.731.637	50.010.604	296.460.541	346.471.145
Resseguro cedido						
Sinistros pagos	212.434	14.122.347	14.334.781	602.811	11.488.751	12.091.562
Variação da provisão para sinistros	(56.521)	2.137.145	2.080.624	(349.324)	(7.762.663)	(8.111.987)
	155.913	16.259.492	16.415.405	253.487	3.726.088	3.979.575
Total líquido de resseguro	(31.507.311)	(294.808.921)	(326.316.232)	(49.757.117)	(292.734.453)	(342.491.570)

26 - GASTOS DIVERSOS POR FUNÇÃO E NATUREZA

Os custos administrativos apresentam o seguinte detalhe:

	2020	2019
Custos com pessoal	37.462.356	35.683.376
Fornecimentos e serviços externos	27.784.170	27.401.093
Impostos e taxas	3.261.192	5.270.368
Amortizações do exercício	3.891.159	4.076.383
Provisões	7.530.185	(2.527.540)
Juros suportados	543.200	1.649
Comissões	1.533	537.633
Total	80.473.793	70.442.962

Os custos administrativos foram imputados da seguinte forma:

	2020	2019
Custos com sinistros	23.286.465	20.444.037
Custos de exploração		
Custos de aquisição	34.813.225	24.899.698
Custos administrativos	19.205.912	22.362.642
Custos com investimentos	3.020.252	2.572.195
Outros custos não imputados	147.939	164.390
Total	80.473.793	70.442.962

Os gastos financeiros detalham-se da seguinte forma:

	2020	2019
Juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
Ativos financeiros		
Títulos de dívida	8.378.631	-
Custos com investimentos	3.020.252	2.572.195
	11.398.883	2.572.195

Com referência a 31 de dezembro de 2020, na rúbrica Juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas está incluído o montante de 8.378.631 Euros relativo a gastos de alisamento dos títulos de rendimento fixo em carteira, que em 2019 (8.408.192 Euros) estava apresentado na rubrica de Rendimento.

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é detalha-se da seguinte forma:

	2020	2019
Serviço de apoio informático	10.167.046	10.287.971
Publicidade e propaganda	3.057.508	2.894.975
Comunicações	2.213.405	1.246.760
Rendas e alugueres	2.138.095	1.116.871
Serviços de gestão	1.792.029	1.561.119
Consultoria	960.511	691.314
Franquias postais/transporte postal	899.234	1.283.725
Conservação e reparação	804.582	745.296
Custos com cobrança de Prémios	725.251	698.090
Despesas de representação	703. 627	2.225.873
Deslocações e estadas	643.758	1.370.364
Limpeza, higiene e conforto	575.550	444.840
Quotizações	421.813	338.101
Serviço de impressão	415.752	468.035
Artigos para oferta	402.329	113.734
Seguros	275.226	242.447
Vigilância e segurança	250.285	225.088
Auditoria	253.124	283.943
Eletricidade	221.875	206.517
Outros trabalhos especializados	863.171	956.032
Total	27.784.169	27.401.093

Os serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) são registados na rubrica de fornecimentos e serviços externos - Auditoria. Relativamente ao exercício de 2020 os respetivos honorários ascenderam a 227.965 Euros (incluindo IVA), tendo compreendido o trabalho de revisão legal das contas da Allianz Portugal (no montante de 153.510 Euros) e serviços de garantia de fiabilidade sobre o reporte prudencial (no montante de Euros 73.716 Euros). No respeitante ao exercício de 2019 os honorários ascenderam a 210.904 Euros (incluindo IVA), tendo compreendido o trabalho de revisão legal das contas da Allianz Portugal (no montante de 137.188 Euros) e serviços de garantia de fiabilidade sobre o reporte prudencial (no montante de Euros 73.716 Euros).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os custos e gastos de exploração líquidos detalham-se como segue:

	2020	2019
Custos e gastos de exploração líquidos		
Custos de aquisição	143.646.101	130.897.822
Custos de aquisição diferidos (variação)	(5.132.666)	(4.018.438)
Custos administrativos	19.205.912	22.362.642
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(6.889.405)	(8.352.967)
	150.829.942	140.889.059

A rubrica custos de aquisição inclui o montante de 98.973.359 Euros (2019: 105.998.124 Euros) relativo a comissões e outros incentivos atribuídos aos mediadores e corretores da Allianz Portugal.

27 - GASTOS COM PESSOAL

27.1 - Número de trabalhadores ao serviço por categoria profissional

O número de colaboradores ao serviço da Companhia no final dos Exercícios de 2020 e 2019 detalham-se pelas diferentes categorias da seguinte forma:

	2020	2019
Dirigentes executivos	1	0
Quadros superiores	34	35
Quadros médios	108	97
Profissionais altamente qualificados	190	175
Profissionais qualificados	298	321
Praticantes/Aprendizes	3	0
Total	634	628

27.2 - Custos com pessoal referentes ao Exercício

Os custos com pessoal referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, detalham-se como segue:

	2020	2019
Remunerações	**27.225.558**	**24.858.594**
Órgãos sociais	775.132	693.242
Pessoal	26.450.426	24.165.352
Encargos sobre remunerações	**6.213.090**	**6.284.426**
Benefícios pós-emprego	**1.155.204**	**1.441.566**
Planos de contribuição definida	333.171	300.019
Planos de benefícios definida	822.033	1.141.547
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	**312.053**	**307.058**
Benefícios de cessação de emprego	**799.000**	**996.368**
Seguros obrigatórios	**1.309.491**	**1.321.487**
Gastos de açao social	**76.988**	**69.991**
Outros gastos com pessoal	**370.971**	**403.896**
Total	37.462.356	35.683.376

27.3 - Informações adicionais relativamente a transações com órgãos sociais

Para além das remunerações e outros benefícios concedidos, não existem quaisquer transações com membros dos órgãos sociais.

28 - RENDIMENTOS

Os rendimentos de investimentos detalham-se da seguinte forma:

	2020	2019
Juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Títulos de dívida	24.521.743	19.506.111
Outros instrumentos de capital e unidades de participação	-	2.607.642
Depósitos bancários	292.791	28.543
Outros	3.921	15.477
	24.818.455	**22.157.772**
Juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	**(496.585)**	**(1.049.997)**
Propriedades de investimento	**1.285.936**	**1.367.784**
	1.285.936	**1.367.784**
Total	25.607.806	22.475.560

29 - GANHOS E PERDAS REALIZADOS EM INVESTIMENTOS

Os ganhos e perdas realizados em ativos financeiros detidos para venda, detalham-se como segue:

	2020		
	Ganhos	Perdas	Total
Títulos de dívida	90.056	(116.998)	(26.942)
Instrumentos de capital e unidades de participação	16.419	-	16.419
Total	106.475	(116.998)	(10.523)

	2019		
	Ganhos	Perdas	Total
Títulos de dívida	3.014.706	-	3.014.706
Instrumentos de capital e unidades de participação	5.529	(569.003)	(563.474)
Total	3.020.235	(569.003)	2.451.232

30 - GANHOS E PERDAS PROVENIENTES DE AJUSTAMENTOS DE JUSTO VALOR EM INVESTIMENTOS

Os ganhos e perdas provenientes de justo valor, detalham-se como segue:

	2020	2019
De ativos e passivos financeiros detidos para negociação		
Derivados	-	225.775
Outros	(2.138)	-
Total	(2.138)	225.775

31 - RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação são apresentados como segue:

	2020	2019
Resultado líquido do Exercício	36.564.633	40.605.160
Número de ações	7.909.080	7.909.080
Resultado por ação	4,62	5,13

32 - DIVIDENDOS

Atendendo ao resultado líquido verificado no ano de 2019 foram distribuídos e pagos dividendos em 2020 no valor de 26.099.964 Euros.

33 - SALDOS E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

São consideradas partes relacionadas da Companhia, as empresas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos do Grupo Allianz e os respetivos órgãos socias. Os saldos e transações entre partes relacionadas, para o exercício de 2020 e 2019, encontram-se representadas no seguinte quadro:

	2020						
	Allianz SE	Allianz Unterfohring	Allianz Companhia de Seguros (Espanha)	Outros Grupos Allianz	Fundos Pensões	BPI	Total
ATIVO	**96.773.124**	**7.927.431**	**5.890.590**	**9.655.784**	**5.903**	**8.644.709**	**128.897.540**
Caixa e seus derivados e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	8.644.709	8.644.709
Ativos financeiros detidos para negociação	966.863	-	-	-	-	-	966.863
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	7.484.424	4.725.519	8.390.448	-	-	20.600.391
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	95.806.261	443.007	1.165.071	1.265.336	5.903	-	98.685.577
PASSIVO	**-**	**8.326**	**1.389.908**	**4.557.563**	**1.850.000**	**26.485.993**	**34.291.791**
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-	71.930	-	-	71.930
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	8.326	1.389.908	4.485.633	1.850.000	26.485.993	34.219.861
GANHOS E PERDAS	**(949.567)**	**(6.303.002)**	**(3.040.452)**	**(21.837.106)**	**(646.037)**	**(53.295.936)**	**(86.072.101)**
Prémios brutos emitidos	-	3.335	23.928	30.573	-	-	57.836
Prémios de resseguro cedido	-	(15.777.293)	(4.267.809)	(17.258.526)	-	-	(37.303.629)
Provisão prémios não adquiridos parte dos resseguradores (variação)	-	1.990	155.092	235.543	-	-	392.625
Custos com sinistros líquidos de resseguro	-	9.124.218	2.029.333	1.064.264	-	-	12.217.814
Custos e gastos de exploração líquidos	(947.429)	336.282	(1.316.480)	(6.752.310)	(821.382)	(54.276.048)	(63.777.367)
Rendimentos	-	-	-	-	-	980.112	980.112
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(2.138)	-	-	-	-	-	(2.138)
Outros rendimentos/gastos técnicos líquidos de resseguro	-	8.467	287.380	110.313	-	-	406.161
Outros rendimentos/gastos	-	-	48.104	733.036	175.345	-	956.485

	2019						
	Allianz SE	Allianz Unterfohring	Allianz Companhia de Seguros (Espanha)	Outros Grupos Allianz	Fundos Pensões	BPI	Total
ATIVO	**140.718.790**	**9.172.544**	**5.422.124**	**9.080.867**	**-**	**14.493.133**	**178.887.458**
Caixa e seus derivados e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	14.493.133	14.493.133
Ativos financeiros detidos para negociação	943.421	-	-	-	-	-	943.421
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	9.159.217	4.187.937	7.853.682	-	-	21.200.836
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	139.775.369	13.327	1.234.187	1.227.184	-	-	142.250.068
PASSIVO	**-**	**858.341**	**1.187.496**	**3.258.354**	**2.002.470**	**22.529.085**	**29.835.746**
Provisões técnicas	-	-	-	44.518	-	-	44.518
Depósitos recebidos de resseguradores	-	858.341	1.187.496	3.213.836	-	-	5.259.673
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	-	2.002.470	22.529.085	24.531.555
GANHOS E PERDAS	**(546.626)**	**(13.328.639)**	**(1.358.708)**	**(17.965.537)**	**(1.149.493)**	**(52.584.066)**	**(86.933.069)**
Prémios de resseguro cedido	-	(14.463.844)	(2.639.936)	(15.177.075)	-	-	(32.280.854)
Provisão prémios não adquiridos parte dos resseguradores (variação)	-	(5.601)	(4.841)	(452.302)	-	-	(462.744)
Custos com sinistros líquidos de resseguro	-	748.266	2.861.712	1.602.963	-	-	5.212.941
Custos e gastos de exploração líquidos	(772.400)	377.096	(1.938.539)	(5.172.115)	(1.141.547)	(53.557.155)	(62.204.660)
Rendimentos	-	-	-	-	-	973.089	973.089
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	225.775	-	-	-	-	-	225.775
Outros rendimentos/gastos técnicos líquidos de resseguro	-	15.444	362.896	135.635	-	-	513.975
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	1.097.356	(7.946)	-	1.089.410

As transações com a entidades do Grupo Allianz referem-se a investimentos, resseguro, companhias representadas, prestação de serviços, cash pool, representação fiscal e fornecedores não residentes.

As transações com o BPI referem-se a investimentos, comissões bancárias, comissões de mediação e corretagem.

Em 2020, os valores pagos e processados para os membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização, no âmbito das respetivas funções, foram os seguintes:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	2020	2019
Teresa Paila Lan Brantuas Silva	540.958	556.086
Vicente Tardio Barutel	30.000	30.000

Os restantes membros do Conselho de Administração não receberam qualquer remuneração nos exercícios de 2020 e 2019.

CONSELHO FISCAL	2020	2019
José Vaz Serra de Moura	6.000	6.000
Diogo Inácio Vadre Castelino Alvim	5.000	5.000
Isaque Marcos Lameiras Raos	5.000	5.000

35 - ELEMENTOS EXTRAPATRIMONIAIS

Relativamente aos elementos extrapatrimoniais à data de encerramento do exercício de 2020, temos que considerar os seguintes valores: 393.957 Euros relativos a penhoras (2019: 474.101 Euros) e 539.821 Euros relativos a garantias bancárias (2019: 560.821 Euros).

36 - INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

A Allianz Portugal determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional é uma componente identificável da Allianz Portugal que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes. A Allianz Portugal controla a sua atividade através dos seguintes segmentos operacionais: Vida, Acidentes de Trabalho, Automóvel, Incêndio e Outros Danos e Restantes Ramos Não Vida.

O relato por segmentos operacionais de Não Vida para os exercícios de 2020 e 2019 detalham-se como segue:

	2020				
RUBRICAS DO GANHOS E PERDAS - CONTA TÉCNICA NÃO VIDA	Total Não Vida	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Restantes Ramos
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	**419.407.956**	110.345.990	131.876.261	85.733.296	91.452.410
Custos com sinistros líquidos de resseguro	**(293.959.561)**	(93.155.470)	(89.484.591)	(58.818.571)	(52.500.928)
Provisão para riscos em curso (variação)	**633.800**	-	863.487	(159.207)	(70.480)
Provisão para desvios de sinistralidade (variação)	**(976.831)**	-	-	(966.280)	(10.551)
Provisão para estabilização de carteira (variação)	**-**	-	-	-	-
Participação nos resultados atribuída	**(506.328)**	-	(208.831)	-	(297.497)
Custos e gastos de exploração líquidos	**(97.018.181)**	(20.800.865)	(31.218.102)	(25.517.824)	(19.481.391)
Rendimentos	**8.870.025**	6.970.412	1.108.897	505.007	285.709
Ganhos de investimentos	**(1.004.073)**	(436.169)	(362.671)	(133.040)	(72.193)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	**75.428**	33.026	24.752	11.272	6.377
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	**-**	-	-	-	-
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	**(698.816)**	(305.445)	(229.630)	(104.576)	(59.164)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	**(27.514)**	(27.514)	-	-	-
Outros rendimentos/gastos técnicos líquidos de resseguro	**394.594**	(5.969)	402.977	(1.541)	(872)
Outras provisões (variação)	**-**	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	**-**	-	-	-	-
Resultado Técnico	35.190.498	2.617.995	12.772.549	548.536	19.251.419
Rubrica do Balanço					
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	**667.188.149**	291.710.749	239.724.698	112.526.205	23.226.498
Provisões Técnicas	**538.930.138**	267.887.163	166.096.643	86.990.625	17.955.707

RUBRICAS DO GANHOS E PERDAS - CONTA TÉCNICA NÃO VIDA	2019				
	Total Não Vida	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Restantes Ramos
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	**402.788.931**	104.285.170	132.137.140	77.161.789	89.204.832
Custos com sinistros líquidos de resseguro	**(295.883.522)**	(88.644.411)	(102.098.140)	(47.730.618)	(59.410.353)
Provisão para riscos em curso (variação)	**4.220.025**	-	4.227.553	-	(7.528)
Provisão para desvios de sinistralidade (variação)	**(928.774)**	-	-	(915.164)	(13.610)
Provisão para estabilização de carteira (variação)	**-**	-	-	-	-
Participação nos resultados atribuída	**(142.182)**	-	-	-	(142.182)
Custos e ganhos de exploração líquidos	**(94.746.294)**	(19.486.177)	(33.474.044)	(23.047.351)	(18.738.722)
Rendimentos	**12.705.108**	8.784.085	2.368.845	1.039.700	512.478
Ganhos de investimentos	**(773.064)**	(336.051)	(279.540)	(102.818)	(54.655)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	**(563.587)**	(237.881)	(196.772)	(86.364)	(42.570)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	**-**	-	-	-	-
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	**4.628.114**	1.958.211	1.612.994	707.953	348.956
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	**(48.292)**	(20.433)	(16.831)	(7.387)	(3.641)
Outros rendimentos/gastos técnicos líquidos de resseguro	**489.037**	(12.800)	504.980	(1.198)	(1.945)
Outras provisões (variação)	**-**	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	**-**	-	-	-	-
Resultado Técnico	31.745.500	8.289.713	4.786.185	7.018.542	11.651.060
Rubrica do Balanço					
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	**517.611.352**	212.584.498	183.660.006	81.529.704	39.837.144
Provisões técnicas	**492.660.996**	215.277.214	161.842.436	73.842.452	41.698.894

O relato por segmentos operacionais de Vida para os Exercícios de 2020 e 2019, detalham-se como segue:

GANHOS E PERDAS	2020				
	Risco	Capitalização com participação nos resultados	Capitalização sem participação nos resultados	Passivos financeiros	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	93.865.746	1.669.621	-	0	**95.535.367**
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviço	-	-	-	590.432	**590.432**
Custos com sinistros líquidos de resseguro	(22.239.442)	(8.315.900)	(26.280.202)	1.957	**(56.833.586)**
Provisão matemática (variação)	172.851	3.794.176	25.904.707	-	**29.871.734**
Participação nos resultados atribuída	(4.736.352)	(80.086)	-	-	**(4.816.438)**
Provisão para compromissos de taxa (variação)	270.979	-	-	-	**270.979**
Custos e gastos de exploração líquidos	(51.415.700)	(2.002.699)	(15.962)	(377.400)	**(53.811.760)**
Rendimentos	906.113	701.622	1.966.499	4.767.498	**8.341.732**
Gastos de investimentos	(28.831)	(1.987.348)	-	-	**(2.016.179)**
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	30.088	-	(116.039)	**(85.951)**
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	**-**
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(28.723)	(1.570)	(21.281)	(22.858)	**(74.432)**
Outros rendimentos/gastos técnicos ´líquidos de resseguro	-	-	-	-	**-**
Resultado técnico	(77.099.104)	(7.861.716)	1.553.762	4.843.589	16.971.898

GANHOS E PERDAS	2019				
	Risco	Capitalização com participação nos resultados	Capitalização sem participação nos resultados	Passivos financeiros	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	92.709.307	1.388.955	14.524.468	-	**108.622.730**
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviço	-	-	-	373.326	**373.326**
Custos com sinistros líquidos de resseguro	(28.991.118)	(7.558.058)	(50.751.910)	-	**(87.301.086)**
Provisão matemática (variação)	148.388	4.462.567	35.585.952	-	**40.196.907**
Participação nos resultados atribuída	(2.320.953)	(354.298)	-	-	**(2.657.251)**
Provisão para compromissos de taxa (variação)	-	-	-	-	**-**
Provisão para compromissos de taxa, parte dos resseguradoress (variação	-	-	-	-	**-**
Provisão para estabilização de carteira (variação)	22.313	-	-	-	**22.313**
Custos e gastos de exploração líquidos	(43.882.978)	(1.038.306)	(770.088)	(451.394)	**(46.142.766)**
Rendimentos	774.742	1.151.991	2.861.316	4.954.738	**9.742.787**
Gastos de investimentos	(25.727)	(1.282.601)	(490.803)	-	**(1.799.131)**
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	7.767	8.308	2.371.316	627.428	**3.014.819**
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	**-**
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	-	-	-	**-**
Outros rendimentos/gastos técnicos ´líquidos de resseguro	-	-	-	-	**-**
Resultado técnico	18.441.741	(3.221.442)	3.330.251	5.504.098	24.054.648

37 - GESTÃO DE RISCO NA ALLIANZ PORTUGAL

Perfil de Risco e Contexto de Mercado

No âmbito da avaliação do perfil de risco da Allianz Portugal de acordo com os princípios regulamentares do regime de Solvência II, os riscos mais significativos são maioritariamente representados pelos riscos específicos de seguros, dadas as características inerentes do negócio, seguidos dos Riscos de Mercado face ao volume de ativos sob gestão para a cobertura das provisões técnicas.

O perfil de risco resulta da estratégia de apetite de risco da Allianz Portugal cuja governação se baseia na gestão dos riscos e dos seus limites.

Durante o ano de 2020 ocorreram vários desenvolvimentos a nível do enquadramento de mercado, ações de gestão e alterações ao modelo de cálculo, impulsionadas pelo feedback obtido no processo de certificação do regime de Solvência II, que tiveram impacto no perfil de risco da Allianz Portugal.

Nível de Capital com base nos Requisitos de Solvência II

O regime Solvência II entrou em vigor a 1 de janeiro de 2016 baseando-se na avaliação de ativos e passivos baseados em princípios económicos, com vista a verificar uma melhor aferição dos riscos assumidos pelas seguradoras tendo sempre como princípio a proteção dos tomadores de seguros, segurados, beneficiários e acionistas.

A avaliação tendo por base os princípios económicos traduz-se numa maior volatilidade dos fundos próprios e dos requisitos de capital, sendo o objetivo da Allianz ter um rácio de solvência robusto que lhe permita suportar potenciais impactos adversos extremos, garantindo assim todas as suas responsabilidades perante os seus segurados sem necessidade de recorrer a aumentos de capital por parte dos seus acionistas.

A Allianz Portugal mantém a todo o momento um nível de capital adequado face do regime de Solvência II. A Gestão da Allianz Portugal considera que a estrutura de governação da empresa é adequada e eficiente na monitorização dos riscos a que a Companhia se encontra exposta.

A posição do capital é controlada de forma rigorosa tendo em conta todos os fatores mencionados, sendo realizados regularmente testes de stress com base em cenários adversos padrão. Estes controlos permitem à empresa tomar medidas que assegurem tanto uma base de capital como uma solvência sólida, de forma continuada.

A Allianz Portugal segue uma política de gestão das suas carteiras seguindo uma visão abrangente do risco e do retorno. Os riscos económicos e de concentração são ativamente restringidos através de limites impostos sendo também utilizada a métrica de retorno do capital de risco (RoRC) na análise do segmento Não Vida e Vida. Esta métrica permite identificar as linhas de negócio e os produtos com lucros consistentemente lucrativos face ao capital alocado.

Nos parágrafos abaixo será apresentada a evolução expectável do perfil de risco da Allianz Portugal por categoria de risco. Todos os riscos estão apresentados antes dos efeitos de diversificação entre categorias de risco, sendo que a concentração de cada risco é discutida de forma individual.

Riscos Quantificáveis

Riscos de Mercado

A Allianz Portugal tem como característica inerente da sua operação seguradora o investimento dos prémios recebidos em ativos diversificados sendo os ativos de renda fixa onde concentra a maioria do seu investimento. Desta forma, as suas carteiras de investimento estão dependentes da evolução dos mercados financeiros, variando o seu valos ao longo do tempo, estando naturalmente exposta ao risco de mercado.

O Risco de Mercado consiste no risco de movimentos adversos no valor dos ativos e passivos relacionados com variações do mercado de capitais, dos mercados cambiais, das taxas de juro e do valor imobiliário.

A política de investimentos pauta-se por níveis prudentes de aceitação e diversificação do risco através do estabelecimento de uma alocação estratégica anual dos ativos (strategic asset allocation), que é revista periodicamente.

A aprovação da estratégia de investimento e a verificação do cumprimento da política de investimentos é efetuada pelo Comité de Investimentos.

A Gestão de Ativos e Passivos, do ano 2020, foi efetuada utilizando uma metodologia designada por ALM (Asset Liability Management).

Esta metodologia permitiu-nos efetuar as seguintes análises:

- Análise gap duration de ativos e passivos;
- Análise de cobertura (verifica-se que existem ativos suficientes para cobrir as responsabilidades existentes);
- Análise de liquidez ao longo da vida do produto;
- Análise de risco reinvestimento e risco de preço.

No caso do segmento Vida são usadas técnicas como a replicação de portfólios de forma a integrar de modo mais eficiente os passivos deste segmento.

Risco de Taxas de Juro

O requisito de capital estimado do risco da taxa de juro manteve-se estável ao longo do ano 2020. Este risco advém principalmente do mismatch entre a duração dos ativos e dos passivos. Do lado dos ativos, provém principalmente de obrigações com taxas de juro fixas, enquanto que do lado dos passivos o principal fator de risco são as provisões técnicas.

Risco Acionista

O risco acionista da Allianz Portugal compõe uma parte relativamente pequena do risco de mercado dada a política de investimento da Companhia e manteve-se estável durante o ano de 2020. Desde 2017 que estamos a incluir o valor dos ativos tangíveis como exposição ao risco de ações tipo 2, de acordo com a normativa regulatória.

Risco Imobiliário

Em 2020, o requisito de capital estimado do risco imobiliário aumentou ligeiramente devido à reavaliação dos ativos desta categoria.

Risco de Spread

O cálculo do requisito de capital do risco de Spread tem por base o risco de perdas nos fundos de base que resultem da diminuição da avaliação de crédito de um determinado título financeiro por parte de uma ECAI reconhecida.

O risco de Spread aumentou face a 2019 resultante essencialmente do aumento da exposição a obrigações corporativas.

Risco de Concentração
O requisito de capital estimado do risco de concentração manteve-se estável durante o ano de 2020. Este risco é bastante reduzido devido a uma estratégia de investimento cada vez mais diversificada.

Risco de Contraparte
O risco de contraparte consiste no risco de perdas inesperadas provocadas pela depreciação da qualidade creditícia (rating) ou mesmo incumprimento de um parceiro de negócio.

A Allianz Portugal possui um conjunto de ferramentas que permitem gerir de forma ativa a exposição da carteira de ativos aos diversos emitentes e monitorizar a sua evolução.

Durante o ano de 2020 verificou-se uma diminuição do risco de contraparte, maioritariamente, proveniente da redução dos montantes em caixa e dos montantes de resseguro cedido a resseguradoras com baixo rating. A qualidade creditícia das entidades resseguradoras a que a Allianz Portugal está exposta em 2020, concentra-se essencialmente em entidades da Companhia Allianz, pelo que apresentam uma qualidade creditícia AA.

Risco Específico de Seguros
O Risco Específico de Seguros representa o risco de perdas provocadas pela comercialização de contratos de seguro, desenvolvimento de produtos, tarifação, processo de subscrição, provisionamento de responsabilidades, gestão de sinistros e gestão de resseguro.

A Allianz Portugal tem estabelecido políticas claras de subscrição, tarifação e de desenvolvimento dos produtos, tendo definido requisitos mínimos estandardizados de risco. Estes requisitos não só são cumpridos no desenvolvimento e aprovação de novos produtos, mas também em mudanças significativas nos produtos existentes.

Relativamente às políticas de subscrição, estão definidos standards mínimos de risco para a subscrição, cujo grande objetivo é proteger a Companhia de riscos excessivos e suportar a otimização de risco/retorno, documentando as respetivas responsabilidades. Por sua vez, as tarifas aplicadas são construídas com base em técnicas atuariais e revistas regularmente.

O provisionamento é acompanhado regularmente, reunindo-se trimestralmente o Comité de Reservas com o objetivo de analisar a evolução das reservas e determinar a necessidade de proceder a ajustamentos.

Risco Específico de Seguros do Segmento Vida
O risco específico de Seguros do Segmento Vida é composto pelo risco de mortalidade, longevidade, catastrófico, resgate e despesas. Os riscos de mortalidade, longevidade e catastrófico consistem no risco de perdas originadas por variações positivas/negativas nos pressupostos de taxa de mortalidade. Enquanto o risco de resgate consiste no risco de perdas originadas por variações positivas/negativas nas taxas de descontinuidade. O risco de despesas por sua vez consiste no risco de perdas originadas por um aumento nas despesas e taxa de inflação consideradas no cálculo das provisões técnicas.

No final de 2020, o risco específico estimado do segmento Vida sofreu um ligeiro aumento explicado pela alteração de pressupostos que influenciaram o risco de resgate.

Riscos Específicos de Seguros do Segmento Não Vida
O risco de prémios e reservas consiste no risco de insuficiência de cobertura de prémios ou de perdas provenientes da utilização de bases de cálculo não adequadas ou insuficientes. O risco de resgate consiste no risco de perdas originadas por variações positivas/negativas na descontinuidade de certas apólices de seguro. O risco catastrófico consiste no risco de perdas originadas por um evento inesperado de origem natural ou humana.

O risco específico de Não Vida estimado aumentou ligeiramente face a 2019 relacionado essencialmente pelo aumento do volume de prémios e reservas.

Risco Específicos de Seguros do Segmento Acidentes e Doença
O mósdulo de risco específico de Acidentes e Doença encontra-se dividido nos submódulos de acidentes e doença STV (semelhante a técnicas de Vida), acidentes e doença NSTV (não semelhante a técnicas de Vida) e risco catastrófico de acidentes e doença.

No ano de 2020, estima-se um aumento de 20% no risco específico de acidentes e doença. Este aumento resulta de uma subida do requisito de capital estimado em ambos os módulos de acidentes e doença STV e NSTV de 33% e 19%,

respetivamente. O aumento verificado nos riscos semelhantes a Vida deveu-se essencialmente à alteração do modelo de cálculo, por sua vez, o aumento no risco de prémios e reservas deve-se essencialmente a um aumento nos volumes de cada risco e na revisão que houve aos fatores de cálculo dos mesmos.

Risco Operacional

O risco operacional é definido como o risco de perdas resultantes da falha ou da inadequação de processos ou sistemas internos, do erro humano ou do comportamento humano inadequado, ou de eventos externos.

A diminuição no requisito de capital estimado para o risco operacional em 2020 deve-se à redução do valor dos prémios recebidos de Vida.

O risco operacional está efetivamente presente em todas as atividades realizadas na Allianz Portugal e, tipicamente, não é possível que seja evitado. No entanto, a Allianz Portugal tem definida uma estrutura para a gestão do risco operacional do qual fazem parte todos os colaboradores e, especialmente, todos os níveis de gestão da Allianz Portugal. Estes riscos são geralmente geridos durante o curso normal das operações, ou seja, os responsáveis dos riscos e dos processos, como parte das suas funções de primeira linha, devem estar sensibilizados para a identificação dos riscos operacionais incorporados nas suas atividades, que ameacem o alcance dos seus objetivos, e devem decidir sobre o nível adequado de tolerância ao risco. Assim, sempre que necessário, deverão pôr em curso ações de mitigação apropriadas até que o nível de tolerância do risco seja obtido.

Outros Riscos

Risco de Liquidez

O risco de liquidez, definido como o risco de perdas resultantes da incapacidade de fazer face a liquidações de curto ou médio prazo é monitorizado usando a metodologia ALM. Este tipo de risco surge principalmente da existência de um mismatch entre a periodicidade dos fluxos de caixa dos ativos e dos passivos.

O principal objetivo da Allianz Portugal aquando do planeamento e gestão da posição de liquidez é garantir que todas as obrigações de pagamento estão asseguradas. Como forma de cumprir este objetivo, a empresa monitoriza e faz uma previsão regular da sua liquidez de curto-prazo, submetendo-a ainda a um limite absoluto mínimo de forma a permitir a sua proteção face a eventuais crises de liquidez. A liquidez de curto-prazo é, ainda, gerida através de uma ferramenta central disponibilizada pela Companhia Allianz chamada "cash pool". De referir também, que a Allianz Portugal aplica requisitos de contingência de liquidez que incluem a não capacidade de acesso a mercados de capitais externos e cenários combinados de risco de mercado e catastrófico.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os cash-flows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

RISCO DE LIQUIDEZ 2020	Até 12 meses Maturidade	1-2 anos Maturidade	2-5 anos Maturidade	> 5 anos	Maturidade	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	**-**	**-**	**-**	**-**	**13.874.432**	**13.874.432**
Ativos financeiros detidos para negociação		**-**	**-**	**-**	**966.863**	**966.863**
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	**79.474.323**	**35.570**	**205.981**	**130.141**	**-**	**79.846.016**
Dívida pública	-	35.570	205.981	13.141	-	371.693
Instrumentos de capital	79.474.323	-	-	-	-	79.474.323
Investimentos disponíveis para venda	**118.654.993**	**145.897.981**	**383.411.685**	**484.470.769**	**0**	**1.132.435.428**
Dívida pública	20.268.639	38.744.040	210.312.985	352.166.660	-	621.492.324
Obrigações de outros emissores	77.487.879	107.153.941	173.098.700	132.304.109	-	490.044.629
Instrumentos de capital	20.898.475	-	-	-	-	20.898.475
Outros ativos financeiros	**850.233**	**-**	**-**	**-**	**-**	**850.233**
Total de ativos financeiros	**198.979.549**	**145.933.551**	**383.617.667**	**484.600.910**	**14.841.295**	**1.227.972.972**
Passivos financeiros	170.406.128	33.748.144	88.808.024	112.077.340	-	**405.039.636**
Total de passivos financeiros	**170.406.128**	**33.748.144**	**88.808.024**	**112.077.340**		**405.039.636**
Líquido	**28.573.421**	**112.185.407**	**294.809.642**	**372.523.570**	**14.841.295**	**822.933.336**

RISCO DE LIQUIDEZ 2019	Até 12 meses Maturidade	1-2 anos Maturidade	2-5 anos Maturidade	> 5 anos	Maturidade	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	**-**	**-**	**-**	**-**	**25.300.950**	**25.300.950**
Ativos financeiros detidos para negociação		**-**	**-**	**-**	**943.421**	**943.421**
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	**121.707**	**-**	**176.495**	**81.641**	**29.003.469**	**29.383.312**
Dívida pública	121.707	-	176.495	81.641	-	379.843
Instrumentos de capital	-	-	-	-	29.003.469	29.003.469
Investimentos disponíveis para venda	**132.077.033**	**101.197.461**	**377.684.292**	**429.379.121**	**22.030.629**	**1.062.368.535**
Dívida pública	56.550.589	21.191.861	155.988.154	376.033.731	-	609.764.334
Obrigações de outros emissores	75.526.444	80.005.601	221.696.138	53.345.390	-	430.573.572
Instrumentos de capital	-	-	-	-	22.030.629	22.030.629
Outros ativos financeiros	**178.219.930**	**-**	**-**	**-**	**-**	**178.219.930**
Total de ativos financeiros	**310.418.669**	**101.197.461**	**377.860.787**	**429.460.761**	**77.278.469**	**1.296.216.148**
Passivos financeiros	137.940.948	27.404.883	102.517.518	116.388.702	-	**384.252.051**
Total de passivos financeiros	**137.940.948**	**27.404.883**	**102.517.518**	**116.388.702**	**0**	**384.252.051**
Líquido	**172.477.721**	**73.792.578**	**275.343.270**	**313.072.060**	**77.278.469**	**911.964.097**

Risco Reputacional

O risco reputacional é descrito como o risco de uma queda inesperada do valor do negócio ou do valor do negócio futuro devido a perdas de reputação da marca Allianz. Todos os departamentos da Allianz Portugal trabalham de forma cooperativa na identificação de riscos reputacionais. A área de Comunicação é responsável pela avaliação e pelas tomadas de decisão sobre os riscos reputacionais, e pela gestão dos problemas reputacionais.

Adicionalmente, a avaliação de riscos reputacionais é feita através de uma metodologia estruturada que disponibiliza uma base consistente para a comparação entre o risco e o prémio tendo em particular consideração: áreas de negócio sensíveis e riscos de conduta durante a elaboração, distribuição e prestação de serviços. Por outro lado, aquando da elaboração, distribuição e venda de produtos e serviços, a Allianz Portugal faz uma análise relativa ao cumprimento das expectativas razoáveis dos clientes quanto ao justo valor e ao resultado esperado dos mesmos. Assim, os impactos de eventos de risco reputacional como, por exemplo, problemas reputacionais, são mitigados utilizando uma abordagem coordenada entre a comunicação e a gestão da crise.

As decisões sobre riscos reputacionais individuais são integradas na estrutura geral de gestão de risco da Allianz Portugal e, assim, estes riscos são identificados e analisados num processo anual interno chamado "Top Risk Assessment" onde a gestão de topo toma decisões face à estratégia de gestão de risco e ações decorrentes deste. Por último, esta análise é complementada trimestralmente e a gestão do risco reputacional é realizada numa base casuística.

Análises de Sensibilidade

A Allianz Portugal efetua análises regulares de stress testing que permitem avaliar com profundidade os seus riscos. Esta análise possibilita a avaliação dos impactos de situações adversas e a medição dos efeitos de várias estratégias de gestão.

O rácio de solvência em 31 de dezembro de 2020 e a quantificação dos respetivos riscos, conforme acima identificados, serão apresentados no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado pela Companhia durante o mês de abril de 2021.

É entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação financeira e requisitos de capital estimados, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2020.

Plano de Continuidade

O Plano de Continuidade identifica as responsabilidades e tarefas necessárias para restabelecer o normal e bom funcionamento da Companhia, no caso de ocorrer um incidente que provoque interrupção por um período de tempo indeterminado. Esta interrupção pode ocorrer na sequência da destruição de instalações, equipamentos, ou danos em pessoas, impedindo a prestação de serviços a clientes internos ou externos.

O Plano de Continuidade destina-se a assegurar, a segurança e bem-estar dos trabalhadores, manutenção da comunicação interna, continuidade dos processos críticos de negócio, cumprimento de obrigações contratuais, gestão do risco e a manutenção da confidencialidade dos dados e reputação do negócio (via comunicações externas).

No âmbito do Plano é tido em consideração o edifício onde ocorreu o incidente, o tipo de cenário de desastre, se o tipo de danos provocados foi nas instalações e/ou na infraestrutura tecnológica e sistema informáticos e ainda o período em que ocorreu (dentro ou fora do período laboral, com ou sem os sistemas informáticos "abertos").

O Plano de Continuidade é atualizado regularmente contendo os procedimentos alternativos para todas as áreas críticas do negócio.

Governação do Risco

Princípios de Governação do Risco

A Allianz Portugal considera o controlo de risco como uma das suas competências centrais. Desta forma, os princípios de governação de risco integram todas as unidades de negócio da Companhia, destacando-se os seguintes:

- Fomentar uma cultura de gestão de risco sólida, apoiada por uma estrutura de governação de risco robusta;
- Aplicar de forma consistente um modelo integral de capital de risco sobre todas as unidades de negócio, protegendo a base de fundos próprios e apoiando a gestão de capital efetiva;
- Integrar considerações do risco e de requisitos de capital na gestão e processo de decisão, pela atribuição do risco e alocação de capital às várias unidades de negócio.

O apetite de risco da Allianz Portugal é definido pela sua estratégia de risco e imposição de limites. O risco é observado e reportado em detalhe, permitindo detetar eventuais desvios à tolerância de risco numa fase inicial do mesmo. Com o intuito de garantir o interesse dos acionistas e os requisitos impostos pelo regulador, os princípios de governação de risco acrescentam valor à Companhia através de quatro componentes principais:

Subscrição e identificação de risco: os princípios sólidos de subscrição e identificação do risco estabelecem as pedras basilares da adequação do risco e das decisões a tomar, tais como a aprovação de transações individuais e alocação estratégica de ativos. Estes princípios incluem a avaliação e os padrões de risco, métodos de avaliação e padrões mínimos de subscrição claros.

Reporte e monotorização de risco: o nosso abrangente reporte de riscos qualificativos e quantitativos e princípios de monotorização fornecem os indicadores de risco e a transparência necessária à tomada de decisões por parte da gestão de topo em relação ao risco geral da Companhia e se este se encontra dentro dos limites aceites e alocado à equipa certa.

Estratégia e apetite de risco: a nossa estratégia de risco define claramente o nosso apetite de risco. Esta garante que os retornos são apropriados face aos riscos assumidos e que as funções encarregadas estão em linha com a capacidade da Allianz Portugal de suportar o risco. Este perfil de risco e retorno é melhorado a partir de considerações sobre a integração do risco e das necessidades de capital no processo de decisão. Tal permite não só manter uma estratégia de risco e objetivos de negócio consistentes, mas também aproveitar oportunidades dentro dos níveis de tolerância de risco.

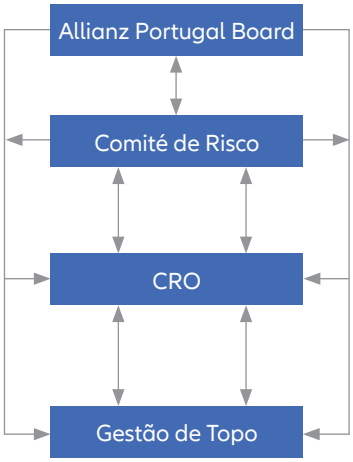
Comunicação e transparência: a divulgação transparente e robusta proporciona a base para a comunicação desta estratégia para todas as partes externas e internas interessadas, garantindo um impacto positivo e sustentável na avaliação da Companhia e no seu financiamento. Adicionalmente, esta divulgação fortalece a consciencialização face ao risco e à cultura de risco da Allianz Portugal.

Estrutura de Governação do Risco

A Allianz Portugal possui na sua estrutura organizacional, um Departamento de Controlo de Risco cujo responsável é o CRO da Companhia e que reporta ao CFO.

A estrutura de gestão de risco pode ser sumarizada da seguinte forma:

	Responsabilidades
Allianz Portugal Board	• Aprovar a política e a estratégia de risco • Definir limites
Comité de Risco	• Recomendar/aprovar ações para mitigar os riscos • Definir limites • Promover a cultura de risco
CRO	• Gerir proativamente os riscos de acordo com as políticas e limites existentes • Monitorizar a Solvência e o perfil de risco • Reportar e comunicar.
Gestão de Topo	• Garantir que é efetuado todo o processo de gestão de riscos (identificação, avaliação e mitigação), bem como assegurar a existência dos mecanismos necessários à sua monitorização e controlo.



O principal objetivo do Comité de Risco é promover o cumprimento das políticas, limites e guidelines, contribuindo para a construção de uma forte cultura de risco. A introdução e manutenção de infraestruturas, controlos e processos que proactivamente contribuam para identificar e monitorizar os riscos, são também orientações claramente definidas na estratégia da Companhia e que são monitorizadas neste Comité.

Enquanto entidade financeira, a Allianz Portugal considera a gestão de risco como parte integrante nas suas atividades e competências. Como tal, a tomada de decisão da Administração integra as considerações de risco e as necessidades de capital. A Administração é responsável pela Estratégia de Risco, sendo definida anualmente em função do risco que a Companhia está disposta a aceitar para cumprir os seus objetivos estratégicos e aproveitar as oportunidades de negócio subjacentes.

De referir que a Allianz Portugal tem implementado a sua Política de Gestão de Risco de forma transversal a todas as áreas da Companhia, definindo os seus princípios fundamentais bem como as responsabilidades dos diversos intervenientes na sua implementação, monitorização e comunicação

38 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO NÃO DESCRITOS EM PONTOS ANTERIORES

Após a data das demonstrações financeiras não se registaram acontecimentos que afetem o valor dos ativos, passivos e divulgações das demonstrações financeiras do período.

Lisboa, 24 de fevereiro de 2021

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

A

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Companhia de Seguros Allianz Portugal

Inventário de Títulos e Participações Financeiras
Anexo I - Consolidado

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						Unitário	Total
	1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS							
	1.1 - Nacionais							
	1.1.1 - Partes de capital em empresas do grupo							
11	**sub-total**	-	-			-		-
	1.2 - Estrangeiras							
	1.2.2 - Obrigações de empresas do grupo							
12	**sub-total**	-	-			-		-
11+ 12	**total**	-	-			-		-
	2 - OUTROS TÍTULOS							
	2.1 - Nacionais							
	2.1.1 - Títulos de rendimento fixo							
	2.1.1.1 - De dívida pública							
PTOTEAOE0021	PGB4,95 10/23	-	21 500 000	100%	1,02	21 989 897	1,16	24 882 595
PTOTEYOE0007	OBRIGAÇÕES DO TESOURO 3.85% 04/15/2021	-	11 650 000	100%	0,92	10 721 642	1,01	11 797 722
PTOTEROE0014	OBRIGAÇÕES DO TESOURO PORTUGAL 3,875% 15.02.2030	-	16 250 000	100%	1,10	17 815 898	1,36	22 031 266
PTOTEKOE0011	TESORO PORTUGARL 2,875% 15.10.2025	-	38 970 000	100%	1,12	43 781 543	1,16	45 208 318
PTOTETOE0012	OBRIGAÇÕES TESOURO PORTUGAL 2,875% 21.07.2026	-	37 655 000	100%	1,09	40 886 985	1,18	44 479 592
PTOTEBOE0020	OBRIGACOES DO TESOURO 4,1% 15.02.2045	-	29 235 000	100%	1,06	31 078 029	1,74	50 929 413
PTOTEQOE0015	OBRIGACOES DO TESOURO 5,65% 15.02.2024	-	11 500 000	100%	1,20	13 857 197	1,19	13 741 235
PTOTESOE0013	OBRIGACOES DO TESOURO 2,20% 17.10.2022	-	11 150 000	100%	1,01	11 303 833	1,05	11 947 351
PTOTE5OE0007	OBRIGACOES DO TESOURO PORTUGAL 4,1% 15/04/2037	-	8 610 000	100%	1,11	9 591 530	1,58	13 621 192
PTOTEUOE0019	PGB 4,125% 14/04/27	-	17 925 000	100%	1,23	21 979 261	1,28	22 950 632
PTOTEVOE0018	Obrigaçoes Do Tesouro 2,125% 17/10/2028	-	3 210 000	100%	1,06	3 401 447	1,18	3 783 820
PTOTEWOE0017	Obrigaçoes do Tesouro 2,25% 18/04/2034	-	5 250 000	100%	1,13	5 914 528	1,26	6 617 625
PTOTEXOE0024	OBRIGACOES DO TESOURO 1,95 15/06/2029	-	4 220 000	100%	1,13	4 752 770	1,17	4 951 326
PTOTELOE0028	OBRIGACOES DO TESOURO 0,475% 18/10/2030	-	4 100 000	100%	0,98	4 027 348	1,04	4 278 186
	sub-total		**221 225 000**			**241 101 907**		**281 220 272**
	2.1.1. 2 - De outros emissores públicos							
	sub-total	-	-			-		-
	2.1.1. 3 - De outros emissores							
XS0995380580	EDP 4.125% 20/01/2021	-	1 000 000	100%	1,08	1 075 500	1,00	1 001 180
XS1111324700	EDP 2,625% 18/01/2022	-	4 500 000	100%	0,99	4 469 040	1,03	4 631 760
XS0399353506	EDP 0 12/11/23	-	2 000 000	100%	0,78	1 564 280	0,99	1 983 166
XS1846632104	EDP 1,625% 26/01/2026	-	1 500 000	100%	1,06	1 583 430	1,08	1 614 855
	sub-total	-	**9 000 000**			**8 692 250**		**9 230 961**
211	**sub-total**	-	230 225 000			249 794 156		290 451 233
	2.1.2 - Títulos de rendimento variável							
	2.1.2.1 - Ações							
P921910003001	AUDATEX PORTUGAL SA	520	-		249,40	129 687	249,40	129 687
P921910012401	FUNFRAP-FUNDIÇAO PORTUGUESA SA	50 000	-		4,99	249 399	4,99	249 399
P921910013401	PREVISAO	17 500	-		4,28	74 940	2,25	39 452
P921910018101	C. HOSPITALAR S. FRANCISCO	148 842	-		0,70	104 748	0,70	104 748
P921910034001	CASTIL PARQUE	200	-		1 295,63	259 126	841,12	168 224
P921910046401	Lusitania Seguros	191	-		0,00	-	3,46	661

	2.1.2.2 - Títulos de participação							
	sub-total							
	2.1.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
	sub-total							
	2.1.2.4 - Outros							
	sub-total	-	-			-		-
212	**sub-total**	**217 253**	-			**817 899**		**692 171**
211+212	**total**	**217 253**	**230 225 000**			**250 612 056**		**291 143 405**
	2.2 - Estrangeiros							
	2.2.1 - Títulos de rendimento fixo							
	2.2.1.1 - De dívida pública							
AT0000383864	REPUBLIC OF AUSTRIA 6,25% 7/15/2027	-	740 000	100%	1,32	978 669	1,46	1 079 297
BE0000291972	BELGIUM KINGDOM 5,5% 03/28/2028	-	200 000	100%	1,16	231 305	1,45	289 276
BE0000320292	BELGIUM KINGDOM 4,25 28/03/2041	-	400 000	100%	1,58	633 928	1,82	728 272
BE0000336454	BGB 1,9% 22/06/2038	-	500 000	100%	1,10	551 765	1,33	663 755
BE0008074230	BELGIUM BE STRIP 0% 28/03/2038	-	2 000 000	100%	0,79	1 575 972	0,99	1 988 788
BE0008075245	BELGIUM BE STRIP 0% 28/03/2039	-	2 600 000	100%	0,77	1 995 144	0,99	2 576 696
BE0008076250	BELGIUM BE STRIP 0% 28/03/2040	-	1 900 000	100%	0,75	1 427 034	0,97	1 841 665
BE0008077266	BELGIUM BE STRIP 0% 28/03/2041	-	1 800 000	100%	0,74	1 329 596	0,97	1 738 014
BE0008071202	BELGIUM BE STRIP 0% 28/03/2035	-	2 500 000	100%	0,83	2 066 400	1,02	2 537 764
BE0008072218	BELGIUM BE STRIP 0% 28/03/2036	-	2 400 000	100%	0,81	1 942 032	1,00	2 411 594
BE0008521826	BELGIUM BE STRIP 0% 22/06/2034	-	1 600 000	100%	0,84	1 347 850	1,02	1 626 400
BE0008063126	BELGIUM BE STRIP 0% 28/03/2028	-	2 000 000	100%	0,93	1 863 839	1,04	2 079 511
DE000A2GSNR0	KFW 0,625 07/01/2028	-	1 500 000	100%	1,05	1 573 620	1,08	1 620 270
ES0000012411	ESTADO 5,75% 07/32	-	3 750 000	100%	1,55	5 806 520	1,64	6 165 563
ES00000122E5	ESTADO4,65 0725	-	15 620 000	100%	1,16	18 133 732	1,24	19 310 537
ES00000123B9	ESTADO5,5 04/21	-	5 700 000	100%	1,20	6 820 637	1,02	5 810 637
ES00000123K0	ESTADO5,85 01/22	-	7 100 000	100%	1,16	8 261 590	1,07	7 595 367
ES00000123X3	SPGB 4,4% 31/10/2023	-	5 700 000	100%	1,18	6 741 761	1,14	6 505 752
ES00000123U9	SPGB 5,4% 31/01/2023	-	5 805 000	100%	1,24	7 216 171	1,12	6 530 161
ES00000124C5	SPGB 5,15% 31/10/2028	-	8 550 000	100%	1,35	11 536 942	1,42	12 119 882
ES00000124W3	SPGB 3,8% 30/04/2024	-	2 300 000	100%	1,03	2 368 166	1,15	2 634 972
ES00000126B2	SPGB 2.75% 31/10/2024	-	9 805 000	100%	1,12	10 995 324	1,13	11 039 155
ES00000126Z1	SPGB 1,6 30/04/25	-	1 000 000	100%	1,03	1 030 140	1,09	1 090 920
ES0000011868	ESTADO6%E/01-29	-	550 000	100%	1,44	793 502	1,50	823 900
ES00000121S7	ESTADO4,7 07/41	-	1 600 000	100%	1,46	2 330 508	1,79	2 867 360
ES00000120N0	ESTADO4,9 07/40	-	850 000	100%	1,43	1 216 044	1,81	1 537 523
ES00000123C7	ESTADO5,9 07/26	-	1 500 000	100%	1,38	2 066 925	1,35	2 030 385
ES00000127A2	ESTADO 1,95 07/30	-	2 500 000	100%	1,16	2 897 400	1,19	2 965 800
ES00000127Z9	SPGB 1,95% 30.04.2026	-	6 100 000	100%	1,06	6 460 712	1,13	6 872 626
ES00000128C6	ESTADO 2,9% 31.10.2046	-	1 325 000	100%	1,07	1 419 869	1,50	1 985 778
ES00000128H5	ESTADO 1,3% 31/10/26	-	2 200 000	100%	1,02	2 252 604	1,10	2 416 876
ES00000128P8	ESTADO 1,5% 30/04/2027	-	300 000	100%	1,06	316 722	1,12	334 902
ES00000128Q6	SPGB 2.35% 30/07/33	-	2 650 000	100%	1,13	2 995 043	1,26	3 345 837
ES00000124H4	SPGB 5,15% 31/10/44	-	1 175 000	100%	1,52	1 782 915	1,98	2 322 623
ES0000012B47	SPGB 2,7% 31/10/2048	-	1 875 000	100%	1,02	1 921 141	1,47	2 755 125
ES00000127G9	SPGB 2,15% 31/10/2025	-	9 170 000	100%	1,11	10 187 656	1,13	10 327 896
ES0000012B88	SPGB 1,4% 30/07/2028	-	3 700 000	100%	1,10	4 071 184	1,12	4 146 849
ES00000128O1	SPGB 0,4% 30/04/22	-	35 000	100%	1,01	35 368	1,01	35 476
XS1392927072	FINNVERA PLC 0,5% 13/04/2026	-	2 000 000	100%	1,03	2 058 560	1,05	2 102 020
FR0010466938	FRANCE (GOVT OF) 4,25% 10/25/2023	-	2 600 000	100%	1,07	2 787 072	1,14	2 968 056
FR0000571085	FRANCE (GOVT OF) 8,5% 4/25/2023	-	3 600 000	100%	1,53	5 502 600	1,21	4 371 084
FR0011337880	FRANCE 2,25% 25/10/2022	-	6 800 000	100%	1,01	6 836 522	1,05	7 168 220
FR0011059088	Francia 3.25 25/10/2021	-	500 000	100%	1,09	547 300	1,03	515 685
FR0010809533	FRANCE STRIP 25/04/2047	-	200 000	100%	0,68	136 914	0,91	181 402
FR0010809640	FRANCE STRIP 25/04/2053	-	400 000	100%	0,60	240 844	0,85	340 772
FR0010871038	FRANCE STRIP 25/04/2056	-	400 000	100%	0,56	225 261	0,82	328 928
FR0010871079	FRANCE STRIP 25/04/2060	-	500 000	100%	0,52	259 985	0,80	402 035
FR0010070060	FRTR 4,75% 04/35	-	250 000	100%	1,60	400 447	1,71	428 363
FR0010773192	FRTR4,5 04/41	-	275 000	100%	1,69	463 439	1,89	520 704
FR0010371401	FRANCE4 10/38	-	150 000	100%	1,54	231 678	1,72	258 068
FR0012993103	FRTR 1,50% 25/05/31	-	200 000	100%	1,12	223 423	1,19	238 694

FR0011461037	FRTR 3,25% 25/05/45	-	1 300 000	100%	1,59	2 068 198	1,73	2 244 437
FR0011755156	UNEDIC 2,375% 25/05/2024	-	6 400 000	100%	1,12	7 145 600	1,10	7 026 176
FR0013128584	UNEDIC 0,625% 03/03/2026	-	8 200 000	100%	1,01	8 319 118	1,05	8 643 046
FR0011462746	UNED 2,25% 05/04/2023	-	900 000	100%	1,10	986 439	1,06	955 791
FR0010171975	FRTR 4,0% 25/04/2055	-	850 000	100%	1,73	1 473 315	2,17	1 841 568
FR0013154044	FRTR 1,25% 25/05/2036	-	150 000	100%	1,06	158 918	1,20	180 314
FR0013234333	FRTR 1,75% 25/06/2039	-	250 000	100%	1,14	285 501	1,32	330 128
FR0013257524	FRTR 2,0% 25/05/2048	-	400 000	100%	1,17	469 896	1,46	582 436
FR0013404969	FRTR 1,5% 25/05/2050	-	300 000	100%	1,04	311 028	1,33	399 435
IE00BV8C9418	IRISH TREASURY 1,0% 15/05/2026	-	3 800 000	100%	1,06	4 045 974	1,09	4 130 182
IE00BDHDPR44	IRISH 0.9% 15/05/2028	-	4 300 000	100%	1,05	4 523 428	1,10	4 745 609
IE00BH3SQ895	IRISH 1.1% 15/05/2029	-	6 050 000	100%	1,10	6 626 691	1,13	6 834 262
IE00BJ38CR43	IRISH 2.4% 15/05/2030	-	800 000	100%	1,23	987 424	1,27	1 012 352
IE00BFZRQ242	IRISH 1.35% 18/03/2031	-	850 000	100%	1,12	952 196	1,17	997 271
IT0001086567	BTPS 7,25 11\2026	-	1 800 000	100%	1,28	2 300 400	1,42	2 554 038
IT0004966401	BTPS 3,75% 01/05/20121	-	60 000	100%	1,11	66 811	1,01	60 830
BE0000334434	BGB 0,8 22/06/2025	-	20 000	100%	1,03	20 632	1,07	21 342
IT0005172322	BTPS 0,95% 15/03/2023	-	100 000	100%	1,02	101 603	1,03	102 989
NL0000102275	NETHERLANDS GOVERNMENT 3,75% 1/15/2023	-	2 135 000	100%	0,96	2 050 824	1,09	2 329 819
NL0000003564	NETHERLAND GOVT STRIP 0% 15/01/2034	-	1 000 000	100%	0,92	917 019	1,05	1 050 204
NL0000003556	NETHERLAND GOVT STRIP 0% 15/01/2033	-	2 800 000	100%	0,93	2 606 105	1,05	2 941 513
EU000A1GRVV3	CE 3,5% 04/06/2021	-	500 000	100%	1,15	576 050	1,02	508 600
EU000A1HBXS7	CE 2,5% 04/11/2027	-	2 000 000	100%	1,23	2 463 140	1,21	2 425 720
EU000A1GVVF8	CE 3%04/09/26	-	3 000 000	100%	1,06	3 187 114	1,21	3 621 750
EU000A18Z2D4	EUROPEAN UNION 0,75% 04/04/2031	-	3 000 000	100%	1,00	3 004 320	1,12	3 362 280
EU000A1ZR7H3	EUROPEAN UNION 1,375% 04/10/2029	-	2 850 000	100%	1,10	3 135 570	1,17	3 325 067
EU000A1GY6W8	EUROPEAN UNION 3,75% 04/04/2042	-	2 000 000	100%	1,62	3 231 442	1,79	3 584 400
EU000A1Z6TV6	EUROPEAN UNION 1,5% 01/10/2035	-	200 000	100%	1,08	216 815	1,25	249 898
XS1919899960	EUROFIMA 0.25 09.02.2024	-	9 000 000	100%	1,00	8 958 150	1,02	9 183 870
EU000A1G0A16	EFSF 2,25% 05/09/2022	-	3 500 000	100%	1,01	3 539 800	1,05	3 674 125
XS0832628423	EIB 2,25% 14/10/2022	-	3 500 000	100%	1,03	3 601 450	1,05	3 683 610
XS0676294696	EIB 2,75% 15/09/2021	-	1 000 000	100%	1,09	1 094 700	1,02	1 023 750
EU000A1G0DB8	EFSF 2,35% 29/07/2044	-	1 000 000	100%	1,31	1 314 980	1,55	1 547 300
EU000A1G0DT0	EFSF 1.25% 24/05/33	-	700 000	100%	0,99	692 874	1,19	832 510
EU000A1U9951	ESM 0,125 22/04/2024	-	3 200 000	100%	1,00	3 192 352	1,02	3 278 272
EU000A1G0DE2	EFSM 0,2 28/04/2025	-	1 000 000	100%	1,01	1 011 072	1,04	1 035 050
EU000A1G0BQ0	EFSF 1,75% 27/06/2024	-	7 150 000	100%	1,08	7 742 950	1,08	7 744 165
EU000A1G0DQ6	EFSF 0,375% 11/10/2024	-	510 000	100%	1,01	512 825	1,04	528 885
EU000A1U9894	ESM 1,00% 23/09/2025	-	3 300 000	100%	1,04	3 437 577	1,08	3 548 391
EU000A1Z99E3	ESM 0,10% 31/07/2023	-	975 000	100%	1,00	976 999	1,02	993 164
XS1912495691	IBRD 0.625 22/11/2027	-	5 800 000	100%	1,05	6 066 452	1,07	6 209 132
ES0000101933	MADRID 0,419% 30/04/2030	-	6 900 000	100%	1,01	7 001 844	1,03	7 082 919
ES0000101701	MADRID 3,25% 03/05/2046	-	200 000	100%	1,47	293 720	1,49	298 732
	sub-total	-	**242 625 000**			**268 759 083**		**281 302 564**
	2.2.1.2 - De outros emissores públicos							
ES0200002006	ADIFAL 1.875 01/2025	-	5 000 000	100%	0,99	4 967 643	1,09	5 437 600
ES0200002014	ADIF ALTA VELOCIDAD 1,875% 22.09.2022	-	4 000 000	100%	1,03	4 133 291	1,04	4 153 400
XS1072141861	ADIFAL 3,5% 27/05/24	-	1 000 000	100%	1,15	1 152 900	1,13	1 129 890
ES0200002055	ADIFAL 0,55% 30/04/2030	-	7 200 000	100%	1,02	7 369 056	1,03	7 447 392
FR0011192392	CAISSE AMORT DET CADES 4 15/12/25	-	4 000 000	100%	1,23	4 914 689	1,22	4 899 840
XS0410937659	SNCF 4,625% 02/02/24	-	300 000	100%	1,23	367 506	1,15	346 278
XS0488101527	SNCF 4,125% 19/02/25	-	600 000	100%	1,26	758 106	1,18	710 436
FR0012682060	OSEOFI 0.5 25.05.2025	-	3 900 000	100%	1,01	3 926 274	1,04	4 050 696
FR0013244415	OSEOFI 0.75% 25/11/2024	-	1 000 000	100%	1,04	1 038 069	1,05	1 045 670
FR0013299591	OSEOFI 0.125% 25/11/2023	-	5 000 000	100%	1,00	5 007 550	1,02	5 084 700
FR0013367604	OSEO 0.875% 26/09/2028	-	13 500 000	100%	1,08	14 522 020	1,09	14 709 600
FR0012792000	OSEO 1.875 25/05/2030	-	1 000 000	100%	1,19	1 185 500	1,19	1 190 250
XS1397023448	KBN 0,625 20/04/2026	-	1 500 000	100%	1,03	1 546 215	1,05	1 579 110
	sub-total		**48 000 000**			**50 888 818**		**51 784 862**
	2.2.1.3 - De outros emissores							
XS0767278301	TKA 4% 04/04/2022	-	1 000 000	100%	1,18	1 182 590	1,05	1 052 130
XS0999667263	TKAAV 3,125 03/12/21	-	1 000 000	100%	1,11	1 106 950	1,03	1 031 010
XS0950055359	TKAVV 3,5 04/07/23	-	2 300 000	100%	1,16	2 659 490	1,09	2 507 529
XS1405762805	TELEKOM 1,50% 07/12/2026	-	1 500 000	100%	1,00	1 503 240	1,09	1 632 555
AT0000A2JAF6	ERSTBK 0,05% 16/09/2025	-	1 600 000	100%	1,00	1 595 216	1,00	1 606 912

BE6285455497	ANHEUSER-BUSCH 2,0% 17/03/2028	-	485 000	100%	1,13	549 136	1,13	549 937
XS1090450047	NETGAS 2,5 28/07/21	-	3 000 000	100%	1,04	3 122 423	1,01	3 034 200
XS0883560715	BASF SE 1,875% 04/02/2021	-	200 000	100%	0,99	197 900	1,00	200 340
DE000A1R0XG3	BASF 2% 05/12/2022	-	600 000	100%	1,06	636 900	1,04	625 878
DE000A11QSB8	DAIGR 1,875 08/07/24	-	600 000	100%	1,03	620 400	1,07	639 234
DE000DB7XJB9	DEUTSCHE BANK AG 1,25% 08/09/21	-	1 000 000	100%	1,00	1 004 500	1,01	1 008 220
DE000CZ40LR5	COMMERZBANK 0,5 13/09/2023	-	2 000 000	100%	0,99	1 984 420	1,02	2 032 060
DE000A1TNJ97	DAIMLER 2% 06/21	-	500 000	100%	0,99	494 108	1,01	505 185
XS2102916793	MERCK & CO 0,125% 16/07/2025	-	4 500 000	100%	1,00	4 501 050	1,01	4 558 365
DE000A2YNZW8	DAIGR 0,375% 08/11/2026	-	3 000 000	100%	1,00	2 985 903	1,01	3 029 850
XS2024715794	DT 0,50% 05/07/2027	-	1 900 000	100%	1,01	1 925 088	1,04	1 967 070
XS2178586157	CONTINENTAL 2,5% 27/08/2026	-	2 000 000	100%	1,11	2 212 540	1,11	2 228 640
XS2193666042	DBAHN 0,375% 23/06/2029	-	6 600 000	100%	1,00	6 597 096	1,04	6 838 590
DE000CZ40L22	CMBZ IV 08/03/2022	-	2 500 000	100%	1,00	2 500 000	1,00	2 501 600
XS0854746343	CARLSBERG 2,625% 15/11/2022	-	200 000	100%	1,11	222 160	1,05	210 708
XS0458749826	NTGYSM 5,125% 02/11/2021	-	1 500 000	100%	1,11	1 669 750	1,04	1 566 675
XS0874864860	TEF 3.987% 23/01/2023	-	6 500 000	100%	1,00	6 512 670	1,09	7 061 340
XS0876289652	REESM 3.875% 25/01/2022	-	300 000	100%	1,03	309 600	1,04	312 591
XS0907289978	TEF 3,961% 26/03/2021	-	3 000 000	100%	1,00	3 002 900	1,01	3 027 480
XS0940284937	FERROVIAL 3,375% 07/06/2021	-	4 600 000	100%	1,07	4 904 025	1,01	4 664 308
ES0211845260	ABERTIS 3,75% 20/06/2023	-	2 000 000	100%	0,99	1 970 711	1,09	2 181 860
XS1322048619	AMADEUS CAP MARKT 1,625% 17/11/2021	-	300 000	100%	0,99	297 780	1,01	303 099
ES0205032016	FERROVIAL 0,375 14/09/2022	-	600 000	100%	0,98	590 668	1,01	605 634
XS1575444622	IBERDROLA 1% 07/03/2025	-	1 000 000	100%	0,99	993 600	1,04	1 044 470
XS1219462543	REDESA 1,125% 24/04/2025	-	1 500 000	100%	1,01	1 510 350	1,05	1 581 450
XS1403388694	ENGSM 1,375% 05/05/2028	-	700 000	100%	0,98	688 107	1,10	772 709
XS1678372472	BBVASM 0,75% 11.09.2022	-	2 000 000	100%	1,00	1 999 080	1,02	2 031 060
XS1820037270	BBVASM 1,375% 14/05/2025 Corp	-	2 000 000	100%	0,99	1 989 020	1,06	2 121 440
ES0205045018	CRITERIA CAIXA SA 1,5% 10/05/2023	-	1 500 000	100%	1,03	1 550 820	1,03	1 550 250
XS1968846532	CAIXA 1,125% 27/03/2026	-	4 000 000	100%	1,04	4 154 265	1,05	4 197 040
XS2058729653	BBVA 0,375% 02/10/2024	-	7 300 000	100%	0,98	7 127 260	1,01	7 371 394
ES0205032032	FERROVIAL 1,382% 14/05/2026	-	2 100 000	100%	1,03	2 171 365	1,06	2 230 410
ES0213679HN2	BANKINTER 0,875% 08/07/2026	-	5 000 000	100%	1,03	5 169 050	1,03	5 151 050
ES0213307053	BANKIA 0,75% 09/07/2026	-	2 700 000	100%	1,02	2 748 033	1,03	2 778 462
ES0205045026	CRITERIA CAIXA SA 0,875% 28/10/2027	-	2 000 000	100%	0,99	1 989 220	1,02	2 045 200
FR0011289230	GDF_SUEZ 2,625 07/22	-	1 000 000	100%	1,12	1 120 470	1,04	1 043 380
XS0541453147	FRANCE TEL 3,375% 16/09/2022	-	1 100 000	100%	1,06	1 164 900	1,06	1 168 442
FR0010709451	GDF_SUEZ 6,375% 18/01/2021	-	1 000 000	100%	1,28	1 284 000	1,00	1 002 400
FR0011637586	EDF 2,25% 27/04/2021	-	400 000	100%	1,00	398 244	1,01	403 132
XS0418669429	TOTAL 5,125 26/03/24	-	1 000 000	100%	1,32	1 319 000	1,18	1 175 870
XS0830194501	TOTAL 2,125 15/03/23	-	900 000	100%	1,08	973 145	1,05	947 601
FR0011318658	EDF 2,75 10/03/2023	-	1 900 000	100%	1,12	2 131 410	1,06	2 018 864
FR0011261924	GDF SUEZ 3,0 1/02/2023	-	1 000 000	100%	1,15	1 150 610	1,07	1 067 350
FR0012968931	PER_RICARD 1,875 28/09/23	-	1 000 000	100%	1,03	1 032 900	1,05	1 050 050
XS0994990280	TOTAL 2,125 19/11/2021	-	2 000 000	100%	1,06	2 123 000	1,02	2 043 300
FR0013060209	RTE 1,625% 27.11.2025	-	2 500 000	100%	1,00	2 488 800	1,08	2 707 450
FR0013184702	EUTELSAT 1,125% 23/06/2021	-	500 000	100%	1,00	499 470	1,00	501 205
FR0013216918	DANONE SA 0,709% 03/11/24	-	2 100 000	100%	0,99	2 068 587	1,04	2 174 067
FR0011694033	FIN DES AUTO 2,95% 17/01/2024	-	2 600 000	100%	1,15	2 994 244	1,09	2 827 370
FR0011339746	EUTELSAT 3,125% 10/10/2022	-	1 500 000	100%	1,12	1 683 450	1,05	1 579 770
FR0013155868	CARREFOUR 20/04/2021	-	1 500 000	100%	1,00	1 500 000	1,00	1 500 480
FR0010800540	EDF 4,625% 11/09/2024	-	400 000	100%	1,23	491 400	1,17	469 780
FR0011075043	TRANSPORT ET INFRASTRUCTURE GF 4,339 7/07/2021	-	1 500 000	100%	1,16	1 732 500	1,02	1 532 760
FR0013201639	SANOFI 0,5 13/01/2027	-	600 000	100%	0,95	568 140	1,04	625 470
FR0013216900	DANONE SA 0,424% 03/11/2022	-	3 000 000	100%	1,00	3 003 640	1,01	3 034 950
FR0013241361	RENAULT 1,375 08/03/2024	-	2 000 000	100%	1,00	1 995 500	1,02	2 044 760
FR0013241676	ORANGE 1,5% 09/09/2027	-	600 000	100%	0,99	596 154	1,10	659 196
XS1558472129	SNCF 1,5% 02/02/29	-	600 000	100%	1,03	616 926	1,12	674 442
FR0013245859	GDF 0,875% 03/27/24	-	4 500 000	100%	0,99	4 459 455	1,03	4 642 290
XS1588061777	SNCF 1,875% 30/03/34	-	500 000	100%	1,00	497 985	1,23	613 705
XS1718306050	SOCGEN 0.5% 13/01/2023	-	2 000 000	100%	1,00	1 992 080	1,01	2 023 100
XS1718316281	SOCGEN1.375% 13/01/2028	-	300 000	100%	1,00	300 600	1,06	318 957
FR0013312493	BPCE 0,875% 31/01/24	-	3 900 000	100%	0,99	3 865 635	1,03	4 006 158
FR0013324332	SANOFI 0,5 21/03/2023	-	1 500 000	100%	1,00	1 497 045	1,02	1 524 840
FR0013213675	SFILFR 0.125 18/10/2024	-	1 000 000	100%	0,99	988 309	1,02	1 020 920
XS2015267953	PSA BANQUE FRANCE 0.625 21/06/2024	-	5 000 000	100%	1,02	5 088 900	1,02	5 088 250
FR0013463650	EFFP 0.125% 27/05/2025	-	600 000	100%	0,99	595 878	1,01	604 542

FR0013464930	BPCE 0,125 04/12/2024	-	700 000	100%	1,00	700 301	1,01	706 965
FR0013476199	BPCEGP 0,25% 15/01/2026	-	2 000 000	100%	1,00	1 994 420	1,01	2 027 620
FR0013479748	HOFP 0,25% 29/01/2027	-	1 000 000	100%	1,00	998 150	1,01	1 006 990
FR0013463668	EFFP 0,375% 27/11/2027	-	3 000 000	100%	1,02	3 046 263	1,02	3 055 200
FR0013479276	SOCGEN 0,75% 25/01/2027	-	1 300 000	100%	1,01	1 311 677	1,02	1 330 810
FR0013286838	FRLBP 1% 16/10/2024	-	7 100 000	100%	1,03	7 301 294	1,04	7 364 333
FR0013412947	BFCM 0,75% 06/06/2026	-	5 000 000	100%	1,03	5 167 000	1,04	5 212 600
FR0013517711	SCHNEIDER 0% 12/06/2023	-	1 000 000	100%	1,00	997 600	1,01	1 005 830
FR0013534484	ORANGE 0,125% 16/09/2029	-	1 600 000	100%	0,99	1 587 744	1,01	1 609 008
FR0013534500	TEREGA SA 0,875% 17/09/2030	-	1 300 000	100%	0,99	1 287 182	1,03	1 335 646
FR0013311503	SOCGEN 1,125% 23/01/2025	-	4 100 000	100%	1,03	4 207 256	1,04	4 264 861
XS1584041252	BNP PARIBAS IV 22/09/22	-	1 000 000	100%	1,00	1 003 580	1,01	1 012 010
FR0013260486	RENAUL 14/III/2022	-	4 000 000	100%	1,00	4 000 000	1,00	4 005 520
XS0304458051	VODAF.5,375%	-	3 000 000	100%	1,27	3 798 640	1,08	3 238 410
XS0479869744	VODAFONE 4,65 01/22	-	2 800 000	100%	1,21	3 379 680	1,05	2 941 736
XS1040506112	BPLN 2.177 09/21	-	3 610 000	100%	1,06	3 820 380	1,02	3 676 568
XS1109741329	SKYLN 2.5 0926	-	3 000 000	100%	1,02	3 063 000	1,14	3 429 600
XS1141969912	SKYLN 1,875 24/11/23	-	2 600 000	100%	1,01	2 616 050	1,06	2 752 386
XS1116480697	BARCLAYS 1,5 01/04/22	-	7 500 000	100%	0,99	7 433 775	1,02	7 652 700
XS1040506898	BP 2,972 27/02/26	-	2 000 000	100%	1,12	2 243 900	1,15	2 301 980
XS1372838679	VODAFONE GROUP PLC 1,75% 25.08.2023	-	5 500 000	100%	1,01	5 581 185	1,05	5 773 735
XS1114477133	BP CAPITAL MARKETS 1,526% 26/09/2022	-	1 000 000	100%	1,02	1 017 700	1,03	1 031 260
XS0972165681	BP CAPITAL MARKETS PLC 2,517% 17/02/2021	-	1 000 000	100%	1,08	1 077 400	1,00	1 003 230
XS1375956569	BP CAPITAL MARKETS PLC 1,373% 03.03.2022	-	1 000 000	100%	1,00	1 000 000	1,02	1 019 350
XS1463101680	VODAFONE 1,6% 29/07/2031	-	500 000	100%	1,00	498 940	1,12	558 760
XS1492671158	BP CM 0,83% 19/09/2024	-	1 000 000	100%	1,00	1 000 000	1,03	1 031 390
XS1527126772	BP CM 1,117% 25/01/2024	-	2 400 000	100%	1,00	2 400 000	1,04	2 487 504
XS1069521083	CREDIT AGRICOLE LN 2,375 20/05/2024	-	1 000 000	100%	1,10	1 096 660	1,09	1 086 230
XS1538284230	CRED AGR LOND 1,875% 20/12/2026	-	300 000	100%	1,06	319 050	1,10	330 342
XS1769090728	UNANA 0,5% 12.08.2023	-	1 800 000	100%	0,99	1 790 892	1,02	1 836 450
XS2135799679	BPLN 2,519% 07/04/2028	-	2 600 000	100%	1,11	2 888 600	1,16	3 027 674
XS1377679961	BRITEL 1,75% 10/03/2026	-	4 000 000	100%	1,07	4 268 040	1,08	4 329 160
XS1720922175	BRITEL 1% 21/11/2024	-	2 900 000	100%	1,03	2 985 550	1,03	2 998 513
FR0014000Y93	CREDIT AGRICOLE SA 0,125 09/12/2027	-	3 400 000	100%	1,00	3 399 718	1,00	3 391 330
XS1652855815	VODAFONE 1,5% 24/07/2027	-	500 000	100%	1,09	546 160	1,09	545 090
XS0829190585	SNAM SPA 5,25% 09/2022	-	2 500 000	100%	1,25	3 134 620	1,10	2 741 000
XS0914294979	SNAM SPA 3,375 29/01/2021	-	1 000 000	100%	1,13	1 125 160	1,00	1 002 220
XS0605214336	TERNA 4,75% 15/03/2021	-	1 000 000	100%	1,15	1 151 100	1,01	1 009 640
XS0996354956	ENI 2,625 22/11/2021	-	1 100 000	100%	1,00	1 099 527	1,03	1 128 490
XS1180451657	ENISPA 1,5 02/02/26	-	1 000 000	100%	1,01	1 012 660	1,07	1 074 080
XS1004874621	AEMSPA 3,625 13/01/22	-	7 700 000	100%	1,15	8 859 008	1,04	7 997 139
XS1126183760	SNAM SPA 1,5% 21.04.2023	-	900 000	100%	1,03	922 950	1,04	936 414
XS1412593185	ENI SPA 0,75% 17/05/2022	-	6 500 000	100%	1,00	6 518 440	1,01	6 591 195
XS1508912646	ACEA SPA 1,0% 24/10/2026	-	450 000	100%	0,98	442 697	1,04	470 088
XS1568906421	SNAM SPA IV 21/02/2022	-	1 000 000	100%	1,00	1 000 000	1,00	1 002 390
XS0970852348	ENI SPA 3,75 12/09/25	-	1 600 000	100%	1,17	1 871 744	1,18	1 884 144
XS1555402145	SNAM SPA 1,25% 25/01/2025	-	1 000 000	100%	1,00	995 133	1,06	1 058 840
XS1581375182	A2A 1,25% 16/03/24	-	3 000 000	100%	1,00	2 990 220	1,04	3 129 930
XS1551068676	ENI 1,5% 17/01/27	-	250 000	100%	1,09	272 135	1,08	270 420
XS0951567030	A2A 4,375% 10/01/21	-	2 000 000	100%	1,03	2 058 020	1,00	2 001 200
XS2192431380	ITALGAS 0,25% 24/06/2025	-	4 000 000	100%	0,99	3 968 200	1,01	4 054 880
XS2197356186	IREN SPA 1% 01/07/2030	-	3 300 000	100%	0,98	3 238 752	1,06	3 486 186
XS2237901355	TERNA 0,375% 25/09/2030	-	1 400 000	100%	1,00	1 393 028	1,02	1 426 488
XS1767087866	ACEA SPA 1,5% 08/06/2027	-	500 000	100%	1,08	540 000	1,08	537 780
XS2265990452	HERA SPA 0,25% 03/12/30	-	1 000 000	100%	0,99	990 380	1,00	1 002 840
XS2275029085	IREN SPA 0,25% 17/01/2031	-	1 870 000	100%	0,99	1 851 861	0,99	1 844 811
XS1584884347	NOVART 0% 31/03/21	-	4 500 000	100%	0,99	4 460 985	1,00	4 502 205
XS1134729794	NOVNVX 1,625% 09/11/2026	-	350 000	100%	1,06	370 237	1,11	388 325
XS2238787415	MEDTRONIC 0% 15/10/2025	-	4 900 000	100%	0,99	4 867 758	1,00	4 916 415
XS2238789460	MEDTRONIC 0,375% 15/10/2028	-	5 000 000	100%	0,99	4 974 000	1,03	5 125 500
XS2263684776	NESTLE 0% 03/03/2033	-	1 000 000	100%	0,99	989 900	0,99	986 630
XS0842659426	ENEL_FIN 4,875 17/04/2023	-	1 500 000	100%	0,99	1 484 491	1,12	1 676 280
XS0452187916	ENEL_FIN 5% 14/09/2022	-	12 800 000	100%	1,07	13 742 160	1,09	13 933 188
XS0875343757	NTGYSM 3.875% 17/01/23	-	1 000 000	100%	0,99	991 390	1,08	1 080 480
XS0875796541	DTEL 2.125% 18/01/2021	-	1 500 000	100%	0,99	1 477 699	1,00	1 500 840
XS0879869187	IBERDROLA 3,5% 01/01/2021	-	1 000 000	100%	1,02	1 024 400	1,00	1 002 760
XS0647298883	ENEL_FIN 5% 12/07/2021	-	2 300 000	100%	1,08	2 474 450	1,03	2 362 744

XS0914400246	NTGYSM 3,875% 11/04/2022	-	1 000 000	100%	1,01	1 007 200	1,05	1 050 840
XS0909788290	VW 2% 26/03/2021	-	1 000 000	100%	0,97	972 200	1,00	1 004 810
XS0877622034	BMW 2,375% 24/01/2023	-	600 000	100%	1,08	648 480	1,05	632 352
XS1048529041	SHELL 2,5 24/03/2026	-	2 000 000	100%	1,08	2 166 200	1,14	2 279 220
XS0347908096	E.ON 5,528 21/02/2023	-	900 000	100%	1,26	1 136 610	1,12	1 007 505
XS1135277140	SHELL 1,625 20/01/2027	-	2 000 000	100%	0,99	1 980 800	1,10	2 203 420
XS0752092311	KONINKLIJKE KPN 4,25% 1/03/2022	-	3 900 000	100%	1,19	4 623 500	1,05	4 079 907
XS1382792197	DTEL_FIN 0,625% 03.04.2023	-	4 500 000	100%	0,99	4 474 165	1,02	4 587 345
XS0811124790	KONINKLIJKE 3,25% 01.02.2021	-	2 000 000	100%	1,12	2 244 890	1,00	2 005 000
XS1411405662	SHELL_INTF 0,75% 12/05/2024	-	1 000 000	100%	1,00	998 990	1,03	1 032 760
XS1425966287	ENEL FINANCE INTL NV 1,375% 01/06/2026	-	1 150 000	100%	0,98	1 132 005	1,07	1 234 422
XS1527192485	HEINEKEN NV 29/01/2027	-	500 000	100%	1,00	498 250	1,08	541 740
XS0758420748	HEINEKEN NV 3,5% 19/03/2024	-	1 000 000	100%	1,19	1 194 620	1,12	1 118 300
XS1292484323	SHELL 1,25% 15/03/2022	-	2 500 000	100%	1,05	2 622 275	1,02	2 547 375
XS1557095459	DTEL_FIN 0,375% 30/10/2021	-	5 500 000	100%	1,00	5 503 280	1,01	5 529 755
XS0975256685	REPSOL 3,625% 07/10/2021	-	500 000	100%	1,09	545 912	1,03	514 755
XS1015217703	BMW 2,625 17/01/24	-	1 990 000	100%	1,12	2 233 974	1,08	2 156 444
XS0875797515	DTEL 3,25 17/01/28	-	2 000 000	100%	1,18	2 355 600	1,22	2 445 580
XS1292468045	SHELL 1,875 1,875 15/09/25	-	300 000	100%	1,07	321 030	1,10	329 367
DE000A1UDWN5	SIEMENS FINANCIERINGSMAT 2,875 10/03/2028	-	600 000	100%	1,23	735 954	1,22	732 342
XS1128224703	AIRBUS 2,125% 29/10/2029	-	500 000	100%	1,19	592 805	1,15	575 855
XS1410582586	AIRBUS 0,78% 13/05/2026	-	5 000 000	100%	0,98	4 906 250	1,04	5 201 200
XS1828032513	DEUTSCHE TELEKOM INT FIN 0,625% 01/12/22	-	1 215 000	100%	1,00	1 220 126	1,02	1 234 950
XS1715325665	BNG 0.2 09.11.2024	-	2 000 000	100%	0,99	1 986 600	1,03	2 054 800
XS2049616621	SIEMENS FINANCIERINGSMAT 0.125% 05/09/2029	-	40 000	100%	1,00	40 169	1,02	40 659
XS2078734626	RDSALN 0,125% 08/11/2027	-	400 000	100%	1,00	399 888	1,01	404 560
XS2066706818	ENEL FINANCE INTL NV 0% 17/06/2024	-	5 000 000	100%	1,00	4 986 205	1,00	5 020 300
XS2182055181	SIEMENS FINANCIERINGSMAT 0.25% 05/06/2024	-	2 000 000	100%	1,00	1 996 260	1,02	2 033 340
XS2182049291	SIEMENS FINANCIERINGSMAT 0.125% 05/06/2022	-	1 200 000	100%	1,00	1 197 804	1,01	1 206 672
XS2185867830	AIRBUS 1,375% 09/06/2026	-	3 700 000	100%	1,01	3 728 540	1,06	3 928 290
XS2177580250	E.ON 0,75 20/02/2028	-	40 000	100%	1,04	41 566	1,05	41 996
XS1078218218	SANDSS 3 18/06/26	-	500 000	100%	1,05	525 200	1,15	577 415
XS1188094673	NGGLN 0,75 02/22	-	1 000 000	100%	0,98	978 500	1,01	1 009 910
XS0592505316	MCDONALDS 4,0 17/02/2021	-	300 000	100%	1,16	349 230	1,00	301 086
XS1290850707	BANK OF AMERICA CORP 1,625% 14.09.2022	-	1 000 000	100%	1,01	1 013 000	1,03	1 031 550
XS1107731702	BANK OF AMERICA CORP 1,375% 10/09/2021	-	1 000 000	100%	1,01	1 008 600	1,01	1 012 420
XS1375841159	IBM 0,5% 07.09.2021	-	1 000 000	100%	0,99	993 370	1,01	1 005 670
XS1346872580	MONDELEZ INTERN 1,625% 20.01.2023	-	2 000 000	100%	1,05	2 100 460	1,03	2 068 340
XS1403264374	MCDONALD'S CORP 1,0% 15/11/2023	-	3 700 000	100%	1,00	3 695 979	1,03	3 823 543
XS1209863254	BANK OF AMERICA CORP 1,375% 26/03/25	-	1 000 000	100%	1,00	1 003 690	1,06	1 058 840
XS1485643610	COCA COLA ENTERP 1,1% 2/09/2036	-	800 000	100%	0,91	725 492	1,10	879 168
XS1457608013	CITI 0,75% 26/10/2023	-	2 000 000	100%	1,00	1 992 680	1,02	2 047 460
XS0883614231	JP Morgan 2,75% 01/02/2023	-	500 000	100%	1,14	570 350	1,06	531 170
XS1237271009	MCDONALD'S CORP 1,125% 26/05/2022	-	2 000 000	100%	1,03	2 058 400	1,02	2 037 100
XS1529838085	MS 1,00 02/12/22	-	2 000 000	100%	1,00	1 993 520	1,02	2 044 360
XS1458408306	GOLDMAN SACHS IV 27/07/2021	-	1 980 000	100%	1,02	2 011 244	1,01	1 990 256
XS1075995768	MCDONALD'S CORP 2,625% 11/06/2029	-	1 000 000	100%	1,19	1 185 170	1,19	1 191 240
XS1574672397	COCA COLA ENTERP 0,5% 08/03/2024	-	4 000 000	100%	0,98	3 931 520	1,02	4 090 360
XS1375955678	IBM 1,75% 07/03/28	-	2 300 000	100%	1,06	2 446 050	1,12	2 573 332
XS1619312686	AAPL 1,375% 24/05/2029	-	1 000 000	100%	0,99	993 760	1,11	1 111 910
XS1718480327	UPS 0.375% 15/11/23	-	2 000 000	100%	1,00	1 993 960	1,02	2 032 540
XS0935427970	JPM 2,875% 24/05/2028	-	2 000 000	100%	1,17	2 337 000	1,20	2 404 300
XS1589881785	BMW 0,875% 03/04/25	-	100 000	100%	1,00	99 640	1,04	104 207
XS2177441990	TELEFO 1,201% 21/08/2027	-	200 000	100%	1,08	215 256	1,07	213 530
XS1963744260	MCDONALD'S 0,9% 15/06/2026	-	800 000	100%	1,03	825 764	1,05	839 736
XS1955024713	KO 0,75% 22/09/2026	-	1 900 000	100%	1,05	1 988 901	1,05	1 992 017
XS1907122656	COCA COLA 1,5% 08/11/2027	-	5 000 000	100%	1,07	5 362 916	1,09	5 428 450
XS2233154538	COCA COLA 0,125% 15/03/2029	-	3 800 000	100%	1,00	3 793 381	1,01	3 823 028
XS2235986929	MDLZ 0% 22/09/2026	-	2 800 000	100%	0,99	2 780 596	1,00	2 806 524
XS1150695192	VLVY 4,85 10/03/78	-	900 000	100%	0,97	868 500	1,08	975 402
ES0413211071	BBVA 4% 25/02/25	-	2 000 000	100%	1,00	2 003 933	1,18	2 369 800
ES0413211121	BBVA 3,5% 24/01/2021	-	12 800 000	100%	1,00	12 773 288	1,00	12 828 160
ES0413211790	BBVA 3,875% 30/01/2023	-	2 500 000	100%	1,03	2 563 044	1,09	2 724 725
ES0440609248	CABKSM 2,625% 21/03/2024	-	1 400 000	100%	1,15	1 607 300	1,10	1 538 082
ES0413211816	BBVA 2.25% 12/06/2024	-	900 000	100%	1,12	1 005 570	1,09	983 088

ES0413211865	BANCO BILBAO VIZCAYA ARG 0,625% 17/05/2021	-	1 000 000	100%	1,00	995 550	1,00	1 003 870
ES0413860398	SABADELL 0,875% 12.11.2021	-	500 000	100%	1,01	502 600	1,01	505 460
ES0413790439	BANCO POPULAR ESPANOL 1,0% 3/03/2022	-	1 000 000	100%	1,00	1 000 000	1,02	1 016 610
FR0011001684	SOCGEN 4,25% 03/02/2023	-	1 700 000	100%	1,13	1 912 535	1,10	1 869 762
FR0011213453	CRH 3,6% 08/03/2024	-	2 800 000	100%	1,09	3 043 794	1,13	3 169 740
FR0011178946	CRH 4% 17/06/2022	-	2 000 000	100%	1,18	2 365 200	1,07	2 132 460
FR0010945451	CRH 3,3% 23/09/2022	-	1 000 000	100%	1,09	1 089 133	1,07	1 066 510
FR0013256427	CFF 0.2% 16/09/22	-	4 700 000	100%	1,00	4 706 110	1,01	4 756 729
FR0010920900	ACACB 4% 16/07/2025	-	500 000	100%	1,14	572 076	1,20	602 190
FR0011508332	ACA 1,875% 07/06/2023	-	1 000 000	100%	0,99	989 750	1,06	1 058 130
IT0004547409	UNICREDIT SPA 4,375% 01/31/2022	-	3 000 000	100%	1,00	2 991 726	1,05	3 156 450
IT0004760341	UCIM 5 31/10/21	-	3 650 000	100%	1,04	3 780 286	1,04	3 813 447
IT0004689433	UCIM5.25 04/23	-	1 000 000	100%	1,08	1 076 165	1,13	1 133 070
IT0004839046	ISPIM 5 27/01/2021	-	2 100 000	100%	1,13	2 363 550	1,00	2 106 636
IT0004872328	ISPIM 3,625% 03/12/2022	-	1 400 000	100%	1,04	1 452 535	1,08	1 510 390
IT0004889421	ISPIM 3,375% 24/01/2025	-	1 000 000	100%	0,99	990 025	1,16	1 156 650
ES0345784013	HIPO HIPO-8 A2 15/3/2038	-	237 481	100%	1,00	236 421	0,99	235 980
	sub-total		**455 317 481**			**471 647 516**		**475 477 783**
221	**sub-total**	-	**745 942 481**			**791 295 418**		**808 565 208**
	2.2.2 - Títulos de rendimento variável							
	2.2.2.1 - Ações							
	sub-total	-	-			-		-
	2.2.2.2 - Títulos de participação							
	sub-total							
	2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
DE0008475070	ALLIANZ RCM INTERGLOBAL-A	284	-		155,29	44 104	404,78	114 961
LU1681047236	AMUNDI ETF EURO	1 570	-		48,05	75 442	80,60	126 542
IE00B0M62Q58	ISHARES MSCI WORLD UCITS ET	85 254	-		39,10	3 333 382	46,58	3 970 705
LU0414046390	ALLIANZ EUR EQUITY DIVIDEND FUND	3 481	-		218,23	759 589	229,12	797 502
LU0158828326	ALGLSCT LX EQUITY	61 791	-		19,62	1 212 162	19,89	1 229 025
IE00B9M6SJ31	ISHARES GL CORP BD EU HEDGED	101 959	-		102,69	10 469 979	108,70	11 082 943
IE00B3D1YW09	PIMCO GLOBAL INVESTMENT GRADE CREDIT	5 358	-		11,78	63 117	12,38	66 328
LU1459823677	ALLIANZ-ADV FXD EUR-CT EUR	162 072	-		101,01	16 371 190	101,64	16 472 985
FR0007038138	AMUNDI 3M M-I CAP	9	-		1 053 037,83	9 996 488	1 047 362,15	9 942 609
LU0423949717	BNP INS EUR 3M ST VNV-I CAP	99 073	-		100,94	10 000 000	100,47	9 953 852
LU1462192250	Allianz Dynamic Multi Asset Strategy 15	163 541	-		104,33	17 061 473	106,58	17 430 209
LU1462192417	Allianz Dynamic Multi Asset Strategy 50	115 861	-		114,27	13 239 395	118,44	13 722 532
LU1462192680	Allianz Dynamic Multi Asset Strategy 75	41 669	-		122,90	5 120 915	132,01	5 500 673
LU1254136507	ALLIANZ CAP PLUS-CT	80 210	-		107,75	8 642 432	111,35	8 931 431
DE000A0ETSR6	DEGI GLOBAL BUSINESS	5 982	-		100,30	599 995	1,15	6 880
DE0008007998	DEGI INTERNATIONAL	8 375	-		51,00	427 101	2,58	21 607
IE00B1TQ1R92	GREFF GLOBAL REAL ESTATE FOF A	3 546	-		79,30	281 181	75,68	268 331
IE00B06YB805	PREFF-PAN EUR REAL ESTATE-C	596	-		107,45	64 024	69,67	41 511
	sub-total	**940 630**	-			**97 761 970**		**99 680 627**
	2.2.2.4 - Outros							
222	**sub-total**	**940 630**	-			**97 761 970**		**99 680 627**
221+222	**total**	**940 630**	**745 942 481**			**889 057 388**		**908 245 835**
	3 - TOTAL GERAL	**1 157 883**	**976 167 481**			**1 139 669 443**		**1 199 389 240**

A

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

Companhia de Seguros Allianz Portugal

Relatório e Parecer do Conselho Fical

Senhores Acionistas,

Em conformidade com a legislação em vigor, no cumprimento do disposto nos estatutos da ALLIANZ PORTUGAL, S.A. e no mandato que nos foi conferido, vem este Conselho Fiscal apresentar o seu relatório sobre a ação desenvolvida e emitir o seu parecer sobre a informação e as demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício de 2020, que lhe foram apresentados para apreciação pelo Conselho de Administração.

1. Atuação do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal acompanhou a atividade e os negócios da Empresa, nomeadamente através da apreciação dos documentos e registos contabilísticos, e da consulta e análise de outra documentação conexa, no sentido de apreciar o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor.
Sempre que o considerou necessário, o Conselho Fiscal procedeu ainda à realização de testes e outros procedimentos de validação e verificação, com a profundidade que julgou adequada às circunstâncias.

No âmbito da sua acção, o Conselho Fiscal manteve contatos regulares com membros da Comissão Executiva, bem como com os diversos serviços da Empresa, em particular, com o Dr. Luís Ferreira.

De acordo com as disposições estatutárias, o Conselho Fiscal procedeu também a reuniões trimestrais, tendo mantido outros contactos pontuais, sempre que as circunstâncias o justificaram, independentemente do trabalho realizado por cada um dos seus membros, no âmbito da análise da documentação disponibilizada e do acompanhamento da evolução da Empresa e sua participada, quer no tocante à sua situação financeira, quer ao desenrolar das operações por mercado geográfico e por áreas de negócio, quer na apreciação da evolução do modelo de organização da empresa, cotejando os instrumentos previsionais de gestão com a execução alcançada.

Manteve, também, durante todo o exercício, as adequadas informações por parte do Revisor Oficial de Contas prestadas através do Dr. Luis Sousa e/ou do Departamento Financeiro.

Foram pelo Conselho analisadas as contas individuais do exercício de 2020 e o correspondente anexo, que a empresa elaborou em conformidade com o normativo contabilístico aplicável.

O Conselho Fiscal acompanhou ainda, naturalmente, o processo de preparação das demonstrações financeiras consolidadas, tendo sido devidamente verificado o respetivo perímetro de consolidação. Relativamente à empresa que integra o perímetro de consolidação localizada em Portugal, foram apreciados os respetivos relatórios e pareceres emitidos pelos seus órgãos de fiscalização em conformidade com as disposições legais e estatutárias que lhe são aplicáveis.

O Conselho Fiscal procedeu ainda à análise das demonstrações financeiras consolidadas que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2020, as demonstrações consolidadas dos resultados, a demonstração consolidada dos rendimentos e gastos reconhecidos, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos, elaborados pelo Conselho de Administração.

Existe uma aderência dos princípios contabilísticos usados na sua preparação e apresentação com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia, bem como a observância dos preceitos legais e estatutários em vigor.

2. Relatório de Gestão

Numa exposição desenvolvida e completa, o Conselho de Administração da ALLIANZ dá-nos conta do que foi a evolução do Grupo no exercício de 2020 ano marcado pela pandemia "Covid 19", com efeitos profundamente negativos na economia mundial.
Com efeito, o número elevado de contágios colocou uma pressão sem precedentes nos sistemas nacionais de saúde, circunstância que, aliada ao elevado número de óbitos, motivou a imposição de confinamentos pela generalidade dos países com um elevado impacto na atividade económica.
De acordo com as últimas previsões do Fundo Monetário Internacional, a economia europeia terá contraído cerca de 8,3% no ano de 2020, o que compara com a contração de 4,3% da economia americana.
Não obstante se tenha assistido a algum crescimento no terceiro trimestre de 2020, estima-se que as novas restrições à mobilidade impostas no último trimestre do ano se repercutam negativamente.

De acordo com os dados do INE, o PIB nacional terá caído 7,6% no ano de 2020, prevendo-se um crescimento de 3,9% em 2021 (dado dos Banco de Portugal).

A taxa de desemprego em Portugal no final do ano de 2020, ter-se-á fixado em 7,2% que compara com 6,5% do ano de 2019. A taxa de inflação anual, por sua vez, situou-se nos -0,2%.

O sector segurador português registou uma redução de 18,7% face ao verificado em 2019. Embora o volume de prémios Não Vida tenha registado um crescimento homólogo de cerca de 3% verificou-se, até Fevereiro (período pré-pandemia), um crescimento de 7,3%, em consistência com crescimento registado em 2019.

Quanto ao ramo Vida, registou, no ano de 2020, uma quebra substancial da produção (34,8%). De referir que esta tendência negativa já se verificava em 2019 (decréscimo de 13,9%).

O resultado líquido do exercício de 2020 foi positivo e ascendeu a €.36.564.632,00 o que representa um decréscimo de cerca de 10% face ao período homólogo. Esta evolução negativa dos resultados é consequência do reconhecimento de um gasto extraordinário não técnico de 9,4 Milhões de Euros relativo ao reconhecimento de uma provisão para reestruturação. Não obstante, resultados operacionais foram substancialmente superiores aos de 2019, representando um acréscimo de 13% se expurgado o efeito do custo extraordinário referido no parágrafo anterior.

No que mais concretamente respeita à atividade seguradora da Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A., verificou-se um crescimento global do volume de prémios em Não Vida, de 3,3%, e um decréscimo de 3,6% no ramo Vida. Ao nível do mercado global, estes valores comparam com um crescimento no ramo Não Vida de 3,1%, enquanto que em Vida o decréscimo foi de 34,8%.

A quota de mercado da empresa aumentou em termos globais, passando de 5,3% para 6,6%.

O número de clientes cresceu 1,0% face ao ano anterior, atingindo os 969.902 no final de 2020. Já o número de agentes ativos desceu 7%, situando-se nos 4.727.

Ao nível da margem de solvência, no final do ano de 2019, o rácio de cobertura da Allianz Portugal, com base nos princípios do regime de Solvência, foi de 131,6% que compara com 118,6% de 2018. Esta subida resulta de um aumento nos Fundos Próprios disponíveis e de uma diminuição do requisito de capital de Solvência.
De salientar ainda o nível dos Capitais Próprios que totalizam €.222.395.307, o que constitui um aumento face ao ano anterior de €.18.268.361.

3. Demonstrações Financeiras Individuais

Foram pelo Conselho analisadas devidamente as demonstrações financeiras individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 as quais compreendem o balanço, as demonstrações dos resultados, por naturezas e funções, a demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente anexo, elaboradas pelo Conselho de Administração, em conformidade com o normativo contabilístico aplicável, como acima referimos.

Das reuniões havidas, pudemos acompanhar as contas intercalares e demais instrumentos de gestão significativos na empresa, e confirmámos tudo o que nos foi apresentado, tendo obtido os esclarecimentos pedidos quando algumas dúvidas eram levantadas.
Dentro da atividade desenvolvida, salientamos que não encontramos qualquer incumprimento das principais obrigações legais, designadamente para com o regulador.
Não tivemos conhecimento de qualquer espécie de irregularidades ou inexatidões com materialidade, pelo que nos cumpre inclusivamente agradecer todo o apoio que nos foi concedido para o desenvolvimento da nossa missão, sendo de salientar toda a colaboração que nos foi prestada pelo Conselho de Administração, Auditor e demais quadros da empresa em tudo quanto respeita ao nosso trabalho.
A empresa não tem ações próprias e não há notícia de negócios entre a sociedade e os seus administradores, não tendo também havido as chamadas operações de cobertura.

4. Proposta de aplicação de resultados

Analisada a proposta de aplicação de resultados incluída no relatório de gestão das contas individuais, verificamos que a mesma se encontra fundamentada, e de acordo com as disposições legais e estatutárias.

Conclusões

O Conselho Fiscal tomou conhecimento da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada e individual emitido pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, com o qual manifesta a sua concordância, e que não apresenta qualquer reserva nem ênfase.

No desempenho das nossas funções, não nos deparámos com aspetos que violem as normas legais e estatutárias, nem que afetem materialmente a imagem verdadeira e apropriada da situação financeira dos resultados e dos fluxos de caixa, quer no âmbito individual, quer no conjunto das empresas compreendidas na consolidação.

Em resultado do trabalho desenvolvido somos do parecer que a Assembleia Geral Anual da Sociedade aprove:

- O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020;
- A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

Lisboa, 20 de Março de 2021

O CONSELHO FISCAL,

A

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Companhia de Seguros Allianz Portugal

Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 1.465.213.676 euros e um total de capital próprio de 222.395.307 euros, incluindo um resultado líquido de 36.564.633 euros), a conta de ganhos e perdas consolidada, a demonstração do rendimento integral consolidada, a demonstração de variações do capital próprio consolidada e a demonstração dos fluxos de caixa consolidada relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias mais relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
Justo valor de instrumentos financeiros	
Mensuração e divulgações relacionadas com o justo valor de instrumentos financeiros apresentadas nas notas anexas 2 e 5 das demonstrações financeiras consolidadas.	
Os instrumentos financeiros mensurados ao justo valor, apresentados na demonstração da posicãoo financeira consolidada nas linhas de ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas e ativos financeiros detidos para negociação, no montante total de 1.213.248 milhares de euros, em 31 de dezembro de 2020, constituíram uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria, não só pela sua significativa expressão no balanço do Grupo, mas também por a sua valorização requerer a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos por parte do Grupo. A valorização dos instrumentos financeiros envolve julgamento na determinação do seu justo valor, nomeadamente quanto à seleção dos preços/cotações divulgados através de plataformas de negociação, considerando ainda a liquidez e a qualidade dos preços. Para os instrumentos financeiros ativamente negociados e em relação aos quais estão disponíveis cotações ou outros indicadores de mercado, a determinação do justo valor tem por base o seu preço ou cotação de fecho à data da demonstração da posição financeira consolidada. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando informação fornecida pelas entidades gestoras/ emitentes ou adotando metodologias de avaliação. Neste contexto, alterações no processo de determinação de preços/cotações ou nos pressupostos utilizados nas técnicas de mensuração adotadas pelo Grupo poderão originar impactos materiais no apuramento do usto valor dos instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas.	Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos tiveram em consideração os potenciais impactos da pandemia Covid19 na mensuração do justo valor de instrumentos financeiros, tendo incluído: • A identificação, compreensão e avaliação dos controlos chave relativamente à mensuração dos instrumentos financeiros; • A verificação da efetividade dos principais controlos chave associados à seleção dos preços/cotações para valorização e instrumentos financeiros; • A verificação dos preços/cotações provenientes de fontes externas para as posições detidas pelo Grupo, selecionadas em conformidade com os critérios definidos nas políticas e manuais internos; • Para posições menos líquidas, a revisão dos suporte adequados a valorização adotada; e • A análise da reconciliação do inventário de instrumentos financeiros com os registos contabilísticos. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre o justo valor e respetivas técnicas de valorização dos instrumentos financeiros constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas, tendo em consideração as normas contabilísticas em vigor.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
Risco de insuficiência de ativos para cobrir as responsabilidades assumidas	
Mensuração e divulgações relacionadas com a provisão para sinistros de acidentes de trabalho apresentadas nas notas notas 2 e 14 às demonstrações financeiras consolidadas.	
A provisão para sinistros de ramos reais, relativa a acidentes de trabalho, apresentada na demonstração da posição financeira consolidada, ascende a 230.161 milhares de euros em 31 de dezembro de 2020, representando 19% do total do passivo do Grupo a essa data. Do referido montante, 160.479 milhares de euros respeitam às provisões matemáticas de acidentes de trabalho. A estimativa das provisões matemáticas de acidentes de trabalho envolve um grau de julgamento significativo do Conselho de Administração do Grupo, nomeadamente no respeitante (i) ao valor total estimado de responsabilidades de longo prazo para com os beneficiários, o qual tem por base requisitos legais e normativos, assim como diversos pressupostos económicos e de negócio e (ii) ao rendimento futuro esperado da carteira de investimentos afeta cobertura dessas responsabilidades, incluindo as taxas de reinvestimento. A utilização de diferentes pressupostos poderia resultar num nível diferente de provisões matemáticas de acidentes de trabalho. Nesta medida, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.	Os procedimentos de auditoria desenvolvidos pela nossa equipa, a qual integrou especialistas em atuariado, tiveram em consideração os potenciais impactos da pandemia Covid19 na mensuração destas responsabilidades de seguros, tendo incluído: • A identificação e compreensão dos principais controlos existentes para a avaliação da adequação das responsabilidades de longo prazo, com acidentes de trabalho; • Testes à qualidade dos dados utilizados pelo departamento atuarial para o cálculo da provisão matemática; • A verificação da efetividade dos controlos associados às análises atuariais efetuadas pelo Grupo; • A identificação e avaliação de pressupostos utilizados nas análises atuariais do Grupo; e • A realizaçaão de um conjunto de testes independentes e comparação dos resultados com aqueles determinados pelo Grupo. Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram a revisão das divulgações relativamente à provisão para sinistros constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas, tendo em consideração o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
Provisão para sinistros de outros ramos	
Mensuração e divulgações relacionadas com a provisão para sinistros de outros ramos apresentadas nas notas anexas 2 e 14 das demonstrações financeiras consolidadas.	
A provisão para sinistros de outros ramos, apresentada na demonstração da posição financeira consolidada, ascende a 185.432 milhares de euros em 31 de dezembro de 2020, representando 15% do total do passivo do Grupo a essa data. Para o efeito, o Grupo utiliza técnicas atuariais baseadas em modelos determinísticos e estocásticos, efetuando uma separação dos sinistros em grupos homogéneos de risco, considerando igualmente a respetiva volatilidade, de forma a incorporar os necessários níveis de confiança no respetivo provisionamento. A avaliação do grau de provisionamento envolve julgamento relativamente à seleção de pressupostos financeiros e atuariais, tais como taxas de desconto, tábuas de mortalidade, caudas de encerramento dos processos de sinistros, entre outros e, nessa medida, constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria. O risco existente decorre da possibilidade do montante da provisão para sinistros de outros ramos, reconhecida pelo Grupo, não ser suficiente para fazer face às responsabilidades assumidas à data de encerramento de contas.	Os procedimentos de auditoria desenvolvidos pela nossa equipa, a qual integrou especialistas em atuariado, tiveram em consideração os potenciais impactos da pandemia Covid19 na mensuração destas responsabilidades de seguros, tendo incluído: • A identificação e compreensão dos principais controlos existentes para a avaliação da adequação das responsabilidades relativas a processos de sinistros de outros ramos; • A verificação da efetividade dos controlos associados às análises atuariais efetuadas pelo Grupo; • A realização de procedimentos de revisão analítica, tais como rácios de cobertura e rácios de sinistralidade; • A identificação e avaliação de pressupostos utilizados nas análises atuariais do Grupo; e • A realização de um conjunto de testes independentes e comparação dos resultados com aqueles determinados pelo Grupo. Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram a revisão das divulgações relativamente à provisão para sinistros de seguro direto constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas, tendo em consideração o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

a) prepararção de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;

b) elaboração do relatório de gestão e demonstração não financeira consolidada nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;

d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

e) alienação da capacidade do Grupo para se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;

c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e

i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, bem como a verificação de que a demonstração não financeira consolidada foi apresentada.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão
Dando cumprimento ao artigo 451.º , n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.
Conforme previsto no artigo 451.º, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira consolidada incluída no relatório de gestão.

Sobre a demonstração não financeira consolidada
Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo incluiu no seu relatório consolidado de gestão a demonstração não financeira consolidada prevista no artigo 508.º - G do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

a) Fomos nomeados auditores da Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 28 de março de 2018 para um mandato compreendido entre 2018 e 2020.

b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.

c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo nesta mesma data.

d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

17 de março de 2021

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

representada por

Carlos Manuel Sim Sim Maia

Carlos Manuel Sim Sim Maia, R.O.C.

B

CONTAS SEPARADAS

Companhia de Seguros Allianz Portugal

B Contas Separadas

Índice

Relatório de Gestão
111 Enquadramento macroeconómico
112 Mercado segurador português
112 Enquadramento institucional
113 Atividade da Companhia
116 Gestão financeira
118 Análise de cobertura das provisões técnicas
118 Evolução dos capitais próprios
118 Sovência II
118 Política de remuneração dos membros dos orgãos de administração e fiscalização
119 Aplicação de resultados
120 Perspetivas para 2021
121 Informação não finaneira 2020

Demonstrações Financeiras Separadas
128 Demonstração da posição financeira separada (Ativo)
129 Demonstração da posição financeira separada (Passivo e capital próprio)
130 Conta de ganhos e perdas separada
131 Demonstração de variações do capital próprio separada
132 Demonstração do rendimento integral separada
133 Demonstração dos fluxos de caixa separada

Anexo às Demonstrações Financeiras Separadas
135 Informações gerais
135 Políticas contabilísticas
151 Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem
151 Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos
152 Instrumentos financeiros
154 Terrenos e edifícios
156 Afetação dos investimentos e outros ativos
157 Outros ativos tangíveis ativos sob direito de uso e passivos de locações
158 Outros ativos intangíveis
159 Provisões técnicas de resseguro cedido
159 Outros devedores por operações de seguro direto e outras operações
161 Impostos e taxas
162 Acréscimos e diferimentos (Ativo)
163 Provisões técnicas
165 Passivos financeiros da componente de depósitos de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento
165 Outros passivos financeiros
165 Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo
169 Outros credores por operações de seguros e outras operações
169 Acréscimos e diferimentos (Passivo)
169 Outras sprovisões
170 Capital
170 Reservas
171 Prémios de contratos de seguro
173 Comissões e outros proveitos
173 Custos com sinistros líquidos de resseguro
175 Gastos diversos por função e natureza
176 Gastos com pessoal
177 Rendimentos
178 Ganhos e perdas realizadas em investimentos
178 Ganhos líquidos de ativos e passivos valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas
178 Resultados por ação
178 Dividendos
178 Saldos e transações entre partes relacionadas
180 Elementos extrapatrimoniais
180 Informação por segmentos
183 Gestão de risco na Allianz Portugal
189 Acontecimentos após a data do balanço não descritos em pontos anteriores

Inventário de Títulos e Participações Financeiras
191 Anexo 1

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
199 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal sobre as contas separadas

Certificação Legal das Contas Separadas
202 Relatório da Certificação das contas separadas

B

RELATÓRIO DE GESTÃO DAS CONTAS SEPARADAS

Companhia de Seguros Allianz Portugal

Caros Senhores Acionistas,

Nos termos legais e estatutários, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2020.

1 - ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

O Exercício de 2020 foi marcado pela Pandemia Covid-19, com efeitos económicos profundamente negativos a nível nacional e global. A recente aprovação das vacinas deu algum ânimo e otimismo aos agentes económicos, mas a realidade dos principais indicadores é globalmente preocupante e a par do controlo pandémico, a recuperação económica é o principal desafio futuro para as economias mundiais. A incidência de contágios, pressão nos sistemas nacionais de saúde e o número de óbitos obrigou a que muitos países tenham entrado na primavera e no final do ano em confinamentos restritos com a consequente reduções de atividade económica. A maior ou menor velocidade de aplicação das vacinas vai contribuir de forma crucial para a ritmo de recuperação económica de cada país.

De acordo com as últimas previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia Europeia contraiu fortemente em 2020 cerca 8,3%. O PIB subiu 12,1% no terceiro trimestre sendo previsível que os números do quarto trimestre sejam novamente negativos devido à segunda vaga do Covid-19 com mais restrições de mobilidade.

Em 2020, o FMI estima que a economia norte americana tenha caído 4,3%, possivelmente a maior contração desde a II Guerra Mundial. Depois de um segundo trimestre de forte queda do PIB (9%), no terceiro trimestre a economia teve uma expansão histórica de 7,5%.

De acordo com os mais recentes dados do INE, o PIB nacional caiu 7,6% em 2020 e o Banco de Portugal prevê nas suas estimativas um crescimento de 3,9% em 2021, assim como um aumento da taxa de desemprego de 6,5% em 2019 para 7,2% em 2020. A inflação acaba o ano a -0,2%, prevendo-se 0,3% em 2021. O pacote de estímulos implementado pelo governo português representa um esforço orçamental substancial de 2,7% do PIB em 2020. O consumo privado cai 6,8% em 2020, com crescimentos de 3,9%, 3,3% e 1,9% no período de 2021 a 2023. Verificou-se um aumento forçado da poupança causado pelos constrangimentos das medidas de contenção e pela maior incerteza.

Ao contrário de outras crises anteriores, os Bancos Centrais agiram com grande celeridade perante a pandemia do COVID-19. O Banco Central Europeu (BCE) aprovou logo em março de 2020, um programa de compra de ativos denominado PEPP (Pandemic Emergency Purchase Program), no valor de 750.000 milhões de euros e que inclui todos os ativos que eram já elegíveis no APP (Asset Purchase Program). Foi aprovado um Plano de Recuperação Económica para a União Europeia financiado através da emissão de obrigações canalizadas mediante os governos com um híbrido entre transferências diretas de 500.000 milhões de euros e empréstimos reembolsáveis a 30 anos no valor de 250.000 milhões de euros. Em dezembro, o BCE aumentou em 500.000 milhões de euros o PEPP estendendo-o até março de 2022, garantindo desta forma o financiamento barato. Diferentes países da zona euro aprovaram pacotes de ajuda para fazer face aos efeitos negativos da pandemia, pacotes esses que supõem entre 10% a 20% do PIB.

Por seu lado, a Reserva Federal dos Estados Unidos da América aprovou, em março, um programa de compra de ativos ilimitado para fazer face aos efeitos do Covid-19, reduzindo também a taxa de juro de referência em 150 pontos básicos. Esta instituição vai continuar com uma política monetária expansiva durante algum tempo, não subindo taxas até 2024. Em dezembro, a Reserva Federal deu luz verde a um novo pacote de ajudas de 900.000 milhões dólares. O país adotou igualmente um plano de ajudas fiscais no valor de 10% do PIB.

Em maio, existiram novos confrontos comerciais entre a China e os Estados Unidos da América depois da aprovação por parte da China da lei da segurança nacional. No final do ano, as relações entre estes países voltaram a captar a atenção depois do Congresso Norte-americano ter aprovado uma lei que obriga as empresas chinesas a cumprir com as normas contabilísticas dos Estados Unidos da América exigindo a acesso a contas auditadas.

As eleições dos Estados Unidos da América em novembro, terminaram com a derrota de Donald Trump e a vitória do candidato democrata Joe Biden. Apesar da alteração presidencial, cabe destacar a ausência de rotatividade nas Camaras, ao manter os Republicanos com a maioria no Senado, enquanto os democratas controlam a Camara de representantes. Esta divisão torna mais difícil a implementação de medidas extremas como a subidas de impostos das empresas prometida pelo candidato democrata na sua campanha.

Depois de praticamente um ano em difíceis negociações, o Brexit ocorreu no dia 1 de janeiro de 2021 implicando a separação do Reino Unido tanto do mercado único como da união aduaneira.

2 - MERCADO SEGURADOR PORTUGUÊS

Em 2020, a produção de seguro direto em Portugal superou os 9,9 mil milhões de Euros, representando um decréscimo de 18,7% face ao verificado em 2019 e a atividade no estrangeiro diminui 48,5% ascendendo a 138 milhões de euros. Entre os segmentos de Vida e Não vida verificaram-se tendências distintas.

A situação pandémica afetou de forma mais significativa o segmento Não Vida, cuja evolução se encontra mais correlacionados com a evolução da atividade económica sendo também mais impactado pela implementação de mecanismos extraordinários de moratórias e ajustamentos a prémios de seguros, sejam eles de natureza legal (DL 20-F/2020) ou de iniciativas comercias de apoio aos clientes por parte das seguradoras nacionais.

Embora o volume de prémios Não Vida tenha registado um crescimento homólogo de cerca de 3,0% (para perto de 5,4 mil milhões de euros), é de salientar que até final de fevereiro (pré-pandemia) este segmento registava um crescimento de 7,3% em consistência com o crescimento registado em 2019 (7,9%) e com as expectativas existentes à data.

A evolução ao longo de 2020 afeta transversalmente a generalidade dos ramos Não Vida, sendo bastante mais evidente em "Acidentes de Trabalho", modalidade que em fevereiro registava um crescimento homólogo de 14,7% terminando no final de 2020 com um crescimento de apenas 1,2%, com volume de prémios de aproximadamente 906 milhões de euros.

O ramo "Automóvel" continua a ser o ramo mais representativo do segmento não vida, com uma produção em 2020 de 1,9 mil milhões de euros e crescimento homólogo de apenas 2,1%. De referir que este ramo apresentava um crescimento de 6,7% antes do impacto da pandemia.

O ramo "Doença", manteve praticamente inalterado o seu crescimento entre fevereiro (8,9%) e dezembro (8,2%).

O ramo "Multi riscos" registou uma evolução positiva registando um crescimento em fevereiro de 3,8% chegando ao final de 2020 com um crescimento de 5,0% face a 2019.

Relativamente ao segmento Vida, em paralelo com os desafios associados à pandemia, continua a enfrentar dificuldades ao seu desenvolvimento do seu negócio fruto do cenário de baixas taxas de juro que anula a criação de produtos comercialmente atrativos ao investimento. Na sequência da tendência negativa de 2019 (decréscimo de 13,9%) e dos impactos da situação pandémica, o segmento Vida registou no final do ano de 2020 uma quebra substancial da produção (34,8%) que ainda assim é inferior à evolução do crescimento homólogo registado em finais de fevereiro de 2020 (40,7%).
(Fonte: Produção de Seguro Direto 2020 – APS)

3 - ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

Durante o ano de 2020 foram introduzidas algumas iniciativas legislativas mais relevantes para a atividade seguradora, nomeadamente:

- Decreto nº 2-A/2020 de 20 de março: Procede à execução da declaração do estado de emergência efetuada pelo Decreto do Presidente da República nº 14-A/ 2020 de 18 de março, que obriga à adoção do regime de teletrabalho, sempre que seja possível e permite que os mediadores de seguros e/ou seguradores se mantenham abertas;

- Lei 1-A/2020 de 19 de março: Procede à implementação de medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocado pela Pandemia Covid-19, nomeadamente a suspensão dos prazos judiciais, de ações de despejo e denúncia de contrato de arrendamento não habitacional efetuadas pelo senhorio;

- Lei 4-C/2020 de 6 de abril: Aprova um regime excecional para as situações de mora no pagamento da renda nos contratos de arrendamento habitacional e não habitacional no âmbito da Pandemia Covid-19;

- Lei 7/2020 de 10 de abril (Resgate PPR): Estabelece várias medidas de caráter excecional e temporário, em resposta à Pandemia Covid-19, referente à admissibilidade do Resgate PPR;

- Decreto-Lei 20-F/2020 de 12 de maio: estabelece um regime excecional e temporário relativo aos contratos de seguro;

- Decreto-Lei 79-A/2020 de 2 de outubro: Estabelece um regime excecional e transitório de reorganização do trabalho e de minimização de riscos de transmissão da infeção da doença COVID-19 no âmbito das relações laborais;

- Decreto-Lei 28-B/2020: Estabelece o regime contraordenacional no âmbito da situação de calamidade, contingência e alerta;

- Decreto-Lei 53/2020: Diferimento de prazos para apresentação e troca de informação no domínio da fiscalidade devido à pandemia da doença Covid-19;

- Lei 2/2020: Orçamento de Estado para 2020;

- ACT Seguros 2020: Novo ACT aplicável a todos os colaboradores da AZP;

- Lei 24/2020: Procede à alteração do CIRC, transpondo parcialmente a Diretiva (EU) 2016/1164 do Conselho, de 12 de julho;

- Lei 26/2020: Estabelece a obrigação de comunicação à AT de determinados mecanismos internos ou transfronteiriços com relevância fiscal, transpondo a Diretiva (EU) 2018/822 do Conselho, de 25 de maio e revoga o DL 29/2008 de 25 de fevereiro;

- Lei 27/2020: Novo Regime Jurídico Fundo Pensões;

- Lei 47/2020: Altera o Código do IVA no âmbito do comércio eletrónico;

- Lei 58/2020: Alteração ao regime de combate ao branqueamento de capitais;

- Portaria 309-A/2020 de 31 de dezembro: Retira Andorra da Lista de paraísos fiscais;

- Lei 75-B/2020 de 31 de dezembro: Orçamento de Estado para 2021.
  Citam-se também alguns dos documentos normativos mais importantes, emitidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões:

- Norma Regulamentar 10/2020: Altera a NR 8/2016 e regulamenta a prestação de informação a prestar pelas entidades supervisionadas pela ASF para efeitos do exercício das respetivas competências de supervisão;

- Norma Regulamentar 13/2020: Deveres decorrentes da lei de distribuição de seguros;

- Circular ASF 2/2020: Recomendações transversais à atividade das Empresas de seguros;

- Circular 3/2020 de 1 de abril: Medidas de flexibilização e recomendações no âmbito da situação excecional relacionada com a Pandemia Covid-19;

- Norma Regulamentar 8/2020-R de 23 de junho: Densifica os deveres dos seguradores previstos no DL 20-F/2020 de 12 de maio;

- Circular 4/2020 de 21 de dezembro: Recomendações relativamente a distribuições de dividendos ou outras medidas que afetem os fundos próprios no âmbito da situação excecional relacionada com a pandemia Covid-19;

4 - ATIVIDADE DA COMPANHIA

4.1 - Órgãos Sociais

A 31 de dezembro de 2020 os órgãos sociais da Companhia eram constituídos da seguinte forma:

Mesa da Assembleia Geral
João José de Brito - Presidente
Luís Carlos de Melo Antunes Ferreira - Secretário

Conselho de Administração
Vicente Tardio Barutel - Presidente
Teresa Paula Lan Brantuas Silva - Administradora-delegada

Vogais
Helga Jung
Ivan José de la Sota Duñabeitia
José Pena do Amaral
João Pedro Oliveira e Costa
Tomás Muniesa
Carla Sofia Pereira Bambulo

Conselho Fiscal
José Vaz Serra de Moura
Presidente

Diogo Inácio Vadre Castelino Alvim
Vogal

Isaque Marcos Lameiras Ramos
Vogal

Aguinaldo João Trindde Nave
Suplente

Revisor Oficial de Contas
PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda - representada por
Carlos Manuel Maia
Carlos José Figueiredo Rodrigues
Suplente

4.2 - Resultado do Exercício

O resultado líquido do Exercício de 2020 ascende a 36.570.543 Euros o que representa um decréscimo de cerca de 4.033.249 Euros (10%) face ao período homólogo. A evolução negativa dos resultados é consequência do reconhecimento de um gasto extraordinário não técnico de 9,4 Milhões de Euros relativo ao reconhecimento de uma provisão para reestruturação.

De referir que apesar da diminuição do resultado financeiro em 2020, os resultados operacionais foram substancialmente superiores aos de 2019, o que permitiria um incremento de 13% nos resultados globais da Companhia se fosse expurgado o efeito do custo extraordinário acima referido.

4.3 - Volume e Estrutura de Vendas

4.3.1 - Comparação com o período homólogo

Face ao período homólogo, o nível de prémios e depósitos de contratos de investimento teve a seguinte evolução:

	2020		2019		
RAMOS/GRUPOS RAMOS	Prémios Brutos Emitidos	%	Prémios Brutos Emitos	%	Variação 2018/2017
SEGURO DIRETO					
ACIDENTES E DOENÇA	199.955.756	**35%**	196.805.076	**34%**	**2%**
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	105.177.289	**18%**	97.637.239	**17%**	**8%**
AUTOMÓVEL					
Responsabilidade Civil	85.532.553	15%	84.699.677	15%	1%
Outras coberturas	62.902.147	11%	59.620.119	10%	6%
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	5.062.245	1%	4.605.921	1%	10%
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	15.080.558	3%	15.264.370	3%	-1%
CRÉDITO E CAUÇÃO	22.002	0%	33.266	0%	-34%
ASSISTÊNCIA	-	0%	-	0%	
DIVERSOS	197.444	0%	233.067	0%	-15%
Total	**473.929.995**	**83%**	**458.898.735**	**80%**	**3%**
RESSEGURO ACEITE	**192.383**	**0%**	**91.690**	**0%**	**110%**
TOTAL GERAL	**474.122.378**	**83%**	**458.990.425**	**80%**	**3%**
Vida	**97.969.426**	**17%**	**112.513.340**	**20%**	**-13%**
Total Vida e Não Vida	**572.091.804**	**100%**	**571.503.765**	**100%**	**0%**
Contratos de Investimento	**78.574.969**		**70.698.985**		**11%**
Total Vida e Não Vida e Contratos de Investimento	**650.666.773**		**642.202.750**		**1%**

No ramo Não Vida verificou-se um crescimento dos prémios de 3% face ao ano anterior. A evolução do volume de prémios é essencialmente explicada pelo crescimento no ramo de Incêndio e Outros Danos, Automóvel e Acidentes e Doença.
No ramo Vida verificou-se um decréscimo dos prémios de 13%.

No computo geral verificamos que o total de prémios Vida e Não Vida mantiveram-se em linha com o período homologo.

4.3.1 - Comparação com o mercado

O crescimento do volume dos prémios da Companhia foi superior em 1,3% à verificada no mercado cuja diminuição foi de 18,8%.

O crescimento global do volume de prémios da Companhia resulta de um acréscimo de 3,3% em Não Vida e um decréscimo de 3,6% no ramo Vida. O crescimento nos ramos Não Vida ficou acima do mercado que cresceu 3,1%, enquanto que em Vida o decréscimo foi inferior ao mercado que diminuiu 34,8%

A evolução do posicionamento da Allianz Portugal face ao mercado foi a seguinte:

QUOTA DE MERCADO	VIDA	NÃO VIDA	TOTAL
2020*	3,9%	8,8%	6,6%
2019*	2,6%	8,8%	5,3%

Relativamente aos canais de distribuição, a Companhia decresceu no canal bancário (embora menos que o mercado), crescendo acima do mercado no canal de mediadores.

No que diz respeito ao volume de prémios distribuídos através do nosso parceiro estratégico BPI, verificou-se uma diminuição de 2% no total. No ramo Não Vida obteve-se um decréscimo de 3,1%, contrastando como o aumento verificado no mercado de 3,2%. No segmento Vida verificou-se um decréscimo de 0,8%, no entanto este decréscimo foi inferior ao decréscimo verificado no mercado de 39%.

No canal de mediadores verificou-se um crescimento total de 2,6% acima do mercado que teve um decréscimo de 1,4%. Nos ramos Não Vida a Companhia obteve um crescimento de 4,9% acima do mercado que cresceu 3,1%. Em Vida registou-se um decréscimo neste canal de 6,3%, ainda assim melhor que o mercado que decresceu 16,3%.

No que se refere ao stock de apólices, a Companhia teve um decréscimo de 0,7% em comparação com 2019. Assim, no final do ano o número de apólices chegou aos 1.773.812. O decréscimo em Vida foi de 7,9% enquanto que em Não Vida verificou-se um aumento de 1,6%.

O número de clientes registou um crescimento de 1,0% face ao ano anterior, atingindo os 969.902 no final de 2020.
A evolução do número de agentes ativos registou um decréscimo de 7%, ficando nos 4.727 no final do ano.

4.4 - Estrutura de Custos e Proveitos

Os rácios da atividade da Companhia (Não Vida) são apresentados como se segue:

	Não Vida	
	2020	2019
Rácio de Sinistralidade	67,2%	67,4%
Custos de Aquisição	20,0%	19,8%
Custos Administrativos	2,4%	3,3%
Rácio de Custos de Exploração	22,4%	23,1%
Rácio Combinado	**89,6%**	**90,5%**

O peso relativo do resultado do exercício face aos prémios adquiridos teve uma variação negativa de 0,8%, comparativamente ao ano anterior.

	2020		2019	
	Vida	Não Vida	Vida	Não Vida
Prémios adquiridos	97.701.793	461.702.969	109.950.254	444.583.080
Resultado Ano	36.570.543		40.603.792	
% Resultado/PA	**6,5%**		**7,3%**	

5 - GESTÃO FINANCEIRA

5.1 - Gestão de Ativos

Em termos de gestão de ativos e decisões de investimento, as principais alterações face ao período homólogo podem resumir-se da seguinte forma:

O plano de investimento inicial foi alterado devido à volatilidade nos mercados financeiros causada pela situação pandémica da Covid-19. Neste sentido, a compra para Não Vida de um fundo de obrigações global da PIMCO foi adiada para 2021, mantendo-se um nível de liquidez mais elevado.

No final do ano foi proposto um novo Strategic Asset Alocation (SAA) com um ligeiro aumento em Governos de países core e subsequente redução em divida pública portuguesa e espanhola.

No portfolio afeto ao ramo Vida, existiu um investimento em obrigações corporativas europeias, obrigações do governo espanhol e de países core europeus. Foi selecionado um novo fundo ligado à sustentabilidade na gama de oferta Unit Linked do produto Allianz Investimento. Em Não Vida, registaram-se investimentos igualmente em obrigações corporativas europeias de boa qualidade creditícia, assim como obrigações emitidas pelos governos português e espanhol.

Na estratégia proposta para 2021 para os portfolios de Não Vida continuaremos a investir em divida publica doméstica e corporativos europeus. Adicionalmente iremos comprar obrigações hipotecárias com risco financeiro reduzido. Em Vida a estratégia planeada envolve a compra de dívida pública europeia de países core e corporativos europeus.

A estrutura de ativos teve a seguinte evolução:

(Valores em Euros)

	2020	%	2019	%
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				
Ações	930.406	0%	930.406	0%
Sub-total	**930.406**	**0%**	**930.406**	**0%**
Ativos financeiros detidos para negociação				
Opções	966.863	0%	943.421	0%
Sub-total	**966.863**	**0%**	**943.421**	**0%**
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas				
Dívida pública	371.693	0%	379.843	0%
Obrigações de outros emissores	0	0%	0	0%
Instrumentos de capiatl e unidades de participação	79.474.323	6%	29.003.469	2%
Sub-total	**79.846.016**	**6%**	**29.383.312**	**3%**
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Dívida pública	620.874.851	49%	608.994.031	52%
Obrigações de outros emissores	489.523.931	38%	430.232.266	37%
Ações	692.171	0%	1.581.172	0%
Outros instrumentos de capital e unidades de participação	20.206.303	2%	20.449.457	2%
Sub-total	1.131.297.257	89%	1.061.256.926	89%
Caixa equivalentes e depósitos à ordem				
Depósitos à ordem	13.824.968	1%	25.225.818	2%
Sub-total	**13.824.968**	**1%**	**25.225.818**	**2%**
Empréstimos concedidos				
Empréstimos concedidos	850.233	0%	992.752	0%
Sub-total	**850.233**	**0%**	**992.752**	**0%**
Terrenos e Edifícios				
Terrenos e edifícios de usos próprio	18.043.138	1%	18.662.915	2%
Terrenos e edifícios de rendimento	30.485.668	2%	31.279.684	3%
Sub-total	48.528.806	4%	49.942.599	4%
Total	**1.276.244.549**	**100%**	**1.168.675.233**	**100%**

5.2 - Resultados Financeiros

Os resultados financeiros diminuíram em 37% em comparação com o ano anterior, por via do decréscimo dos juros dos ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas, em resultado do decréscimo das taxas de juro e pela diminuição dos ganhos líquidos nos ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor no montante de 2.345.717 Euros.

	2020	2019
Juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	16.430.518	22.146.902
Juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-496.585	-1.049.997
Outros	1.285.936	1.367.784
Rendimentos	**17.219.869**	**22.464.690**
Gastos Financeiros	-3.020.252	-2.572.196
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor	10.523	2.451.232
Perdas/Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor	-2.138	225.775
Perdas de imparidade (líquidas de reversão), excluindo contas a receber e outros	-101.946	-26.469
Total	14.106.056	22.543.032

6 - ANÁLISE DE COBERTURAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

A evolução das responsabilidaes e dos aivos, no ano 2020 foi a seguinte:

	2020	2019
Ativos (1)	1.326.501.559	1.210.702.850
Provisões técnicas e passivos por contratos de investimento	1.129.189.606	1.082.506.071
Excedente - valor absoluto	197.311.953	128.196.779
Excedente - valor relativo	117,5%	111,8%

(1) Inclui valores livres e permitidos pela Portaria 299/99

O rácio de cobertura das provisões técnicas de 2020 manteve-se estável em relação ao valor registado em 2019. Tanto os ativos que compõem este rácio como as provisões técnicas e passivos por contratos de investimento subiram 5,7%.

7- EVOLUÇÃO DOS CAPITAIS PRÓPRIOS

A evolução dos capitais é a seguinte:

	2020	2019
Capital Próprio	39.545.400	39.545.400
Reservas de reavaliação	79.897.711	68.652.227
Reservas por impostos diferidos	-22.607.439	-19.453.715
Outras reservas	77.484.626	77.257.010
Resultados trasitados	11.319.229	-2.668.705
Resultados do exercício	36.570.543	40.603.792
Capital Próprio Total	**222.210.071**	**203.936.010**

Os Capitais Próprios totalizam o montante de 222.210.071 Euros, apresentando um aumento de 18.274.061 Euros face ao ano anterior, justificado essencialmente pelo aumento registado nas Reservas de Reavaliação devido à evolução favorável dos mercados financeiros e da aplicação de parte do resultado de 2019 em resultados transitados.

8 - SOLVÊNCIA II

Após a entrada em vigor do atual regime de Solvência a 1 de janeiro de 2016, o sector segurador enfrentou as novas exigências ao nível da gestão de risco, controlo interno e prestação de informação ao mercado e às entidades de Supervisão. Tal como em 2019, durante o ano de 2020, e relativamente a 31 de dezembro de 2019, foi efetuado o reporte completo de Solvência II às entidades de Supervisão e ao mercado, bem como a Certificação Anual pelo Atuário Responsável e Revisor Oficial de Contas.

No final do ano de 2019, o rácio de cobertura da Allianz Portugal, com base nos princípios do regime de Solvência, foi de 131,6% (2018: 118,6%). A subida de 13%. no valor do rácio de solvência em relação ao ano anterior resulta de um aumento nos Fundos Próprios disponíveis e uma diminuição do Requisito de Capital de Solvência.

O aumento dos Fundos Próprios disponíveis deveu-se essencialmente ao aumento de Investimentos em Fundos Monetários proveniente da estratégia de De-Risking. Aliado ao aumento de ativos, houve também uma diminuição no lado dos passivos pelas provisões técnicas de vida. No que se refere ao Requisito de Capital de Solvência, a variação do mesmo foi influenciada principalmente, pela diminuição do Risco de Mercado, dada a estratégia de Investimento da Companhia.

Considerando a monitorização e estimativas efetuadas ao longo do exercício de 2020, estima-se um reforço da posição de Solvência da Companhia por referência a 31 de dezembro de 2020 face ao ano anterior. O rácio de solvência em 31 de dezembro de 2020 será apresentado no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado pela Companhia durante o mês de abril de 2021.

9 - POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS NÚMEROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Esta declaração expressa os princípios gerais que regem a estrutura de remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas.

Relativamente ao Conselho de Administração, apenas são remunerados a Administradora-Delegada e o Presidente do Conselho, sendo essa remuneração definida pelo Comité de Compensações do Grupo Allianz.

A remuneração da Administradora-delegada é fixada tendo em conta a necessidade de a mesma ser competitiva face á atividade da Sociedade e ao mercado onde esta se encontra inserida, sempre com o objetivo de permitir que a Sociedade possa beneficiar dos serviços de profissionais da mais elevada qualidade.

A remuneração da Administradora-Delegada é composta por uma remuneração fixa e uma remuneração variável.
A remuneração variável é definida anualmente tendo em conta as políticas e guidelines dos *Allianz Global Executives* e é sustentada pelo sistema de avaliação de desempenho. Um conjunto de objetivos são previamente fixados no início do período em avaliação, divididos em objetivos financeiros da própria sociedade e objetivos individuais do administrador (quantitativos e qualitativos). No final do período anual, é avaliada qual a percentagem de cumprimento dos objetivos fixados e, com base no resultado dessa avaliação, é determinada a remuneração variável a pagar. Para 2020 o valor máximo a pagar é de 150% do target da remuneração variável e o mínimo de 80%.

Parte da remuneração variável é atribuída a longo prazo, com pagamento diferido no tempo por um período de 4 anos, sob a forma de RSU`s (restricted stock units), vinculadas ao preço das ações da Allianz, no momento da atribuição e do pagamento. Após o período de carência é efetuada uma avaliação de sustentabilidade pelos órgãos competentes da societária para determinar o valor a pagar.

Os mecanismos existentes relativamente à ligação da remuneração variável ao desempenho da empresa estão refletidos no próprio sistema que, conforme foi referido acima, está sempre dependente do cumprimento de objetivos económicos e financeiros da sociedade, pelo que caso o desempenho da sociedade não seja adequado, a remuneração variável sofrerá a respetiva redução ou mesmo anulação.

Para, além disso, o sistema de remuneração variável prevê ainda que qualquer violação do Código de Conduta da empresa ou de qualquer regra de Compliance da mesma é motivo de redução ou anulação daquela remuneração.

A remuneração do Presidente do Conselho é uma remuneração fixa, definida pelo acionista maioritário como forma de reconhecimento pelo exercício da função, ainda que sem poderes executivos.

O Conselho Fiscal da Sociedade é composto por três membros que recebem uma remuneração fixa anual definida tendo em conta as obrigações inerentes às funções desempenhadas e à responsabilidade das mesmas.

10 - APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Exercício de 2020 apresenta um resultado positivo de 36.570.543 Euros.

Nos termos do disposto na alínea f) do número 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe que a este resultado seja dada a seguinte aplicação:

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS DE 2020		
Distribuição de dividendos	30.000.000	82%
Resultados Transitados	6.570.543	18%
	36.570.543	

Assim, o Conselho de Administração, ao abrigo ao nº1 do artigo 31º e tendo em consideração o disposto no artigo 32º ambos do Código das Sociedades Comerciais, e a qualidade da solvência da Companhia, propõe que seja distribuído um dividendo por ação de 3,792 Euros, no montante total de 30.000.000 Euros. Face ao período conturbado provocado pela pandemia, é proposto que o pagamento dos dividendos seja apenas efetuado em dezembro de 2021 e desde que a Companhia mantenha os níveis de solvência exigidos por lei.

Não é proposta qualquer aplicação de resultados em Reserva Legal pela mesma se encontrar integralmente constituída.

De acordo com a alínea b) do artigo 24º dos Estatutos, o Conselho de Administração decidiu não proceder à distribuição de qualquer valor dos lucros aos membros do mesmo conselho.

Nesta data, não é do conhecimento do Conselho de Administração nenhum facto que altere substancialmente o Relato Económico e Financeiro da empresa com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

11 - PERSPETIVAS PARA 2021

11.1 - Evolução macroeconómica

O ano 2020 foi marcado pela pandemia de Covid-19, obrigando a diversas medidas de contenção da crise de saúde pública o que afetou negativamente a economia mundial e em particular a portuguesa, registando uma queda, sem precedentes, do produto interno bruto de 7,6%.

Existe a expectativa do levantamento das restrições serão gradualmente retiradas a partir do primeiro trimestre de 2021, embora a atividade fique condicionada até ao início de 2022, altura em que atingiremos a imunidade de grupo em resultado do plano de vacinação em curso. A ação das políticas monetárias, orçamentais e prudenciais foi decisiva na mitigação da crise, e continuará a desempenhar um papel fundamental na dinâmica de recuperação.

Neste enquadramento, o Banco de Portugal prevê uma recuperação do PIB, com um crescimento de 3,9% já em 2021, 4,5% em 2022 e 2,4% em 2023. A atividade retomará o nível pré-pandemia no final de 2022. A recuperação da atividade económica permitirá a diminuição da taxa de desemprego a partir de meados de 2021.

A recuperação da economia portuguesa depende naturalmente do controlo da situação pandémica e está dependente da eficácia do plano de vacinação em curso e nas incertezas que o plano acarreta

Após a queda de 9,4% no primeiro semestre de 2020 face ao final de 2019, a atividade económica mundial recuperou durante os meses de verão. No terceiro trimestre, o PIB mundial cresceu acima do esperado (7,3% em cadeia). O ressurgimento do número de casos de COVID-19, em particular nas economias avançadas, conduziu à reintrodução de medidas de contenção, condicionando fortemente a atividade económica do quarto trimestre de 2020.

O comércio mundial diminui 9,5% em 2020 existindo uma previsão de crescimento de 7,1% em 2021 e 4,0% em média nos dois anos seguintes. A recuperação do comércio deverá ser condicionada pelos fluxos internacionais de turismo e de transportes, e por uma reorganização das cadeias de produção globais. A procura externa dirigida a Portugal diminui 12,6% em 2020 e cresce 7,1% em 2021 e 4,7% em média no período 2022-23. Assume-se que, a partir de 2021, o comércio entre a UE e o Reino Unido passará a reger-se segundo as condições da cláusula da nação mais favorecida estabelecida no âmbito da Organização Mundial do Comércio, o que implica maiores barreiras ao comércio entre as duas regiões e contribui para a revisão em baixa da procura externa dirigida a Portugal.

(Fonte: Banco de Portugal e Instituto Nacional de Estatística)

11.2 - Estratégia da Allianz Portugal

A estratégia futura da Allianz assenta num modelo de negócio de simplicidade e foco no cliente em todas as áreas de atuação, Produtos, Vendas, Sinistros e Operações. A Companhia tem vindo a preparar um caminho de crescimento, transformação e equilíbrio com o objetivo de ser a referência no setor segurador em termos de satisfação dos nossos clientes. A necessidade de transformar existe para que a Allianz Portugal possa ser mais ágil, mais rápida na execução e mais rápida na implementação e tomada de decisões. O conhecimento das necessidades dos nossos clientes vai facilitar e potenciar o trabalho da nossa rede comercial.

Pretendemos transformar o nosso modelo de negócio com base nos seguintes pontos:

- Aumento da ligação ao cliente (conhecer, servir, cuidar e comunicar);
- Otimizar a relação custo/benefício entre cliente e Companhia;
- Investimento na digitalização e automatização;
- Harmonização e simplificação de processos;
- Otimização de funções e processos;
- Aposta na excelência técnica para melhorar a rentabilidade;
- Foco no crescimento melhorando a produtividade dos agentes;
- Preparação contínua dos colaboradores para o futuro.

Tendo sempre presente que o cliente como principal foco, a estratégia será crescer com uma base sólida de rentabilidade. Em consequência da situação pandémica, o exercício de 2020 gerou resultados relativamente atípicos em algumas linhas de negócio que é importante monitorizar.

Em 2021 o principal objetivo será consolidar a rentabilidade operacional em todas as linhas de negócio, desenvolvendo ações de incremento de rendibilidade, das quais destacamos:

- Seleção de risco & disciplina na subscrição;
- Limpeza de carteira;
- Certificação técnica;
- Ajuste segmentado de preço.

Para o período de 2021 a 2023, Allianz Portugal tem por objetivo aumentar a quota de mercado, atingir os rácios combinados pretendidos através de ganhos de produtividade e aumento da excelência na experiência cliente. Assim a estratégia de transformação do modelo da Companhia terá por objetivo aumentar a eficiência e a produtividade, tendo por base as seguintes ações:

- Aceleração do processo de digitalização;
- Impulsionar o modelo de distribuição (agência digital, modelo de vendas e modelo comissões);
- Reforço de talentos e competências.

A ambição da Allianz é ser líder de mercado no serviço ao cliente. Para que isso seja possível será necessário ser uma referência para agentes e corretores, ser líder na excelência técnica do mercado segurador, focar no digital e ter o cliente sempre em primeiro lugar.

12 - INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA 2020

A Companhia de Seguros Allianz Portugal, é uma empresa de seguros com sede em Portugal, que faz parte do Grupo Financeiro Internacional Allianz.

A empresa tem a sua sede em Lisboa e escritórios comerciais em todo o território nacional e ilhas, trabalhando em Vida e em Não Vida e assentando o seu modelo de negócio na venda através de intermediários e nos princípios da focalização no cliente, da proximidade aos seus parceiros de negócio, da meritocracia inclusiva, da excelência técnica, da inovação e da qualidade de serviço.

Sendo uma empresa de seguros, a Confiança é o valor fundamental da Allianz Portugal, bem como do Grupo Allianz onde se integra. Para o sucesso empresarial na área dos serviços financeiros e em particular na atividade seguradora, a Allianz entende que a Confiança de todos aqueles com quem se relaciona é um fator verdadeiramente indispensável.

E essa Confiança ganha-se e mantém-se através de uma forma de atuar e de fazer negócio baseada na ética e na integridade e através de um conjunto de princípios e de políticas que devem concretizar esses mesmos valores éticos.

12.2 - Recursos Humanos

12.2.1 - Política Geral e Clima Interno

A gestão dos Recursos Humanos da empresa assenta numa Política de Meritocracia Inclusiva. Isso significa que não conta apenas a performance de cada um, mas também a forma como essa performance é alcançada. Se é importante que os colaboradores da Allianz atinjam os objetivos que estão definidos, tão ou mais importante é a forma como os mesmos se atingem, os princípios que há que respeitar bem como as características que cada empregado deve revelar na sua atividade profissional. Meritocracia porque se quer uma cultura de Recursos Humanos baseada no mérito das pessoas, reconhecendo mais aqueles que mais se esforçam e que mais aportam à empresa, mas inclusiva porque não se quer deixar ninguém de fora, porque se quer uma politica de inclusão e não de discriminação, porque se quer um ambiente de ética e de confiança.

E a Meritocracia Inclusiva foi concretizada em quatro Atributos que deverão constituir o ADN dos colaboradores Allianz.

Esses atributos são:

- A Liderança Participativa, que implica envolver as pessoas e dar-lhes orientação e objetivos, desenvolvê-las e dar-lhes feedback contínuo e colaborar transversalmente, partilhando as boas práticas.

- O Empreendedorismo, que implica correr riscos de forma profissional, promovendo uma cultura onde os erros são permitidos, desenvolver o espírito de iniciativa individual e coletivo e assumir as responsabilidades das suas decisões.

• Excelência face ao Cliente e ao Mercado, que implica criar um ambiente que promova a inovação e o desenvolvimento de soluções simples, centradas no cliente, ser excelente em todos os pontos de contacto com o cliente e continuamente comparar com os melhores do mercado.

• A Confiança, que significa garantir que a diversidade e a inclusão são promovidas, que a integridade é a base de atuação, honrando os compromissos assumidos e sendo verdadeiros, e atuando sempre com transparência comunicando de forma abrangente.

É, pois com base nestas características que se desenvolvem os planos de formação da Companhia, mas também as avaliações de desempenho e os próprios processos de recrutamento.

Todos os anos é realizado um Questionário de Clima Organizacional, anónimo, através de meios eletrónicos e conduzido por uma empresa externa e independente. Tal questionário é comum a todo o grupo Allianz e procura medir o ambiente que se vive nas empresas ao nível dos Recursos Humanos, através de três Índices Principais: o Índice de Empenho e Compromisso, o Índice de Meritocracia e o Índice de "Work Well" (condições de equilíbrio da vida profissional e pessoal). Adicionalmente o Questionário integra ainda um conjunto muito alargado de questões divididas por dimensões tais como a Colaboração e Comunicação Interna, a Inovação, o Superior Hierárquico, a Focalização no Cliente, a Orientação Estratégica e Gestão de Topo, a Diversidade e Integridade, a Função e os Processos, a Aprendizagem e Desenvolvimento e a própria Compensação.

Em termos de participação, a Allianz Portugal atingiu em 2020 uma taxa de 98%, subindo 2 pontos relativamente ao ano anterior e superior em 13 pontos face à média do Grupo Allianz, de 85%.

Quanto aos principais Índices, no Índice de Meritocracia, a Allianz Portugal atingiu 81%, subindo 5 pontos face a 2019, e 3 pontos acima da média do Grupo, que obteve 78%.
No Índice de "Work Well", a Allianz Portugal atingiu 75%, 7 pontos acima do resultado do ano anterior e mais 5 pontos do que a média do Grupo que atingiu 70%.

E no Índice de Empenho e Compromisso, a Allianz Portugal atingiu 85%, subindo 10 pontos face ao ano anterior, superando em 7 pontos a média do Grupo Allianz, que se atingiu 78%

A subida dos resultados nos Índices de Meritocracia, Work Well e Empenho são motivo de grande satisfação e revelam que os planos de Ação implementados tiveram sucesso nestas áreas e que a preocupação da empresa com as condições de trabalho dos colaboradores tem sido reconhecida pela grande maioria. Os 3 índices revelaram valores acima da média do Grupo Allianz, o que é um sinal muito positivo.

Como em anos anteriores, os planos de ação para o ano seguinte continuam a focar-se nos pontos onde os resultados foram menos bons para procurar implementar ações que possam reverter essa situação.

12.2.2 - Diversidade

A Allianz Portugal tem uma estrita política de não discriminação, seja de género seja de qualquer outro tipo, aplicando a igualdade no tratamento de homens e mulheres.

Como melhor indicador o facto de o cargo de topo da empresa ser ocupado por uma mulher, a única Administradora-Delegada da atividade seguradora em Portugal.

Adicionalmente, o Grupo Allianz impõe como objetivo que cada empresa tenha no seu Comité Executivo uma percentagem de 20% de mulheres. A Allianz Portugal já tem hoje 33% do seu Comité Executivo constituído por mulheres.

Ao nível dos Diretores executivos de primeira e segunda linha da empresa, 57% são mulheres e no total dos colaboradores, 55,5% são do género feminino.

Todas as políticas de Recursos Humanos são por isso totalmente neutras em termos de género, sendo o critério base o do mérito, seja para os recrutamentos, seja para as promoções ou evoluções salariais.

12.2.3 - Indicadores

A Allianz Portugal terminou o ano de 2020 com 633 colaboradores, mais 9 do que em 31 de dezembro de 2019. Este aumento deve-se essencialmente à constituição de uma Direção Financeira local, integrando nos seus quadros funções chave para a Companhia.

Os colaboradores apresentam no final do ano uma média etária de 45,5 anos e a média de antiguidade na empresa é de 17,2 anos.

Em termos de habilitações literárias, 61% dos colaboradores possuem cursos superiores ou graduações mais elevadas, 2% possuem um bacharelato, 30% possuem o ensino secundário e 7% possuem habilitações académicas inferiores ao ensino secundário.

12.2.4 - Formação

Durante o ano de 2020 registaram-se 2.971 participações em ações de formação, uma descida face ao ano anterior devido à brusca mudança de formato de aulas presenciais para formato virtual. No total foram realizadas 10.015 horas de formação, uma descida substancial face a 2019 e que resulta numa média de 16 horas de formação por colaborador.

Do total de horas, 9.153 foram realizadas em formação interna, e 862 horas representam formação externa.

O Grupo Allianz mantém o acordo com o Linkedin Learning desde o início do ano de 2018, que permite a todos os colaboradores das suas empresas terem acesso gratuito a mais de 20.000 cursos de formação da mais variada natureza, desde a técnica á área comportamental. Em 2020 41% dos colaboradores da Allianz Portugal encontram-se registados nesta plataforma, tendo realizado cerca de 110 cursos de formação. Trata-se de uma possibilidade que é dada a todos os colaboradores de poderem escolher as formações que mais lhe interessam e realizá-las ao seu ritmo, da forma que mais lhes seja adequada, num sistema online que facilita muito este tipo de ações.

Ainda muito importantes as participações de 60 dos nossos Colaboradores que obtiveram a Certificação técnica na *P&C* e *L&H Academy*.

12.2.5 - Equilíbrio da Vida Pessoal e Profissional

A Allianz Portugal desenvolve todos os anos o seu Programa de "Work Well" que procura promover um melhor equilíbrio entre a vida pessoal e profissional. Como forma de ajudar os colaboradores nas épocas de férias dos seus filhos, realizou-se no Verão 1 Colónia de férias para cerca de 24 crianças.

Manteve-se o número de parcerias com ginásios e acordos com empresas de prestação de serviços das mais diversas áreas, que pretendem promover a vida saudável e facilitar a vida dos colaboradores Allianz a preços especiais.

A Allianz aproveita ainda alguns dos seus patrocínios para proporcionar aos seus colaboradores a oportunidade de assistirem a eventos de uma forma gratuita, e em família. É o caso do futebol, do surf, dos espetáculos da Companhia Nacional de Bailado Contemporâneo ou do Festival Indie de Cinema. No ano de 2020 não foi possível realizar, como habitualmente, o Jantar de Natal da Allianz, onde os colaboradores de todo o país se juntam para confraternizar, contudo, os anos de carreira dos nossos colaboradores foram comemorados com uma mensagem especial e um presente comemorativo. De forma a sinalizar esta época e pelos constrangimentos inerentes, foi enviado a todos os colaboradores um Cabaz de Natal com produtos portugueses.

12.2.6 - Saúde e Segurança no Trabalho

Para além dos serviços de Medicina do Trabalho obrigatórios por lei, a Allianz Portugal realiza ainda ações de saúde e bem-estar aos seus colaboradores, habitualmente duas vezes por ano, nas instalações da Empresa, são efetuados diversos rastreios e atividades relacionadas com a saúde e bem-estar, como sejam, workshops de nutrição, de relaxamento corporal, de gestão de stress, vacina da gripe, entre outras atividades. Apesar da forte adesão dos colaboradores a estas iniciativas, em 2020 devido à pandemia Covid 19 não foi possível concretizar estas atividades presencialmente nas instalações da Empresa.

Ainda durante o ano de 2020, 129 colaboradores realizaram ações de formação na área da Segurança e Higiene no Trabalho.

Adicionalmente, os Serviços de Segurança e Higiene realizam as suas inspeções às instalações da Companhia todos os anos, para análise das condições de higiene e de segurança, mas também das próprias condições de trabalho como a iluminação natural e artificial, o equipamento e o espaço de trabalho.

12.3 - Sustentabilidade

12.3.1 - Responsabilidade Social

A Allianz Portugal continua a desenvolver a sua Política de Responsabilidade Social com o objetivo de desempenhar um papel ativo e positivo do ponto de vista social, económico e ambiental na sociedade, contribuindo desta forma para um futuro mais sustentável e inclusivo. A prossecução dos objetivos é levada a cabo contando com a participação e envolvimento de todos os colaboradores nas mais diversas ações e atividades realizadas junto da sociedade, nomeadamente ações de voluntariado e de apoio às gerações futuras, com empenho e forte sentido de espírito de equipa e cooperação entre todos.

Em 2020, a Allianz Portugal, continuando a dar corpo ao que acredita ser a sua responsabilidade de dar suporte ao desenvolvimento das próximas gerações, juntou-se a mais uma iniciativa global – Allianz World Run – em que os km percorridos pelos seus colaboradores foram convertidos em donativos para as Aldeias S.O.S. Crianças em cinco países fortemente impactados pelo contexto da pandemia COVID-19 e pelas alterações climáticas: Ruanda, Zâmbia, Etiópia, Uganda e Nigéria. Em relação às Aldeias S.O.S em Portugal, foram levadas a cabo outras ações como o donativo de computadores portáteis, para facilitar o acesso ao conhecimento dos jovens que aí residam. Paralelamente, foram também distribuídos a todos os jovens que residem nesta instituição um presente de Natal, oferta dos nossos colaboradores, e um cabaz de Natal às 18 residências integrantes desta instituição.

Também, com a continuidade na ligação da Allianz Portugal à Associação EPIS (Empresários Pela Inclusão Social), continuámos a apoiar financeiramente este projeto que visa, nomeadamente, a promoção do sucesso escolar e formação de jovens que necessitam de maior apoio. Adicionalmente, também foi possível, com a cooperação de diversos colaboradores e do seu espírito de iniciativa solidária social, realizar diversas ações como aulas de literacia financeira, idas acompanhadas a sessões de cinema, entre outras. Permitindo, deste modo, que os jovens apoiados pela EPIS possam aceder a outros tipos de conhecimento e de cultura, enquanto parte do seu desenvolvimento pessoal e académico.

Num ano em que a pandemia de COVID 19 afetou toda a nossa sociedade e aumentou o nível de carência de muitas famílias, a Allianz e os seus colaboradores procuraram dar o seu contributo com diversas ações neste âmbito. Doámos mais de 600 refeições quentes que foram distribuídas por instituições como a Refood e a Comunidade Vida e Paz. Lançámos ainda uma nova iniciativa – Hope Boxes Allianz – que, com os donativos de alimentos dos nossos colaboradores e da própria Allianz, permitiram apoiar mais de 1.300 famílias por todo o país.

A parceria de longo prazo entre a Allianz e a UNICEF Portugal, através da entrega de 70% da rentabilidade obtida com a venda do seguro Allianz Proteção Infantil, dá suporte a um projeto em São Tomé que assenta em áreas como a "Proteção Infantil" e a "Prevenção da gravidez precoce e comportamentos de risco em adolescentes".

Durante 2020 decorreram iniciativas como a Doação de Sangue e de Medula Óssea por mais de 30 doadores, doação de bens e rações a instituições de proteção a animais, ou a doação de computadores portáteis a instituições como a Casa do Caminho, Centro Social e Paroquial da Ramada ou a Universidade de Coimbra. Oferecemos 2.500 árvores para continuar a dar suporte à reflorestação em Portugal, nomeadamente nos concelhos de Torres Vedras e Seia. Foram ainda angariadas mais 6.000 árvores, no âmbito da Allianz Cup 19-20, árvores essas que serão plantadas em 2021.

12.3.2 - Políticas Ambientais

Na Allianz Portugal vigora uma política de responsabilidade ambiental que passa pela adoção de uma estratégia e de ações que lhe dão corpo, no sentido de contribuir de forma positiva para um meio-ambiente mais equilibrado e sustentável a médio e longo-prazo. Deste modo, e em linha com o compromisso do Grupo Allianz a que pertence, continuou o seu caminho para assegurar o seu contributo para o objetivo de manter o aquecimento global abaixo dos 2ºC, como definido pelo acordo Climático de Paris.

Em termos de sensibilização e promoção de boas práticas ambientais, em 2020 demos corpo internamente a inciativas como a "ECOWEEK" em que durante uma semana os colaboradores, através de gestos individuais (ter plantas, não utilizar transportes poluentes nas suas deslocações, entre outros), puderam aumentar o seu compromisso com este tema.
Em termos de objetivos de redução de consumos e minimização de desperdícios, seja de papel, água, energia, entre outros, a Allianz e os seus colaboradores têm vindo a manifestar um desempenho bastante consistente.

Ao nível do consumo de água, quer da rede de distribuição quer engarrafada, a redução foi de 31%, ou seja, em 2020 consumiram-se, por cada colaborador, 2.818 m^3, quando em 2019 este valor se havia fixado nos 4.107 m^3.

No consumo total de energia registou-se um decréscimo de 15%. Por outro lado, a Allianz Portugal garantiu junto do seu fornecedor um certificado de que a energia utilizada é 100% com origem em fontes renováveis, dando assim mais um passo em direção ao objetivo maior de redução de emissões de carbono da sociedade.

Em termos da gestão de resíduos ou lixo produzidos na Allianz Portugal está implementada uma prática de separação e posterior reciclagem desse mesmo lixo. E, simultaneamente, há uma preocupação em produzir cada vez menos lixo em termos totais e por cada colaborador. Neste sentido, a quantidade de lixo enviada para reciclagem continuou a sua trajetória descendente em 39%, com um total de 1.990 kg em 2020 em comparação com os 3.263 kg de lixo reciclado em 2019.

A forte aposta numa estratégia digital continuou a dar frutos em 2020. A substituição do papel por meios eletrónicos de comunicação com os nossos clientes e parceiros, o desenvolvimento de novas ferramentas que têm permitido acelerar a digitalização das várias áreas de suporte ao negócio, a introdução de inovação e tecnologia, bem como a consciencialização de todos os envolvidos nos mais diversos processos e operações da empresa para esta necessidade, têm contribuído para uma sustentada redução do consumo de papel. Em termos objetivos, verificou-se uma redução do consumo total de papel de mais de 3 toneladas face ao ano transato.

Em síntese, a Política Ambiental da Allianz Portugal encontra-se em contínua evolução e desempenho positivo, cumprindo assim o seu papel como impulsionador de um mundo melhor para as atuais e futuras gerações.

12.4 - Direitos Humanos e Políticas de Integridade

A Allianz Portugal tem como documento base da sua atuação o seu Código de Conduta, uma verdadeira Constituição com os valores e princípios fundamentais que regem a atividade da empresa e o desempenho dos seus colaboradores.

Cada colaborador tem o Código de Conduta anexo ao seu Contrato de Trabalho e regularmente são efetuadas ações de formação e de sensibilização referentes ao Código de Conduta.

Este Código de Conduta integra o Pacto Global das Nações Unidas e os seus 10 Princípios Básicos. Desta forma, a empresa deve:

1. Apoiar e respeitar a proteção internacional e nacional dos direitos humanos na sua esfera de influência;
2. Garantir que os seus serviços não são cúmplices com abusos dos direitos humanos;
3. Apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento do direito à negociação coletiva;
4. Apoiar a eliminação de todas as formas de trabalho forçado;
5. Apoiar a efetiva abolição do trabalho infantil;
6. Apoiar a eliminação da discriminação relativamente ao emprego e ocupação;
7. Apoiar uma abordagem de prevenção relativamente aos desafios ambientais;
8. Promover iniciativas que promovam uma responsabilidade ambiental cada vez maior;
9. Encorajar o desenvolvimento de tecnologias ambientais favoráveis;
10. Trabalhar contra todo o tipo de corrupção, incluindo a extorsão e o suborno;

Ao longo do seu texto, o Código de Conduta da Allianz Portugal determina ainda um conjunto de princípios básicos que são de cumprimento obrigatório para todos os colaboradores e que incluem:

- O cumprimento de toda a legislação e regulamentação aplicáveis;
- Uma atuação assente na honestidade, integridade e dignidade;
- A não discriminação por qualquer critério;
- A Confidencialidade dos Dados Pessoais dos seus clientes, parceiros de negócio ou quaisquer outros terceiros com quem se relacione;
- A cooperação com as autoridades publica e de supervisão;
- A exigência de exatidão, compreensibilidade e abrangência da informação fornecida ao público e à comunicação social;
- O respeito pela independência da comunicação social e a recusa em remunerar qualquer tipo de conteúdo editorial;
- A prestação de informações o mais corretas e completas aos clientes, para que possam tomar uma decisão fundamentada;
- Regras de identificação de potenciais Conflitos de Interesses e formas de resolução dos mesmos;
- A exigência de prontidão e integridade no tratamento das reclamações dos clientes ou terceiros;
- A proibição estrita da corrupção e do suborno;
- A exigência de uma politica estrita de prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo;
- A proteção dos recursos naturais;

Através destas regras, e conforme referido na introdução, a Allianz Portugal quer ser uma referência de ética e integridade na sua atuação e no respeito pelos Direitos Humanos. O Código de Conduta é assim um documento de conteúdo obrigatório e cujo incumprimento sujeita os colaboradores a procedimento disciplinar.

Adicionalmente, a Allianz Portugal tem incluídas no seu sistema informático as listas de entidades sancionadas emitidas pela Organização das Nações Unidas e pela União Europeia, que permitem controlar e evitar qualquer pagamento a essas entidades ou pessoas e controlar se as mesmas são ou não clientes da empresa.

Se o Código de Conduta é a pedra base do normativo interno da empresa, este é constituído por vários outros documentos. Neste âmbito importa destacar as Políticas de Combate à Corrupção e Suborno, de Combate à Fraude e de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo.

A Allianz Portugal, através do seu Programa de Compliance, tem publicadas políticas sobre estas matérias, desenvolve ações de formação regular sobre as mesmas e mantém uma constante sensibilização dos colaboradores para estes temas através de uma página específica da sua Intranet.

A Política de Combate à Corrupção determina como regra base a estrita proibição de qualquer forma de corrupção ou suborno. Mas adicionalmente explicita um conjunto de situações que podem levantar dúvidas e impõe um conjunto de regras para evitar qualquer tipo de potenciais problemas. Desta forma estabelecem-se regras estritas sobre a aceitação de ofertas ou outros benefícios por parte de clientes, parceiros de negócio ou outros, definindo-se claramente o que pode ser entendido como cortesias comerciais habituais e outras práticas de mercado, sobre as ofertas que podem ser feitas pela Allianz, sobre a participação em quaisquer tipos de eventos, sejam técnicos sejam de entretenimento a convite de terceiros e o especial cuidado a ter no relacionamento com quaisquer organismos públicos e representantes estatais, para evitar qualquer tipo de situações eventualmente dúbias.

Todos os pagamentos efetuados pela Allianz Portugal são por transferência bancária ou cheque, através de regras claramente definidas sobre poderes de autorização e sempre sujeitas à regra do "Duplo Visto" para evitar que qualquer colaborador possa sozinho efetuar pagamentos.

Importa destacar dentro da Política de Combate à Corrupção o Programa de Controlo de Integridade dos Prestadores (CIP). Através deste Programa do Compliance, qualquer prestador de serviços contratado pela Allianz Portugal passa por um processo de Controlo de Integridade, com o preenchimento de determinados questionários e recolha de determinada informação, do que resulta um resultado global que permite ou não a contratação do mesmo.

No âmbito do Combate à Fraude a Política da Allianz Portugal assenta na regra "Tolerância Zero" e inclui um conjunto de regras de prevenção, de controlo e de deteção. O sistema faz monitorizações contínuas para analisar dados e controlar quaisquer situações suspeitas e provocar os alertas necessários.

Lisboa, 24 de fevereiro de 2021

O Conselho de Administração

Vicente Tardio Barutel
Presidente

Teresa Paula Bratuas Silva
Administradora-delegada

Helga Jung
Ivan de la Sota Dunabeitia
Carla Sofia Pereira Bambulo
José Pena do Amaral
Tomás Muniesa
João Pedro Oliveira e Costa

B

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

Companhia de Seguros Allianz Portugal

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA SEPARADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA	Notas	2020			2019
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
ATIVO					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3	13.824.968	-	13.824.968	25.225.818
Investimenos em filiais, associadas e empréstimos conjuntos	4	930.406	-	930.406	930.406
Ativos financeiros detidos para negociação	5.1	966.863	-	966.863	943.421
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	5.2	79.846.016	-	79.846.016	29.383.312
Ativos financeiros disponíveis para venda	5.3	1.131.297.257	-	1.131.297.257	1.061.256.926
Empréstimos concedidos e contas a receber	5.4	850.233	-	850.233	992.752
Empréstimos concedidos		850.233	-	850.233	992.752
Terrenos e edifícios	6	53.804.255	5.275.449	48.528.806	49.942.599
Terrenos e edifícios de uso próprio		23.318.587	5.275.449	18.043.138	18.662.915
Terrenos e edifícios de rendimento		30.485.668	-	30.485.668	31.279.684
Outros ativos tangíveis	8	35.632.783	24.103.044	11.529.739	11.395.929
Ativos sob direito de uso	8	1.890.877	-	1.890.877	2.096.214
Outros ativos intangíveis	9	16.817.575	12.440.847	4.376.728	4.166.365
Provisões técnicas de resseguro cedido	10	41.993.142	10.514.158	31.478.984	28.278.213
Provisão para sinistros		16.884.381	-	16.884.381	14.803.757
Provisão para prémios não adquiridos		25.108.761	10.514.158	14.594.603	13.474.456
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	11	141.976.779	6.898.356	135.070.423	178.234.669
Contas a receber por operações de seguro direto		32.187.449	2.218.336	29.969.113	28.117.606
Contas a receber por operações de resseguro		1.609.950	-	1.609.950	844.926
Contas a receber por outras operações		108.179.380	4.680.020	103.499.360	149.272.137
Ativos por impostos e taxas	12	4.180.835	-	4.180.835	2.142.779
Ativos por impostos diferidos		4.180.835	-	4.180.835	2.142.779
Acréscimos e diferimentos	13	185.516	-	185.516	52.601
TOTAL ATIVO		1.524.197.506	59.231.855	1.464.965.651	1.395.042.004

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA SEPARADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Passivo e Capital Próprio	Notas	2020	2019
PASSIVO			
Provisões técnicas	14	**744.085.906**	**721.838.534**
Provisão para prémios não adquiridos		110.236.135	102.698.719
Provisão matemática do ramo Vida		150.772.137	180.626.910
Provisão para sinistros			
De Vida		21.657.415	19.919.211
De Acidentes de Trabalho		230.161.363	204.891.804
De outros ramos		185.432.018	172.671.392
Provisão para participação nos resultados		27.542.368	22.818.082
Provisão para estabilização de carteira		216.362	487.341
Provisão para desvios de sinistralidade		17.830.893	16.854.061
Provisão para riscos em curso		237.215	871.015
Passivos financeiros da componente de depósitos de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	15	**346.677.370**	**327.373.872**
Outros passivos financeiros	16	**451.600**	**464.708**
Depósitos recebidos de resseguradoras		451.600	464.708
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	17	**1.863.920**	**1.988.846**
Outros credores por operações de seguros e outras operações	18	**57.876.220**	**56.386.829**
Contas a pagar por operações de seguro direto		31.415.107	3.626.364
Contas a pagar por operações operações de resseguro		3.059.440	3.086.045
Contas a pagar por outras operações		23.401.673	49.674.420
Passivos por impostos e taxas	12	**51.957.651**	**50.952.771**
Passivos por impostos (e taxas) correntes		29.345.709	31.628.207
Passivos por impostos diferidos		22.611.942	19.324.564
Passivos de locações	8	**1.894.710**	**2.095.984**
Acréscimos e diferimentos	19	**26.238.115**	**25.803.340**
Outras provisões	20	**11.710.088**	**4.201.109**
TOTAL PASSIVO		1.242.755.580	1.191.105.994
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	21	**39.545.400**	**39.545.400**
Reservas de reavaliação	22	**79.897.711**	**68.652.227**
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		79.799.706	68.554.222
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		98.005	98.005
Reserva por imposto diferidos	22	**(22.607.439)**	**(19.453.715)**
Outras reservas	22	**77.484.626**	**77.257.011**
Resultados transitados		**11.319.229**	**(2.668.705)**
Resultado do exercício	31	**36.570.543**	**40.603.792**
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		222.210.071	203.936.010
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		1.464.965.651	1.395.042.004

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Conta de ganhos e perdas separada para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

Conta de ganhos e perdas	Notas	2020				2019
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	**23**	**95.535.367**	**419.407.956**	**-**	**514.943.324**	**511.411.661**
Prémios brutos emitidos		97.969.426	474.122.378	-	572.091.804	571.503.766
Prémios de resseguro cedido		(2.173.223)	(43.408.362)	-	(45.581.584)	(44.460.340)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		(267.634)	(12.419.409)	-	(12.687.043)	(16.970.432)
Provisão para prémios não adquiridos, parte reseguradores (variação)		6.797	1.113.349	-	1.120.146	1.338.667
Comissão de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	**24**	**590.432**	**-**		**590.432**	**373.326**
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	**25**	**(56.833.586)**	**(293.959.561)**	**-**	**(350.793.147)**	**(383.184.608)**
Montantes pagos		**(55.038.862)**	**(258.339.384)**	**-**	**(313.378.246)**	**(352.160.601)**
Montantes brutos		(55.251.295)	(272.461.731)	-	(327.713.027)	(364.252.164)
Parte dos resseguradores		212.434	14.122.347	-	14.334.781	12.091.562
Provisão para sinistros (variação)		**(1.794.725)**	**(35.620.177)**	**-**	**(37.414.902)**	**(31.024.006)**
Montante bruto		(1.738.204)	(37.757.322)	-	(39.495.525)	(22.912.019)
Parte dos resseguradores		(56.521)	2.137.145	-	2.080.624	(8.111.987)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)		**270.979**	**(343.032)**	**-**	**(72.053)**	**3.313.564**
Provisão matemática do ramo Vida, líquida de resseguro (variação)	**14**	**29.871.734**	**-**	**-**	**29.871.734**	**40.196.907**
Montante bruto		29.871.734	-	-	29.871.734	40.196.907
Participação nos resultados, líquida de resseguro	14	**(4.816.438)**	**(506.328)**	**-**	**(5.322.766)**	**(2.817.433)**
Custos e gastos de exploração líquidos	26	**(53.811.760)**	**(97.018.181)**	**-**	**(150.829.942)**	**(140.889.059)**
Custos de aquisição		(46.557.030)	(97.089.071)	-	(143.646.101)	(130.897.822)
Custos de aquisição diferidos (variação)		467.805	4.664.861	-	5.132.666	4.018.438
Gastos administrativos		(8.120.944)	(11.084.968)	-	(19.205.912)	(22.362.642)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		398.409	6.490.997	-	6.889.405	8.352.966
Rendimentos	28	**12.341.375**	**13.249.013**	**8.112**	**25.598.500**	**22.464.690**
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		12.837.960	11.970.675	514	24.809.149	22.146.902
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		(496.585)	-	-	(496.585)	(1.049.997)
Outros		-	1.278.338	7.598	1.285.936	1.367.784
Ganhos financeiros	26	**(2.016.179)**	**(1.004.073)**	**-**	**(11.398.883)**	**(2.572.196)**
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		(3.999.643)	(4.378.988)		(8.378.631)	-
Outros		(2.016.179)	(1.004.073)	-	(3.020.252)	(2.572.196)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	**29**	**(85.951)**	**75.428**	**-**	**(10.523)**	**2.451.232**
De ativos disponíveis para venda		(85.951)	75.428	-	(10.523)	2.451.232
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	**30**	**-**	**-**	**(2.138)**	**(2.138)**	**225.775**
De ativos e passivos financeiros detidos para negociação		-	-	(2.138)	(2.138)	225.775
Diferenças de câmbio		-	-	(2.073)	(2.073)	(6.125)
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	6	**-**	**(698.816)**	**16.375**	**(682.440)**	**4.628.114**
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)		**(74.432)**	**(27.514)**	**(1.170.207)**	**(1.272.153)**	**656.233**
De ativos disponíveis para venda		(74.432)	(27.514)	-	(101.946)	(26.469)
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	11	-	-	(1.170.207)	(1.170.207)	704.526
De outros		-	-	-	-	(21.823)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		**-**	**394.594**	**-**	**394.594**	**489.037**
Outras provisões (variação)		**-**	**-**	**27.786**	**27.786**	**(336.894)**
Outros rendimentos/gastos		**-**	**-**	**753.086**	**753.086**	**(735.987)**
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		**16.971.898**	**35.190.498**	**(369.058)**	**51.793.338**	**55.668.238**
Imposto sobre o rendimento do Exercício - Impostos correntes	**12**	**-**	**-**	**(17.246.034)**	**(17.246.034)**	**(12.942.904)**
Imposto sobre o rendimento do Exercício - Impostos diferidos	**12**	**-**	**-**	**2.023.239**	**2.023.239**	**(2.121.542)**
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**16.971.898**	**35.190.498**	**(15.591.853)**	**36.570.543**	**40.603.792**

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO SEPARADA EM 31 DE DEZEMBRO

Notas do anexo	Demonstração de Variações do Capital Próprio	Capital	Reservas de Reavaliação		Reserva por impostos diferidos e correntes	Outras Reservas			Resultados transacionados	Resultado do exercício	TOTAL
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		Reserva legal	Prémios de emissão	Outras reservas			
	Demonstração da posição financeira a 31 de dezembro de 2018	**39.545.400**	**46.640.732**	**98.005**	**(13.311.876)**	**39.029.506**	**31.004.878**	**7.598.106**	**-**	**(2.668.705)**	**147.936.046**
	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	-	-	-	(2.668.705)	2.668.705	-
	Outro rendimento integral do exercício	-	21.913.490	-	(6.141.839)	-	-	(375.479)	-	-	15.396.172
	Reconhecimento dos desvios atuariais (líquido de impostos)	-	-	-	-	-	-	(375.479)	-	-	(375.479)
22	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda (líquidos de shadow)	-	21.913.490	-	-	-	-	-	-	-	21.913.490
22	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	-	-	-	(6.141.839)	-	-	-	-	-	(6.141.839)
31	Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-		-	40.603.792	40.603.792
	Total do rendimento integral do exercício, líquido de impostos	-	21.913.490	-	(6.141.839)	-	-	(375.479)	-	40.603.792	55.999.964
	Total das variações do capital próprio	-	21.913.490	-	(6.141.839)	-	-	(375.479)	(2.668.705)	43.272.497	55.999.964
	Demonstração da posição financeira a 31 de dezembro de 2019	**39.545.400**	**68.554.222**	**98.005**	**(19.453.715)**	**39.029.506**	**31.004.878**	**7.222.627**	**(2.668.705)**	**40.603.792**	**203.936.010**
	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	515.894	-	-	40.087.898	(40.603.792)	-
	Distribuição de resultados	-	-	-	-	-	-	-	(26.099.964)	-	(26.099.964)
	Outro rendimento integral do exercício	-	11.245.484	-	(3.153.724)	-	-	(288.278)	-	-	7.804.382
	Reconhecimento dos desvios atuariais (líquido de impostos)	-	-	-	-	-	-	(288.278)	-	-	(288.278)
22	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	-	11.245.584	-	-	-	-	-	-	-	11.245.484
22	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	-	-	-	(3.153.724)	-	-	-	-	-	(3.153.724)
	Outros ganhos/perdas reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
31	Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	36.570.543	36.570.543
	Total do rendimento integral do exercício, líquido de impostos	--	11.245.484	-	(3.153.724)	-	-	(288.278)	-	36.570.543	44.374.025
	Total das variações do capital próprio	-	11.245.484	-	(3.153.724)	515.894	-	(288.278)	13.987.934	(4.033.249)	18.274.061
	Demonstração da posição financeira a 31 de dezembro de 2020	**39.545.400**	**79.799.706**	**98.005**	**(22.607.439)**	**39.545.400**	**31.004.878**	**6.934.349**	**11.319.229**	**36.570.543**	**222.210.071**

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL SEPARADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Notas de anexo	Demonstração do rendimento integral consolidada	2020	2019
	Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados	**8.091.760**	**15.771.651**
22	Alterações da reserva de justo valor - Ativos disponíveis para venda	11.466.062	22.553.685
22	Provisão para participação nos resultados a atribuir ("shadow")	(220.578)	(640.195)
22	Impostos diferidos e correntes	(3.153.724)	(6.141.839)
	Itens que não serão reclassificados para a demonstração de resultados	**(288.278)**	**(375.479)**
22	Reconhecimento dos desvios atuariais	(418.287)	(542.215)
22	Impostos sobre desvios atuariais	130.009	166.736
	Outro rendimento integral	7.803.482	15.396.172
31	**Rendimento integral do exercício**	**36.570.543**	**40.603.792**
	Rendimento integral do exercício	**44.374.025**	**55.999.964**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA SEPARADA PARA O EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO de 2020

	2020	2019
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	36.570.543	40.603.792
Depreciações e amortizações do exercício	2.604.000	3.198.212
Variação das provisões técnicas de seguro direto	22.247.371	(5.077.821)
Variação das provisões técnicas de resseguro cedido	(3.200.771)	6.773.322
Variação de passivos por contratos de investimento	19.303.498	16.745.487
Variação de justo valor dos imóveis de rendimento e imparidade uso próprio	727.016	(3.078.296)
Variação de outras provisões	7.508.979	(2.325.179)
Variação de ativos de negociação	(23.442)	(297.331)
Variação de empréstimos e contas a receber	142.519	162.362
Variação de devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	43.156.246	(69.842.952)
Variação de outros ativos e passivos por impostos	(4.186.900)	22.026.811
Variação de outros ativos e passivos	(120.389)	1.066.313
Variação de credores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	1.489.391	13.541.064
	126.218.062	23.435.784
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Variação nos ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	(50.462.704)	(13.729.105)
Variação nos ativos financeiros disponíveis para venda	(58.794.847)	(4.105.180)
(Aquisições)/Alienações de ativos tangíveis e inatangíveis	(2.537.247)	(4.812.778)
(Aquisições)/Alienações de terrenos e edifícios	275.850	993.132
	(111.518.948)	(21.653.931)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos	(26.099.964)	-
	(26.099.964)	-
Variação líquida em caixa e equivalentes	(11.400.850)	1.781.853
Caixa e equivalentes no início do período	25.225.818	23.443.965
Caixa e equivalente no fim do período	**13.824.968**	**25.225.818**

B

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

Companhia de Seguros Allianz Portugal

1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A., ("Allianz Portugal" ou "Companhia") com sede na Rua Andrade Corvo, nº.32, 1069-014 Lisboa, é uma Companhia anónima, resultante da fusão por incorporação na Portugal Previdente - Companhia de Seguros, S.A., da Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., constituída por escritura pública de 27 de setembro de 1999. Esta fusão teve, em termos contabilísticos, efeitos retroativos a 1 de janeiro de 1999.

A Companhia tem como objeto social o exercício das atividades de seguro e resseguro dos ramos Vida e Não Vida, nos termos do respetivo estatuto que rege a sua atividade.

A Companhia é detida em 35% pelo Banco Português de Investimento, S.A. (BPI) e em 64,85% pela Allianz Europe, B.V., sendo a Allianz SE o "ultimate parent" da Allianz Portugal.

Em 31 de dezembro de 2020 detém uma participação de 88,60% na Allianz, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (subsidiária).

As demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2021.

2 - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 - Bases de apresentação e princípios das demonstrações financeiras separadas

As demonstrações financeiras separadas, agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela norma n.º 3/2018-R, de 29 de março, da ASF, e com as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo. Este normativo corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de dezembro e pelo Decreto-Lei nº 237/2008, de 15 de dezembro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – "Contratos de seguros" da qual apenas vigora os critérios de classificação contabilística dos contratos de seguros.

As IAS/IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e as interpretações emitidas pelo Internacional Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC"), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Em 2020 a Allianz Portugal adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2020. Essas normas apresentam-se discriminadas na nota 2.15. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados os valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Allianz Portugal na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2020, são consistentes com os exercícios anteriores. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros, arredondados à unidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente investimentos ativos e passivos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Allianz Portugal efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizadas estimativas e pressupostos significativos na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas na nota 2.14 abaixo.

2.2 - Investimento em subsiduárias, associadas e empreendimentos conjuntos

Subsidiárias são entidades controladas pela Allianz Portugal. Este controlo é normalmente presumido quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade.

Consideram-se entidades "associadas" aquelas em que o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Grupo numa participada se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto. A Companhia pode ainda exercer influência significativa numa participada através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

Estes investimentos são registados ao custo de aquisição, sujeito a testes de imparidade. Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição.

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior valor, entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. Sempre que o valor dos passivos de uma subsidiária, associada ou empreendimento conjunto ultrapassar os seus ativos, além da constituição de imparidade para anular o investimento, a Companhia constitui uma provisão quando existe responsabilidade sobre os passivos dessa entidade.

2.3 - Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio na data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

2.4 - Instrumentos financeiros

2.4.1 - Ativos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor. No caso de ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos diretamente atribuíveis à transação são registados nas rubricas "Gastos de investimentos diretos" e em "Comissões por operações de títulos e investimentos". Nas restantes situações, estes custos são acrescidos ao valor do ativo.

A última emenda à IFRS4 veio permitir ao sector segurador, mediante determinados requisitos, o diferimento da aplicação da IFRS9 até à entrada em vigor da nova norma dos contratos de seguros - IFRS17. Assim, a Companhia continua a aplicar a IAS 39 no tratamento contabilístico dos Instrumentos Financeiros.

A Allianz Portugal classifica os seus ativos financeiros no início de cada transação considerando a intenção que lhes está subjacente de acordo com as seguintes categorias:

i. Ativos Financeiros classificados no momento inicial ao justo valor através de resultados, que inclui:

- Os ativos financeiros de negociação, que são os adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo a preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura;

ii. Ativos Financeiros disponíveis para vebda. Esta categoria:

- Ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Ativos que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Ativos que não se enquadrem nas categorias restantes.

Os ativos disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capitais próprios, nas "Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas" ou "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)", respetivamente.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efetiva, sendo reconhecidos em "Rendimentos", na demonstração de ganhos e perdas. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica "Rendimentos", quando é estabelecido o direito ao seu recebimento.

iii. Ativos financeiros detidos até à maturidade

Nesta categoria são reconhecidos ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros.

Estes ativos financeiros encontram-se registados pelo custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. De acordo com este método, o valor do instrumento financeiro em cada data de balanço corresponde ao seu custo inicial, deduzido de reembolsos de capital efetuados e de perdas por imparidade e ajustado pela amortização, com base no método da taxa efetiva, de qualquer diferença entre o custo inicial e o valor de reembolso.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a Companhia a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e a Companhia ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria.

iv. Empréstimos concedidos e contas a receber

Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

a) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento
As aquisições e alienações de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, de ativos financeiros disponíveis para venda e de ativos financeiros detidos até à maturidade, são reconhecidas na data da negociação ("trade date"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa quando:

- a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou, não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção;

- a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

b) Mensuração subsequente
Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.
Os investimentos detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

c) Justo valor
Conforme descrito anteriormente, os ativos financeiros registados nas categorias de "Ativos financeiros ao justo valor através de resultados" e "Ativos disponíveis para venda" são valorizados pelo justo valor.
O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração. Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando:

- Metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizadas de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento; e

- Pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

d) Transferências entre categorias
As regras de reclassificação da IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros permitem que uma entidade transfira instrumentos financeiros de Ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de Ativos financeiros disponíveis para venda, Crédito a clientes - Crédito titulado ou para Ativos financeiros detidos até à maturidade ("Held-to-maturity"), desde que sejam verificados os requisitos enunciados na norma para o efeito, nomeadamente:

- Se um ativo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo; ou

- Quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma rara circunstância.

As transferências de ativos financeiros reconhecidas na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes - Crédito titulado e Ativos financeiros detidos até à maturidade são permitidas em determinadas circunstâncias.

São proibidas as transferências de e para outros Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados ("Fair Value Option").

e) Imparidade
A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

De acordo com a IAS 39, um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do devedor;
- Incumprimentos de cláusulas contratuais, tais como atrasos nos pagamentos de juros ou de capital;
- Reestruturação de operações em resultado de dificuldades financeiras do devedor ou do emissor da dívida;
- Probabilidade de o devedor entrar em situação de falência ou dificuldades financeiras;
- Desaparecimento de um mercado ativo para esse ativo financeiro como resultado de dificuldades financeiras do emissor;
- Alterações adversas nas condições do setor.

A Allianz Portugal utiliza os seguintes critérios para a realização do teste de imparidade para os ativos financeiros disponíveis para venda:

Títulos de rendimento variável (ações e fundos):

- Decréscimo prolongado do justo valor: um ativo cujo justo valor esteja abaixo do seu valor de custo durante 9 meses consecutivos, ou;
- Decréscimo significativo do justo valor: um ativo cujo justo valor, na data do reporte, esteja pelo menos 20% abaixo do seu valor de custo.

Títulos de rendimento fixo (obrigações) - Quando há uma deterioração do nível de crédito do emitente ou dificuldades financeiras, terá de ser analisada a ocorrência de alguns fatores:

- Dificuldades financeiras significativas do emitente;
- Default no pagamento dos juros ou do principal;
- Grande probabilidade de falência;
- Desaparecimento de um mercado ativo devido a dificuldades financeiras.

Critérios adicionais:

Se um ou mais, dos fatores mencionados, se verificarem, existem alguns fatores adicionais que terão de ser analisados:

- Queda do justo valor devido à falta de liquidez (desaparecimento de um mercado ativo) ou alargamento de spreads (deterioração da qualidade do crédito);
- Permanência do justo valor 20% abaixo do valor amortizado por seis meses consecutivos;
- "Downgrades" significativos por parte de uma ou mais Agências de Rating;
- Recomendações de compra/venda dos analistas.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

2.4.2 - Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados:

- inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos; e
- subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

2.4.3 - Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação ("trade date"), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa ("discounted cash flows") e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

2.5 - Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Esta rubrica engloba os valores registados no balanço cuja maturidade é inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

2.6 - Terrenos e edifícios

Os terrenos e edifícios detidos pela Companhia são valorizados pelo modelo do custo no caso dos imóveis de serviço próprio, de acordo com a opção prevista pela IAS 16, e pelo modelo de justo valor no caso dos imóveis de rendimento, de acordo com o tratamento previsto pela IAS 40.

Independentemente do modelo de valorimetria são efetuadas avaliações regulares, com periodicidade anual, a todos os imóveis. As avaliações dos terrenos e edifícios, são efetuadas tendo em vista a obtenção do presumível valor de transação, normalmente o valor de mercado (justo valor), isto é, o preço pelo qual o terreno ou edifício poderia ser vendido, à data da avaliação, por contrato privado entre um vendedor e um comprador interessados e independentes, entendendo-se que o bem é objeto de uma oferta pública no mercado, que as condições deste permitem uma venda regular e ordenada, e que se dispõe de um prazo normal para negociar a venda, tendo em conta a natureza do bem.

Estas avaliações são efetuadas através da ponderação combinada dos métodos de avaliação "Comparativo de Mercado" e "Rendimento", e os valores respetivos conduzem às alterações de justo valor nas propriedades de investimento (imóveis de rendimento) e servem para efeitos de teste de imparidade nos ativos tangíveis (imóveis de serviço próprio). O método "Comparativo de Mercado" é sempre utilizado, sendo o mesmo suportado em evidências de mercado, onde é efetuada uma prospeção de mercado de imóveis que sejam comparáveis ao imóvel objeto de avaliação, fundamentando-se os valores pela análise de transações de propriedades análogas.

	Nº de Anos
Imóveis de uso próprio	25 a 54
Equipamento administrativo	8
Máquinas, aparelhos e ferramentas	4 a 8
Equipamento informático	4
Instalações interiores	3 a 10
Material de transporte	4
Outras imobilizações corpóreas	3 a 8

É avaliado em cada data de reporte, se existem indícios de imparidade. É considerada a existência de imparidade se o valor contabilístico do ativo for superior ao maior valor entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de venda (valor recuperável). A imparidade é reconhecida na demonstração de resultados.

A estimativa do período de vida útil do ativo segue critérios económicos (estimativa dos fluxos dos benefícios económicos futuros). O período de vida útil é estimado na compra do ativo e revisto no final de cada data de reporte.

São considerados imóveis para uso próprio, aqueles que se destinam a serem usados pela Companhia no exercício da sua atividade.

2.8 - Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos (4 a 6 anos).

Os custos diretamente relacionados com a produção de produtos informáticos desenvolvidos pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os custos com desenvolvimento de software informático, reconhecidos como ativos são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.9 - Locações

A IFRS 16 estabelece os princípios aplicáveis ao reconhecimento, à mensuração, à apresentação e à divulgação de contratos de locações. De acordo com a IFRS 16 as locações de todos os ativos, com algumas exceções, é definida como um contrato, ou parte de um contrato, que transfere o direito de uso de um bem (o ativo subjacente) por um período de tempo em troca de um valor. As locações são classificadas como operacionais quando não são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e direitos associados ao ativo.

Como locatário
Na data de início de uma locação, o locatário reconhece um passivo pela obrigação de efetuar pagamentos ao locatário e um ativo que representa o direito de uso do ativo subjacente durante o prazo da locação. Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente os juros sobre o passivo de arrendamento e a depreciação sobre o ativo de direito de uso.

À data de entrada em vigor da norma o locatário deve mensurar o passivo da locação pelo valor presente dos pagamentos de locação que não estejam liquidados nessa data. A taxa de desconto dos pagamentos será determinada como a taxa implícita no contrato de locação, ou seja, a taxa que faz com que o valor atualizado dos pagamentos de locação e o valor residual não garantido seja igual ao justo valor do ativo subjacente acrescido dos custos diretos suportados pelo locador. Se a taxa implícita na locação não for facilmente determinável, irá ser usada a taxa incremental de financiamento, isto é, uma taxa de desconto que é possível obter para conseguir, com a mesma maturidade e garantia semelhante, os fundos necessários para a aquisição do ativo subjacente.

A norma prevê duas isenções de reconhecimento para locatários - locações de ativos de "valor baixo" e locações de curto prazo, ou seja, arrendamentos com um prazo de arrendamento de menor ou igual a 12 meses.

Com base nas exceções previstas na norma contabilística, a Companhia não reconhece no seu balanço o direito de uso e a correspondente responsabilidade de locações de bens de baixo valor (abaixo de 5.000 Euros).

A Companhia classifica as operações de locação como locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos na IFRS 16 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são substancialmente transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

A Companhia elegeu ainda a opção de separar as locações das componentes que não são locação (serviço) e considerar apenas a componente de locação na aplicação desta norma.

2.10 - Benefícios aos empregados

Plano de benefício definido – Responsabilidades com pensões e encargos com saúde
A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos estabelecidos no Contrato Coletivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT). Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT).

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pela Companhia, individualmente para cada plano.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar substancialmente um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

Anualmente, o Contrato Coletivo de Trabalho é revisto mas tem sido mantido os principais termos e condições da alteração de 2011.

As principais alterações decorrentes do Contrato Coletivo de Trabalho de 2011 resumem-se da seguinte forma: (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativos admitidos até 22 de junho de 1995 deixam de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal a pagar em 2012 por perda de benefícios e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Allianz Portugal.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com a IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade ("settlement").

A responsabilidade líquida da Companhia relativa ao plano de pensões de benefício definido (beneficiários não abrangidos pelas alterações do Acordo Coletivo de trabalho de 2011) e outros benefícios é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de Companhias com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado pela Companhia multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

A Companhia reconhece na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir a idade de reforma.

O plano dos benefícios a cargo do Grupo é financiado anualmente com contribuições da Allianz Portugal para cobrir responsabilidades projetadas com pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspetiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Plano de contribuição definida (com garantia de Capital)
Com a alteração do Contrato Coletivo de Trabalho em 23 de dezembro de 2011, o valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma ('PIR').

O plano individual de reforma deve prever a garantia de capital, tanto no que diz respeito aos valores transferidos do plano anterior, como das entregas subsequentes efetuadas pelo Grupo.

O contrato constitutivo do Fundo de Pensões AZP III, onde se encontram os planos individuais de reforma dos colaboradores, refere que "para a garantia de capital responde em primeiro lugar a conta reserva com a titularidade da associada, e se nesta conta se verificar insuficiência, a associada efetuará as contribuições extraordinárias necessárias".

Como a responsabilidade com a garantia de capital recai sobre a Companhia enquanto entidade empregadora., continua a existir uma obrigação legal e construtiva, o que, de acordo com o definido na IAS 19, faz com que o PIR deva ser classificado como um plano de benefício definido.

Prémio de permanência
O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Allianz Portugal. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Benefícios de saúde
A Allianz Portugal concede um benefício de assistência médica discricionária a reformados entre os 65 e os 70 anos, e os pré-reformados desde a data da pré-reforma, e a reformados por invalidez desde a data da invalidez até aos 70 anos.

O cálculo e registo destas obrigações são efetuados de forma semelhante aos das responsabilidades com pensões.

Bónus
As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.11 - Contratos de seguro e contratos de investimento

O registo das transações associadas aos contratos de seguro e de resseguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pela Companhia é efetuado de acordo com o normativo da ASF. Conforme referido acima, o PCES incorpora os princípios de classificação de contratos estabelecidos pela IFRS 4 – "Contratos de seguro", no âmbito dos quais os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos da IAS 39.

Adicionalmente, conforme previsto na IFRS 4, os contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária continuam a ser classificados como contratos de seguro, continuando, portanto, a ser valorizados de acordo com as normas da ASF.

Ao nível de mensuração dos contratos associados a contratos de seguro é tratado por normas específicas emitidas pela ASF.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respetivas condições contratuais preveem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato;
- Cujo montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discrição do emissor; e
- Estejam dependentes da performance de um determinada Companhia de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados ativos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos ativos afetos a seguros com participação nos resultados e que se prevê virem a ser atribuídas aos segurados são refletidas na provisão para participação nos resultados a atribuir.

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados são registadas na rubrica contabilística de provisões técnicas. As provisões técnicas relativas aos produtos vida foram determinadas tendo por base pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado.

Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem a provisão matemática de contratos vida, a provisão para participação nos resultados atribuída e a atribuir, a provisão para prémios não adquiridos, a provisão para riscos em curso, a provisão para estabilização de carteira, o teste de adequação das responsabilidades e a provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinsitros decorrentes dos contratos de

seguro e de investimento.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

As provisões não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

A mensuração dos contratos de seguro é feita de acordo com os princípios seguintes:

Reconhecimento de custos e proveitos
Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Os prémios de contratos de seguro e resseguro não vida, de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são registados, quando devidos, na rubrica "Prémios adquiridos líquidos de resseguro", da demonstração de ganhos e perdas.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro e resseguro não vida e os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática do ramo vida, sendo o custo refletido no mesmo momento em que são registados os proveitos associados aos prémios emitidos.

Custos de aquisição diferidos
Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

Provisão para prémios não adquiridos
A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efetuada mediante a aplicação do método "Pro-rata temporis", por cada contrato em vigor. De acordo com o ponto 4.2.1 da Norma Regulamentar nº 3/2018-R de 29 de março da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, o método "Pro-rata temporis" é aplicado sobre os prémios brutos emitidos, deduzidos dos respetivos custos de aquisição.

Provisão para sinistros
A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício. As provisões para sinistros não são descontadas.

As reservas matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas mediante tabelas e fórmulas atuariais, estabelecidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, por referência a métodos atuariais reconhecidos e legislação laboral vigente.

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo do valor atual das pensões de Acidentes de trabalho detalham-se como segue:

	2020	
	Pensões Não Removíveis	Pensões Removíveis
Tábua de mortalidade	85% (35% GMF95+65%GKM95)	TD 88/90
Taxa de desconto	3%, ocorridos antes de 01/01/2015 2%, ocorridos após 01/01/2015 (inclisive) 0.6%, ocorridos após 01/01/2019 (inclusive)	5,25%
Encargos de gestão	2,00%	-

	2019	
	Pensões Não Removíveis	Pensões Removíveis
Tábua de mortalidade	35% GMF95+65% GKM95	TD 88/90
Taxa de desconto	3%, ocorridos antes de 01/01/2015 2%, ocorridos após 01/01/2015 (inclusive) 0,6%, ocorridos após 01/01/2019 (inclusive)	5,25%
Encargos de gestão	2,00%	-

A Allianz Portugal suporta ainda 0,85% sobre o capital de remição das pensões em pagamento à data de 31 de dezembro de cada ano relativo a contratos de seguro de Acidentes de Trabalho, bem como sobre o valor da provisão matemática das prestações suplementares por assistência de terceira pessoa, em pagamento a 31 de dezembro de cada ano. Este valor é assim entregue ao Estado para que faça a gestão do Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT). É ainda constituída uma Provisão FAT, para fazer face às contribuições futuras até à extinção das responsabilidades das pensões em pagamento a 31 de dezembro de cada ano.

A análise à suficiência das provisões para os diversos ramos é avaliada/validada através da realização de estudos atuariais ao longo do ano.

As análises realizadas contemplam responsabilidades diretas com os segurados (sinistros declarados ou não), e ainda encargos a pagar no futuro, nomeadamente o FAT.

As estimativas efetuadas assentam, maioritariamente, em triângulos de pagamentos e custos com sinistros, que utilizam quer modelos determinísticos, quer modelos estocásticos.

O valor atual desta responsabilidade é registado nas demonstrações financeiras no momento da determinação das pensões.

Provisão matemática

As provisões matemáticas referentes ao ramo Vida, têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras da Allianz Portugal relativamente às apólices emitidas e são calculadas com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor.

A Provisão matemática do ramo vida tem como objetivo, registar o valor atual das responsabilidades futuras da Allianz Portugal, conforme os pressupostos previstos nas respetivas apólices, como segue:

Modalidade	Taxa de Mortalidade	Taxa Técnica
Carteira antiga (anterior a 1984)		
1. Seguros em caso de morte	AF e PM 60/64	3,25% / 4%
2. Seguros em caso de vida	RF	3,25%
Carteira nova (posterior a 1984)		
1. Seguros em caso de morte Individuais Grupo	 PM 60/64 e GKM 80 PM 60/64 e GKM 80	 4% 4%
2. Seguros em caso de vida Individuais Grupo	 PF 60/64: TV 73/77 PF 60/64: TV 73/77	 4% / 3% 4%
3. Complemento Opcional de Reforma	PF 60/64: TV73/77; GRM 80	6% / 4% / 3,5% / 5% / 3%

Sendo os seguintes valores correspondentes ao ano de 2019:

Modalidade	Taxa de Mortalidade	Taxa Técnica
Carteira antiga (anterior a 1984)		
1. Seguros em caso de morte	AF e PM 60/64	3,25% / 4%
2. Seguros em caso de vida	RF	3,25
Carteira nova (posterior a 1984)		
1. Seguros em caso de morte Individuais Grupo	 PM 60/64 e GKM 80 PM 60/64 e GKM 80	 4% 4%
2. Seguros em caso de vida Individuais Grupo	 PF 60/64: TV 73/77 PF 60/64: TV 73/77	 4% / 3% 4%
3. Complemento Opcional de Reforma	PF 60/64: TV73/77; GRM 80	6% / 4% / 3,5% / 5% / 3%

Provisão para estabilização da carteira
A provisão de estabilização de carteira deve ser constituída relativamente aos contratos de seguro de grupo, anuais renováveis, garantindo como cobertura principal o risco de morte, com vista a fazer face ao agravamento do risco inerente à progressão da média etária do grupo seguro, sempre que aqueles sejam tarifados com base numa taxa única, a qual, por compromisso contratual, se deva manter por um certo prazo.

A referida provisão é igualmente constituída relativamente aos riscos complementares em idênticas circunstâncias. Nessa base foi constituída provisão para a carteira de seguros do Crédito à Habitação – Taxa fixa.

Provisão para participação nos resultados
A provisão para participação de resultados, corresponde aos montantes destinados aos segurados ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação de resultados, desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos, nomeadamente mediante a inclusão nas provisões matemáticas.

A provisão para participação nos resultados é dotada, anualmente, com base nas contas de resultados das modalidades que preveem a sua constituição. O seu cálculo é efetuado de acordo com o plano de participação nos resultados de cada modalidade.

Para as apólices que beneficiam de uma participação nos resultados, conforme estabelecido nas condições gerais da apólice, é afetada uma participação no termo de cada ano civil relativamente aos contratos que se encontram em vigor. A distribuição desta participação é efetuada em 1 de janeiro ou na data aniversaria seguinte (a 1 de janeiro ou 1 de julho consoante as modalidades).

Provisão para participação nos resultados a atribuir
Os ganhos e perdas não realizados de ativos financeiros que se encontrem afetos a contratos de seguros e de investimento

com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro no pressuposto de que efetivamente lhe serão distribuídos aquando da sua realização.

Provisão para Compromissos de taxa
A Allianz Portugal testa a adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. Esta avaliação é efetuada tendo por base a projeção dos cash flows futuros associados a cada contrato. O desconto dos cash flows é feito com base na curva de rendimentos financeiros gerada pela carteira de ativos afeta a cada portfolio. Esta avaliação é efetuada por produto ou de forma agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Na eventualidade de existir uma deficiência, esta é registada em resultados por contrapartida da rubrica provisão matemática.

2.12 - Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros resultam do imposto corrente e do imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que serão também registados por contrapartida em capitais próprios.

Os impostos correntes são apurados de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

2.13 - Provisões e passivos contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As "Outras provisões" destinam-se a fazer face a contingências judiciais, fiscais e outras resultantes da atividade do Companhia.

2.14 - Estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

A aplicação das políticas contabilísticas requere que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Allianz Portugal são analisadas como se segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Allianz Portugal e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Allianz Portugal poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Allianz Portugal e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade de ativos financeiros
As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2,.4.1 e)

Deste modo, a determinação da imparidade tem em conta as conclusões resultantes da avaliação específica efetuada pela Companhia com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão.

A Companhia considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de ativos financeiros, tendo em conta as regras definidas pela IAS 39.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

De acordo com a IAS 39, a Companhia valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.4.1 c). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Valorização de Terrenos e Edifícios de Uso Próprio e de Rendimento
Conforme referido na nota 2.6 os terrenos e edifícios são avaliadas a cada data de balanço, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor.

As avaliações dos terrenos e edifícios, são efetuadas tendo em vista a obtenção do presumível valor de transação, normalmente o valor de mercado (justo valor). Nos casos de existência de contratos de arrendamento a determinação do presumível valor de transação tem em consideração o valor baseado no rendimento. As técnicas de avaliação normalmente utilizadas são a abordagem de comparativo de mercado e a abordagem do rendimento, conforme descritas na nota 2.6.

A Companhia considera que as valorizações obtidas com base nestas metodologias correspondem à melhor estimativa do justo valor destes ativos na data do balanço.

Provisões e passivos contingentes
Conforme referido na nota 2.13, procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

A decisão quanto ao reconhecimento de provisões e respetiva mensuração tem em conta a avaliação realizada pela Companhia quantos aos riscos e incertezas associados aos processos em curso e expectativa de concretização do dispêndio de recursos, tendo por referência a melhor informação que se encontre disponível à data de encerramento das demonstrações financeiras.

Determinação dos passivos por contratos de seguros e de resseguros
A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros e resseguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.11. Estes passivos refletem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas da Allianz Portugal, efetuada com base em pressupostos atuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no setor.

Face à natureza da atividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros e de resseguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas.

No entanto, a Companhia considera que os passivos por contratos de seguros e de resseguros refletidos nas demonstrações financeiras separadas refletem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pela Companhia.

Impostos sobre os lucros
A Companhia encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia, durante um período de quatro anos, exceto quando são apurados prejuízos fiscais em que o período é de cinco anos para os exercícios de 2017 a 2019 e de doze anos para o exercício de 2020. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável,

resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Allianz Portugal, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados
A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

2.15 - Adoção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB) e interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretation Commitee" (IFRIC), conforme adotadas pela União Europeia

2.15.1 - Normas adotadas (Novas ou revistas)
No decorrer do Exercício de 2020 a Companhia adotou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respetivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2020. As alterações com relevância para a Companhia foram as seguintes:

a) IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 (alteração), 'Reforma das taxas de juro de referência – fase 1'. Estas alterações fazem parte da primeira fase do projeto 'IBOR reform' do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do benchmark para as taxas de juro de referência. As isenções referem-se à contabilidade de cobertura, em termos de: i) componentes de risco; ii) requisito 'altamente provável'; iii) avaliação prospetiva; iv) teste de eficácia retrospetivo (para adotantes da IAS 39); e v) reciclagem da reserva de cobertura de fluxo de caixa, e têm como objetivo que a reforma das taxas de juro de referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura. No entanto, qualquer ineficácia de cobertura apurada deve continuar a ser reconhecida na demonstração dos resultados;

b) AS 1 e IAS 8 (alteração), 'Definição de material'. Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de "material" e clarifica que a menção a informações pouco claras refere-se a situações cujo efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, devendo a entidade avaliar a materialidade considerando as demonstrações financeiras como um todo. São ainda efetuadas clarificações quanto ao significado de "principais utilizadores das demonstrações financeiras", sendo estes definidos como 'atuais e futuros investidores, financiadores e credores' que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam;

c) Estrutura concetual, 'Alterações na referência a outras IFRS'. Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceptual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospetiva, exceto se impraticáveis.

Estas alterações não tiverem impactos materiais nas Demonstrações Financeiras da Allianz Portugal.

2.15.2 - Normas, Interpretações, Emendas e Revisões que Irão Entrar em Vigor em Exercícios Futuros
As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (endorsed) pela União Europeia:

a) IFRS 16 (alteração), "Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de junho de 2020). Esta alteração introduz um expediente prático para os locatários (mas não para os locadores), que os isenta de avaliar se as bonificações atribuídas pelos locadores no âmbito da COVID-19, qualificam como "modificações" quando estejam cumpridos cumulativamente três critérios: i) a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração; ii) qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos em, ou até 30 de junho de 2021; e iii) não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação. Os locatários que optem pela aplicação desta isenção, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas, como rendas variáveis de locação no(s) período(s) no(s) qual(ais) o evento ou condição que aciona a redução de pagamento ocorre. Esta alteração é aplicada retrospetivamente com os impactos refletidos como um ajustamento nos resultados transitados (ou noutra componente de capital próprio, conforme apropriado) no início do período de relato anual em que o locatário aplica a alteração pela primeira vez;

a) FRS 4 (alteração), 'Contratos de seguro – diferimento da aplicação da IFRS 9' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de junho de 2021). Esta alteração refere-se às consequências contabilísticas temporárias que resultam da diferença entre a data de entrada em vigor da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e da futura IFRS 17 – Contratos de Seguro. Em especial, a alteração efetuada à IFRS 4 adia até 2023 a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 a fim de alinhar a data efetiva desta última com a da nova IFRS 17.

Com base na análise das alterações futuras acima referidas, não são estimados impactos futuros materiais nas Demonstrações Financeiras da Allianz Portugal.

2.15.3 - Normas, Interpretações, Emendas e Revisões Ainda Não Adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (endorsed) pela União Europeia:

a) IAS 1 (alteração), 'Apresentação das demonstrações financeiras - classificação de passivos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato. A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um "covenant". Esta alteração inclui ainda uma nova definição de "liquidação" de um passivo. Esta alteração é de aplicação retrospetiva;

b) AS 16 (alteração) 'Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. Esta alteração é de aplicação retrospetiva, sem reexpressão dos comparativos;

c) IAS 37 (alteração) 'Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo;

d) Melhorias às normas 2018 – 2020 (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias altera os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41;

e) IFRS 3 (alteração) 'Referências à Estrutura conceptual' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de junho de 2022). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, incorridos separadamente versus incluídos numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospetiva;

f) IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 (alterações) 'Reforma das taxas de juro de referência - fase 2' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Estas alterações tratam de questões que surgem durante a reforma de uma taxa de juro de referência, incluindo a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa, permitindo a adoção de isenções como: i) alterações na designação e documentação de cobertura; ii) valores acumulados na reserva de cobertura de fluxo de caixa; iii) avaliação retrospetiva da eficácia de uma relação de cobertura no âmbito da IAS 39; iv) alterações nas relações de cobertura para grupos de itens; v) presunção de que uma taxa de referência alternativa, designada como uma componente de risco não especificada contratualmente, é identificável separadamente e qualifica como um risco coberto; e vi) atualizar a taxa de juro efetiva, sem reconhecer ganho ou perda, para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado com variações nos fluxos de caixa contratuais em consequência da reforma da IBOR, incluindo locações que são indexadas a uma IBOR;

g) IFRS 17 (nova), Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, as quais são reavaliadas a cada data de relato. A mensuração corrente pode ser efetuada pela aplicação do modelo completo ("building block approach") ou simplificado ("premium allocation approach"). O modelo completo baseia-se em cenários de fluxos de caixa descontados ponderados pela probabilidade de ocorrência e ajustados pelo risco, e uma margem de serviço contratual, a qual representa a estimativa do lucro futuro do contrato. Alterações subsequentes dos fluxos de caixa estimados são ajustados contra a margem de serviço contratual, exceto se esta se tornar negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospetiva com algumas isenções na data da transição;

h) IFRS 17 (alteração), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração compreende alterações específicas em oito áreas da IFRS 17, tais como: i) âmbito; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desreconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações. Esta alteração também inclui clarificações, que têm como objetivo simplificar alguns dos requisitos desta norma e agilizar a sua implementação.

A Allianz Portugal encontra-se a avaliar os impactos futuros nas Demonstrações Financeiras da possível adoção futura pela União Europeia dos normativos acima descritos.

3 - CAIXA E SEUS DERIVADOS E DEPÓSITOS À ORDEM

Nesta rubrica estão englobados os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses. Em 31 de dezembro de 2020 as rubricas de caixa e depósitos à ordem, totalizavam 13.824.968 Euros, como segue:

	2020	2019
Caixa e equivalentes e Depósitos à ordem	13.824.968	25.225.818
	13.824.968	**25.225.818**

4 - INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

As participações da Companhia em subsidiárias em 31 de dezembro de 2020 detalham-se conforme segue:

	2020			2019		
	% Part.	Custo de Aquisição	Valor Contabilístico	% Part.	Custo de Aquisição	Valor Contabolístico
Allianz - Sociedade gestora de Fundo de Pensões, S. A.	88,60%	930.406	930.406	88,60%	930.406	930.406

A Allianz - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., tem por objeto o exercício da atividade de gestão, administração e representação de Fundos de Pensões, sendo a informação financeira relativa aos anos de 2020 e 2019 a seguinte:

2020				2020			
Ativos	Passivos	Capital Próprio	Resultado Líquido	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Resultado Líquido
1.194.460	108.112	1.086.348	(6.672)	1.194.079	101.059	1.093.020	1.544

5 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

5.1 - Ativos financeiros detidos para negociação

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2020		2019	
	Justo Valor	Valor Nocianla	Justo Valor	Valor Nocional
Derivados				
Opções	966.863	966.863	943.421	943.421
	966.863	**966.863**	**943.421**	**943.421**
Dos quais:				
Nível 1	-	-	-	-
Nível 2	966.863	966.863	943.421	943.421
Nível 3	-	-	-	-
Custo de aquisição	-	-	-	-
	966.863	**966.863**	**943.421**	**943.421**

5.2 - Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2020			
	Custo Aquisição	Valias Não Realizadas	Juro	Valor de Balanço
Dívida pública	370.858	(667)	1.502	371.693
Instrumentos de capital e unidades de participação	77.242.077	2.232.246	-	79.474.323
TOTAL	**77.612.936**	**2.231.579**	**1.502**	**79.846.016**

Com o detalhe pelos diferentes níveis:

	2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Dívida pública	371.693	-	-	371.693
Instrumentos de capital e unidades de participação	79.474.323	-	-	79.474.323
TOTAL	**79.846.016**	**-**	**-**	**79.846.016**

Relativamente ao ano anterior:

	2019			
	Custo Aquisição	Valias Não Realizadas	Juro	Valor de Balanço
Dívida pública	374.120	3.124	2.599	379.843
Instrumentos de capital e unidades de participação	27.117.795	1.885.674	-	29.003.469
TOTAL	**27.491.915**	**1.888.798**	**2.599**	**29.383.312**

Com o detalhe pelos diferentes níveis:

	2019			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Dívida pública	379.843	-	-	379.843
Instrumentos de capital e unidades de participação	29.003.469	-	-	29.003.469
TOTAL	**29.383.312**	**-**	**-**	**29.383.312**

5.3 - Ativos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de dezembro de 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2020					
	Custo Aquisi-ção Ajustado	Resrva Justo Valor		Imparidade	Juro	Valor Balanço
		Positiva	Negativa			
Títulos de dívida						
De dívida pública	546.548.281	67.773.824		-	7.552.747	620.874.851
De outros emissores	469.935.747	14.308.259	(51.466)	-	5.331.391	489.523.931
	1.015.484.027	82.082.083	(51.466)	-	12.884.138	1.110.398.782
Ações	691.511	661	-	-	-	692.171
Outros instrumentos de capital e unidades de participação	20.198.146	18.769	-	(10.611)	-	20.206.303
TOTAL	**1.036.373.684**	**82.101.513**	**(51.466)**	**(10.611)**	**12.884.138**	**1.131.297.257**

Com o detalhe pelos diferentes níveis:

	2020			
	Level 1	Level 2	Level 3	Total
Títulos de dívida				
De dívida pública	601.709.101	19.165.751	-	**620.874.851**
De outos emissores	484.504.764	5.019.167	-	**489.523.931**
	1.086.213.865	**24.184.917**	**-**	**1.110.398.782**
Ações	-	-	692.171	**692.171**
Outros instrumentos de capital e unidades de participação	19.896.461	-	309.843	**20.206.303**
TOTAL	**1.106.110.326**	**24.184.917**	**1.002.014**	**1.131.297.257**

Relativamente ao ano anterior:

	2019					
	Custo Aquisição Ajustado	Resrva Justo Valor		Imparidade	Juro	Valor Balanço
		Positiva	Negativa			
Títulos de dívida						
De dívida pública	547.181.227	54.293.033	(330.685)	-	17.850.457	608.994.031,47
De outros emissores	408.176.207	15.637.436	(88.338)	-	6.506.961	430.232.265,75
	955.357.434	69.930.469	(419.023)	-	14.357.418	1.039.226.297
Ações	691.511	889.661	-		-	1.581.172
Outros instrumentos de capital e unidades de participação	20.432.948	49.169	(32.661)		-	20.449.457
TOTAL	**976.481.893**	**70.869.300**	**(451.684)**	**-**	**14.357.418**	**1.061.256.926**

Com o detalhe pelos diferentes níveis:

	2019			
	Level 1	Level 2	Level 3	Total
Títulos de dívida				
De dívida pública	591.805.717	17.188.315	-	**608.994.031**
De outos emissores	428.210.317	2.021.949	-	**430.232.266**
	1.020.016.034	**19.210.264**	**-**	**1.039.226.297**
Ações	-	-	**1.581.172**	**1.581.172**
Outros instrumentos de capital e unidades de participação	19.963.826	-	485.630	**20.449.457**
TOTAL	**1.039.979.860**	**19.210.264**	**2.066.802**	**1.061.256.926**

De acordo com os requisitos da IFRS 13, estão mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:
Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados com base em preços executáveis publicados por fontes externas;
Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização considerando maioritariamente dados observáveis de mercado;
Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

5.4 - Empréstimos concedidos e contas a receber

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2020	2019
Empréstimos concedidios		
Empréstimos hipotecários	798.506	929.818
Empréstimos sobre apólices	51.727	62.934
	850.233	**992.752**

6 - TERRENOS E EDIFÍCIOS

Os movimentos ocorridos no Exercício de 2020 relativamente aos terrenos e edifícios são detalhados como segue:

i) Nas rubricas do balanço

	2020							
	Saldo Inicial	Amortizações e Imparidades Iniciais	Aquisições	Amortizações	Reforços/Re-versões de Imparidade	Alterações de Justo valor	Alienações	Saldo Final
Terrenos e edifícios								
De uso próprio	23.590.096	(4.927.181)	-	(410.927)		-	(208.850)	18.043.138
De rendimento	31.279.684	-	-	-	-	(727.016)	(67.000)	30.485.668
	54.869.780	**(4.927.181)**	**-**	**(410.927)**	**-**	**(727.016)**	**(275.850)**	**48.528.806**

ii) E nas rubricas de ganhos e perdas

	2020				
	Rendimentos de Rendas	Gastos	Amortizações	Regularizações	Alterações de Justo Valor
De uso próprio	-	1.272.108	410.927	-	-
	-	1.272.108	410.927	-	-
De rendimento					
Com rendimentos no ano	1.285.936	110.022	-	-	337.773
Sem rendimentos no ano	-	106.689	-	-	(1.064.789)
	1.285.936	216.711	-	-	(727.016)
	1.285.936	**1.488.818**	**410.927**	**-**	**(727.016)**

Os movimentos ocorridos no Exercício de 2019, detalham-se da seguinte forma:

i) Nas rubricas do balanço

	2019							
	Saldo Inicial	Amortizações e Imparidades Iniciais	Aquisições	Amortizações	Reforços/Re-versões de Imparidade	Alterações de Justo valor	Alienações	Saldo Final
Terrenos e edifícios								
De uso próprio	24.597.348	(4.501.361)	-	(418.117)	(21.824)	-	(993.132)	18.662.915
De rendimento	27.082.718	-	-	-	-	4.196.966		31.279.684
	51.680.066	**(4.501.361)**	**-**	**(418.117)**	**(21.824)**	**4.196.966**	**(993.132)**	**49.942.599**

ii) E nas rubricas de ganhos e perdas:

	2019				
	Rendimentos de Rendas	Gastos	Amortizações	Regularizações	Alterações de Justo Valor
De uso próprio	-	1.169.084	418.117	-	(21.822)
	-	1.169.084	418.117	-	(21.822)
De rendimento					
Com rendimentos no ano	1.367.784	92.642	-	-	1.839.400
Sem rendimentos no ano	-	64.789	-	-	2.357.566
	1.367.784	157.431	-	-	4.196.966
	1.367.784	**1.326.515**	**418.117**	**-**	**4.175.144**

Conforme referido na Nota 2.6, os terrenos e edifícios de uso próprio são contabilizados pelo custo de aquisição líquido das amortizações e deduzido de perdas de imparidade.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas compreendem as alterações de justo valor nos terrenos e edifícios, nos montantes de (727.016) Euros e 4.196.966 Euros, respetivamente. Em 2020, nesta rubrica estão incluídas as vendas de imóveis no montante de 28.200 Euros (431.148 Euros em 2019) e as vendas de Ativos Fixos Tangíveis no montante de 16.375 Euros.

Os terrenos e edifícios de rendimento encontram-se também valorizados ao justo valor, de acordo com o tratamento previsto na IAS 40.

Os terrenos e edifícios são avaliados de acordo com o tratamento referido na Nota 2.6, por peritos avaliadores habilitados para o efeito.

No caso dos terrenos e edifícios de uso próprio, os respetivos ganhos e perdas são contabilizados por contrapartida da rubrica de capitais próprios "Reservas de reavaliação - Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio", desde que:

- O valor acumulado das reservas de revalorização após o ajustamento seja positivo; ou
- A revalorização seja positiva e exceda o valor das eventuais revalorizações negativas que tenham sido contabilizadas em períodos anteriores por contrapartida de resultados do exercício.

Os ganhos e perdas resultantes da reavaliação de terrenos e edifícios de rendimento são registados por contrapartida de ganhos e perdas do exercício.

Em 31 de dezembro de 2020, as reservas de justo valor associadas a terrenos e edifícios de uso próprio ascendem a 98.005 Euros (Nota 22).

7 - AFETAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E OUTROS ATIVOS

De acordo com as disposições legais vigentes para as empresas de seguros, a Allianz Portugal é obrigada a afetar investimentos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Em 31 de dezembro de 2020, a afetação de investimentos é como segue:

	2020				
	Seguros de Vida com participação nos resultados	Seguros de Vida sem participação	Seguros Não Vida	Não afetos	Total
Caixa e equivalentes	30.000	9.097.964	4.697.004	-	13.824.968
Terrenos e edifícios			41.716.320	6.812.486	48.528.806
Ativos financeiros detidos para negociação				966.863	966.863
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		79.846.016			79.846.016
Investimentos disponíveis para venda	45.441.016	464.663.792	620.774.825	417.623	1.131.297.257
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos			-	930.406	930.406
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-
Empréstimos concedidos e contas a receber	850.233				850.233
Outros ativos tangíveis			-	11.529.739	11.529.739
Outros ativos financeiros	6.000.000			89.803.524	95.803.524
Total	52.321.249	553.607.772	667.188.150	110.460.642	1.383.577.812
Provisões técnicas e passivos por contratos de investimento	51.798.874	500.034.263	538.930.138	-	1.090.763.275
Excesso / (insuficiência)	522.375	53.573.509	128.258.011	110.460.642	293.814.537

Os outros ativos não se encontram afetos a provisões técnicas e passivos por contratos de investimento.

A afetação de investimentos no exercício de 2019:

	2019				
	Seguros de Vida com participação nos resultados	Seguros de Vida sem participação	Seguros Não Vida	Não afetos	Total
Caixa e equivalentes	-	10.495.024	14.730.794	75.133	25.225.818
Terrenos e edifícios	-	-	42.969.923	6.972.676	49.942.599
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	943.421	943.421
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	29.383.312	-	-	29.383.312
Investimentos disponíveis para venda	52.095.429	480.471.499	527.950.065	739.933	1.061.256.926
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	930.406	930.406
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-
Empréstimos concedidos e contas a receber	992.752	-	-	-	992.752
Outros ativos tangíveis	-	-	-	11.395.929	11.395.929
Total	53.088.181	520.349.835	585.650.781	21.982.366	1.180.071.163
Provisões técnicas e passivos por contratos de investimento	55.510.949	501.040.461	492.660.996	-	1.049.212.406
Excesso / (insuficiência)	(2.422.767)	19.309.373	92.989.785	20.982.366	130.858.757

8 - OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS, ATIVOS SOB DIREITO DE USO E PASSIVOS DE LOCAÇÕES

Os movimentos ocorridos no exercício de 2020 relativos a ativos tangíveis detalham-se como segue:

	2020									
	SALDO INICIAL		Aquisições	Transferên-cias e Abates	Alienações	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO		Valor Bruto	SALDO FINAL	Valor Líquido
	Valor Bruto	Amortizações				Reforço	Regularizações		Amortizações	
Ativos Fixos Tangíveis										
Equipamento administrativo	4.872.016	4.304.422	45.541	-	-	142.783	-	4.917.557	4.447.205	470.353
Máquinas e ferramentas	5.031.740	4.502.374	174.414	10.362	-	171.107	-	5.216.516	4.673.481	543.035
Equipamento informático	5.180.111	4.799.577	583.808	-	(699.554)	249.730	(697.112)	5.064.365	4.352.195	712.170
Instalações interiores	11.850.814	6.157.224	3.063	268.150	-	965.391	-	12.122.027	7.122.615	4.999.412
Material de transporte	55.221	55.221	-	-	(31.749)	-	(31.749)	23.472	23.472	-
Equipamento hospitalar	831	831	-	-	-	-	-	831	831	-
Outras imobilizações corpóreas	4.441.326	3.227.029	180.376	-	-	256.217	-	4.621.702	3.483.246	1.138.456
Imobilizações em curso	3.010.548	-	934.277	(278.512)	-	-	-	3.666.313	-	3.666.313
Adiantamentos por conta	-	-	-		-	-	-	-	-	-
	34.442.607	23.046.687	1.921.479	-	(731.303)	1.785.228	(728.861)	35.632.783	24.103.045	11.529.739
Ativos em locação operacional										
Imóveis	1.748.728	-	51.440	-	-	349.478	-	1.450.690	-	1.450.690
Veículos	347.486	-	289.005	-	-	196.304	-	440.186	-	440.186
	2.096.214	-	340.445	-	-	545.782	-	1.890.877	-	1.890.877

Os valores apresentados em ativos em locação operacional, dizem respeito aos ativos abrangidos pela IFRS 16.
Os valores reconhecidos na conta de Ganhos e Perdas relativo a locações detalham-se como segue:

	2020	2019
Amortizações de Direitos de Uso	545.782	595.551
Juros de Locações	18.667	19.411
Outras despesas com locações	133.871	163.741
	698.320	778.703

Relativamente aos movimentos ocorridos no Exercício de 2019:

	2019									
	SALDO INICIAL		Aquisições	Transferên-cias e Abates	Alienações	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO		Valor Bruto	SALDO FINAL	Valor Líquido
	Valor Bruto	Amortizações				Reforço	Regularizações		Amortizações	
Ativos Fixos Tangíveis										
Equipamento administrativo	4.830.558	4.155.688	41.458	-	-	148.734	-	4.872.016	4.304.422	567.594
Máquinas e ferramentas	4.987.614	4.319.733	44.125	-	-	182.640	-	5.031.740	4.502.374	529.366
Equipamento informático	5.031.369	4.503.919	148.742	-	-	295.658	-	5.180.111	4.799.577	380.534
Instalações interiores	12.104.244	5.458.486	-	204.870	(458.300)	981.357	(282.620)	11.850.814	6.157.224	5.693.590
Material de transporte	55.221	55.221	-	-	-	-	-	55.221	55.221	-
Equipamento hospitalar	831	831	-	-	-	-	-	831	831	-
Outras imobilizações corpóreas	4.250.983	2.976.085	190.343	-	-	250.943	-	4.441.326	3.227.029	1.214.297
Imobilizações em curso	412.627	-	2.802.781	(204.870)	-	-	-	3.010.548	-	3.010.548
Adiantamentos por conta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	31.673.447	21.469.963	3.227.449	-	(458.300)	1.859.332	(282.620)	34.442.607	23.046.678	11.395.929
Ativos em locação operacional										
Imóveis	-	-	2.128.203	-	-	397.475	-	1.748.728	-	1.748.728
Veículos	-	-	563.562	-	-	216.076	-	347.486	-	347.486
	-	-	2.691.765	-	-	595.551	-	2.096.214	-	2.096.214

Os passivos de locação apresentam o seguinte detalhe:

	2020	2019
Terrenos e Edifícios	1.456.393	1.752.970
Material de transporte	438.317	343.014
	1.894.710	2.095.984

Os movimentos ocorridos no exercício de 2020 relativos aos passivos das locações detalham-se como segue:

Valor em 1 de janeiro de 2020	2.095.984
Incremento do período	**359.372**
Adições	340.445
Juros	18.667
Outros	260
Decréscimo do Período	**(560.645)**
Pagamentos	(560.645)
Valor em 31 de dezembro de 2020	1.894.710

9 - OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos no exercício de 2020 relativos a ativos intangíveis resumem-se como segue:

	2020									
	SALDO INICIAL		Aquisições	Transferên-cias e Abates	Alienações	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO		SALDO FINAL		
	Valor Bruto	Amortizações				Reforço	Regularizações	Valor Bruto	Amortizações	Valor Líquido
Programas informáticos	15.470.505	11.304.140	1.347.070	-	-	1.136.707	-	16.817.575	12.440.848	4.376.728
Programa sinformáticos (imobilizações em curso)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	15.521.565	11.355.201	1.347.070	-	-	1.136.707	-	16.817.575	12.440.848	4.376.728

	2019									
	SALDO INICIAL		Aquisições	Transferên-cias e Abates	Alienações	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO		SALDO FINAL		
	Valor Bruto	Amortizações				Reforço	Regularizações	Valor Bruto	Amortizações	Valor Líquido
Programas informáticos	13.376.389	10.100.757	1.070.463	1.023.653	-	1.203.383	-	15.470.505	11.304.140	4.166.365
Programa sinformáticos (imobilizações em curso)	918.528	-	105.125	(1.023.653)	-	-	-	-	-	-
	14.294.917	10.100.757	1.175.588	-	-	1.203.383	-	15.470.505	11.304.140	4.166.365

10 - PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as provisões técnicas de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

	2020			2019		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
Resseguro Cedido						
Provisão para prémios não adquiridos	127.766	14.466.837	14.594.603	120.969	13.353.487	13.474.456
Provisão para sinistros	514.948	16.369.432	16.884.381	571.469	14.232.288	14.803.757
Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-	-	-
Total	642.714	30.836.270	31.478.984	692.438	27.585.775	28.278.213

As provisões técnicas de resseguro cedido do segmento Não Vida por ramo, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, são detalhadas como segue:

	2020						
	Não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Marítimo, Aéreo e Transportes	Responsabilida-de Civil Geral	Diversos
Resseguro Cedido							
Provisão para prémios não adquiridos	14.466.837	7.817.366	737.195	4.847.362	736.349	221.257	107.309
Provisão para sinistros	16.369.432	2.441.124	6.824.812	4.003.906	934.408	1.600.112	565.071
Total	30.836.270	10.258.489	7.562.007	8.851.267	1.670.758	1.821.369	672.380

	2019						
	Não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Marítimo, Aéreo e Transportes	Responsabilida-de Civil Geral	Diversos
Resseguro Cedido							
Provisão para prémios não adquiridos	13.353.487	7.082.020	691.151	4.701.094	570.928	209.966	98.328
Provisão para sinistros	14.232.288	2.966.991	7.125.298	2.793.362	1.155.404	187.710	3.523
Total	27.585.775	10.049.011	7.816.449	7.494.456	1.726.332	397.676	101.851

11 - OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS DIRETO E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica apresenta a a seguinte composição:

	2020	2019
Devedores por operações de seguro direto	32.187.449	28.696.498
Resseguradores	1.609.950	844.926
Outros devedores	108.179.030	154.421.394
	141.976.779	183.962.818
Imparidade	(6.898.356)	(5.728.149)
	135.078.423	178.234.669

A evolução da rúbrica "Outros Devedores" respeita sobretudo às contas de *cash pool* no valor de 95.803.524Euros, sendo que em 2019 tinha o valor de 139.775.369 Euros.

O ajustamento para créditos de cobrança duvidosa destina-se a reduzir o montante dos saldos a receber, resultantes de operações de seguro direto, de resseguro ou outras.

A evolução dos movimentos ocorridos no Exercício relativamente a estes ajustamentos é analisada como segue:

	2020			
	Saldo Final	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Perdas por imparidade em ativos ao custo amortizado				
Devedores por operações de seguro direto	578.892	1.664.057	(24.613)	2.218.337
Devedores por outras operações	5.149.257	722.684	(1.191.922)	4.680.019
	5.728.149	**2.386.741**	**(1.216.535)**	**6.898.356**

	2019			
	Saldo Final	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Perdas por imparidade em ativos ao custo amortizado				
Devedores por operações de seguro direto	828.788	88.455	(338.351)	578.892
Devedores por outras operações	5.603.887	1.250.403	(1.705.033)	5.149.257
	6.432.675	**1.338.858**	**(2.043.384)**	**5.728.149**

O valor dos ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa, sem os ajustamentos de recibos por cobrar, são analisadas como segue:

	2020	2019
Contas a receber por operações de seguro direto	6.680	10.753
Contas a receber por outras operações	4.680.020	5.149.257
	4.686.700	**5.160.010**

O cálculo dos ajustamentos de recibos por cobrar é efetuado com base na probabilidade de cobrança dos recibos de prémios por cobrar no final do ano e em conformidade com os critérios estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

	2020	2019
Contas a receber por operações de seguro direto	2.211.656	568.139
	2.211.656	**568.139**

12 - IMPOSTOS E TAXAS

O cálculo do imposto diferido no final do exercício de 2020 foi apurado pela Allianz Portugal com base numa taxa média de 28,17%. Esta taxa foi apurada com base na taxa nominal de imposto e derramas que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias e que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quanto a exercícios de utilização de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é o do exercício do direito de reporte. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração de que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Os impostos e taxas incluídos em várias rubricas do balanço detalham-se como segue:

	2020	2019
IRC - Imposto a pagar/a recuperar	(7.563.410)	(11.089.393)
IVA	(483.395)	(1.014.687)
FAT	(12.196.171)	(11.514.701)
FGA	(575.682)	(519.390)
Selo Apólice	(4.126.162)	(3.516.313)
FPR	(91.669)	(82.081)
ASF	(619.664)	(616.662)
INEM	(1.227.442)	(1.102.104)
ANPC	(798.953)	(709.400)
Segurança Social	(622.348)	(535.805)
Retenções IRS/IRC	(846.543)	(761.022)
Outros	(194.269)	(166.650)
Ativos por impostos correntes	**-**	**-**
Passivos por impostos correntes	**(29.345.709)**	**(31.628.208)**

No Exercício de 2020 deduziu-se no IRC – Imposto a pagar, o montante de 124.130 Euros relativo ao incentivo fiscal do CFEI II – Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento, de acordo com o previsto na Lei 27-A-2020 de 24 de julho.

A rubrica FAT inclui uma estimativa do valor atual das contribuições futuras para o Fundo de Acidentes de Trabalho de acordo com política contabilística definida na nota 2.11.

Os ativos e passivos por impostos diferidos apresentam o seguinte detalhe em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	ATIVOS		PASSIVOS		LÍQUIDO	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros	41.151	26.372	22.611.942	19.324.564	(22.570.791)	(19.298.192)
Provisões não técnicas	3.727.778	1.719.318	-	-	3.727.778	1.719.318
Responsabilidades com Pensões	411.906	397.089	-	-	411.906	397.089
Prejuízos fiscais	-	-	-	-	-	-
Imposto diferido ativo/(passivo)	**4.180.835**	**2.142.779**	**22.611.942**	**19.324.564**	**(18.431.107)**	**(17.181.785)**

Os impostos diferidos foram reconhecidos como segue:

	2020			2019		
	Reservas	Resultados	Total	Reservas	Resultado	Total
Ativos financeiros	(3.287.378)	14.779	(3.272.599)	(6.436.892)	(946.314)	(7.383.206)
Impacto por alteração da taxa	-	-	-	-	-	-
Provisões não técnicas	-	2.008.460	2.008.460	-	(760.874)	(760.874)
Impacto por alteração da taxa	-	-	-	-	-	-
Responsabilidades com Pensões	14.817	-	14.817	34.364	-	34.364
Impacto por alteração da taxa	-	-	-	-	-	-
Prejuízos fiscais	-	-	-	(380.044)	(414.354)	(794.398)
	(3.272.561)	**2.023.239**	**(1.249.322)**	**(6.782.572)**	**(2.121.542)**	**(8.904.114)**

Os impostos reconhecidos em reservas detalham-se como segue:

	2020	2019
Impostos diferidos	(22.611.942)	(19.324.564)
Impostos correntes	4.503	(129.151)
Reservas de Reavaliação	**(22.607.439)**	**(19.453.715)**
Impostos diferidos	411.906	397.089
Impostos correntes	(248.882)	(364.074)
Outras Reservas	**163.024**	**33.015**
Total	**(22.444.415)**	**(19.420.700)**

A reconciliação da taxa de imposto é detalhada como segue:

	2020	2019
Resultados antes de impostos	51.793.338	55.668.238
Taxa(s) de imposto	31,5%	31,5%
Imposto do exercício	16.314.902	17.535.495
Tributações autónomas	325.502	500.104
CFE II - Crédito fiscal extraordinário ao investimento	(124.130)	-
Outras diferenças permanentes	(1.293.479)	(2.971.153)
Outras diferenças nos resultados	**15.222.795**	**15.064.446**
Total	**29,4%**	**27,1%**

13 - ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS (Ativo)

A rubrica de acréscimos e diferimentos no ativo detalha-se da seguinte forma:

	2020	2019
Juros	137.981	-
Pensões AT	43.461	53.079
Rendas e alugueres	4.074	(478)
	185.516	52.601

14 - PROVISÕES TÉCNICAS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as provisões técnicas de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

	2020			2019		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
Seguro Direto						
Provisão para pémios não adquiridos	5.296.044	104.940.091	110.236.135	5.513.176	97.185.543	102.698.719
Provisão matemática	150.772.137	-	150.772.137	180.626.910	-	180.626.910
Provisão para sinistros	21.657.415	415.593.381	437.250.796	19.919.211	377.563.196	397.482.407
Provisão para desvios de sinistralidade	-	17.830.893	17.830.893	-	16.854.061	16.854.061
Provisão para riscos em curso	-	237.215	237.215	-	871.015	871.015
Provisão para estabilização de carteira	216.362	-	216.362	487.341	-	487.341
Provisão para participação nos resultados	27.213.810	328.558	27.542.368	22.630.900	187.182	22.818.082
Total	**205.155.767**	**538.930.138**	**744.085.906**	**229.177.538**	**492.523.791**	**721.701.329**

A provisão para prémios não adquiridos de Não Vida encontra-se líquida de custos de aquisição diferidos no montante de 37.612.071 Euros (2019: 32.947.210 Euros).
Na sequência das orientações da ASF sobre o cálculo das Provisões Técnicas no âmbito da situação pandémica de COVID-19, a Companhia considerou no cálculo da Provisão para Riscos em Curso um agravamento do rácio de sinistralidade nos ramos que registaram, em 2020, uma sinistralidade atípica em resultado da situação pandémica e das medidas implementadas para o seu controlo. Os ajustamentos efetuados tiveram por base um *expert judgment* (apreciação crítica de peritos) que efetuaram a normalização dos custos com sinistros a considerar no cálculo da referida provisão, no sentido de melhor refletir a expectativa de sinistralidade no período de risco futuro relativa aos contratos em vigor em 31 de dezembro de 2020.

As provisões técnicas do segmento Não Vida por ramo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, são detalhadas como segue:

	2020						
	Não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Marítimo, Aéreo e Transportes	Responsabilida-de Civil Geral	Diversos
Seguro Direto							
Provisão para prémios não adquiridos	104.940.091	27.118.981	26.526.086	46.175.495	1.060.999	3.953.770	104.760
Provisão para sinistros	415.593.381	240.645.068	42.873.059	119.921.148	2.454.547	9.114.989	584.571
Provisão para desvios de sinistralidade	17.830.893	-	17.432.273	-	-	-	398.620
Provisão para riscos em curso	237.215	-	159.207	-	6.598	-	71.410
Provisão para participação nos resultados	328.558	123.114	-	-	86.000	119.444	-
Total	**538.930.138**	**267.887.163**	**86.990.625**	**166.096.643**	**3.608.144**	**13.188.203**	**1.159.360**

	2019						
	Não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Marítimo, Aéreo e Transportes	Responsabilida-de Civil Geral	Diversos
Seguro Direto							
Provisão para prémios não adquiridos	97.185.543	25.374.300	24.589.436	41.735.115	1.190.319	4.131.428	164.944
Provisão para sinistros	377.563.195	214.611.799	32.787.023	119.243.834	2.850.660	8.069.733	147
Provisão para desvios de sinistralidade	16.854.061	-	16.465.993	-	-	-	388.069
Provisão para riscos em curso	871.015	-	-	863.487	7.528	-	-
Provisão para participação nos resultados	187.182	49.682	-	-	75.000	62.500	-
Total	**492.660.996**	**240.035.781**	**73.842.452**	**161.842.436**	**4.123.507**	**12.263.661**	**553.160**

Modalidades	Provisão Matemática 2020		Provisão Matemática 2019	
	No início do Exercício	No final do Exercício	No início do Exercício	No final do Exercício
1. Vida Individual - Cor Longo Prazo	259.406	205.986	390.605	259.406
2. Vida Individual - Cor PPR	2.023.781	1.780.071	2.661.526	2.023.781
3. Vida Grupo - PLUS	2.492.163	941.151	2.644.149	2.492.163
4. Vida - Seguros. Não Temporários	9.916.873	9.030.155	11.002.035	9.916.873
5. Vida - Seguros Temporários	58.943	47.266	62.040	58.943
7. Vida - Plano Poupança AS	225.876	-	246.159	225.876
8. Vida - PPR AS	478.695	375.557	681.726	478.695
9. Vida - Grupo Temporários Anuais Renováveis	-	-	-	-
10. Allianz PPR 3%	7.309.669	6.898.927	7.938.323	7.309.669
11. Allianz Plano Poupança 3%	4.222.652	4.130.270	4.457.622	4.222.652
12. Rendas Vitalícias + Capitais Diferidos SPS	-	-	-	-
13. Plano 2000	207.713	140.301	238.775	207.713
14. Capital Diferido a Prémios Únicos Sucessivos SPS 4%	1.977.481	-	2.505.330	1.977.481
15. Plano Poupança SPS - PPR	3.168.125	2.552.926	4.208.080	3.168.125
16. Rendas Vitalícias em Fundo Autonomo SPS	37.448	27.262	46.231	37.448
17. UniversAll Plano Poupança (2%)	1.057.372	1.011.064	1.166.729	1.057.372
18. UniversAll PPR (2%)	4.649.871	4.339.438	4.992.095	4.649.871
19. UniversAll Total (2%)	2.563.174	2.506.287	2.538.024	2.563.174
20. Plano Poupança Grupo - 2%	14.861.708	15.788.161	14.177.148	14.861.708
21. Allianz Renda Mais	-	-	147.927.215	112.614.170
22. Crédito Habitação - Taxa Fixa	29.215	35.056	-	29.215
23. Financeiros Taxa Renovável sem participação	4.728.146	4.514.159	5.001.052	4.728.146
24. Outros sem participação	120.358.600	96.448.098	7.920.827	7.482.844
Total	180.626.910	150.772.137	220.805.691	180.365.323

Provisão para participação nos resultados

Modalidades	2020	2019
Crédito Habitação - Taxa Fixa	19.532.049	15.219.189
Vida - Seguros Temporários	1.043.376	1.026.046
Vida Individual - Cor Longo Prazo	1.678.793	1.568.344
Vida Individual - Cor PPR	3.589.350	3.345.253
Outros Produtos Vida	1.370.243	1.472.067
Outros Produtos Não Vida	328.558	187.182
Total	27.542.368	22.818.082

Em 31 de dezembro de 2020, a provisão para participação nos resultados a atribuir ascendia a 2.036.110 Euros (1.815.532 Euros em 2019) e a provisão para participação nos resultados atribuída ascendia a 25.506.258 Euros (21.002.550 Euros em 2019).

A Provisão para participação nos resultados teve seguinte atribuição:

Modalidades	Participação nos Resultados 2020		Participação nos Resultados 2019	
	Atribuido ao Exercício	Distribuida no Exercício	Atribuida ao Exercício	Distribuida no Exercício
Crédio Habitação - Taxa Fixa	4.315.399		1.900.000	
Vida - Seguros Temporários	420.953	454.105	420.953	401.684
Vida Individual - Cor Longo Prazo	14.403		77.614	
Vida Individual - Cor PPR	43.258		233.110	
Outros Produtos Vida	22.426		43.574	
Outros Produtos Não Vida	506.328		142.182	
Total	**5.322.766**	**454.105**	**2.817.433**	**401.684**

15 - PASSIVOS FINANCEIROS DA COMPONENTE DE DEPÓSITOS DE CONTRATOS DE SEGURO E DE CONTRATOS DE SEGURO E OPERAÇÕES CONSIDERADAS PARA EFEITOS CONTABILÍSTICOS COMO CONTRATOS DE INVESTIMENTO

A rubrica relativa aos passivos por contratos de investimento detalha-se como segue:

	2020	2019
Contratos de investimento ao justo valor através de resultados	85.023.980	39.678.062
Contratos de investimentos ao custo amortizado	261.653.390	287.695.810
Total Passivos por Contratos de Investimentos	**346.677.370**	**327.373.872**

A movimentação dos passivos por contratos de investimento apresenta o seguinte detalhe:

Contratos ao justo valor através de resultados	2020	2019
Saldo a 1 de janeiro	**39.678.062**	**17.780.721**
Depósitos	56.651.045	25.097.290
Benefícios	(11.744.830)	(5.334.442)
Valorizações/Desvalorizações	439.703	2.134.493
Saldo a 31 de dezembro	**85.023.980**	**39.678.062**

Contratos ao justo valor através de resultados	2020	2019
Saldo a 1 de janeiro	**287.695.810**	**292.847.668**
Depósitos	21.835.879	45.529.356
Benefícios	(48.374.884)	(51.731.211)
Valorizações/Desvalorizações	496.585	1.049.997
Saldo a 31 de dezembro	**261.653.390**	**287.695.810**

16 - OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Os depósitos recebidos de resseguradores representam o valor das cauções prestadas por resseguradores, em consequência da aceitação de riscos e do recebimento de prémios de operações originadas pelo negócio de resseguro cedido. A sua posição em 31 de dezembro de 2020 representa 451.600 Euros (2019: 464.708 Euros).

17. PASSIVOS POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO E OUTROS BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO

17.1 - Responsabilidades com Planos Individuais de Reforma

Conforme referido nas políticas contabilísticas, a Allianz Portugal tinha até 31 de dezembro de 2011 assumido a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos estabelecidos no Contrato Coletivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT). Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT) para os colaboradores admitidos até 22 de junho de 1995.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, deixando estes colaboradores de estarem abrangidos por um plano de benefício definido para passarem a ter um plano de contribuição definida com garantia de capital.

Em 31 de dezembro de 2011, relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19.

Em junho de 2014 foi aprovada pelo ASF a constituição do Fundo de Pensões AZP III, um plano de contribuição definida de acordo com as regras constantes do novo contrato coletivo de trabalho.

De acordo com o referido CCT e atualizações seguintes, a Allianz Portugal passou a garantir, como mínimo, a poupança inicial que resultou da transferência das responsabilidades por serviços passados para as contas individuais, bem como as contribuições anuais seguintes.

À data de 31 de dezembro de 2020 a responsabilidade ascende a 5.518.697 Euros e o valor do fundo de pensões (AZPIII) a cobrir esta responsabilidade ascende ao mesmo montante de 5.518.967 Euros. A contribuição para o PIR em 2020 ascendeu a 333.171 Euros (2019: 299.706 Euros).

17.2 - Responsabilidades com Planos de benefícios definidos

Estas responsabilidades respeitam a trabalhadores admitidos até 22 de junho de 1995, estando em situação de reforma ou pré-reforma em 31 de dezembro de 2011 (data de alteração do contrato coletivo de trabalho) Os pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades relativas às obrigações com benefícios definidos dos empregados são os seguintes:

	2020	2019
Taxa de desconto	0,50%	0,90%
Taxa de crescimento salarial	na	na
Taxa de rendimento esperado do fundo	0,30%	0,30%
Taxa de crescimento das pensões	0,30%	0,30%
Taxa de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EKV 80	EKV 80
Método atuarial	Unidade de Crédito Projetada	Unidade de Crédito Projetada

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

	2020			2019		
Ativos (responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Responsabilidades em 31 de dezembro						
Pensionistas	(10.903.533)	(1.869.823)	(12.773.356)	(11.771.175)	(1.992.570)	(13.763.745)
Saldo do fundo em 31 de dezembro	10.909.436	-	10.909.436	11.774.899	-	11.774.899
Ativos (responsabilidades) líquidas em balanço em 31 de dezembro	5.903	(1.869.823)	(1.863.920)	3.724	(1.992.570)	(1.988.846)

As outras responsabilidades dizem respeito à responsabilidade associada à segurança social dos pré-reformados e a benefícios de saúde atribuídos e outros benefícios pós-emprego.
Este plano de benefícios é financiado pelos fundos AZP e AZP II e por apólices de rendas vitalícias subscritas junto de uma entidade externa.

A Allianz Portugal transferiu em anos anteriores, parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro cujo valor de responsabilidades (integralmente financiadas) ascende a 1.233.597 Euros em 31 de dezembro de 2020 (1.390.173 Euros em 2019).

O acréscimo das responsabilidades em 31 de dezembro de 2020 e 2019 apresenta o seguinte detalhe:

	2020			2019		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Responsabilidades em 1 de janeiro	(11.771.175)	(1.992.570)	(13.763.745)	(12.186.925)	(1.901.247)	(14.088.172)
Custo dos juros	(96.523)	(15.947)	(112.470)	(177.150)	(26.928)	(204.078)
Ganhos e (perdas) atuariais nas responsabilidades	(301.807)	(52.598)	(354.405)	(482.867)	(121.987)	(604.854)
Benefícios pagos	2.092.739	441.340	2.534.079	2.230.062	436.468	2.666.530
Reformas antecipadas	(826.767)	(250.048)	(1.076.815)	(1.154.295)	(378.876)	(1.533.171)
Responsabilidades em 31 de dezembro	(10.903.533)	(1.869.823)	(12.773.356)	(11.771.175)	(1.992.570)	(13.763.745)

A variação dos fundos (AZP e AZP II) em 31 de dezembro de 2020 e 2019, detalha-se como segue:

	2020	2019
Saldo do fundo em 1 de janeiro	11.774.899	12.214.925
Rendimento esperado	101.908	189.898
Ganhos e (perdas) atuariais	(63.882)	62.638
Contribuições	1.189.250	1.537.500
Benefícios pagos	(2.092.739)	(2.230.062)
Saldo do fundo em 31 de dezembro	10.909.436	11.774.899

Os ganhos e perdas atuariais registados nas reservas em 2020 e 2019 são detalhados como segue:

	2020			2019		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Desvios reconhecidos nas reservas em 1 de janeiro	(1.373.751)	1.409.619	35.868	(1.793.980)	1.287.632	(506.348)
(Ganhos) e perdas atuariais						
- nas responsabilidades	301.807	52.598	354.405	482.867	121.987	604.854
- nos ativos do plano	63.882	-	63.882	(62.638)	-	(62.638)
Desvios reconhecidos nas reservas em 31 de dezembro	(1.008.062)	1.462.217	454.155	(1.373.751)	1.409.619	35.868

Os ganhos e perdas atuariais relativos aos colaboradores não abrangidos pelo PIR reconhecidos em resultados o ano de 2020 e 2019 é o seguinte:

	2020	2019
Ganhos e perdas atuariais nos resultados		
- por alteração de pressupostos financeiros	233.963	421.327
- por experiência	67.844	61.540
Total	301.807	482.867

As variações das responsabilidades líquidas relativas a responsabilidades com pensões detalham-se como segue:

	2020			2019		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
(Ativos)/Passivos a receber ou entregar em 1 de janeiro	**(3.724)**	**1.992.570**	**1.988.846**	**(28.000)**	**1.901.247**	**1.873.247**
Ganhos e perdas atuariais das responsabilidades	301.807	52.598	354.405	482.867	121.987	604.854
Ganhos e perdas atuariais dos fundos	63.882	-	63.882	(62.638)	-	(62.638)
Encargos do ano						
- Custo dos juros	96.523	15.947	112.470	177.150	26.928	204.078
- Rendimento esperado do fundo	(101.908)	-	(101.908)	(189.898)	-	(189.898)
- Reformas antecipadas	826.767	250.048	1.076.815	1.154.295	378.876	1.533.171
Contribuições efetuadas no ano e benefícios pagos	(1.189.250)	(441.340)	(1.630.590)	(1.537.500)	(436.468)	(1.973.968)
(Ativos)/Passivos a receber ou entregar em 31 de dezembro	**(5.903)**	**1.869.823**	**1.863.920**	**(3.724)**	**1.992.570**	**1.988.846**

Os montantes reconhecidos como custo dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, são como segue:

	2020			2019		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Custo dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	(5.385)	15.947	10.562	(12.748)	26.928	14.180
Reformas antecipadas	826.767	250.048	1.076.815	1.154.295	378.876	1.533.171
Custos do Exercício	**821.382**	**265.995**	**1.087.377**	**1.141.547**	**405.804**	**1.547.351**

Os ativos dos fundos de pensões (AZP e AZP II) são decompostos da seguinte forma:

	2020	2019
Ações e outros títulos de rendimento variável	43.852	66.602
Títulos de rendimento fixo	9.481.890	10.037.151
Depósitos em instituições de crédito	1.402.732	1.691.817
Valor a transferir	(19.039)	(20.671)
Saldo do fundo em 31 de dezembro	**10.909.436**	**11.774.899**

Os títulos de rendimento fixo incluem juros decorridos.

A análise de sensibilidade à variação de pressupostos, com referência a 31 de dezembro de 2020, é a seguinte:

	2020		2019	
	Impacto das alterações dos pressupostos financeiros		Impacto das alterações dos pressupostos financeiros	
	-0,25%	+0,25%	-0,25%	+0,25%
Taxa de crescimento dos salários	na	na	na	na
Taxa de crescimento das pensões	(140.359)	142.371	(152.041)	157.856
Taxa de desconto	304.014	(287.999)	334.137	(313.719)

	Impacto das alterações dos pressupostos demográficos	Impacto das alterações dos pressupostos demográficos
	+ 1 ano	+ 1 ano
Alteração da tábua de mortalidade	446.958	458.394

18 - OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2020	2019
Credores por operações de seguro direto	31.415.107	3.626.364
Reseguradores	3.059.440	3.086.045
Outros credores	23.401.673	49.674.420
	57.876.220	56.386.829

Com referência a 31 de dezembro de 2020, na rúbrica Credores por operações de seguro direto, está incluído o montante de 26.485.993 Euros relativo a comissões extraordinárias de longo prazo a pagar à rede comercial que, em 2019, (22.529.085 Euros) estava apresentado na rubrica de Outros Credores.

19 - ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS (Passivo)

A rubrica de Acréscimos e Diferimentos de passivo detalha-se da seguinte forma:

	2020	2019
Férias e subsídios de férias	5.170.528	4.890.845
Distribuição de resultados	5.164.275	4.639.935
Comissões e rede comercial	14.415.601	14.751.009
Auditoria e Consultoria	1.042.752	1.235.247
Outros acréscimos de custo	356.589	171.787
Proveitos diferidos	88.370	114.518
	26.238.115	25.803.341

A rubrica de outros acréscimos de custos inclui valores relativos a protocolos com mediadores, consultadorias, auditoria, custódia de títulos e faturação ainda não rececionada.

20 - OUTRAS PROVISÕES

A rubrica de outras provisões é detalhada como segue:

	2020			
	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Outras provisões	4.201.109	9.462.853	(1.953.874)	11.710.088
	4.201.109	9.462.853	(1.953.874)	11.710.088

	2019			
	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Outras provisões	6.526.288	336.912	(2.662.091)	4.201.109
	6.526.288	336.912	(2.662.091)	4.201.109

A Companhia encontra-se num processo de reestruturação interna que resultará numa alteração das competências dos seus recursos humanos e na redução do seu número de efetivos. O custo estimado ascende a 9,4 milhões de euros, tendo sido reconhecido nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. O referido processo foi anunciado aos colaboradores em 2020 e decorrerá entre 2021 e 2023.

21 - CAPITAL

O Capital da Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A., de 39.545.400 Euros, representado por 7.909.080 ações de valor nominal de 5 Euros cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

Nos termos da legislação portuguesa a Allianz Portugal deverá constituir uma reserva legal formada pela afetação de 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício, até à concorrência do capital social.

Os detentores de capital com uma posição superior a 10% estão detalhados na nota 1 acima e não apresentam alterações face ao exercício anterior.

22 - RESERVAS

Reservas de reavaliação

Reconhecem-se nesta rubrica os ajustamentos decorrentes da aplicação do justo valor aos ativos classificados como ativos disponíveis para venda e a revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio.

As reservas de reavaliação são detalhadas como segue:

	2020	2019
Custos de amortização de investimentos disponíveis para venda	1.036.103.690	976.481.893
Imparidade	259.382	-
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda líquido de imparidade	1.036.363.073	976.481.893
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	1.118.413.119	1.046.899.508
Reserva de justo valor de títulos reclassificados para investimentos a deter até à maturidade	214.230	47.861
Reserva de justo valor	81.835.816	70.369.754
Provisão para participação nos resultados a atribuir	(2.036.110)	(1.815.532)
Reserva de justo valor de ativos financeiros	79.799.706	68.554.222
Revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	98.005	98.005
Impostos diferidos e correntes	(22.607.439)	(19.453.715)
Reserva de reavaliação líquida de impostos	57.290.272	49.198.512

Reserva por impostos diferidos e correntes

Reconhece-se nesta rubrica o imposto sobre diferenças temporárias, registadas na situação líquida, entre o resultado contabilístico e o resultado fiscalmente aceite para efeitos de tributação em Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC), na medida em que exista uma probabilidade razoável de que tal imposto venha a ser recuperado ou pago no futuro. Reconhece-se adicionalmente o imposto corrente, decorrente das variações patrimoniais dos instrumentos financeiros a cobrir responsabilidades do ramo Vida com participação nos resultados.

Outras reservas

Incluem a Reserva legal calculada de acordo com disposições legais, e são distribuídas da seguinte forma:

	2019	2018
Reserva legal	39.545.400	39.029.506
Prémios de emissão	31.004.878	31.004.878
Reservas - Outros	6.934.348	7.222.627
	77.484.626	77.257.011

23 - PRÉMIOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro detalham-se da seguinte forma:

	2020	2019
Prémios Brutos Emitidos - Vida	97.969.426	112.513.340
Prémios Brutos Emitifos - Não Vida	474.122.378	458.990.425
Prémios Brutos Emitidos	**572.091.804**	**571.503.765**
Prémios de Resseguro Cedido - Vida	(2.173.223)	(1.319.944)
Prémios de Resseguro Cedidio - Não Vida	(43.408.362)	(43.140.395)
Prémios de Resseguro Cedido	**(45.581.584)**	**(44.460.339)**
Variação de Prémios Brutos Não Adquiridos - Vida	(267.634)	(2.563.086)
Variação de Prémios Brutos Não Adquiridos - Não Vida	(12.419.409)	(14.407.346)
Variação de Prémios Brutos Não Adquiridos	**(12.687.043)**	**(16.970.432)**
Variação de Prémios Não Adquiridos de Resseguro Cedido - Vida	6.797	(7.580)
Variação de Prémios Não Adquiridos de Resseguro Cedido - Não Vida	1.113.349	1.346.247
Variação de Prémios Não Adquiridos de Resseguro Cedido	**1.120.146**	**1.338.667**
Variação de Prémios Não Adquiridos	**(11.566.897)**	**(15.631.765)**
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro - Vida	95.535.367	108.622.730
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro - Não Vida	419.407.956	402.788.931
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro	**514.943.324**	**511.411.661**

Os prémios brutos emitidos do ramo Vida, são analisados como segue:

	2020	2019
Relativos a contratos individuais	15.470.403	28.996.731
Relativos a contratos grupo	82.499.024	83.516.609
	97.969.426	**112.513.340**
Periódicos	95.668.036	96.102.643
Não Periódicos	2.301.390	16.410.397
	97.969.426	**112.513.340**
De contratos sem participação nos resultados	92.923.306	107.660.428
De contratos com participação nos resultados	5.046.120	4.852.912
Prémios Brutos Emitidos - Vida	**97.969.426**	**112.513.340**

O segmento Não Vida apresenta o seguinte detalhe:

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	2020				
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Saldo de resseguro
Seguro Direto					
Acidentes e Doença	199.955.756	195.073.329	142.863.132	40.734.756	(2.478.297)
Incêndio e Outros Danos	105.177.289	102.879.588	68.417.280	26.123.396	(7.165.512)
Automóvel					
Responsabilidade Civil	85.532.553	83.037.718	58.312.712	18.262.643	(293.709)
Outras Coberturas	62.902.147	60.527.483	33.108.583	13.000.589	(9.413.397)
Marítimo, Aéreo e Transportes	5.062.245	5.041.078	2.059.253	1.093.773	(1.032.515)
Responsabilidade Civil Geral	15.080.558	14.683.573	4.902.234	4.226.604	471.118
Crédito e Caução	22.002	61.687	829	7.716	(101.219)
Assistência	-	-	-	-	-
Diversos	197.444	212.771	609.101	43.389	469.007
Total	473.929.995	461.517.227	310.273.124	103.492.867	(19.544.524)
Resseguro aceite	192.383	185.742	(54.071)	16.311	-
Total geral	474.122.378	461.702.969	310.219.053	103.509.178	(19.544.524)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	2019				
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Saldo de resseguro
Seguro Direto					
Acidentes e Doença	196.805.076	188.589.237	139.624.952	40.492.484	(3.976.322)
Incêndio e Outros Danos	97.637.239	93.511.548	48.267.758	23.716.222	(15.096.083)
Automóvel					
Responsabilidade Civil	84.699.677	84.286.604	66.681.839	19.818.753	381.590
Outras Coberturas	59.620.119	58.865.755	36.829.913	13.655.290	(9.983.197)
Marítimo, Aéreo e Transportes	4.605.921	4.477.577	2.853.756	909.634	(107.291)
Responsabilidade Civil Geral	15.264.370	14.453.398	5.187.413	4.114.598	(1.145.346)
Crédito e Caução	33.266	65.274	(20.851)	10.768	(65.828)
Assistência	-	-	-	-	-
Diversos	233.067	241.696	45.474	34.935	(68.829)
Total	458.898.735	444.491.389	299.470.254	102.753.048	(30.061.306)
Resseguro aceite	91.690	91.690	139.356	-	-
Total geral	458.990.425	444.583.079	299.609.610	102.753.048	(30.061.306)

O segmento Não Vida, relativamente ao resseguro cedido, tem o seguinte detalhe:

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	2020				
	Prémios	Variação prémios adquiridos	Custos com sinistros	Comissão e participação nos resultados	Saldo de resseguro
Resseguro Cedido					
Acidentes e Doença	9.716.306	735.345	(1.644.497)	4.858.166	(2.478.297)
Incêndio e Outros Danos	17.378.077	46.044	(9.544.638)	621.883	(7.165.512)
Automóvel					
Responsabilidade Civil	223.959	111.807	181.556	-	(293.709)
Outras Coberturas	11.611.249	34.461	(2.118.260)	45.131	(9.413.397)
Marítimo, Aéreo e Transportes	2.648.767	165.421	(771.328)	679.504	(1.032.515)
Responsabilidade Civil Geral	1.570.355	11.291	(1.799.222)	230.960	471.118
Crédito e Caução	141.658	4.320	(704)	35.415	(101.219)
Assistência	-	-	-	-	-
Diversos	117.990	4.660	(562.398)	19.939	469.007
Total	43.408.362	1.113.349	(16.259.492)	6.490.997	(19.544.524)
Resseguro aceite	-	-	-	-	-
Total geral	43.408.362	1.113.349	(16.259.492)	6.490.997	(19.544.524)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	2019				
	Prémios	Variação prémios adquiridos	Custos com sinistros	Comissão e participação nos resultados	Saldo de resseguro
Resseguro Cedido					
Acidentes e Doença	13.029.402	(1.761.209)	544.337	6.747.534	3.976.322
Incêndio e Outros Danos	16.378.552	62.896	676.496	668.871	15.096.081
Automóvel					
Responsabilidade Civil	23.012	313	404.914	-	(381.589)
Outras Coberturas	10.624.483	367.410	1.008.697	-	9.983.196
Marítimo, Aéreo e Transportes	1.447.586	(6.483)	973.706	360.106	107.291
Responsabilidade Civil Geral	1.518.691	(35.228)	130.507	207.610	1.145.346
Crédito e Caução	16.026	41.340	(12.469)	4.006	65.829
Assistência	-	-	-	-	-
Diversos	102.643	(15.286)	(100)	18.627	68.830
Total	43.140.395	(1.346.247)	3.726.088	8.006.754	30.061.306
Resseguro aceite	-	-	-	-	-
Total geral	43.140.395	(1.346.247)	3.726.088	8.006.754	30.061.306

24 - COMISSÕES E OUTROS PROVEITOS

Esta rubrica inclui as comissões de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento no montante de 590.432 Euros (2019: 373.326 Euros), sendo calculadas fundo a fundo, de acordo com as condições gerais de cada produto.

25 - CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os custos com sinistros por ramos detalham-se como segue:

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	2020			
	Montantes pagos Prestações	Montantes pagos Custos de gestão de sinistros imputados	Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
Seguro Direto				
Acidentes e Doença	106.092.497	10.733.193	26.037.443	142.863.132
Incêndio e Outros Danos	54.828.934	3.325.168	10.236.178	68.417.280
Automóvel				
Responsabilidade Civil	57.604.370	3.864.838	(3.156.496)	58.312.712
Outras Coberturas	26.810.923	2.748.076	3.549.584	33.108.583
Marítimo, Aéreo e Transportes	2.451.315	128.085	(520.148)	2.059.253
Responsabilidade Civil Geral	3.257.613	529.954	1.114.668	4.902.234
Crédito e Caução	1.829	-	(1.000)	829
Diversos	18.444	5.232	585.424	609.101
Total	251.065.925	21.334.547	37.872.652	310.273.124
Resseguro aceite	61.260	-	(115.330)	(54.071)
Total geral	251.127.184	21.334.547	37.757.322	310.219.053

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	2019			
	Montantes pagos Prestações	Montantes pagos Custos de gestão de sinistros imputados	Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
Seguro Direto				
Acidentes e Doença	112.894.128	9.081.886	17.648.938	139.624.952
Incêndio e Outros Danos	47.045.529	2.950.363	(1.728.135)	48.267.757
Automóvel				
Responsabilidade Civil	63.846.681	3.408.645	(573.488)	66.681.838
Outras Coberturas	30.736.377	2.436.792	3.656.745	36.829.914
Marítimo, Aéreo e Transportes	1.816.706	17.749	1.019.301	2.853.756
Responsabilidade Civil Geral	3.345.875	214.879	1.626.659	5.187.413
Crédito e Caução	81	-	(20.932)	(20.851)
Diversos	68.738	474	(23.737)	45.475
Total	259.754.115	18.110.788	21.605.351	299.470.254
Resseguro aceite	94.691	-	44.666	139.357
Total geral	259.848.806	18.110.788	21.650.017	299.609.611

Os custos com sinistros e variação de outras provisões, detalham-se como segue:

	2020			2019		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
Seguro Direto						
Sinistros pagos	55.251.295	272.461.731	327.713.027	86.292.570	277.959.593	364.252.164
Variação da provisão para sinistros	1.738.204	37.757.322	39.495.525	1.262.003	21.650.016	22.912.019
Provisão matemática	(29.871.734)	-	(29.871.734)	(40.196.907)	-	(40.196.907)
Provisão para participação nos resultados	4.816.438	506.328	5.322.766	2.675.251	142.182	2.817.433
Outras provisões técnicas	(270.979)	343.032	72.053	(22.313)	(3.291.251)	(3.313.564)
	31.663.224	311.068.413	342.731.637	50.010.604	296.460.541	346.471.145
Resseguro cedido						
Sinistros pagos	212.434	14.122.347	14.334.781	602.811	11.488.751	12.091.562
Variação da provisão para sinistros	(56.521)	2.137.145	2.080.624	(349.324)	(7.762.663)	(8.111.987)
	155.913	16.259.492	16.415.405	253.487	3.726.088	3.979.575
Total líquido de resseguro	(31.507.311)	(294.808.921)	(326.316.232)	(49.757.117)	(292.734.453)	(342.491.570)

26 - GASTOS DIVERSOS POR FUNÇÃO E NATUREZA

Os custos administrativos apresentam o seguinte detalhe:

	2020	2019
Custos com pessoal	37.406.527	35.632.198
Fornecimentos e serviços externos	27.692.060	27.307.577
Impostos e taxas	3.261.192	5.250.672
Amortizações do exercício	3.891.159	4.076.383
Provisões	7.530.185	(2.527.540)
Comissões	543.200	537.633
Juros suportados	1.533	1.649
Total	80.325.854	70.278.572

Os custos administrativos foram imputados da seguinte forma:

	2020	2019
Custos com sinistros	23.286.465	20.444.037
Custos de exploração		
Custos de aquisição	34.813.225	24.899.698
Custos administrativos	19.205.912	22.362.642
Custos com investimentos	3.020.252	2.572.195
Total	80.325.854	70.278.572

Os gastos financeiros detalham-se da seguinte forma:

	2020	2019
Juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Títulos de dívida	8.378.631	-
Custos com investimentos	3.020.252	2.572.195
	11.398.883	2.572.195

Com referência a 31 de dezembro de 2020, na rúbrica Juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas está incluído o montante de 8.378.631 Euros relativo a gastos de alisamento dos títulos de rendimento fixo em carteira, que em 2019 (8.408.192 Euros) estava apresentado na rubrica de Rendimento.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos, detalha-se da seguinte forma:

	2020	2019
Serviço de apoio informático	10.167.046	10.287.971
Publicidade e propaganda	3.057.508	2.894.975
Comunicações	2.213.405	1.246.760
Rendas e alugueres	2.138.095	1.116.871
Serviços de gestão	1.792.029	1.561.119
Consultoria	960.511	691.314
Franquias postais/transporte postal	899.234	1.283.725
Conservação e reparação	804.582	745.296
Custos com cobrança de Prémios	725.251	698.090
Despesas de representação	703.627	2.225.873
Deslocações e estadas	643.758	1.370.364
Limpeza, higiene e conforto	575.550	444.840
Quotizações	421.813	338.101
Serviço de impressão	415.752	468.035
Artigos para oferta	402.329	113.734
Seguros	275.226	242.447
Vigilância e segurança	250.285	225.088
Auditoria	227.965	258.784
Eletricidade	221.875	206.517
Outros trabalhos especializados	796.221	887.675
Total	27.692.060	27.307.577

Os serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) são registados na rubrica de fornecimentos e serviços externos - Auditoria. Relativamente ao exercício de 2020 os respetivos honorários ascenderam a 253.124 Euros (incluindo IVA), tendo compreendido o trabalho de revisão legal das contas da Allianz Portugal (no montante de 178.669 Euros) e serviços de garantia de fiabilidade sobre o reporte prudencial (no montante de 73.716 Euros). No respeitante ao exercício de 2019 os honorários ascenderam a 242.588 Euros (incluindo IVA), tendo compreendido o trabalho de revisão legal das contas da Allianz Portugal (no montante de 165.518 Euros) e serviços de garantia de fiabilidade sobre o reporte prudencial (no montante de Euros 77.070 Euros).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os custos e gastos de exploração líquidos detalham-se como segue:

	2020	2019
Custos e gastos de exploração líquidos		
Custos de aquisição	143.646.101	130.897.822
Custos de aquisição diferidos (variação)	(5.132.666)	(4.018.438)
Custos administrativos	19.205.912	22.362.642
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(6.889.405)	(8.352.967)
	150.829.942	140.889.059

A rubrica custos de aquisição inclui o montante de 98.973.359 Euros (2019: 105.998.124 Euros) relativo a comissões e outros incentivos atribuídos aos mediadores e corretores da Allianz Portugal.

27 - GASTOS COM PESSOAL

27.1 - Número de trabalhadores ao serviço por categoria profissional

O número de colaboradores ao serviço da Companhia no final dos Exercícios de 2020 e 2019 detalham-se pelas diferentes categorias da seguinte forma:

	2020	2019
Dirigentes executivos	1	0
Quadros superiores	34	35
Quadros médios	107	96
Profissionais altamente qualificados	190	175
Profissionais qualificados	298	321
Praticantes/Aprendizes	3	0
Total	633	627

27.2 - Custos com pessoal referentes ao Exercício

Os custos com pessoal referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, detalham-se como segue:

	2020	2019
Remunerações	**27.182.063**	**24.818.471**
Órgãos sociais	772.932	691.442
Pessoal	26.409.131	24.127.029
Encargos sobre remunerações	**6.204.768**	**6.276.802**
Benefícios pós-emprego	**1.154.553**	**1.440.946**
Planos de contribuição definida	333.171	299.399
Planos de benefícios definida	821.382	1.141.547
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	**312.053**	**307.058**
Benefícios de cessação de emprego	**799.000**	**996.368**
Seguros obrigatórios	**1.308.316**	**1.320.606**
Gastos de açao social	**74.851**	**68.093**
Outros gastos com pessoal	**370.924**	**403.854**
Total	37.406.528	35.632.198

27.3 - Informações adicionais relativamente a transações com órgãos sociais

Para além das remunerações e outros benefícios concedidos, não existem quaisquer transações com membros dos órgãos sociais.

28 - RENDIMENTOS

Os rendimentos de investimentos detalham-se da seguinte forma:

	2020	2019
Juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Títulos de dívida	24.521.437	19.495.241
Outros instrumentos de capital e unidades de participação	-	2.607.642
Depósitos bancários	292.791	28.543
Outros	3.921	15.477
	24.809.149	**22.146.902**
Juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	**(496.585)**	**(1.049.997)**
Propriedades de investimento	**1.285.936**	**1.367.784**
	1.285.936	**1.367.784**
Total	25.598.500	22.464.690

29 - GANHOS E PERDAS REALIZADOS EM INVESTIMENTOS

Os ganhos e perdas realizados em ativos financeiros detidos para venda, detalham-se como segue:

	2020		
	Ganhos	Perdas	Total
Títulos de dívida	90.056	(116.998)	(26.942)
Instrumentos de capital e unidades de participação	16.419	-	16.419
Total	106.475	(116.998)	(10.523)

	2019		
	Ganhos	Perdas	Total
Títulos de dívida	3.014.706	-	3.014.706
Instrumentos de capital e unidades de participação	5.529	(569.003)	(563.474)
Total	3.020.235	(569.003)	2.451.232

30 - GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor, detalham-se como segue:

	2020	2019
De ativos e passivos financeiros detidos para negociação		
Derivados	-	225.775
Outros	(2.138)	-
Total	(2.138)	225.775

31 - RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação são apresentados como segue:

	2020	2019
Resultado líquido do Exercício	36.570.543	40.603.792
Número de ações	7.909.080	7.909.080
Resultado por ação	4,62	5,13

32 - DIVIDENDOS

Atendendo ao resultado líquido verificado no ano de 2019 foram distribuídos e pagos dividendos em 2020 no valor de 26.099.964 Euros.

33 - SALDOS E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

São consideradas partes relacionadas da Companhia, as empresas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos do Grupo Allianz e os respetivos órgãos socias. Os saldos e transações entre partes relacionadas, para o exercício de 2020 e 2019, encontram-se representadas no seguinte quadro:

	2020							
	Allianz SE	Allianz Unterfohring	Allianz Companhia de Seguros (Espanha)	Outros Grupos Allianz	Allianz SGFP	Fundos Pensões	BPI	Total
ATIVO	**96.773.124**	**7.927.431**	**5.890.590**	**9.655.784**	**930.406**	**5.903**	**8.644.709**	**129.827.946**
Caixa e seus derivados e depósitos à ordem	-	-	-	-		-	8.644.709	8.644.709
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	930.406	-	-	930.406
Ativos financeiros detidos para negociação	966.863.	-	-	-		-	-	966.863
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	7.484.424	4.725.519	8.390.448		-	-	20.600.391
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	95.806.261	443.007	1.165.071	1.265.336	-	5.903	-	98.685.577
PASSIVO	**-**	**8.326**	**1.389.908**	**4.557.563**		**1.850.000**	**26.485.993**	**34.291.791**
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-	71.930		-	-	71.930
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	8.326	1.389.908	4.485.633		1.850.000	26.485.993	34.219.861
GANHOS E PERDAS	**(949.567)**	**(6.303.002)**	**(3.040.452)**	**(21.837.106)**	**43.762**	**(646.037)**	**(53.295.936)**	**(86.028.339)**
Prémios brutos emitidos	0	3.335	23.928	30.573	-	-	-	57.836
Prémios de resseguro cedido	-	(15.777.293)	(4.267.809)	(17.258.526)	-	-	-	(37.303.629)
Provisão prémios não adquiridos parte dos resseguradores (variação)	-	1.990	155.092	235.543	-	-	-	392.625
Custos com sinistros líquidos de resseguro	-	9.124.218	2.029.333	1.064.264	-	-	-	12.217.814
Custos e gastos de exploração líquidos	(947.429)	336.282	(1.316.480)	(6.752.310)	-	(821.382)	(54.276.048)	(63.777.367)
Rendimentos	-	-	-	-		-	980.112	980.112
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(2.138)	-	-	-		-	-	(2.138)
Outros rendimentos/gastos técnicos líquidos de resseguro	-	8.467	287.380	110.313	-	-	-	406.161
Outros rendimentos/gastos	-	-	48.104	733.036	43.762	175.345	-	1.000.247

	2019							
	Allianz SE	Allianz Unterfohring	Allianz Companhia de Seguros (Espanha)	Outros Grupos Allianz	Allianz SGFP	Fundos Pensões	BPI	Total
ATIVO	**140.718.790**	**9.172.544**	**5.422.124**	**9.080.867**	**985.678**	**-**	**14.493.133**	**179.873.136**
Caixa e seus derivados e depósitos à ordem	-	-	-	-		-	14.493.133	14.493.133
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	930.406	-	-	930.406
Ativos financeiros detidos para negociação	943.421	-	-	-		-	-	943.421
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	9.159.217	4.187.937	7.853.682	-	-	-	21.200.836
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	139.775.369	13.327	1.234.187	1.227.184	55.272	-	-	142.3250.340
PASSIVO	**-**	**858.341**	**1.187.496**	**3.258.354**	**-**	**1.975.222**	**22.529.085**	**29.808.498**
Provisões técnicas	-	-	-	44.518	-	-	-	44.518
Depósitos recebidos de resseguradores	-	858.341	1.187.496	3.213.836	-	-	-	5.259.673
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	-		1.975.222	22.529.085	24.504.307
GANHOS E PERDAS	**(546.626)**	**(13.328.639)**	**(1.358.708)**	**(17.965.537)**	**44.936**	**(1.110.883)**	**(52.584.066)**	**(86.849.523)**
Prémios brutos emitidos	-	-	-	-	-	-	-	-
Prémios de resseguro cedido	-	(14.463.844)	(2.639.936)	(15.177.075)		-	-	(32.280.854)
Provisão prémios não adquiridos parte dos resseguradores (variação)	-	(5.601)	(4.841)	(452.302)	-	-	-	(462.744)
Custos com sinistros líquidos de resseguro	-	748.266	2.861.712	1.602.963	-	-	-	5.212.941
Custos e gastos de exploração líquidos	(772.400)	377.096	(1.938.539)	(5.172.115)	-	(1.141.547)	(53.557.155)	(62.204.660)
Rendimentos	-	-	-	-	-	-	973.089	973.089
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	225.775	-	-	-	-	-	-	225.775
Outros rendimentos/gastos técnicos líquidos de resseguro	-	15.444	362.896	135.635	-	-	-	513.975
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	1.097.356	44.936	30.664	-	1.172.956

As transações com a entidades do Grupo Allianz referem-se a investimentos, resseguro, companhias representadas, prestação de serviços, *cash pool*, representação fiscal e fornecedores não residentes.

As transações com o BPI referem-se a investimentos, comissões bancárias, comissões de mediação e corretagem.

Em 2020, os valores pagos e processados para os membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização, no âmbito das respetivas funções, foram os seguintes:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	2020	2019
Teresa Paila Lan Brantuas Silva	540.958	556.086
Vicente Tardio Barutel	30.000	30.000

Os restantes membros do Conselho de Administração não receberam qualquer remuneração nos Exercícios de 2020 e 2019.

CONSELHO FISCAL	2020	2019
José Vaz Serra de Moura	6.000	6.000
Diogo Inácio Vadre Castelino Alvim	5.000	5.000
Isaque Marcos Lameiras Raos	5.000	5.000

34 - ELEMENTOS EXTRAPATRIMONIAIS

Relativamente aos elementos extrapatrimoniais à data de encerramento do exercício de 2020, temos que considerar os seguintes valores: 393.957 Euros relativos a penhoras (2019: 474.101 Euros) e 539.821 Euros relativos a garantias bancárias (2019: 560.821 Euros).

35 - INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

A Allianz Portugal determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional é uma componente identificável da Allianz Portugal que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes. A Allianz Portugal controla a sua atividade através dos seguintes segmentos operacionais: Vida, Acidentes de Trabalho, Automóvel, Incêndio e Outros Danos e Restantes Ramos Não Vida.

O relato por segmentos operacionais de Não Vida para os exercícios de 2020 e 2019 detalham-se como segue:

RUBRICAS DO GANHOS E PERDAS - CONTA TÉCNICA NÃO VIDA	2020				
	Total Não Vida	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Restantes Ramos
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	**419.407.956**	110.345.990	131.876.261	85.733.296	91.452.410
Custos com sinistros líquidos de resseguro	**(293.959.561)**	(93.155.470)	(89.484.591)	(58.818.571)	(52.500.928)
Provisão para riscos em curso (variação)	**633.800**	-	863.487	(159.207)	(70.480)
Provisão para desvios de sinistralidade (variação)	**(976.831)**	-	-	(966.280)	(10.551)
Provisão para estabilização de carteira (variação)	-	-	-	-	-
Participação nos resultados atribuída	**(506.328)**	-	(208.831)	-	(297.497)
Custos e gastos de exploração líquidos	**(97.018.181)**	(20.800.865)	(31.218.102)	(25.517.824)	(19.481.391)
Rendimentos	**8.870.025**	6.970.412	1.108.897	505.007	285.709
Ganhos de investimentos	**(1.004.073)**	(436.169)	(362.671)	(133.040)	(72.193)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	**75.428**	33.026	24.752	11.272	6.377
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	**-**	-	-	-	-
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	**(698.816)**	(305.445)	(229.630)	(104.576)	(59.164)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	**(27.514)**	(27.514)	-	-	-
Outros rendimentos/gastos técnicos líquidos de resseguro	**394.594**	(5.969)	402.977	(1.541)	(872)
Outras provisões (variação)	**-**	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	**-**	-	-	-	-
Resultado Técnico	**35.190.498**	**2.617.995**	**12.772.549**	**548.536**	**19.251.419**
Rubrica do Balanço					
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	**667.188.149**	291.710.749	239.724.698	112.526.205	23.226.498
Provisões Técnicas	**538.930.138**	267.887.163	166.096.643	86.990.625	17.955.707

RUBRICAS DO GANHOS E PERDAS - CONTA TÉCNICA NÃO VIDA	2019				
	Total Não Vida	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Restantes Ramos
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	**402.788.931**	104.285.170	132.137.140	77.161.789	89.204.832
Custos com sinistros líquidos de resseguro	**(295.883.522)**	(88.644.411)	(102.098.140)	(47.730.618)	(59.410.353)
Provisão para riscos em curso (variação)	**4.220.025**	-	4.227.553	-	(7.528)
Provisão para desvios de sinistralidade (variação)	**(928.774)**	-	-	(915.164)	(13.610)
Provisão para estabilização de carteira (variação)	-	-	-	-	-
Participação nos resultados atribuída	**(142.182)**	-	-	-	(142.182)
Custos e ganhos de exploração líquidos	**(94.746.294)**	(19.486.177)	(33.474.044)	(23.047.351)	(18.738.722)
Rendimentos	**12.705.108**	8.784.085	2.368.845	1.039.700	512.478
Ganhos de investimentos	**(773.064)**	(336.051)	(279.540)	(102.818)	(54.655)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	**(563.587)**	(237.881)	(196.772)	(86.364)	(42.570)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	**-**	-	-	-	-
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	**4.628.114**	1.958.211	1.612.994	707.953	348.956
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	**(48.292)**	(20.433)	(16.831)	(7.387)	(3.641)
Outros rendimentos/gastos técnicos líquidos de resseguro	**489.037**	(12.800)	504.980	(1.198)	(1.945)
Outras provisões (variação)	**-**	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	**-**	-	-	-	-
Resultado Técnico	**31.745.500**	**8.289.713**	**4.786.185**	**7.018.542**	**11.651.060**
Rubrica do Balanço					
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	**517.611.352**	212.584.498	183.660.006	81.529.704	39.837.144
Provisões técnicas	**492.660.996**	215.277.214	161.842.436	73.842.452	41.698.894

O relato por segmentos operacionais de Vida para os Exercícios de 2020 e 2019, detalham-se como segue:

GANHOS E PERDAS	2020				
	Risco	Capitalização com participação nos resultados	Capitalização sem participação nos resultados	Passivos financeiros	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	93.865.746	1.669.621	-	0	**95.535.367**
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviço	-	-	-	590.432	**590.432**
Custos com sinistros líquidos de resseguro	(22.239.442)	(8.315.900)	(26.280.202)	1.957	**(56.833.586)**
Provisão matemática (variação)	172.851	3.794.176	25.904.707	-	**29.871.734**
Participação nos resultados atribuída	(4.736.352)	(80.086)	-	-	**(4.816.438)**
Provisão para compromissos de taxa (variação)	270.979	-	-	-	**270.979**
Custos e gastos de exploração líquidos	(51.415.700)	(2.002.699)	(15.962)	(377.400)	**(53.811.760)**
Rendimentos	906.113	701.622	1.966.499	4.767.498	**8.341.732**
Gastos de investimentos	(28.831)	(1.987.348)	-	-	**(2.016.179)**
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	30.088	-	(116.039)	**(85.951)**
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	**-**
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(28.723)	(1.570)	(21.281)	(22.858)	**(74.432)**
Outros rendimentos/gastos técnicos ´líquidos de resseguro	-	-	-	-	**-**
Resultado técnico	**(77.099.104)**	**(7.861.716)**	**1.553.762**	**4.843.589**	**16.971.898**

GANHOS E PERDAS	2019				
	Risco	Capitalização com participação nos resultados	Capitalização sem participação nos resultados	Passivos financeiros	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	92.709.307	1.388.955	14.524.468	-	**108.622.730**
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviço	-	-	-	373.326	**373.326**
Custos com sinistros líquidos de resseguro	(28.991.118)	(7.558.058)	(50.751.910)	-	**(87.301.086)**
Provisão matemática (variação)	148.388	4.462.567	35.585.952	-	**40.196.907**
Participação nos resultados atribuída	(2.320.953)	(354.298)	-	-	**(2.657.251)**
Provisão para compromissos de taxa (variação)	-	-	-	-	**-**
Provisão para compromissos de taxa, parte dos resseguradoress (variação	-	-	-	-	**-**
Provisão para estabilização de carteira (variação)	22.313	-	-	-	**22.313**
Custos e gastos de exploração líquidos	(43.882.978)	(1.038.306)	(770.088)	(451.394)	**(46.142.766)**
Rendimentos	774.742	1.151.991	2.861.316	4.954.738	**9.742.787**
Gastos de investimentos	(25.727)	(1.282.601)	(490.803)	-	**(1.799.131)**
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	7.767	8.308	2.371.316	627.428	**3.014.819**
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	**-**
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	-	-	-	**-**
Outros rendimentos/gastos técnicos ´líquidos de resseguro	-	-	-	-	**-**
Resultado técnico	18.441.741	(3.221.442)	3.330.251	5.504.098	24.054.648

36 - GESTÃO DE RISCO NA ALLIANZ PORTUGAL

Perfil de Risco e Contexto de Mercado

No âmbito da avaliação do perfil de risco da Allianz Portugal de acordo com os princípios regulamentares do regime de Solvência II, os riscos mais significativos são maioritariamente representados pelos riscos específicos de seguros, dadas as características inerentes do negócio, seguidos dos Riscos de Mercado face ao volume de ativos sob gestão para a cobertura das provisões técnicas.

O perfil de risco resulta da estratégia de apetite de risco da Allianz Portugal cuja governação se baseia na gestão dos riscos e dos seus limites.

Durante o ano de 2020 ocorreram vários desenvolvimentos a nível do enquadramento de mercado, ações de gestão e alterações ao modelo de cálculo, impulsionadas pelo feedback obtido no processo de certificação do regime de Solvência II, que tiveram impacto no perfil de risco da Allianz Portugal.

Nível de Capital com base nos Requisitos de Solvência II

O regime Solvência II entrou em vigor a 1 de janeiro de 2016 baseando-se na avaliação de ativos e passivos baseados em princípios económicos, com vista a verificar uma melhor aferição dos riscos assumidos pelas seguradoras tendo sempre como princípio a proteção dos tomadores de seguros, segurados, beneficiários e acionistas.

A avaliação tendo por base os princípios económicos traduz-se numa maior volatilidade dos fundos próprios e dos requisitos de capital, sendo o objetivo da Allianz ter um rácio de solvência robusto que lhe permita suportar potenciais impactos adversos extremos, garantindo assim todas as suas responsabilidades perante os seus segurados sem necessidade de recorrer a aumentos de capital por parte dos seus acionistas.

A Allianz Portugal mantém a todo o momento um nível de capital adequado face do regime de Solvência II. A Gestão da Allianz Portugal considera que a estrutura de governação da empresa é adequada e eficiente na monitorização dos riscos a que a Companhia se encontra exposta.

A posição do capital é controlada de forma rigorosa tendo em conta todos os fatores mencionados, sendo realizados regularmente testes de stress com base em cenários adversos padrão. Estes controlos permitem à empresa tomar medidas que assegurem tanto uma base de capital como uma solvência sólida, de forma continuada.

A Allianz Portugal segue uma política de gestão das suas carteiras seguindo uma visão abrangente do risco e do retorno. Os riscos económicos e de concentração são ativamente restringidos através de limites impostos sendo também utilizada a métrica de retorno do capital de risco (RoRC) na análise do segmento Não Vida e Vida. Esta métrica permite identificar as linhas de negócio e os produtos com lucros consistentemente lucrativos face ao capital alocado.

Nos parágrafos abaixo será apresentada a evolução expectável do perfil de risco da Allianz Portugal por categoria de risco. Todos os riscos estão apresentados antes dos efeitos de diversificação entre categorias de risco, sendo que a concentração de cada risco é discutida de forma individual.

Riscos Quantificáveis

Risco de Mercado

A Allianz Portugal tem como característica inerente da sua operação seguradora o investimento dos prémios recebidos em ativos diversificados sendo os ativos de renda fixa onde concentra a maioria do seu investimento. Desta forma, as suas carteiras de investimento estão dependentes da evolução dos mercados financeiros, variando o seu valos ao longo do tempo, estando naturalmente exposta ao risco de mercado.

O Risco de Mercado consiste no risco de movimentos adversos no valor dos ativos e passivos relacionados com variações do mercado de capitais, dos mercados cambiais, das taxas de juro e do valor imobiliário.
A política de investimentos pauta-se por níveis prudentes de aceitação e diversificação do risco através do estabelecimento de uma alocação estratégica anual dos ativos (strategic asset allocation), que é revista periodicamente.

A aprovação da estratégia de investimento e a verificação do cumprimento da política de investimentos é efetuada pelo Comité de Investimentos.

A Gestão de Ativos e Passivos, do ano 2020, foi efetuada utilizando uma metodologia designada por ALM (Asset Liability Management).

Esta metodologia permitiu-nos efetuar as seguintes análises:

- Análise gap duration de ativos e passivos;
- Análise de cobertura (verifica-se que existem ativos suficientes para cobrir as responsabilidades existentes);
- Análise de liquidez ao longo da vida do produto;
- Análise de risco reinvestimento e risco de preço.

No caso do segmento Vida são usadas técnicas como a replicação de portfólios de forma a integrar de modo mais eficiente os passivos deste segmento.

Nível de Taxa de Juro

O requisito de capital estimado do risco da taxa de juro manteve-se estável ao longo do ano 2020. Este risco advém principalmente do mismatch entre a duração dos ativos e dos passivos. Do lado dos ativos, provém principalmente de obrigações com taxas de juro fixas, enquanto que do lado dos passivos o principal fator de risco são as provisões técnicas.

Risco Acionista

O risco acionista da Allianz Portugal compõe uma parte relativamente pequena do risco de mercado dada a política de investimento da Companhia e manteve-se estável durante o ano de 2020. Desde 2017 que estamos a incluir o valor dos ativos tangíveis como exposição ao risco de ações tipo 2, de acordo com a normativa regulatória.

Risco Imobiliário

Em 2020, o requisito de capital estimado do risco imobiliário aumentou ligeiramente devido à reavaliação dos ativos desta categoria.

Risco de Spread

O cálculo do requisito de capital do risco de Spread tem por base o risco de perdas nos fundos de base que resultem da diminuição da avaliação de crédito de um determinado título financeiro por parte de uma ECAI reconhecida.

O risco de Spread aumentou face a 2019 resultante essencialmente do aumento da exposição a obrigações corporativas.

Risco de Contraparte

O risco de contraparte consiste no risco de perdas inesperadas provocadas pela depreciação da qualidade creditícia (rating) ou mesmo incumprimento de um parceiro de negócio.

A Allianz Portugal possui um conjunto de ferramentas que permitem gerir de forma ativa a exposição da carteira de ativos aos diversos emitentes e monitorizar a sua evolução.

Durante o ano de 2020 verificou-se uma diminuição do risco de contraparte, maioritariamente, proveniente da redução dos montantes em caixa e dos montantes de resseguro cedido a resseguradoras com baixo rating. A qualidade creditícia das entidades resseguradoras a que a Allianz Portugal está exposta em 2020, concentra-se essencialmente em entidades da Companhia Allianz, pelo que apresentam uma qualidade creditícia AA.

Risco Específico de Seguros

O Risco Específico de Seguros representa o risco de perdas provocadas pela comercialização de contratos de seguro, desenvolvimento de produtos, tarifação, processo de subscrição, provisionamento de responsabilidades, gestão de sinistros e gestão de resseguro.

A Allianz Portugal tem estabelecido políticas claras de subscrição, tarifação e de desenvolvimento dos produtos, tendo definido requisitos mínimos estandardizados de risco. Estes requisitos não só são cumpridos no desenvolvimento e aprovação de novos produtos, mas também em mudanças significativas nos produtos existentes.

Relativamente às políticas de subscrição, estão definidos standards mínimos de risco para a subscrição, cujo grande objetivo é proteger a Companhia de riscos excessivos e suportar a otimização de risco/retorno, documentando as respetivas responsabilidades. Por sua vez, as tarifas aplicadas são construídas com base em técnicas atuariais e revistas regularmente.

O provisionamento é acompanhado regularmente, reunindo-se trimestralmente o Comité de Reservas com o objetivo de analisar a evolução das reservas e determinar a necessidade de proceder a ajustamentos.

Risco Específico de Seguros do Segmento Vida

O risco específico de Seguros do Segmento Vida é composto pelo risco de mortalidade, longevidade, catastrófico, resgate e despesas. Os riscos de mortalidade, longevidade e catastrófico consistem no risco de perdas originadas por variações positivas/negativas nos pressupostos de taxa de mortalidade. Enquanto o risco de resgate consiste no risco de perdas originadas por variações positivas/negativas nas taxas de descontinuidade. O risco de despesas por sua vez consiste no risco de perdas originadas por um aumento nas despesas e taxa de inflação consideradas no cálculo das provisões técnicas.

No final de 2020, o risco específico estimado do segmento Vida sofreu um ligeiro aumento explicado pela alteração de pressupostos que influenciaram o risco de resgate.

Riscos Específicos de Seguros do Segmento Não Vida

O risco de prémios e reservas consiste no risco de insuficiência de cobertura de prémios ou de perdas provenientes da utilização de bases de cálculo não adequadas ou insuficientes. O risco de resgate consiste no risco de perdas originadas por variações positivas/negativas na descontinuidade de certas apólices de seguro. O risco catastrófico consiste no risco de perdas originadas por um evento inesperado de origem natural ou humana.

O risco específico de Não Vida estimado aumentou ligeiramente face a 2019 relacionado essencialmente pelo aumento do volume de prémios e reservas.

Riscos Específicos de Seguros do Segmento Acidentes e Doença

O módulo de risco específico de Acidentes e Doença encontra-se dividido nos submódulos de acidentes e doença STV (semelhante a técnicas de Vida), acidentes e doença NSTV (não semelhante a técnicas de Vida) e risco catastrófico de acidentes e doença.

No ano de 2020, estima-se um aumento de 20% no risco específico de acidentes e doença. Este aumento resulta de uma subida do requisito de capital estimado em ambos os módulos de acidentes e doença STV e NSTV de 33% e 19% respetivamente. O aumento verificado nos riscos semelhantes a Vida deveu-se essencialmente à alteração do modelo de cálculo, por sua vez, o aumento no risco de prémios e reservas deve-se essencialmente a um aumento nos volumes de cada risco e na revisão que houve aos fatores de cálculo dos mesmos.

Risco Operacional

O risco operacional é definido como o risco de perdas resultantes da falha ou da inadequação de processos ou sistemas internos, do erro humano ou do comportamento humano inadequado, ou de eventos externos.

A diminuição no requisito de capital estimado para o risco operacional em 2020 deve-se à redução do valor dos prémios recebidos de Vida.

O risco operacional está efetivamente presente em todas as atividades realizadas na Allianz Portugal e, tipicamente, não é possível que seja evitado. No entanto, a Allianz Portugal tem definida uma estrutura para a gestão do risco operacional do qual fazem parte todos os colaboradores e, especialmente, todos os níveis de gestão da Allianz Portugal. Estes riscos são geralmente geridos durante o curso normal das operações, ou seja, os responsáveis dos riscos e dos processos, como parte das suas funções de primeira linha, devem estar sensibilizados para a identificação dos riscos operacionais incorporados nas suas atividades, que ameacem o alcance dos seus objetivos, e devem decidir sobre o nível adequado de tolerância ao risco. Assim, sempre que necessário, deverão pôr em curso ações de mitigação apropriadas até que o nível de tolerância do risco seja obtido.

Outros Riscos

Riscos de Liquidez

O risco de liquidez, definido como o risco de perdas resultantes da incapacidade de fazer face a liquidações de curto ou médio prazo é monitorizado usando a metodologia ALM. Este tipo de risco surge principalmente da existência de um mismatch entre a periodicidade dos fluxos de caixa dos ativos e dos passivos.

O principal objetivo da Allianz Portugal aquando do planeamento e gestão da posição de liquidez é garantir que todas as obrigações de pagamento estão asseguradas. Como forma de cumprir este objetivo, a empresa monitoriza e faz uma previsão regular da sua liquidez de curto-prazo, submetendo-a ainda a um limite absoluto mínimo de forma a permitir a sua proteção face a eventuais crises de liquidez. A liquidez de curto-prazo é, ainda, gerida através de uma ferramenta central disponibilizada pela Companhia Allianz chamada "cash pool". De referir também, que a Allianz Portugal aplica requisitos de contingência de liquidez que incluem a não capacidade de acesso a mercados de capitais externos e

cenários combinados de risco de mercado e catastrófico.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os cash-flows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

RISCO DE LIQUIDEZ 2020	Até 12 meses Maturidade	1-2 anos Maturidade	2-5 anos Maturidade	> 5 anos	Maturidade	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	**-**	**-**	**-**	**-**	**13.824.968**	**13.824.968**
Ativos financeiros detidos para negociação		**-**	**-**	**-**	**966.863**	**966.863**
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	**79.474.324**	**35.570**	**205.981**	**130.141**	**-**	**79.846.016**
Dívida pública	-	35.570	205.981	13.141	-	371.692
Instrumentos de capital	79.474.324	-	-	-	-	79.474.324
Investimentos disponíveis para venda	**97.695.315**	**145.585.501**	**383.082.350**	**484.035.616**	**20.898.475**	**1.131.297.257**
Dívida pública	20.207.436	38.532.610	210.188.290	351.946.516	-	620.874.851
Obrigações de outros emissores	77.487.879	107.052.891	172.894.060	132.089.100	-	489.523.931
Instrumentos de capital	-	-	-	-	20.898.475	20.898.475
Outros ativos financeiros	**850.233**	**-**	**-**	**-**	**-**	**850.233**
Total de ativos financeiros	**178.019.872**	**145.621.071**	**383.288.331**	**484.165.757**	**35.690.306**	**1.226.785.337**
Passivos financeiros	169.852.550	33.671.910	89.029.872	112.450.858	-	**405.005.190**
Total de passivos financeiros	**169.852.550**	**33.671.910**	**88.029.872**	**112.450.858**		**405.005.190**
Líquido	**8.167.322**	**111.949.161**	**294.258.460**	**371.714.898**	**35.690.306**	**821.780.147**

RISCO DE LIQUIDEZ 2019	Até 12 meses Maturidade	1-2 anos Maturidade	2-5 anos Maturidade	> 5 anos	Maturidade	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	**-**	**-**	**-**	**-**	**25.225.818**	**25.225.818**
Ativos financeiros detidos para negociação		**-**	**-**	**-**	**943.421**	**943.421**
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	**121.707**	**-**	**176.495**	**81.641**	**29.003.469**	**29.383.312**
Dívida pública	121.707	-	176.495	81.641	-	379.843
Instrumentos de capital	-	-	-	-	29.003.469	29.003.469
Investimentos disponíveis para venda	**131.924.900**	**101.133.964**	**377.129.481**	**429.037.953**	**22.030.629**	**1.061.256.926**
Dívida pública	56.398.456	21.128.363	155.670.519	375.796.693	-	608.994.031
Obrigações de outros emissores	75.526.444	80.005.601	221.458.962	53.241.259	-	430.232.266
Instrumentos de capital	-	-	-	-	22.030.629	22.030.629
Outros ativos financeiros	**992.752**	**-**	**-**	**-**	**-**	**992.752**
Total de ativos financeiros	**133.039.359**	**101.133.964**	**377.305.976**	**429.119.594**	**77.203.336**	**1.117.802.229**
Passivos financeiros	137.916.778	27.416.375	102.474.246	116.418.010	-	**384.225.409**
Total de passivos financeiros	**137.916.778**	**27.416.375**	**102.474.246**	**116.418.010**	**-**	**384.225.409**
Total líquido	**-4.877.420**	**73.717.589**	**274.831.730**	**312.701.584**	**77.203.336**	**733.576.820**

Risco Reputacional

O risco reputacional é descrito como o risco de uma queda inesperada do valor do negócio ou do valor do negócio futuro devido a perdas de reputação da marca Allianz. Todos os departamentos da Allianz Portugal trabalham de forma cooperativa na identificação de riscos reputacionais. A área de Comunicação é responsável pela avaliação e pelas tomadas de decisão sobre os riscos reputacionais, e pela gestão dos problemas reputacionais.

Adicionalmente, a avaliação de riscos reputacionais é feita através de uma metodologia estruturada que disponibiliza uma base consistente para a comparação entre o risco e o prémio tendo em particular consideração: áreas de negócio sensíveis e riscos de conduta durante a elaboração, distribuição e prestação de serviços. por outro lado, aquando da elaboração, distribuição e venda de produtos e serviços, a Allianz Portugal faz uma análise relativa ao cumprimento das expectativas razoáveis dos clientes quanto ao justo valor e ao resultado esperado dos mesmos.

Assim, os impactos de eventos de risco reputacional como, por exemplo, problemas reputacionais, são mitigados utilizando uma abordagem coordenada entre a comunicação e a gestão da crise.

As decisões sobre riscos reputacionais individuais são integradas na estrutura geral de gestão de risco da Allianz Portugal e, assim, estes riscos são identificados e analisados num processo anual interno chamado "Top Risk Assessment" onde a gestão de topo toma decisões face à estratégia de gestão de risco e ações decorrentes deste. Por último, esta análise é complementada trimestralmente e a gestão do risco reputacional é realizada numa base casuística.

Análises de Sensibilidade

A Allianz Portugal efetua análises regulares de stress testing que permitem avaliar com profundidade os seus riscos. Esta análise possibilita a avaliação dos impactos de situações adversas e a medição dos efeitos de várias estratégias de gestão.

O rácio de solvência em 31 de dezembro de 2020 e a quantificação dos respetivos riscos, conforme acima identificados, serão apresentados no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado pela Companhia durante o mês de abril de 2021.

É entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação financeira e requisitos de capital estimados, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2020.

Plano de Continuidade

O Plano de Continuidade identifica as responsabilidades e tarefas necessárias para restabelecer o normal e bom funcionamento da Companhia, no caso de ocorrer um incidente que provoque interrupção por um período de tempo indeterminado. Esta interrupção pode ocorrer na sequência da destruição de instalações, equipamentos, ou danos em pessoas, impedindo a prestação de serviços a clientes internos ou externos.

O Plano de Continuidade destina-se a assegurar, a segurança e bem-estar dos trabalhadores, manutenção da comunicação interna, continuidade dos processos críticos de negócio, cumprimento de obrigações contratuais, gestão do risco e a manutenção da confidencialidade dos dados e reputação do negócio (via comunicações externas).

No âmbito do Plano é tido em consideração o edifício onde ocorreu o incidente, o tipo de cenário de desastre, se o tipo de danos provocados foi nas instalações e/ou na infraestrutura tecnológica e sistema informáticos e ainda o período em que ocorreu (dentro ou fora do período laboral, com ou sem os sistemas informáticos "abertos").

O Plano de Continuidade é atualizado regularmente contendo os procedimentos alternativos para todas as áreas críticas do negócio.

Governação do Risco

Princípios de Governação do Risco

A Allianz Portugal considera o controlo de risco como uma das suas competências centrais. Desta forma, os princípios de governação de risco integram todas as unidades de negócio da Companhia, destacando-se os seguintes:

- Fomentar uma cultura de gestão de risco sólida, apoiada por uma estrutura de governação de risco robusta;
- Aplicar de forma consistente um modelo integral de capital de risco sobre todas as unidades de negócio, protegendo a base de fundos próprios e apoiando a gestão de capital efetiva;
- Integrar considerações do risco e de requisitos de capital na gestão e processo de decisão, pela atribuição do risco e alocação de capital às várias unidades de negócio.

O apetite de risco da Allianz Portugal é definido pela sua estratégia de risco e imposição de limites. O risco é observado e reportado em detalhe, permitindo detetar eventuais desvios à tolerância de risco numa fase inicial do mesmo. Com o intuito de garantir o interesse dos acionistas e os requisitos impostos pelo regulador, os princípios de governação de risco acrescentam valor à Companhia através de quatro componentes principais:

Subscrição e identificação de risco: os princípios sólidos de subscrição e identificação do risco estabelecem as pedras basilares da adequação do risco e das decisões a tomar, tais como a aprovação de transações individuais e alocação estratégica de ativos. Estes princípios incluem a avaliação e os padrões de risco, métodos de avaliação e padrões mínimos de subscrição claros.

Reporte e monotorização de risco: o nosso abrangente reporte de riscos qualificativos e quantitativos e princípios de monotorização fornecem os indicadores de risco e a transparência necessária à tomada de decisões por parte da gestão de topo em relação ao risco geral da Companhia e se este se encontra dentro dos limites aceites e alocado à equipa certa.

Estratégia e apetite de risco: a nossa estratégia de risco define claramente o nosso apetite de risco. Esta garante que os retornos são apropriados face aos riscos assumidos e que as funções encarregadas estão em linha com a capacidade da Allianz Portugal de suportar o risco. Este perfil de risco e retorno é melhorado a partir de considerações sobre a integração do risco e das necessidades de capital no processo de decisão. Tal permite não só manter uma estratégia de risco e objetivos de negócio consistentes, mas também aproveitar oportunidades dentro dos níveis de tolerância de risco.

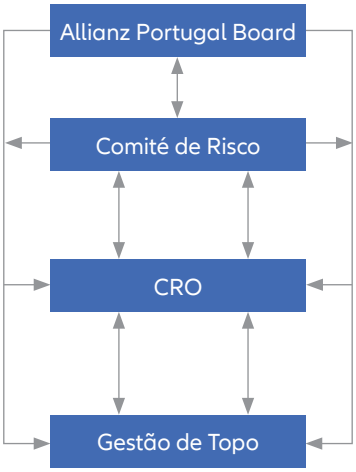
Comunicação e transparência: a divulgação transparente e robusta proporciona a base para a comunicação desta estratégia para todas as partes externas e internas interessadas, garantindo um impacto positivo e sustentável na avaliação da Companhia e no seu financiamento. Adicionalmente, esta divulgação fortalece a consciencialização face ao risco e à cultura de risco da Allianz Portugal.

Estrutura de Governação de Risco

A Allianz Portugal possui na sua estrutura organizacional, um Departamento de Controlo de Risco cujo responsável é o CRO da Companhia e que reporta ao CFO.

A estrutura de gestão de risco pode ser sumarizada da seguinte forma:

	Responsabilidades
Allianz Portugal Board	• Aprovar a política e a estratégia de risco • Definir limites
Comité de Risco	• Recomendar/aprovar ações para mitigar os riscos • Definir limites • Promover a cultura de risco
CRO	• Gerir proativamente os riscos de acordo com as políticas e limites existentes • Monitorizar a Solvência e o perfil de risco • Reportar e comunicar.
Gestão de Topo	• Garantir que é efetuado todo o processo de gestão de riscos (identificação, avaliação e mitigação), bem como assegurar a existência dos mecanismos necessários à sua monitorização e controlo.



O principal objetivo do Comité de Risco é promover o cumprimento das políticas, limites e guidelines, contribuindo para a construção de uma forte cultura de risco. A introdução e manutenção de infraestruturas, controlos e processos que proactivamente contribuam para identificar e monitorizar os riscos, são também orientações claramente definidas na estratégia da Companhia e que são monitorizadas neste Comité.

Enquanto entidade financeira, a Allianz Portugal considera a gestão de risco como parte integrante nas suas atividades e competências. Como tal, a tomada de decisão da Administração integra as considerações de risco e as necessidades de capital. A Administração é responsável pela Estratégia de Risco, sendo definida anualmente em função do risco que a Companhia está disposta a aceitar para cumprir os seus objetivos estratégicos e aproveitar as oportunidades de negócio subjacentes.

De referir que a Allianz Portugal tem implementado a sua Política de Gestão de Risco de forma transversal a todas as áreas da Companhia, definindo os seus princípios fundamentais bem como as responsabilidades dos diversos intervenientes na sua implementação, monitorização e comunicação

37. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO NÃO DESCRITOS EM PONTOS ANTERIORES

Após a data das demonstrações financeiras não se registaram acontecimentos que afetem o valor dos ativos, passivos e divulgações das demonstrações financeiras do período.

Lisboa, 24 de fevereiro de 2021

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

B

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

Anexo 1

Companhia de Seguros Allianz Portugal

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Anexo I - Separadas

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						Unitário	Total
	1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS							
	1.1 - Nacionais							
	1.1.1 - Partes de capital em empresas do grupo							
921910004201	ALLIANZ - Soc. Gestora de Fundos de Pensões	17 719	-		53	930 406	52,51	930 406
11	**sub-total**	**17 719**	-		-	**930 406**		**930 406,01**
	1.2 - Estrangeiras							
	1.2.2 - Obrigações de empresas do grupo							
12	**sub-total**					**0**		**0,00**
11+ 12	**total**	**17 719**	-			**930 406**		**930 406,01**
	2 - OUTROS TÍTULOS							
	2.1 - Nacionais							
	2.1.1 - Títulos de rendimento fixo							
	2.1.1.1 - De dívida pública							
PTOTEAOE0021	PGB4,95 10/23	-	21 500 000	100%	1,02	21 989 897	1,16	24 882 595
PTOTEYOE0007	OBRIGAÇÕES DO TESOURO 3.85% 04/15/2021	-	11 650 000	100%	0,92	10 721 642	1,01	11 797 722
PTOTEROE0014	OBRIGAÇÕES DO TESOURO PORTUGAL 3,875% 15.02.2030	-	16 250 000	100%	1,10	17 815 898	1,36	22 031 266
PTOTEKOE0011	TESORO PORTUGARL 2,875% 15.10.2025	-	38 970 000	100%	1,12	43 781 543	1,16	45 208 318
PTOTETOE0012	OBRIGAÇÕES TESOURO PORTUGAL 2,875% 21.07.2026	-	37 655 000	100%	1,09	40 886 985	1,18	44 479 592
PTOTEBOE0020	OBRIGACOES DO TESOURO 4,1% 15.02.2045	-	29 235 000	100%	1,06	31 078 029	1,74	50 929 413
PTOTEQOE0015	OBRIGACOES DO TESOURO 5,65% 15.02.2024	-	11 500 000	100%	1,20	13 857 197	1,19	13 741 235
PTOTESOE0013	OBRIGACOES DO TESOURO 2,20% 17.10.2022	-	11 150 000	100%	1,01	11 303 833	1,05	11 736 825
PTOTE5OE0007	OBRIGACOES DO TESOURO PORTUGAL 4,1% 15/04/2037	-	8 610 000	100%	1,11	9 591 530	1,58	13 621 192
PTOTEUOE0019	PGB 4,125% 14/04/27	-	17 925 000	100%	1,23	21 979 261	1,28	22 950 632
PTOTEVOE0018	Obrigaçoes Do Tesouro 2,125% 17/10/2028	-	3 210 000	100%	1,06	3 401 447	1,18	3 783 820
PTOTEWOE0017	Obrigaçoes do Tesouro 2,25% 18/04/2034	-	5 250 000	100%	1,13	5 914 528	1,26	6 617 625
PTOTEXOE0024	OBRIGACOES DO TESOURO 1,95 15/06/2029	-	4 220 000	100%	1,13	4 752 770	1,17	4 951 326
PTOTELOE0028	OBRIGACOES DO TESOURO 0,475% 18/10/2030	-	4 100 000	100%	0,98	4 027 348	1,04	4 278 186
	sub-total	-	**221 225 000**			**241 101 907**		**281 009 746**
	2.1.1. 2 - De outros emissores públicos							
	sub-total	-	-			-		-
XS0995380580	EDP 4.125% 20/01/2021	-	1 000 000	100%	1,08	1 075 500	1,00	1 001 180
XS1111324700	EDP 2,625% 18/01/2022	-	4 500 000	100%	0,99	4 469 040	1,03	4 631 760
XS0399353506	EDP 0 12/11/23	-	2 000 000	100%	0,78	1 564 280	0,99	1 983 166
XS1846632104	EDP 1,625% 26/01/2026	-	1 500 000	100%	1,06	1 583 430	1,08	1 614 855
211	**sub-total**	-	**9 000 000**			**8 692 250**		**9 230 961**
	sub-total	-	**230 225 000**			**249 794 156**		**290 240 707**
	2.1.2 - Títulos de rendimento variável							
	2.1.2.1 - Ações							
P921910003001	AUDATEX PORTUGAL SA	520	-		249,40	129 687	249,40	129 687
P921910012401	FUNFRAP-FUNDIÇAO PORTUGUESA SA	50 000	-		4,99	249 399	4,99	249 399
P921910013401	PREVISAO	17 500	-		4,28	74 940	2,25	39 452
P921910018101	C. HOSPITALAR S. FRANCISCO	148 842	-		0,70	104 748	0,70	104 748
P921910034001	CASTIL PARQUE	200	-		1 295,63	259 126	841,12	168 224
P921910046401	Lusitania Seguros	191	-		0,00	-	3,46	661
	sub-total	**217 253**	-			**817 899**		**692 171**
	sub-total							

	2.1.2.2 - Títulos de participação							
	sub-total							
	2.1.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
	sub-total	-	-			-		-
	2.1.2.4 - Outros							
	sub-total	-	-			-		-
212	**sub-total**	**217 253**	-			**817 899**		**692 171**
211+212	**total**	**217 253**	**230 225 000**			**250 612 056**		**290 932 879**
	2.2 - Estrangeiros							
	2.2.1 - Títulos de rendimento fixo							
	2.2.1.1 - De dívida pública							
AT0000383864	REPUBLIC OF AUSTRIA 6,25% 7/15/2027	-	740 000	100%	1,32	978 669	1,46	1 079 297
BE0000291972	BELGIUM KINGDOM 5,5% 03/28/2028	-	200 000	100%	1,16	231 305	1,45	289 276
BE0000320292	BELGIUM KINGDOM 4,25 28/03/2041	-	400 000	100%	1,58	633 928	1,82	728 272
BE0000336454	BGB 1,9% 22/06/2038	-	500 000	100%	1,10	551 765	1,33	663 755
BE0008074230	BELGIUM BE STRIP 0% 28/03/2038	-	2 000 000	100%	0,79	1 575 972	0,99	1 988 788
BE0008075245	BELGIUM BE STRIP 0% 28/03/2039	-	2 600 000	100%	0,77	1 995 144	0,99	2 576 696
BE0008076250	BELGIUM BE STRIP 0% 28/03/2040	-	1 900 000	100%	0,75	1 427 034	0,97	1 841 665
BE0008077266	BELGIUM BE STRIP 0% 28/03/2041	-	1 800 000	100%	0,74	1 329 596	0,97	1 738 014
BE0008071202	BELGIUM BE STRIP 0% 28/03/2035	-	2 500 000	100%	0,83	2 066 400	1,02	2 537 764
BE0008072218	BELGIUM BE STRIP 0% 28/03/2036	-	2 400 000	100%	0,81	1 942 032	1,00	2 411 594
BE0008521826	BELGIUM BE STRIP 0% 22/06/2034	-	1 600 000	100%	0,84	1 347 850	1,02	1 626 400
BE0008063126	BELGIUM BE STRIP 0% 28/03/2028	-	2 000 000	100%	0,93	1 863 839	1,04	2 079 511
DE000A2GSNR0	KFW 0,625 07/01/2028	-	1 500 000	100%	1,05	1 573 620	1,08	1 620 270
ES0000012411	ESTADO 5,75% 07/32	-	3 750 000	100%	1,55	5 806 520	1,64	6 165 563
ES00000122E5	ESTADO4,65 0725	-	15 620 000	100%	1,16	18 133 732	1,24	19 310 537
ES00000123B9	ESTADO5,5 04/21	-	5 700 000	100%	1,20	6 820 637	1,02	5 810 637
ES00000123K0	ESTADO5,85 01/22	-	7 100 000	100%	1,16	8 261 590	1,07	7 595 367
ES00000123X3	SPGB 4,4% 31/10/2023	-	5 700 000	100%	1,18	6 741 761	1,14	6 505 752
ES00000123U9	SPGB 5,4% 31/01/2023	-	5 805 000	100%	1,24	7 216 171	1,12	6 530 161
ES00000124C5	SPGB 5,15% 31/10/2028	-	8 550 000	100%	1,35	11 536 942	1,42	12 119 882
ES00000124W3	SPGB 3,8% 30/04/2024	-	2 300 000	100%	1,03	2 368 166	1,15	2 634 972
ES00000126B2	SPGB 2.75% 31/10/2024	-	9 805 000	100%	1,12	10 995 324	1,13	11 039 155
ES00000126Z1	SPGB 1,6 30/04/25	-	1 000 000	100%	1,03	1 030 140	1,09	1 090 920
ES0000011868	ESTADO6%E/01-29	-	550 000	100%	1,44	793 502	1,50	823 900
ES00000121S7	ESTADO4,7 07/41	-	1 600 000	100%	1,46	2 330 508	1,79	2 867 360
ES00000120N0	ESTADO4,9 07/40	-	850 000	100%	1,43	1 216 044	1,81	1 537 523
ES00000123C7	ESTADO5,9 07/26	-	1 500 000	100%	1,38	2 066 925	1,35	2 030 385
ES00000127A2	ESTADO 1,95 07/30	-	2 500 000	100%	1,16	2 897 400	1,19	2 965 800
ES00000127Z9	SPGB 1,95% 30.04.2026	-	6 100 000	100%	1,06	6 460 712	1,13	6 872 626
ES00000128C6	ESTADO 2,9% 31.10.2046	-	1 325 000	100%	1,07	1 419 869	1,50	1 985 778
ES00000128H5	ESTADO 1,3% 31/10/26	-	2 000 000	100%	1,03	2 051 530	1,10	2 197 160
ES00000128P8	ESTADO 1,5% 30/04/2027	-	300 000	100%	1,06	316 722	1,12	334 902
ES00000128Q6	SPGB 2.35% 30/07/33	-	2 650 000	100%	1,13	2 995 043	1,26	3 345 837
ES00000124H4	SPGB 5,15% 31/10/44	-	1 175 000	100%	1,52	1 782 915	1,98	2 322 623
ES0000012B47	SPGB 2,7% 31/10/2048	-	1 875 000	100%	1,02	1 921 141	1,47	2 755 125
ES00000127G9	SPGB 2,15% 31/10/2025	-	9 170 000	100%	1,11	10 187 656	1,13	10 327 896
ES0000012B88	SPGB 1,4% 30/07/2028	-	3 700 000	100%	1,10	4 071 184	1,12	4 146 849
ES00000128O1	SPGB 0,4% 30/04/22	-	35 000	100%	1,01	35 368	1,01	35 476
XS1392927072	FINNVERA PLC 0,5% 13/04/2026	-	2 000 000	100%	1,03	2 058 560	1,05	2 102 020
FR0010466938	FRANCE (GOVT OF) 4,25% 10/25/2023	-	2 600 000	100%	1,07	2 787 072	1,14	2 968 056
FR0000571085	FRANCE (GOVT OF) 8,5% 4/25/2023	-	3 600 000	100%	1,53	5 502 600	1,21	4 371 084
FR0011337880	FRANCE 2,25% 25/10/2022	-	6 800 000	100%	1,01	6 836 522	1,05	7 168 220
FR0011059088	Francia 3.25 25/10/2021	-	500 000	100%	1,09	547 300	1,03	515 685
FR0010809533	FRANCE STRIP 25/04/2047	-	200 000	100%	0,68	136 914	0,91	181 402
FR0010809640	FRANCE STRIP 25/04/2053	-	400 000	100%	0,60	240 844	0,85	340 772
FR0010871038	FRANCE STRIP 25/04/2056	-	400 000	100%	0,56	225 261	0,82	328 928
FR0010871079	FRANCE STRIP 25/04/2060	-	500 000	100%	0,52	259 985	0,80	402 035
FR0010070060	FRTR 4,75% 04/35	-	250 000	100%	1,60	400 447	1,71	428 363
FR0010773192	FRTR4,5 04/41	-	275 000	100%	1,69	463 439	1,89	520 704
FR0010371401	FRANCE4 10/38	-	150 000	100%	1,54	231 678	1,72	258 068
FR0012993103	FRTR 1,50% 25/05/31	-	200 000	100%	1,12	223 423	1,19	238 694
FR0011461037	FRTR 3,25% 25/05/45	-	1 300 000	100%	1,59	2 068 198	1,73	2 244 437

FR0011755156	UNEDIC 2,375% 25/05/2024	-	6 400 000	100%	1,12	7 145 600	1,10	7 026 176
FR0013128584	UNEDIC 0,625% 03/03/2026	-	8 200 000	100%	1,01	8 319 118	1,05	8 643 046
FR0011462746	UNED 2,25% 05/04/2023	-	900 000	100%	1,10	986 439	1,06	955 791
FR0010171975	FRTR 4,0% 25/04/2055	-	850 000	100%	1,73	1 473 315	2,17	1 841 568
FR0013154044	FRTR 1,25% 25/05/2036	-	150 000	100%	1,06	158 918	1,20	180 314
FR0013234333	FRTR 1,75% 25/06/2039	-	250 000	100%	1,14	285 501	1,32	330 128
FR0013257524	FRTR 2,0% 25/05/2048	-	400 000	100%	1,17	469 896	1,46	582 436
FR0013404969	FRTR 1,5% 25/05/2050	-	300 000	100%	1,04	311 028	1,33	399 435
IE00BV8C9418	IRISH TREASURY 1,0% 15/05/2026	-	3 800 000	100%	1,06	4 045 974	1,09	4 130 182
IE00BDHDPR44	IRISH 0.9% 15/05/2028	-	4 300 000	100%	1,05	4 523 428	1,10	4 745 609
IE00BH3SQ895	IRISH 1.1% 15/05/2029	-	6 050 000	100%	1,10	6 626 691	1,13	6 834 262
IE00BJ38CR43	IRISH 2.4% 15/05/2030	-	800 000	100%	1,23	987 424	1,27	1 012 352
IE00BFZRQ242	IRISH 1.35% 18/03/2031	-	850 000	100%	1,12	952 196	1,17	997 271
IT0001086567	BTPS 7,25 11\2026	-	1 800 000	100%	1,28	2 300 400	1,42	2 554 038
NL0000102275	NETHERLANDS GOVERNMENT 3,75% 1/15/2023	-	2 135 000	100%	0,96	2 050 824	1,09	2 329 819
NL0000003564	NETHERLAND GOVT STRIP 0% 15/01/2034	-	1 000 000	100%	0,92	917 019	1,05	1 050 204
NL0000003556	NETHERLAND GOVT STRIP 0% 15/01/2033	-	2 800 000	100%	0,93	2 606 105	1,05	2 941 513
EU000A1GRVV3	CE 3,5% 04/06/2021	-	500 000	100%	1,15	576 050	1,02	508 600
EU000A1HBXS7	CE 2,5% 04/11/2027	-	2 000 000	100%	1,23	2 463 140	1,21	2 425 720
EU000A1GVVF8	CE 3%04/09/26	-	3 000 000	100%	1,06	3 187 114	1,21	3 621 750
EU000A18Z2D4	EUROPEAN UNION 0,75% 04/04/2031	-	3 000 000	100%	1,00	3 004 320	1,12	3 362 280
EU000A1ZR7H3	EUROPEAN UNION 1,375% 04/10/2029	-	2 850 000	100%	1,10	3 135 570	1,17	3 325 067
EU000A1GY6W8	EUROPEAN UNION 3,75% 04/04/2042	-	2 000 000	100%	1,62	3 231 442	1,79	3 584 400
EU000A1Z6TV6	EUROPEAN UNION 1,5% 01/10/2035	-	200 000	100%	1,08	216 815	1,25	249 898
XS1919899960	EUROFIMA 0.25 09.02.2024	-	9 000 000	100%	1,00	8 958 150	1,02	9 183 870
EU000A1G0A16	EFSF 2,25% 05/09/2022	-	3 500 000	100%	1,01	3 539 800	1,05	3 674 125
XS0832628423	EIB 2,25% 14/10/2022	-	3 500 000	100%	1,03	3 601 450	1,05	3 683 610
XS0676294696	EIB 2,75% 15/09/2021	-	1 000 000	100%	1,09	1 094 700	1,02	1 023 750
EU000A1G0DB8	EFSF 2,35% 29/07/2044	-	1 000 000	100%	1,31	1 314 980	1,55	1 547 300
EU000A1G0DT0	EFSF 1.25% 24/05/33	-	700 000	100%	0,99	692 874	1,19	832 510
EU000A1U9951	ESM 0,125 22/04/2024	-	3 200 000	100%	1,00	3 192 352	1,02	3 278 272
EU000A1G0DE2	EFSM 0,2 28/04/2025	-	1 000 000	100%	1,01	1 011 072	1,04	1 035 050
EU000A1G0BQ0	EFSF 1,75% 27/06/2024	-	7 150 000	100%	1,08	7 742 950	1,08	7 744 165
EU000A1G0DQ6	EFSF 0,375% 11/10/2024	-	510 000	100%	1,01	512 825	1,04	528 885
EU000A1U9894	ESM 1,00% 23/09/2025	-	3 300 000	100%	1,04	3 437 577	1,08	3 548 391
EU000A1Z99E3	ESM 0,10% 31/07/2023	-	975 000	100%	1,00	976 999	1,02	993 164
XS1912495691	IBRD 0.625 22/11/2027	-	5 800 000	100%	1,05	6 066 452	1,07	6 209 132
ES0000101933	MADRID 0,419% 30/04/2030	-	6 900 000	100%	1,01	7 001 844	1,03	7 082 919
ES0000101701	MADRID 3,25% 03/05/2046	-	200 000	100%	1,47	293 720	1,49	298 732
	sub-total	-	**242 245 000**			**268 368 963**		**280 897 687**
	2.2.1.2 - De outros emissores públicos							
ES0200002006	ADIFAL 1.875 01/2025	-	5 000 000	100%	0,99	4 967 643	1,09	5 437 600
ES0200002014	ADIF ALTA VELOCIDAD 1,875% 22.09.2022	-	4 000 000	100%	1,03	4 133 291	1,04	4 153 400
XS1072141861	ADIFAL 3,5% 27/05/24	-	1 000 000	100%	1,15	1 152 900	1,13	1 129 890
ES0200002055	ADIFAL 0,55% 30/04/2030	-	7 200 000	100%	1,02	7 369 056	1,03	7 447 392
FR0011192392	CAISSE AMORT DET CADES 4 15/12/25	-	4 000 000	100%	1,23	4 914 689	1,22	4 899 840
XS0410937659	SNCF 4,625% 02/02/24	-	300 000	100%	1,23	367 506	1,15	346 278
XS0488101527	SNCF 4,125% 19/02/25	-	600 000	100%	1,26	758 106	1,18	710 436
FR0012682060	OSEOFI 0.5 25.05.2025	-	3 900 000	100%	1,01	3 926 274	1,04	4 050 696
FR0013244415	OSEOFI 0.75% 25/11/2024	-	1 000 000	100%	1,04	1 038 069	1,05	1 045 670
FR0013299591	OSEOFI 0.125% 25/11/2023	-	5 000 000	100%	1,00	5 007 550	1,02	5 084 700
FR0013367604	OSEO 0.875% 26/09/2028	-	13 500 000	100%	1,08	14 522 020	1,09	14 709 600
FR0012792000	OSEO 1.875 25/05/2030	-	1 000 000	100%	1,19	1 185 500	1,19	1 190 250
XS1397023448	KBN 0,625 20/04/2026	-	1 500 000	100%	1,03	1 546 215	1,05	1 579 110
	sub-total		**48 000 000**			**50 888 818**		**51 784 862**
	2.2.1.3 - De outros emissores							
XS0767278301	TKA 4% 04/04/2022	-	1 000 000	100%	1,18	1 182 590	1,05	1 052 130
XS0999667263	TKAAV 3,125 03/12/21	-	1 000 000	100%	1,11	1 106 950	1,03	1 031 010
XS0950055359	TKAVV 3,5 04/07/23	-	2 300 000	100%	1,16	2 659 490	1,09	2 507 529
XS1405762805	TELEKOM 1,50% 07/12/2026	-	1 500 000	100%	1,00	1 503 240	1,09	1 632 555
AT0000A2JAF6	ERSTBK 0,05% 16/09/2025	-	1 600 000	100%	1,00	1 595 216	1,00	1 606 912
BE6285455497	ANHEUSER-BUSCH 2,0% 17/03/2028	-	485 000	100%	1,13	549 136	1,13	549 937

XS1090450047	NETGAS 2,5 28/07/21	-	3 000 000	100%	1,04	3 122 423	1,01	3 034 200
XS0883560715	BASF SE 1,875% 04/02/2021	-	200 000	100%	0,99	197 900	1,00	200 340
DE000A1R0XG3	BASF 2% 05/12/2022	-	600 000	100%	1,06	636 900	1,04	625 878
DE000A11QSB8	DAIGR 1,875 08/07/24	-	600 000	100%	1,03	620 400	1,07	639 234
DE000DB7XJB9	DEUTSCHE BANK AG 1,25% 08/09/21	-	1 000 000	100%	1,00	1 004 500	1,01	1 008 220
DE000CZ40LR5	COMMERZBANK 0,5 13/09/2023	-	2 000 000	100%	0,99	1 984 420	1,02	2 032 060
DE000A1TNJ97	DAIMLER 2% 06/21	-	500 000	100%	0,99	494 108	1,01	505 185
XS2102916793	MERCK & CO 0,125% 16/07/2025	-	4 500 000	100%	1,00	4 501 050	1,01	4 558 365
DE000A2YNZW8	DAIGR 0,375% 08/11/2026	-	3 000 000	100%	1,00	2 985 903	1,01	3 029 850
XS2024715794	DT 0,50% 05/07/2027	-	1 900 000	100%	1,01	1 925 088	1,04	1 967 070
XS2178586157	CONTINENTAL 2,5% 27/08/2026	-	2 000 000	100%	1,11	2 212 540	1,11	2 228 640
XS2193666042	DBAHN 0,375% 23/06/2029	-	6 600 000	100%	1,00	6 597 096	1,04	6 838 590
DE000CZ40L22	CMBZ IV 08/03/2022	-	2 500 000	100%	1,00	2 500 000	1,00	2 501 600
XS0854746343	CARLSBERG 2,625% 15/11/2022	-	200 000	100%	1,11	222 160	1,05	210 708
XS0458749826	NTGYSM 5,125% 02/11/2021	-	1 500 000	100%	1,11	1 669 750	1,04	1 566 675
XS0874864860	TEF 3.987% 23/01/2023	-	6 500 000	100%	1,00	6 512 670	1,09	7 061 340
XS0876289652	REESM 3.875% 25/01/2022	-	300 000	100%	1,03	309 600	1,04	312 591
XS0907289978	TEF 3,961% 26/03/2021	-	3 000 000	100%	1,00	3 002 900	1,01	3 027 480
XS0940284937	FERROVIAL 3,375% 07/06/2021	-	4 600 000	100%	1,07	4 904 025	1,01	4 664 308
ES0211845260	ABERTIS 3,75% 20/06/2023	-	2 000 000	100%	0,99	1 970 711	1,09	2 181 860
XS1322048619	AMADEUS CAP MARKT 1,625% 17/11/2021	-	300 000	100%	0,99	297 780	1,01	303 099
ES0205032016	FERROVIAL 0,375 14/09/2022	-	500 000	100%	0,98	490 830	1,01	504 695
XS1575444622	IBERDROLA 1% 07/03/2025	-	1 000 000	100%	0,99	993 600	1,04	1 044 470
XS1219462543	REDESA 1,125% 24/04/2025	-	1 500 000	100%	1,01	1 510 350	1,05	1 581 450
XS1403388694	ENGSM 1,375% 05/05/2028	-	700 000	100%	0,98	688 107	1,10	772 709
XS1678372472	BBVASM 0,75% 11.09.2022	-	2 000 000	100%	1,00	1 999 080	1,02	2 031 060
XS1820037270	BBVASM 1,375% 14/05/2025 Corp	-	2 000 000	100%	0,99	1 989 020	1,06	2 121 440
ES0205045018	CRITERIA CAIXA SA 1,5% 10/05/2023	-	1 500 000	100%	1,03	1 550 820	1,03	1 550 250
XS1968846532	CAIXA 1,125% 27/03/2026	-	4 000 000	100%	1,04	4 154 265	1,05	4 197 040
XS2058729653	BBVA 0,375% 02/10/2024	-	7 300 000	100%	0,98	7 127 260	1,01	7 371 394
ES0205032032	FERROVIAL 1,382% 14/05/2026	-	2 100 000	100%	1,03	2 171 365	1,06	2 230 410
ES0213679HN2	BANKINTER 0,875% 08/07/2026	-	5 000 000	100%	1,03	5 169 050	1,03	5 151 050
ES0213307053	BANKIA 0,75% 09/07/2026	-	2 700 000	100%	1,02	2 748 033	1,03	2 778 462
ES0205045026	CRITERIA CAIXA SA 0,875% 28/10/2027	-	2 000 000	100%	0,99	1 989 220	1,02	2 045 200
FR0011289230	GDF_SUEZ 2,625 07/22	-	1 000 000	100%	1,12	1 120 470	1,04	1 043 380
XS0541453147	FRANCE TEL 3,375% 16/09/2022	-	1 100 000	100%	1,06	1 164 900	1,06	1 168 442
FR0010709451	GDF_SUEZ 6,375% 18/01/2021	-	1 000 000	100%	1,28	1 284 000	1,00	1 002 400
FR0011637586	EDF 2,25% 27/04/2021	-	400 000	100%	1,00	398 244	1,01	403 132
XS0418669429	TOTAL 5,125 26/03/24	-	1 000 000	100%	1,32	1 319 000	1,18	1 175 870
XS0830194501	TOTAL 2,125 15/03/23	-	900 000	100%	1,08	973 145	1,05	947 601
FR0011318658	EDF 2,75 10/03/2023	-	1 900 000	100%	1,12	2 131 410	1,06	2 018 864
FR0011261924	GDF SUEZ 3,0 1/02/2023	-	1 000 000	100%	1,15	1 150 610	1,07	1 067 350
FR0012968931	PER_RICARD 1,875 28/09/23	-	1 000 000	100%	1,03	1 032 900	1,05	1 050 050
XS0994990280	TOTAL 2,125 19/11/2021	-	2 000 000	100%	1,06	2 123 000	1,02	2 043 300
FR0013060209	RTE 1,625% 27.11.2025	-	2 500 000	100%	1,00	2 488 800	1,08	2 707 450
FR0013184702	EUTELSAT 1,125% 23/06/2021	-	500 000	100%	1,00	499 470	1,00	501 205
FR0013216918	DANONE SA 0,709% 03/11/24	-	2 100 000	100%	0,99	2 068 587	1,04	2 174 067
FR0011694033	FIN DES AUTO 2,95% 17/01/2024	-	2 600 000	100%	1,15	2 994 244	1,09	2 827 370
FR0011339746	EUTELSAT 3,125% 10/10/2022	-	1 500 000	100%	1,12	1 683 450	1,05	1 579 770
FR0013155868	CARREFOUR 20/04/2021	-	1 500 000	100%	1,00	1 500 000	1,00	1 500 480
FR0010800540	EDF 4,625% 11/09/2024	-	400 000	100%	1,23	491 400	1,17	469 780
FR0011075043	TRANSPORT ET INFRASTRUCTURE GF 4,339 7/07/2021	-	1 500 000	100%	1,16	1 732 500	1,02	1 532 760
FR0013201639	SANOFI 0,5 13/01/2027	-	600 000	100%	0,95	568 140	1,04	625 470
FR0013216900	DANONE SA 0,424% 03/11/2022	-	3 000 000	100%	1,00	3 003 640	1,01	3 034 950
FR0013241361	RENAULT 1,375 08/03/2024	-	2 000 000	100%	1,00	1 995 500	1,02	2 044 760
FR0013241676	ORANGE 1,5% 09/09/2027	-	600 000	100%	0,99	596 154	1,10	659 196
XS1558472129	SNCF 1,5% 02/02/29	-	600 000	100%	1,03	616 926	1,12	674 442
FR0013245859	GDF 0,875% 03/27/24	-	4 500 000	100%	0,99	4 459 455	1,03	4 642 290
XS1588061777	SNCF 1,875% 30/03/34	-	500 000	100%	1,00	497 985	1,23	613 705
XS1718306050	SOCGEN 0.5% 13/01/2023	-	2 000 000	100%	1,00	1 992 080	1,01	2 023 100
XS1718316281	SOCGEN1.375% 13/01/2028	-	300 000	100%	1,00	300 600	1,06	318 957
FR0013312493	BPCE 0,875% 31/01/24	-	3 900 000	100%	0,99	3 865 635	1,03	4 006 158
FR0013324332	SANOFI 0,5 21/03/2023	-	1 500 000	100%	1,00	1 497 045	1,02	1 524 840
FR0013213675	SFILFR 0.125 18/10/2024	-	1 000 000	100%	0,99	988 309	1,02	1 020 920
XS2015267953	PSA BANQUE FRANCE 0.625 21/06/2024	-	5 000 000	100%	1,02	5 088 900	1,02	5 088 250
FR0013463650	EFFP 0.125% 27/05/2025	-	600 000	100%	0,99	595 878	1,01	604 542
FR0013464930	BPCE 0,125 04/12/2024	-	700 000	100%	1,00	700 301	1,01	706 965
FR0013476199	BPCEGP 0,25% 15/01/2026	-	2 000 000	100%	1,00	1 994 420	1,01	2 027 620

FR0013479748	HOFP 0,25% 29/01/2027	-	1 000 000	100%	1,00	998 150	1,01	1 006 990
FR0013463668	EFFP 0,375% 27/11/2027	-	3 000 000	100%	1,02	3 046 263	1,02	3 055 200
FR0013479276	SOCGEN 0,75% 25/01/2027	-	1 300 000	100%	1,01	1 311 677	1,02	1 330 810
FR0013286838	FRLBP 1% 16/10/2024	-	7 100 000	100%	1,03	7 301 294	1,04	7 364 333
FR0013412947	BFCM 0,75% 06/06/2026	-	5 000 000	100%	1,03	5 167 000	1,04	5 212 600
FR0013517711	SCHNEIDER 0% 12/06/2023	-	1 000 000	100%	1,00	997 600	1,01	1 005 830
FR0013534484	ORANGE 0,125% 16/09/2029	-	1 600 000	100%	0,99	1 587 744	1,01	1 609 008
FR0013534500	TEREGA SA 0,875% 17/09/2030	-	1 300 000	100%	0,99	1 287 182	1,03	1 335 646
FR0013311503	SOCGEN 1,125% 23/01/2025	-	4 100 000	100%	1,03	4 207 256	1,04	4 264 861
XS1584041252	BNP PARIBAS IV 22/09/22	-	1 000 000	100%	1,00	1 003 580	1,01	1 012 010
FR0013260486	RENAUL 14/III/2022	-	4 000 000	100%	1,00	4 000 000	1,00	4 005 520
XS0304458051	VODAF.5,375%	-	3 000 000	100%	1,27	3 798 640	1,08	3 238 410
XS0479869744	VODAFONE 4,65 01/22	-	2 800 000	100%	1,21	3 379 680	1,05	2 941 736
XS1040506112	BPLN 2.177 09/21	-	3 610 000	100%	1,06	3 820 380	1,02	3 676 568
XS1109741329	SKYLN 2.5 0926	-	3 000 000	100%	1,02	3 063 000	1,14	3 429 600
XS1141969912	SKYLN 1,875 24/11/23	-	2 600 000	100%	1,01	2 616 050	1,06	2 752 386
XS1116480697	BARCLAYS 1,5 01/04/22	-	7 500 000	100%	0,99	7 433 775	1,02	7 652 700
XS1040506898	BP 2,972 27/02/26	-	2 000 000	100%	1,12	2 243 900	1,15	2 301 980
XS1372838679	VODAFONE GROUP PLC 1,75% 25.08.2023	-	5 500 000	100%	1,01	5 581 185	1,05	5 773 735
XS1114477133	BP CAPITAL MARKETS 1,526% 26/09/2022	-	1 000 000	100%	1,02	1 017 700	1,03	1 031 260
XS0972165681	BP CAPITAL MARKETS PLC 2,517% 17/02/2021	-	1 000 000	100%	1,08	1 077 400	1,00	1 003 230
XS1375956569	BP CAPITAL MARKETS PLC 1,373% 03.03.2022	-	1 000 000	100%	1,00	1 000 000	1,02	1 019 350
XS1463101680	VODAFONE 1,6% 29/07/2031	-	500 000	100%	1,00	498 940	1,12	558 760
XS1492671158	BP CM 0,83% 19/09/2024	-	1 000 000	100%	1,00	1 000 000	1,03	1 031 390
XS1527126772	BP CM 1,117% 25/01/2024	-	2 400 000	100%	1,00	2 400 000	1,04	2 487 504
XS1069521083	CREDIT AGRICOLE LN 2,375 20/05/2024	-	1 000 000	100%	1,10	1 096 660	1,09	1 086 230
XS1538284230	CRED AGR LOND 1,875% 20/12/2026	-	300 000	100%	1,06	319 050	1,10	330 342
XS1769090728	UNANA 0,5% 12.08.2023	-	1 800 000	100%	0,99	1 790 892	1,02	1 836 450
XS2135799679	BPLN 2,519% 07/04/2028	-	2 600 000	100%	1,11	2 888 600	1,16	3 027 674
XS1377679961	BRITEL 1,75% 10/03/2026	-	4 000 000	100%	1,07	4 268 040	1,08	4 329 160
XS1720922175	BRITEL 1% 21/11/2024	-	2 900 000	100%	1,03	2 985 550	1,03	2 998 513
FR0014000Y93	CREDIT AGRICOLE SA 0,125 09/12/2027	-	3 400 000	100%	1,00	3 399 718	1,00	3 391 330
XS1652855815	VODAFONE 1,5% 24/07/2027	-	500 000	100%	1,09	546 160	1,09	545 090
XS0829190585	SNAM SPA 5,25% 09/2022	-	2 500 000	100%	1,25	3 134 620	1,10	2 741 000
XS0914294979	SNAM SPA 3,375 29/01/2021	-	1 000 000	100%	1,13	1 125 160	1,00	1 002 220
XS0605214336	TERNA 4,75% 15/03/2021	-	1 000 000	100%	1,15	1 151 100	1,01	1 009 640
XS0996354956	ENI 2,625 22/11/2021	-	1 100 000	100%	1,00	1 099 527	1,03	1 128 490
XS1180451657	ENISPA 1,5 02/02/26	-	1 000 000	100%	1,01	1 012 660	1,07	1 074 080
XS1004874621	AEMSPA 3,625 13/01/22	-	7 700 000	100%	1,15	8 859 008	1,04	7 997 139
XS1126183760	SNAM SPA 1,5% 21.04.2023	-	900 000	100%	1,03	922 950	1,04	936 414
XS1412593185	ENI SPA 0,75% 17/05/2022	-	6 500 000	100%	1,00	6 518 440	1,01	6 591 195
XS1508912646	ACEA SPA 1,0% 24/10/2026	-	450 000	100%	0,98	442 697	1,04	470 088
XS1568906421	SNAM SPA IV 21/02/2022	-	1 000 000	100%	1,00	1 000 000	1,00	1 002 390
XS0970852348	ENI SPA 3,75 12/09/25	-	1 600 000	100%	1,17	1 871 744	1,18	1 884 144
XS1555402145	SNAM SPA 1,25% 25/01/2025	-	1 000 000	100%	1,00	995 133	1,06	1 058 840
XS1581375182	A2A 1,25% 16/03/24	-	3 000 000	100%	1,00	2 990 220	1,04	3 129 930
XS1551068676	ENI 1,5% 17/01/27	-	250 000	100%	1,09	272 135	1,08	270 420
XS0951567030	A2A 4,375% 10/01/21	-	2 000 000	100%	1,03	2 058 020	1,00	2 001 200
XS2192431380	ITALGAS 0,25% 24/06/2025	-	4 000 000	100%	0,99	3 968 200	1,01	4 054 880
XS2197356186	IREN SPA 1% 01/07/2030	-	3 300 000	100%	0,98	3 238 752	1,06	3 486 186
XS2237901355	TERNA 0,375% 25/09/2030	-	1 400 000	100%	1,00	1 393 028	1,02	1 426 488
XS1767087866	ACEA SPA 1,5% 08/06/2027	-	500 000	100%	1,08	540 000	1,08	537 780
XS2265990452	HERA SPA 0,25% 03/12/30	-	1 000 000	100%	0,99	990 380	1,00	1 002 840
XS2275029085	IREN SPA 0,25% 17/01/2031	-	1 870 000	100%	0,99	1 851 861	0,99	1 844 811
XS1584884347	NOVART 0% 31/03/21	-	4 500 000	100%	0,99	4 460 985	1,00	4 502 205
XS1134729794	NOVNVX 1,625% 09/11/2026	-	350 000	100%	1,06	370 237	1,11	388 325
XS2238787415	MEDTRONIC 0% 15/10/2025	-	4 900 000	100%	0,99	4 867 758	1,00	4 916 415
XS2238789460	MEDTRONIC 0,375% 15/10/2028	-	5 000 000	100%	0,99	4 974 000	1,03	5 125 500
XS2263684776	NESTLE 0% 03/03/2033	-	1 000 000	100%	0,99	989 900	0,99	986 630
XS0842659426	ENEL_FIN 4,875 17/04/2023	-	1 500 000	100%	0,99	1 484 491	1,12	1 676 280
XS0452187916	ENEL_FIN 5% 14/09/2022	-	12 800 000	100%	1,07	13 742 160	1,09	13 933 188
XS0875343757	NTGYSM 3.875% 17/01/23	-	1 000 000	100%	0,99	991 390	1,08	1 080 480
XS0875796541	DTEL 2.125% 18/01/2021	-	1 500 000	100%	0,99	1 477 699	1,00	1 500 840
XS0879869187	IBERDROLA 3,5% 01/01/2021	-	1 000 000	100%	1,02	1 024 400	1,00	1 002 760
XS0647298883	ENEL_FIN 5% 12/07/2021	-	2 300 000	100%	1,08	2 474 450	1,03	2 362 744
XS0914400246	NTGYSM 3,875% 11/04/2022	-	1 000 000	100%	1,01	1 007 200	1,05	1 050 840
XS0909788290	VW 2% 26/03/2021	-	1 000 000	100%	0,97	972 200	1,00	1 004 810
XS0877622034	BMW 2,375% 24/01/2023	-	600 000	100%	1,08	648 480	1,05	632 352
XS1048529041	SHELL 2,5 24/03/2026	-	2 000 000	100%	1,08	2 166 200	1,14	2 279 220

XS0347908096	E.ON 5,528 21/02/2023	-	900 000	100%	1,26	1 136 610	1,12	1 007 505
XS1135277140	SHELL 1,625 20/01/2027	-	2 000 000	100%	0,99	1 980 800	1,10	2 203 420
XS0752092311	KONINKLIJKE KPN 4,25% 1/03/2022	-	3 900 000	100%	1,19	4 623 500	1,05	4 079 907
XS1382792197	DTEL_FIN 0,625% 03.04.2023	-	4 500 000	100%	0,99	4 474 165	1,02	4 587 345
XS0811124790	KONINKLIJKE 3,25% 01.02.2021	-	2 000 000	100%	1,12	2 244 890	1,00	2 005 000
XS1411405662	SHELL_INTF 0,75% 12/05/2024	-	1 000 000	100%	1,00	998 990	1,03	1 032 760
XS1425966287	ENEL FINANCE INTL NV 1,375% 01/06/2026	-	1 150 000	100%	0,98	1 132 005	1,07	1 234 422
XS1527192485	HEINEKEN NV 29/01/2027	-	500 000	100%	1,00	498 250	1,08	541 740
XS0758420748	HEINEKEN NV 3,5% 19/03/2024	-	1 000 000	100%	1,19	1 194 620	1,12	1 118 300
XS1292484323	SHELL 1,25% 15/03/2022	-	2 500 000	100%	1,05	2 622 275	1,02	2 547 375
XS1557095459	DTEL_FIN 0,375% 30/10/2021	-	5 500 000	100%	1,00	5 503 280	1,01	5 529 755
XS0975256685	REPSOL 3,625% 07/10/2021	-	500 000	100%	1,09	545 912	1,03	514 755
XS1015217703	BMW 2,625 17/01/24	-	1 900 000	100%	1,12	2 132 940	1,08	2 058 916
XS0875797515	DTEL 3,25 17/01/28	-	2 000 000	100%	1,18	2 355 600	1,22	2 445 580
XS1292468045	SHELL 1,875 1,875 15/09/25	-	300 000	100%	1,07	321 030	1,10	329 367
DE000A1UDWN5	SIEMENS FINANCIERINGSMAT 2,875 10/03/2028	-	600 000	100%	1,23	735 954	1,22	732 342
XS1128224703	AIRBUS 2,125% 29/10/2029	-	500 000	100%	1,19	592 805	1,15	575 855
XS1410582586	AIRBUS 0,78% 13/05/2026	-	5 000 000	100%	0,98	4 906 250	1,04	5 201 200
XS1828032513	DEUTSCHE TELEKOM INT FIN 0,625% 01/12/22	-	1 215 000	100%	1,00	1 220 126	1,02	1 234 950
XS1715325665	BNG 0.2 09.11.2024	-	2 000 000	100%	0,99	1 986 600	1,03	2 054 800
XS2049616621	SIEMENS FINANCIERINGSMAT 0.125% 05/09/2029	-	40 000	100%	1,00	40 169	1,02	40 659
XS2078734626	RDSALN 0,125% 08/11/2027	-	400 000	100%	1,00	399 888	1,01	404 560
XS2066706818	ENEL FINANCE INTL NV 0% 17/06/2024	-	5 000 000	100%	1,00	4 986 205	1,00	5 020 300
XS2182055181	SIEMENS FINANCIERINGSMAT 0.25% 05/06/2024	-	2 000 000	100%	1,00	1 996 260	1,02	2 033 340
XS2182049291	SIEMENS FINANCIERINGSMAT 0.125% 05/06/2022	-	1 200 000	100%	1,00	1 197 804	1,01	1 206 672
XS2185867830	AIRBUS 1,375% 09/06/2026	-	3 700 000	100%	1,01	3 728 540	1,06	3 928 290
XS2177580250	E.ON 0,75 20/02/2028	-	40 000	100%	1,04	41 566	1,05	41 996
XS1078218218	SANDSS 3 18/06/26	-	500 000	100%	1,05	525 200	1,15	577 415
XS1188094673	NGGLN 0,75 02/22	-	1 000 000	100%	0,98	978 500	1,01	1 009 910
XS0592505316	MCDONALDS 4,0 17/02/2021	-	300 000	100%	1,16	349 230	1,00	301 086
XS1290850707	BANK OF AMERICA CORP 1,625% 14.09.2022	-	1 000 000	100%	1,01	1 013 000	1,03	1 031 550
XS1107731702	BANK OF AMERICA CORP 1,375% 10/09/2021	-	1 000 000	100%	1,01	1 008 600	1,01	1 012 420
XS1375841159	IBM 0,5% 07.09.2021	-	1 000 000	100%	0,99	993 370	1,01	1 005 670
XS1346872580	MONDELEZ INTERN 1,625% 20.01.2023	-	2 000 000	100%	1,05	2 100 460	1,03	2 068 340
XS1403264374	MCDONALD'S CORP 1,0% 15/11/2023	-	3 700 000	100%	1,00	3 695 979	1,03	3 823 543
XS1209863254	BANK OF AMERICA CORP 1,375% 26/03/25	-	1 000 000	100%	1,00	1 003 690	1,06	1 058 840
XS1485643610	COCA COLA ENTERP 1,1% 2/09/2036	-	800 000	100%	0,91	725 492	1,10	879 168
XS1457608013	CITI 0,75% 26/10/2023	-	2 000 000	100%	1,00	1 992 680	1,02	2 047 460
XS0883614231	JP Morgan 2,75% 01/02/2023	-	500 000	100%	1,14	570 350	1,06	531 170
XS1237271009	MCDONALD'S CORP 1,125% 26/05/2022	-	2 000 000	100%	1,03	2 058 400	1,02	2 037 100
XS1529838085	MS 1,00 02/12/22	-	2 000 000	100%	1,00	1 993 520	1,02	2 044 360
XS1458408306	GOLDMAN SACHS IV 27/07/2021	-	1 980 000	100%	1,02	2 011 244	1,01	1 990 256
XS1075995768	MCDONALD'S CORP 2,625% 11/06/2029	-	1 000 000	100%	1,19	1 185 170	1,19	1 191 240
XS1574672397	COCA COLA ENTERP 0,5% 08/03/2024	-	4 000 000	100%	0,98	3 931 520	1,02	4 090 360
XS1375955678	IBM 1,75% 07/03/28	-	2 300 000	100%	1,06	2 446 050	1,12	2 573 332
XS1619312686	AAPL 1,375% 24/05/2029	-	1 000 000	100%	0,99	993 760	1,11	1 111 910
XS1718480327	UPS 0.375% 15/11/23	-	2 000 000	100%	1,00	1 993 960	1,02	2 032 540
XS0935427970	JPM 2,875% 24/05/2028	-	2 000 000	100%	1,17	2 337 000	1,20	2 404 300
XS1963744260	MCDONALD'S 0,9% 15/06/2026	-	800 000	100%	1,03	825 764	1,05	839 736
XS1955024713	KO 0,75% 22/09/2026	-	1 900 000	100%	1,05	1 988 901	1,05	1 992 017
XS1907122656	COCA COLA 1,5% 08/11/2027	-	5 000 000	100%	1,07	5 362 916	1,09	5 428 450
XS2233154538	COCA COLA 0,125% 15/03/2029	-	3 800 000	100%	1,00	3 793 381	1,01	3 823 028
XS2235986929	MDLZ 0% 22/09/2026	-	2 800 000	100%	0,99	2 780 596	1,00	2 806 524
XS1150695192	VLVY 4,85 10/03/78	-	900 000	100%	0,97	868 500	1,08	975 402
ES0413211071	BBVA 4% 25/02/25	-	2 000 000	100%	1,00	2 003 933	1,18	2 369 800
ES0413211121	BBVA 3,5% 24/01/2021	-	12 800 000	100%	1,00	12 773 288	1,00	12 828 160
ES0413211790	BBVA 3,875% 30/01/2023	-	2 500 000	100%	1,03	2 563 044	1,09	2 724 725
ES0440609248	CABKSM 2,625% 21/03/2024	-	1 400 000	100%	1,15	1 607 300	1,10	1 538 082
ES0413211816	BBVA 2.25% 12/06/2024	-	900 000	100%	1,12	1 005 570	1,09	983 088
ES0413211865	BANCO BILBAO VIZCAYA ARG 0,625% 17/05/2021	-	1 000 000	100%	1,00	995 550	1,00	1 003 870
ES0413860398	SABADELL 0,875% 12.11.2021	-	500 000	100%	1,01	502 600	1,01	505 460
ES0413790439	BANCO POPULAR ESPANOL 1,0% 3/03/2022	-	1 000 000	100%	1,00	1 000 000	1,02	1 016 610
FR0011001684	SOCGEN 4,25% 03/02/2023	-	1 700 000	100%	1,13	1 912 535	1,10	1 869 762
FR0011213453	CRH 3,6% 08/03/2024	-	2 800 000	100%	1,09	3 043 794	1,13	3 169 740

FR0011178946	CRH 4% 17/06/2022	-	2 000 000	100%	1,18	2 365 200	1,07	2 132 460
FR0010945451	CRH 3,3% 23/09/2022	-	1 000 000	100%	1,09	1 089 133	1,07	1 066 510
FR0013256427	CFF 0.2% 16/09/22	-	4 700 000	100%	1,00	4 706 110	1,01	4 756 729
FR0010920900	ACACB 4% 16/07/2025	-	500 000	100%	1,14	572 076	1,20	602 190
FR0011508332	ACA 1,875% 07/06/2023	-	1 000 000	100%	0,99	989 750	1,06	1 058 130
IT0004547409	UNICREDIT SPA 4,375% 01/31/2022	-	3 000 000	100%	1,00	2 991 726	1,05	3 156 450
IT0004760341	UCIM 5 31/10/21	-	3 650 000	100%	1,04	3 780 286	1,04	3 813 447
IT0004689433	UCIM5.25 04/23	-	1 000 000	100%	1,08	1 076 165	1,13	1 133 070
IT0004839046	ISPIM 5 27/01/2021	-	2 100 000	100%	1,13	2 363 550	1,00	2 106 636
IT0004872328	ISPIM 3,625% 03/12/2022	-	1 400 000	100%	1,04	1 452 535	1,08	1 510 390
IT0004889421	ISPIM 3,375% 24/01/2025	-	1 000 000	100%	0,99	990 025	1,16	1 156 650
ES0345784013	HIPO HIPO-8 A2 15/3/2038	-	237 481	100%	1,00	236 421	0,99	235 980
221	**sub-total**		**454 827 481**			**471 131 748**		**474 961 579**
	sub-total	-	**745 072 481**			**790 389 530**		**807 644 128**
	2.2.2 - Títulos de rendimento variável							
	2.2.2.1 - Ações							
	sub-total	-	-			0		0,00
	2.2.2.2 - Títulos de participação							
	sub-total							
	2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
DE0008475070	ALLIANZ RCM INTERGLOBAL-A	284	-		155,29	44 104	404,78	114 961
LU1681047236	AMUNDI ETF EURO	1 570	-		48,05	75 442	80,60	126 542
IE00B0M62Q58	ISHARES MSCI WORLD UCITS ET	85 254	-		39,10	3 333 382	46,58	3 970 705
LU0414046390	ALLIANZ EUR EQUITY DIVIDEND FUND	3 481	-		218,23	759 589	229,12	797 502
LU0158828326	ALGLSCT LX EQUITY	61 791	-		19,62	1 212 162	19,89	1 229 025
IE00B9M6SJ31	ISHARES GL CORP BD EU HEDGED	101 959	-		102,69	10 469 979	108,70	11 082 943
IE00B3D1YW09	PIMCO GLOBAL INVESTMENT GRADE CREDIT	5 358	-		11,78	63 117	12,38	66 328
LU1459823677	ALLIANZ-ADV FXD EUR-CT EUR	162 072	-		101,01	16 371 190	101,64	16 472 985
FR0007038138	AMUNDI 3M M-I CAP	9	-		1 053 037,83	9 996 488	1 047 362,15	9 942 609
LU0423949717	BNP INS EUR 3M ST VNV-I CAP	99 073	-		100,94	10 000 000	100,47	9 953 852
LU1462192250	Allianz Dynamic Multi Asset Strategy 15	163 541	-		104,33	17 061 473	106,58	17 430 209
LU1462192417	Allianz Dynamic Multi Asset Strategy 50	115 861	-		114,27	13 239 395	118,44	13 722 532
LU1462192680	Allianz Dynamic Multi Asset Strategy 75	41 669	-		122,90	5 120 915	132,01	5 500 673
LU1254136507	ALLIANZ CAP PLUS-CT	80 210	-		107,75	8 642 432	111,35	8 931 431
DE000A0ETSR6	DEGI GLOBAL BUSINESS	5 982	-		100,30	599 995	1,15	6 880
DE0008007998	DEGI INTERNATIONAL	8 375	-		51,00	427 101	2,58	21 607
IE00B1TQ1R92	GREFF GLOBAL REAL ESTATE FOF A	3 546	-		79,30	281 181	75,68	268 331
IE00B06YB805	PREFF-PAN EUR REAL ESTATE-C	596	-		107,45	64 024	69,67	41 511
	sub-total	**940 630**	-			**97 761 970**		**99 680 627**
	2.2.2.4 - Outros							
222	**sub-total**	**940 630**	-			**97 761 970**		**99 680 627**
221+222	**total**	**940 630**	**745 072 481**			**888 151 500**		**907 324 755**
	3 - TOTAL GERAL	**1 175 602**	**975 297 481**			**1 139 693 962**		**1 199 188 040**

B

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS CONTAS SEPARADAS

Companhia de Seguros Allianz Portugal

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Acionistas,

De acordo com as disposições legais e estatutárias, vimos apresentar a V.Exas o relatório da nossa atividade e o parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração da Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A., referentes ao exercício findo em 31 dezembro de 2020.

O Conselho Fiscal procedeu à análise das demonstrações financeiras que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020, as demonstrações dos resultados, a demonstração dos rendimentos e gastos reconhecidos, a demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos, elaborados pelo Conselho de Administração.

Existe uma aderência dos princípios contabilísticos usados na sua preparação e apresentação com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia, bem como a observância dos preceitos legais e estatutários em vigor.

O Relatório de Gestão apresentado pelo Conselho de Administração, completo no seu conteúdo, contém uma exposição que cumpre todas as regras legais.

É nesse documento feita uma análise à situação económica global do país, ao setor segurador e à atividade da própria Companhia. Fazem-se considerações de natureza macroeconómica, procedendo ao respetivo enquadramento, bem como uma concreta e comparativa análise da evolução económica da empresa e do mercado nacional ao longo do ano.

O relatório expressa os aspetos mais importantes verificados no decurso do exercício e analisa, numa perspetiva de médio prazo, possíveis desenvolvimentos futuros, confirmando as políticas empresariais assumidas.
No Relatório e Parecer deste Conselho Fiscal relativo às contas da sociedade consolidadas, tecem-se considerações adequadas a entender melhor a evolução da empresa bem como a justificação para os resultados obtidos.

Encontra-se também cumprido o aviso do regulador quanto a políticas de remuneração dos órgãos sociais.

Este Conselho Fiscal, ao longo do exercício, procurou exercer a sua atividade de supervisão sobre a administração da sociedade e os seus serviços, bem como sobre a atividade do revisor de contas.

De igual modo, analisou os documentos mais importantes da prestação de contas e tomou conhecimento da certificação legal de contas emitida pelo revisor oficial de contas, que mereceu a sua inteira concordância.

Analisadas e verificadas, do modo considerado adequado, as políticas contabilísticas, foi considerado que as mesmas são adequadas.

Das reuniões havidas, pudemos acompanhar as contas intercalares e demais instrumentos de gestão significativos na empresa, e confirmámos tudo o que nos foi apresentado, tendo obtido os esclarecimentos pedidos quando algumas dúvidas eram levantadas.

Dentro da atividade desenvolvida, salientamos que não encontramos qualquer incumprimento das principais obrigações legais, designadamente para com o regulador.

Não tivemos conhecimento de qualquer espécie de irregularidades ou inexatidões com materialidade, pelo que nos cumpre inclusivamente agradecer todo o apoio que nos foi concedido para o desenvolvimento da nossa missão, sendo de

salientar toda a colaboração que nos foi prestada pelo Conselho de Administração, Auditor, Revisor Oficial de Contas e demais quadros da empresa em tudo quanto respeita ao nosso trabalho.
A empresa não tem ações próprias e não há notícia de negócios entre a sociedade e os seus administradores, não tendo também havido as chamadas operações de cobertura.
Analisada a proposta de aplicação de resultados incluída no relatório de gestão, verificamos que a mesma se encontra fundamentada, e de acordo com as disposições legais e estatutárias, sendo de realçar os critérios de prudência que dão origem aos resultados.

Conclusões

O Conselho Fiscal tomou conhecimento da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada e individual emitido pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, com o qual manifesta a sua concordância, e que não apresenta qualquer reserva nem ênfase.

No desempenho das nossas funções, não nos deparámos com aspetos que violem as normas legais e estatutárias, nem que afetem materialmente a imagem verdadeira e apropriada da situação financeira dos resultados e dos fluxos de caixa, quer no âmbito individual, quer no conjunto das empresas compreendidas na consolidação.

Avalia-se, também, de forma positiva o trabalho desenvolvido pelo ROC e pelo Auditor Externo,

Em resultado do trabalho desenvolvido somos do parecer que a Assembleia Geral Anual da Sociedade aprove:

- O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020;
- A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

O Conselho Fiscal expressa finalmente o seu agradecimento ao Conselho de Administração, em particular à sua Comissão Executiva, e aos diversos responsáveis e demais colaboradores da Empresa com quem teve a oportunidade de contactar.

Lisboa, 20 de Março de 2021

B

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS SEPARADAS

Companhia de Seguros Allianz Portugal

Certificação Legal
das Contas Separadas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira separada em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 1.464.965.651 euros e um total de capital próprio de 222.210.071 euros, incluindo um resultado líquido de 36.570.543 euros), a conta de ganhos e perdas separada, a demonstração do rendimento integral separada, a demonstração de variações do capital próprio separada e a demonstração dos fluxos de caixa separada relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras separadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervis o de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias mais relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
Justo valor de instrumentos financeiros	
Mensuração e divulgações relacionadas com o justo valor de instrumentos financeiros apresentadas nas notas anexas 2 e 5 das demonstrações financeiras.	
Os instrumentos financeiros mensurados ao justo valor, apresentados na demonstração da posicãoo financeira separada nas linhas de ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas e ativos financeiros detidos para negociação, no montante total de 1.212.110 milhares de euros, em 31 de dezembro de 2020, constituíram uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria, não só pela sua significativa expressão no balanço da Entidade, mas também por a sua valorização requerer a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos por parte da Entidade. A valorização dos instrumentos financeiros envolve julgamento na determinação do seu justo valor, nomeadamente quanto à seleção dos preços/cotações divulgados através de plataformas de negociação, considerando ainda a liquidez e a qualidade dos preços. Para os instrumentos financeiros ativamente negociados e em relação aos quais estão disponíveis cotações ou outros indicadores de mercado, a determinação do justo valor tem por base o seu preço ou cotação de fecho à data da demonstração da posição financeira separada. Na ausência de cotação, a Entidade estima o justo valor utilizando informação fornecida pelas entidades gestoras/ emitentes ou adotando metodologias de avaliação. Neste contexto, alterações no processo de determinação de preços/cotações ou nos pressupostos utilizados nas técnicas de mensuração adotadas pela Entidade poderão originar impactos materiais no apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras.	Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos tiveram em consideração os potenciais impactos da pandemia Covid19 na mensuração do justo valor de instrumentos financeiros, tendo incluído: • A identificação, compreensão e avaliação dos controlos chave relativamente à mensuração dos instrumentos financeiros; • A verificação da efetividade dos principais controlos chave associados à seleção dos preços/cotações para valorização e instrumentos financeiros; • A verificação dos preços/cotações provenientes de fontes externas para as posições detidas pela Entidade, selecionadas em conformidade com os critérios definidos nas políticas e manuais internos; • Para posições menos líquidas, a revisão dos suporte adequados a valorização adotada; e • A análise da reconciliação do inventário de instrumentos financeiros com os registos contabilísticos. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre o justo valor e respetivas técnicas de valorização dos instrumentos financeiros constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras, tendo em consideração as normas contabilísticas em vigor.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
Risco de insuficiência de ativos para cobrir as responsabilidades assumidas	
Mensuração e divulgações relacionadas com o risco de insuficiência de ativos para cobrir as responsabilidades assumidas apresentadas nas notas anexas 2 e 14 às demonstrações financeiras.	
Em 31 de dezembro de 2020 a provisão matemática do ramo Vida apresentada na demonstração da posição financeira separada ascende a 150.772 milhares de euros e os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento estão registados pelo montante de 346.677 milhares de euros, tendo uma significativa expressão no balanço da Entidade. A avaliação da adequação das responsabilidades de seguros, inerente à constituição de provisões matemáticas e de passivos financeiros do ramo Vida envolve julgamento relativamente à seleção dos pressupostos futuros incertos que estão na base do cálculo, tais como, pressupostos económicos e de negócio usados como *inputs* para estimar as responsabilidades de longo prazo com os beneficiários e o rendimento futuro esperado da carteira de investimentos afeto à cobertura dessas responsabilidades, incluindo taxas de reinvestimento. O risco existente decorre da possibilidade de não satisfação das garantias assumidas pela Entidade para os contratos comercializados, pelo facto de não conseguir uma correspondência adequada entre ativos e passivos ao nível da taxa de juro e da maturidade dos mesmos. A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas poderia resultar num nível diferente de provisões matemáticas e de responsabilidades associadas a contratos de investimento. Nesta medida, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.	Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos tiveram em consideração os potenciais impactos da pandemia Covid-19 na gestão efetuada pela Entidade, do risco de insuficiência de ativos para cobrir as responsabilidades assumidas, tendo incluído: • A identificação, compreensão e avaliação dos controlos chave existentes para a avaliação da adequação das responsabilidades de seguros; • A verificação da efetividade dos principais controlos chave associados ao reconhecimento da provisão matemática e dos passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento; • A identificação e revisão dos principais pressupostos utilizados pela Entidade na avaliação da adequação das responsabilidades de seguros; e • A realização de um conjunto de testes independentes para as responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento e comparação dos respetivos resultados com aqueles obtidos pela Entidade. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações relativamente à provisão matemática e aos referidos passivos financeiros, constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras, tendo em consideração o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
Provisão para sinistros de acidentes de trabalho	
Mensuração e divulgações relacionadas com a provisão para sinistros de acidentes de trabalho apresentadas nas notas anexas 2 e 14 das demonstrações financeiras.	
A provisão para sinistros de ramos reais, relativa a acidentes de trabalho, apresentada na demonstração da posição financeira separada, ascende a 230.161 milhares de euros em 31 de dezembro de 2020, representando 19% do total do passivo da Entidade a essa data. Do referido montante, 160.479 milhares de euros respeitam às provisões matemáticas de acidentes de trabalho. A estimativa das provisões matemáticas de acidentes de trabalho envolve um grau de julgamento significativo do Conselho de Administração da Entidade, nomeadamente no respeitante (i) ao valor total estimado de responsabilidades de longo prazo para com os beneficiários, o qual tem por base requisitos legais e normativos, assim como diversos pressupostos económicos e de negócio e (ii) ao rendimento futuro esperado da carteira de investimentos afeta à cobertura dessas responsabilidades, incluindo as taxas de reinvestimento. A utilização de diferentes pressupostos poderia resultar num nível diferente de provisões matemáticas de acidentes de trabalho. Nesta medida, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.	Os procedimentos de auditoria desenvolvidos pela nossa equipa, a qual integrou especialistas em atuariado, tiveram em consideração os potenciais impactos da pandemia Covid19 na mensuração destas responsabilidades de seguros, tendo incluído: • A identificação e compreensão dos principais controlos existentes para a avaliação da adequação das responsabilidades de longo prazo, com acidentes de trabalho; • Testes à qualidade dos dados utilizados pelo departamento atuarial para o cálculo da provisão matemática; • A verificação da efetividade dos controlos associados às análises atuariais efetuadas pela Entidade; • A identificação e avaliação de pressupostos utilizados nas análises atuariais da Entidade; e • A realização de um conjunto de testes independentes e comparação dos resultados com aqueles determinados pela Entidade. Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram a revisão das divulgações relativamente à provisão para sinistros constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras, tendo em consideração o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
Provisão para sinistros de outros ramos	
Mensuração e divulgações relacionadas com a provisão para sinistros de outros ramos apresentadas nas notas anexas 2 e 14 das demonstrações financeiras.	
A provisão para sinistros de outros ramos, apresentada na demonstração da posição financeira separada, ascende a 185.432 milhares de euros em 31 de dezembro de 2020, representando 15% do total do passivo da Entidade a essa data. A avaliação da razoabilidade do montante da provisão para sinistros de outros ramos inclui a comparação entre a estimativa atuarial do custo final dos processos de sinistros e os pagamentos ocorridos. Para o efeito, a Entidade utiliza técnicas atuariais baseadas em modelos determinísticos e estocásticos, efetuando uma separação dos sinistros em grupos homogéneos de risco, considerando igualmente a respetiva volatilidade, de forma a incorporar os necessários níveis de confiança no respetivo provisionamento. A avaliação do grau de provisionamento envolve julgamento relativamente à seleção de pressupostos financeiros e atuariais, tais como taxas de desconto, tábuas de mortalidade, caudas de encerramento dos processos de sinistros, entre outros e, nessa medida, constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria. O risco existente decorre da possibilidade do montante da provisão para sinistros de outros ramos, reconhecida pela Entidade, não ser suficiente para fazer face às responsabilidades assumidas à data de encerramento de contas.	Os procedimentos de auditoria desenvolvidos pela nossa equipa, a qual integrou especialistas em atuariado, tiveram em consideração os potenciais impactos da pandemia Covid19 na mensuração destas responsabilidades de seguros, tendo incluído: • A identificação e compreensão dos principais controlos existentes para a avaliação da adequação das responsabilidades relativas a processos de sinistros de outros ramos; • A verificação da efetividade dos controlos associados às análises atuariais efetuadas pela Entidade; • A realização de procedimentos de revisão analítica, tais como rácios de cobertura e rácios de sinistralidade; • A identificação e avaliação de pressupostos utilizados nas análises atuariais da Eentidade; e • A realização de um conjunto de testes independentes e comparação dos resultados com aqueles determinados pela Entidade. Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram a revisão das divulgações relativamente à provisão para sinistros constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras, tendo em consideração o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

a) prepararção de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador, estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;

b) elaboração do relatório de gestão e demonstração não financeira nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;

d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

e) avaliação da capacidade da Entidade para se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida atá à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e

h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º , n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais. Conforme previsto no artigo 451.º, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no relatório de gestão.

Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 66.º - B do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

a) Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas, realizada em 28 de março de 2018 para um mandato compreendido entre 2018 e 2020.

b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.

c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade nesta mesma data.

d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º , n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

17 de março de 2021

Price waterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:

Carlos Manuel Sim Sim Maia

Carlos Manuel Sim Sim Maia, R.O.C.

Allianz

www.allianz.pt

Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.
Rua Andrade Corvo, 32
1069-014 Lisboa
Telefone: +351 213 165 300
Telefax: +351 213 165 570
e-mail: info@allianz.pt
Capital Social €39.545.400
CRC Lisboa 2977
Pessoa Coletiva 500 069 514